

Revista

*Lerias*



**Reitor**

Carlos Augusto Moreira Júnior

**Vice-Reitora**

Márcia Helena Mendonça

**Diretor da Editora UFPR**

Luis Gonçales Bueno de Camargo

**Revista Letras**

Publicação quadrienal do Curso de Letras da UFPR

<http://calvados.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/letras>

A *Revista Letras* está indexada nos seguintes índices bibliográficos: 1. *Internationale Bibliographie der Rezensionen Wissenschaftlicher Literatur/International Bibliography of Book Reviews of Scholarly Literature*; 2. *Linguistics and Language Behavior Abstracts*; 3. *MLA – International Bibliography of Books and Articles on Modern Languages and Literatures*; 4. *Social Planning, Policy and Development Abstracts*, 5. *Sociological Abstracts*; 6. *Ulrich's International Periodicals Directory*; 7. *CLASE – Citas Latinoamericanas en Ciencias Sociales y Humanidades*.

**Editor:** Patricia da Silva Cardoso

**Secretários editoriais:** Fabricio Silva Nascimento e Norma Müller

**Coordenação da área de Literatura:** Marilene Weinhardt

**Coordenação da área de Lingüística:** Lígia Negri

**Conselho Editorial do Curso de Letras da UFPR**

Elena Godoy (Área de Espanhol/DELEM), Jorge Ferro Pique (Área de Estudos Clássicos/DELIN), José Borges Neto (Área de Lingüística/DELIN), Lígia Negri (Área de Língua Portuguesa/DELIN), Lucia S. Zanette (Área de Italiano/DELEM), Mail Marques de Azevedo (Área de Inglês/DELEM), Marilene Weinhardt (Área de Literatura Brasileira/DELIN), Maurício Mendonça Cardozo (Área de Alemão/DELEM), Patrícia da Silva Cardoso (Área de Literatura Portuguesa/DELIN), Sandra Novaes (Área de Francês/DELEM)

**Consultores ad hoc**

Adelaide Silva (UFPR), Annie Gisele Fernández (USP), Aparecida de Fátima Bueno (USP), Caetano Galindo (UFPR), Clarissa Jordão (UFPR), Cláudia Campos (UFPR), Cristovão Tezza (UFPR), Édison Costa (UFPR), Edson Françoso (Unicamp), Iara Bemquerer Costa (UFPR), José Borges Neto (UFPR), Lígia Negri (UFPR), Luís Bueno (UFPR), Luiz Arthur Pagani (UFPR), Marcelo Sandmann (UFPR), Márcia Cançado (UFGM), Márcia Gobbi (Unesp/Araraquara), Mário Guimarães (UFPR/DLLCV), Maria José Foltran (UFPR), Marilene Weinhardt (UFPR), Marta Costa (PUC/PR), Mauricio Cardoso (UFPR), Maximiliano Guimarães (UFPR), Michael Watkins (UFPR), Odette Menon (UFPR), Patrícia Cardoso (UFPR), Patrícia Rodrigues (PUC/PR), Paulo Motta Oliveira (USP), Paulo Soethe (UFPR), Paula Venturelli (UFPR), Raquel Bueno (UFPR), Reny Guindaste (UFPR), Roberta Pires de Oliveira (UFSC/Cnpq), Rodolfo Ilari (Unicamp), Rodrigo Gonçalves (UFPR), Ruth Lopes (Unicamp), Sandra Stroparo (UFPR), Tereza Wachowicz (UFPR), Terumi Villalba (UFPR).

**Conselho Consultivo**

Antonio Dimas (USP), Carlos Alberto Faraco (UFPR/Cefet-PR), Fernando Cabral Martins (Universidade Nova de Lisboa), Filomena Hirata (USP), Haquirá Osakabe (Unicamp), Irene Aron (USP), Lúcia Sá (Stanford University), Maria Irma Hadler Coudry (Unicamp), Marília dos Santos Lima (UFRGS), Marzia Terenzi Vicentini (UFPR), Patrick Farrell (University of California/Davis), Raquel Salek Fiad (Unicamp), Rodolfo A. Franconi (Dartmouth College), Rodolfo Ilari (Unicamp)



Sistema Eletrônico de Revistas – SER

Programa de Apoio à Publicação de Periódicos da UFPR

Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação

[www.prppg.ufpr.br](http://www.prppg.ufpr.br)

O Sistema Eletrônico de Revistas (SER) é um software livre e permite a submissão de artigos e acesso às revistas de qualquer parte do mundo. Pode ser acessado por autores, consultores, editores, usuários, interessados em acessar e obter cópias de artigos publicados nas revistas. O sistema avisa automaticamente, por e-mail, do lançamento de um novo número da revista aos cadastrados.

Revista

*Letras*

Número 69 2006

**EDITORIA UFPR**

R. João Negrão, 280, 2º andar  
tel./fax (41) 3360-7487/3360-7486  
Caixa Postal 19.029 - 81.531-980 - Curitiba - Paraná - Brasil  
[www.editora.ufpr.br](http://www.editora.ufpr.br)  
[editora@ufpr.br](mailto:editora@ufpr.br)

**Coordenação editorial:** Daniele Soares Carneiro

**Revisão dos textos em**

**Português:** Joyce Luciane Correia Muzi

**Inglês:** Vera Lúcia Roloff

**Espanhol:** Terumi K. Villalba

**Francês:** Nathalie Anne-Marie Dessartre Mendonça

**Projeto Gráfico, Editoração eletrônica e Capa:** Rachel Cristina Pavim

A **Revista Letras, n. 69, maio a agosto de 2006**, poderá ser obtida em permuta junto à Biblioteca Central - Caixa Postal 19.051 - 81.531-980 - Curitiba - Paraná - Brasil  
[inter@ufpr.br](mailto:inter@ufpr.br)

Coordenação de Processos Técnicos. Sistema de Bibliotecas, UFPR

---

Revista Letras / Universidade Federal do Paraná, Setor de  
Ciências Humanas, Letras e Artes. - n. 21 (1973) - . -  
n. 69

Quadrimestral  
Continuação de *Letras*.  
ISSN-0100-0888

1. Lingüística. I. Universidade Federal do Paraná.  
Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes.

CDD 410.5  
CDU 801(05)

---

Série Revistas da UFPR, n. 173

ISSN 0100-0888

Ref. 449



PRINTED IN BRAZIL  
Curitiba, 2007

PEDE-SE PERMUTA  
WE ASK FOR EXCHANGE

## **APRESENTAÇÃO**

*Presentation*

Na Seção Estudos Literários que integra este número temos artigos sobre literatura brasileira e portuguesa e uma reflexão sobre os dilemas da crítica literária na atualidade.

Completa o volume um dossiê de estudos lingüísticos, que reúne artigos apresentados no V Workshop on Formal Semantics, ocorrido na USP.

O Editor



## SUMÁRIO / SUMMARY

### Estudos Literários / *Literary Studies*

- 11 Vida e Morte nos Caminhos dos Gerais  
*Life and death in Caminhos dos Gerais*  
Elizabeth Fiori
- 21 Os mistérios da pintura escrita na narrativa de Osman Lins: a poética da écfrasis  
*The mysteries of painting written in Osman Lins's narrative: the aesthetics of ekphrasis*  
Luiz Ernani Fritoli
- 33 Lisboa, em Pessoa, ou das Paisagens Desassossegadas  
*Lisbon, in Pessoa, or the distressed landscapes*  
Gerson Luiz Roani
- 53 Adeus à Crítica Literária  
*Good-bye to literary criticism*  
Renato Suttana

### Dossiê Estudos Lingüísticos: Semântica Formal/ *Linguistic Studies: on Formal Semantics*

- 77 Apresentação: Tendências (no Brasil) da Semântica Formal das Línguas Naturais. O V Workshop on Formal Semantics at USP  
*Presentation: Tendencies (in Brazil) of Formal Semantics of Natural Languages. The V Workshop on Formal Semantics at USP*  
Roberta Pires de Oliveira
- 91 Conexões Conceptuais: um estudo de ERPs sobre a inescapável sintaxe na semântica  
*Conceptual connections: a study of the ERPs on the inescapable syntax in Semantics*  
Aniela Improta França  
Miriam Lemle  
Maurício Cagy  
Antonio Fernando Catelli Infantosi

- 117 A Chave da Distributividade de “Todo” está na Análise de DPs como as *Measure Phrases* de Krifka  
*The key to the distribution of ‘todo’ lies in the analysis of DPs as Krifka’s measure phrases*  
Ana Paula Quadro Gomes
- 133 The Tense and Aspect of the Present Perfect in English and Portuguese  
*Tempo e Aspecto do Presente Perfeito em Inglês e Português*  
Karina Veronica Molsing
- 157 A análise de Sintagmas WH em Ibibio: Evidência para Tipos de Foco  
*WH Phrases as evidence to focus positions in Ibibio sentences*  
Márcia Santos Duarte de Oliveira
- 173 On the Semantics and Pragmatics of Present Tenses  
*Sobre a Semântica e a Pragmática dos Tempos no Presente*  
Cláudio C. C. Gonçalves
- 191 O Particípio Presente no português  
*The Present Participle in Portuguese*  
Alessandro Boechat de Medeiros
- 213 Language Phylogeny and the Evolution of Semantic Complexity  
*Filogenia da Linguagem e a Evolução da Complexidade Semântica*  
Fernando Orphão de Carvalho
- 225 Os Traços Temporais e as Sentenças de Alternância Ergativa do Português Brasileiro  
*Temporal traces in Ergative Alternation Sentences in Brazilian Portuguese*  
Indaiá de Santana Bassani  
Ana Paula Scher
- 247 Referência-I para Língua-I: o programa naturalista na lingüística  
*I-Reference to I-Language: the natural program in Linguistics*  
Ronald Taveira da Cruz
- 269 Arbitrariedade Saussureana em Foco  
*Saussurean arbitrariness in focus*  
Aniela Imrota França  
Miriam Lemle

ESTUDOS LITERÁRIOS  
*Literary Studies*



# VIDA E MORTE NOS *CAMINHOS DOS GERAIS*

---

*Life and death in Caminhos dos Gerais*

Elizabeth Fiori\*

## INTRODUÇÃO

Bernardo Élis nasceu em Corumbá, Goiás, em 1915 e faleceu em 1977. Publicou o livro de poemas *Primeira chuva* (1955), o romance *O tronco* (1956) e os livros de contos *Ermos e gerais* (1944), *Caminhos e descaminhos* (1965), *Veranico de janeiro* (1965) e *Caminhos dos gerais* (1975). O espaço, elemento que sobressai até mesmo nos títulos, é o interior de Goiás, com suas cidadezinhas, sua natureza exuberante e, sobretudo, selvagem, bruta. Em *Caminhos dos Gerais*, cuja maioria dos contos é de *Ermos e gerais* e de *Caminhos e descaminhos*, essa bruteza está intimamente ligada às personagens: o barbarismo que caracteriza as situações por elas vividas acentua a sensação de um espaço que, de tão rústico, parece recuar no tempo.

Dentre os dezessete contos de *Caminhos dos Gerais*, dez apresentam mortes trágicas: uma por canibalismo, duas por acidente e sete por assassinato. No conto “A Virgem Santíssima do quarto de Joana”, a personagem principal, Joana, ao ver confirmada a lenda de que seu marido, o coveiro, devorava “anjinhos”, morre, tendo no seio a boca entreaberta do filho morto, cuja perna fora “roída” pelo padrasto. Por acidente são as mortes que ocorrem em “Moagem”, em que Totinha desfalece ao decepar o próprio braço preso no engenho, e “Noite de São Lourenço”, em que a história da “velha Isabela”, morta pelo incêndio que se faz pressentir desde o início do conto, transforma-se em cantiga popular. No terceiro caso, o das mortes

\* Mestre e Doutoranda pela UEL.

por assassinatos, estão os contos “Nhola dos Anjos e a cheia do Corumbá”, “A mulher que comeu o amante”, “Um assassinato por tabela”, “O caso inexplicável da orelha de Lolô”, “O diabo louro”, “Pai Norato” e “Ontem como hoje como amanhã como depois”.

Nhola dos Anjos é a velha entrevada, empurrada pelo filho, Quelemente, com dois “coices na cara”, já que a jangada não mais suportava o peso das três pessoas que procuravam salvar-se das correntezas provocadas pelo transbordamento do rio Corumbá. Camélia é “a mulher que comeu o amante”, pois que se alimenta das piranhas que o devoraram ao ser amarrado e jogado no poço por Izé, o outro amante de quem a mulher se faz cúmplice. Também em “Um assassinato por tabela”, o amante, Ramiro, incentivado por Fulô, tenta matar Benício, o marido. Porém, este descobre o plano e obriga a própria mulher a matar o amante. Em “O caso inexplicável da orelha de Lolô”, a consciência de Anísio obriga-o a revelar a um amigo os crimes que cometera no passado. As provas se encontram no porão da fazenda: a ossada insepulta de sua prima, Branca, e a orelha do negro Lolô, que com ela fugira. Em determinado momento, a orelha movimenta-se em direção a Anísio, destruindo-o. Seu cadáver é “esbordoado” pelos vizinhos até desinchar.

E, de repente, de dentro da caixinha, veio saindo mornamente a orelha. Estava inchada, negra, intumescida. Andava na ponta dos seus grossos cabelos, como as aranhas, bamboleando mornamente o corpo nas pernas. Marchava com uma cadênciâ morosa, inexorável – um passo estudadado e cinematográfico (1975, p. 49).

Chico Brasa, “o diabo louro”, é um revoltoso da temida coluna pente-fino. Seu alvo é o governo, mas suas ações de bandido assustam o povo: “o povo fugia dela [da coluna pente-fino] como uma maldição terrível” (1975, p. 55). No final do conto, é assassinado a tiro pelos legalistas.

Espécie de mistura de monge, feiticeiro e benzedor, pai Norato, de tão integrado à natureza, domina animais selvagens apenas com o olhar. A mulher do afilhado, entretanto, desperta-lhe sensações que julgara extintas. Depois de tanto assediá-la, sem que ela cedesse, pai Norato

falou ao afilhado e disfarçadamente deixou cair-lhe na calça grossa de algodão cru um rodoleiro esperto, seco, horripilante.

(…)

De noite, num coro de boi, esticado, duro, jazia o afilhado. Inteiríçado na sisudez impenetrável dos cadáveres (1975, p. 70-71).

Vendo o marido morto, a mulher deixa de opor a resistência que opusera mesmo quando pai Norato ameaçara matar-lhe o filho. Sem marido, sem filho, não foge quando o velho, naquela noite, achega-se ao seu jirau. As atitudes de pai Norato, porém, privam-no de sua antiga cumplicidade com a natureza. Voltando à mata, é atraído por uma suçuarana, que

Assentou-lhe as patas na goela, rasgou, puxou as carnes com a dentuça afiada e faminta. Dilacerou-lhe o ventre e em seguida arrastou aqueles molambos lá para a gruta. Plantou esse bagaço no chão fofo, cobriu de folhas secas e fugiu num coleio bambo do lombo luzidio (1975, p. 71-72).

No conto “Ontem como hoje como amanhã como depois”, Put-Kôe é uma indiazinha adolescente, que o pai, em troca de cachaça, entrega ao cabo Sulivero. Este a leva para o garimpo, pensando em ter ao mesmo tempo uma empregada e uma mulher: ela “serviria de mulher. E ficaria barato” (1975, p. 159). No entanto, Put-Kôe cozinha mal, não lava, não passa. Sulivero considera que ela atrapalha em vez de ajudar e a manda embora várias vezes. Na última, ela insiste em que ele deve assumi-la: “cristão casou, não pode largar mulher não” (1975, p. 167). Sulivero não se comove com a gravidez da índia, atingindo-a com um tiro mortal.

Além do caráter trágico que se depreende a partir dessas fábulas, há outros elos entre a maioria das histórias de vida e morte dos *Caminhos dos Gerais*:

- a concepção de vida enquanto busca de uma satisfação pessoal a qualquer preço;
- o desapreço em relação à vida e, portanto, à morte do outro;
- a atitude de supervalorização da vida do eu;
- personagens rústicas, encerradas em um espaço também rústico, primitivo, rural, por vezes selvagem, mas que nada têm da inocência que o senso comum normalmente associa a elas;
- a presença sensual da mulher, despertando, inconscientemente ou não, o instinto sexual masculino;
- o fato de não haver ênfase no enfrentamento da morte; é, sobretudo, nas atitudes diante da vida que se revelam as relações com a morte.

A leitura empreendida neste estudo representa a síntese desses elos entre os contos de *Caminhos dos Gerais* através das figuras de *Thanatos* (morte) e *Éros* (amor).

### VARIAÇÕES SOBRE UM TEMA – *THANATOS* E *ÉROS*

*Thanatos* manifesta-se sob a forma do trágico e do macabro. *Éros* manifesta-se no amor pela vida do eu, sobretudo no que este tem de ânsia de satisfação pessoal, que, na maioria dos contos, relaciona-se com a satisfação da libido e exige a supressão do outro. Também é *Éros* que reconheço em um certo fascínio por cenas de morte trágica, atestado pela obsessiva presença desse tipo de morte em dez dos dezessete contos.

O macabro configura-se por um paroxismo trágico, quase satânico, lembrando em muito os povos primitivos, com seus rituais envolvendo orgias, torturas, canibalismos. Se o macabro do século XV caracteriza-se principalmente pelas representações da decomposição, conforme Philippe Ariés (2003, p. 144), nos *Caminhos dos Gerais* estará associado ao absurdo, quase insólito das situações de morte. É assim que vejo os “coices” que Quelemente aplica no rosto da mãe velha e entrevada, o semicanibalismo da morte de Januário, a cena de canibalismo do coveiro, a imagem de Branca aguardando ser picada pela serpente que nunca esteve com ela, a orelha fantástica de Lolô, a crueldade de pai Norato e a descrição ao mesmo tempo realista e sobrenatural de sua morte, o horror de Fulô ao enterrar a faca na garganta do amante, o assassinato da menina índia grávida ou o braço de Totinha moído no engenho.

Quanto a *Éros*, é o amor pela vida do eu e do meu (o filho) que determina a atitude de Quelemente. Embora com problemas de consciência, o instinto de sobrevivência, o medo da morte iminente o guia, como guia Fulô, que, com uma navalha no pescoço, não tem dúvidas: entre a sua vida e a do amante, faz a primeira opção. Januário, Benício, Ramiro, Joana, o afilhado de pai Norato, Branca, Lolô e Put-Kôe são vítimas de uma certa obstinação (de seus algozes) em bem viver, não significando o bem viver a inquietação com a morte digna ou com o além-morte, mas um querer viver do jeito que se quer. Há nesse, como em todo desejo, a compreensão da incompletude do sujeito que apenas torna-se pleno com o alcance do objeto ansiado. Se há algum radicalismo nessas ponderações, ele é inversamente proporcional ao índice de crueldade imposto às personagens. Só assim me parece possível compreender a não hesitação em atirar Januário vivo ao poço das piranhas, mesmo diante de seu apelo. Camélia chega a se como-

ver, mas não hesita. Sua vontade, nesse momento representada por algo ínfimo, como a “saudade de comer sal”, é imperativa: “Uma lágrima ainda saltou e caiu na boca de Camélia, que estava carrancuda e quieta atrás do primo. Ela teve nojo, quis cuspir fora, mas estava com tanta saudade de comer sal, que resolveu engolir” (1975, p. 24).

O nojo e a lágrima são elementos que denotam a presença de preceitos morais que opunham resistência ao crime, ao mesmo tempo em que são a lembrança da morte. Porém o sal é tempero, relaciona-se a sabor, a prazer. Num processo que interpreto como metonímico ou simbólico, o sal representa a paixão pela vida, o prazer – *Éros*, portanto. A lágrima encerra maravilhosamente a síntese de *Thanatos* e *Éros*, pois, se é expressão de dor, lembrança da morte, contém o sal, símbolo do prazer. É quase uma concepção de vida que pressupõe a união intensa entre a morte e o prazer, em que a dor, o sofrimento, a morte seriam pré-condições do prazer.

Izé, como um hábil Dédalo, ergue os muros que o defenderão de sua consciência e consegue sobrelevar-se a eles. Querendo livrar-se de Januário, mas estando já “viciado com a justiça”, “precisa achar uma desculpa, um pé qualquer para justificar seu crime, e começou a nutrir um ódio feroz pelo velho” (1975, p. 23). Em outro momento, quando amarra Januário e este, inocentemente, pergunta que brinquedo era aquele, Izé responde: “Que nenhum brinquedo, que nada, seu cachorro! ocê qué me matá, mais in antes de ocê me jantá eu te armoço, porqueira. Vou te tacá ocê pras piranhas comê, viu?” (1975, p. 24). Ainda em atitude de autodefesa da consciência, antes de efetivar o crime, diz: “Coisa rúim, cachorro, farso” (1975, p. 24).

Paradigmático da síntese *Thanatos* e *Éros* é o momento em que Camélia convida Izé para ver o esqueleto de Januário no fundo do rio: “Vigia só, Izé” (1975, p. 25). A indiferença que se depreende dessas palavras de Camélia, por trás das quais vislumbra um riso sardônico; a ironia e o sarcasmo de que se reveste a descrição do esqueleto, confundindo voz do narrador e voz das personagens presentificam o macabro-erótico. Há um certo fascínio na contemplação do esqueleto:

É que no fundo do rio, entre os garranchos, estava o esqueleto limpinho, alvo, do Januário. Tão branco que parecia uma chama. As mãos amarradas ainda pareciam pedir perdão a alguém, a Deus talvez.

A caveira ria cinicamente, mostrando os dentes sujos de sarro, falhados pela velhice, com um chumaço de barba na ponta do queixo, formando um severíssimo cavanhaque de ministro do Segundo Império.

De vez em quando a água bulia e o esqueleto mexia-se mornamente, como se estivesse negaceando os criminosos. A caveira ria na brancura imbecil dos dentes sarrentos (1975, p. 25).

O caráter obstinado do bem viver traz algumas implicações: a negação da morte do eu, o despreço pela vida do outro e a consequente indiferença por sua morte. *Éros* é a negação da morte ou a sua não aceitação por representar a paixão pela vida, o estar voltado para a vida e, assim, de costas para a morte. Maurice Blanchot (1987, p. 88-89) menciona o significado de “morrer contente” para Kafka, segundo quem essa atitude não seria tão boa, já que o contentamento com a morte evidenciaría o descontentamento com a vida. Nos contos dos *Caminhos dos Gerais*, poder-se-ia inverter a fórmula e “viver contente” seria um índice do medo da morte e da consciência da fragilidade do corpo.

A vida do outro não tem valor algum quando se interpõe ao sujeito e seu objeto de desejo. Sulivero pensa no Paraná, nas “meninas louras aos beijos por trás dos pés de café” (1975, p. 166). Nesse instante, ele ameaça Put-Kôe com o revólver, esquecendo-se da afeição que ainda há pouco sentira pela índia, e, quando ela menos espera, “o baque do tiro sacudiu a pasmaceira da tarde” (1975, p. 167).

Nesse átimo, Put-Kôe que levantara o semblante para fixar sorridente o cabo, desmanchou rapidamente o riso, numa dolorosa expressão de surpresa. Seus olhos tiveram um lampejo de relâmpago e ela engoliu em seco, dando à feição um ar de quem perscrutava algo que se partia por dentro de seu próprio peito. Ficou tesa uma fração de segundo, para depois vergar os joelhos, girar em torno de si e cair no solo do porto (1975, p. 167).

E se a vida do outro não tem valor, tampouco o terá a sua morte: não há luto, mas alívio e até um certo sadismo, basta pensar na descrição do esqueleto de Januário. Camélia tinha ido ao rio pescar piranhas e o esqueleto não a impede de cumprir essa tarefa – não há susto, não há problemas com a consciência, não há sentimento algum. Ela prepara o alimento, comenta nunca ter comido uma piranha tão gostosa: “A mó que tão intê sargada, Izé!” (1975, p. 25). Essa indiferença é ressaltada pelo narrador no final do conto: “Perto, no pindaibal do brejo, os passo-pretos estavam naquela alegria bonita, cantando” (1975, p. 25).

Há, ainda, uma outra variação do tema de *Thanatos e Éros*. É quando a opção por *Éros* traz a morte por consequência. É talvez uma

versão do pecado original – a transgressão que produz a morte. É assim que percebo as mortes de Quelemente, Ramiro, Anísio, pai Norato, Chico Brasa e Joana. Quelemente, ao verificar que alcançara um lugar raso, resolve procurar a mãe, gritando por ela várias vezes,

até que a água lhe encheu a boca aberta, lhe tapou o nariz, lhe encheu os olhos arregalados, lhe entupiu os ouvidos abertos à voz da mãe que não respondia, e foi deixá-lo, empazinado, nalgum perau distante, abaixo da cachoeira (1975, p. 9).

No discurso indireto-livre, a amenização do perigo acentua a atrocidade da ação de Quelemente e justifica sua punição:

Ah! se ele soubesse que aquilo era raso, não teria dado dois coices na cara da velha, não teria matado uma entrevada que queria subir para a jangada numa lugar raso, onde ninguém se afogaria se a jangada afundasse...

Mas quem sabe ela estava ali, com as unhas metidas no chão, as pernas escorrendo ao longo do rio?

Quem sabe ela não tinha rodado? Não tinha caído na cachoeira, cujo ronco escurecia mais ainda a treva? (1975, p.9).

Os transtornos de consciência fundem-se às imagens da natureza: “E as águas escachoantes, rugindo, espumejando, refletindo cinicamente a treva do céu parado, do céu defunto, do céu entrevado, estuporado” (1975, p.9). Mais abaixo, na descrição da natureza, cresce o sentido de culpa: “A água barrenta e furiosa tinha (...) timbres de mãe ninando filhos doentes (... )” (1975, p.9). E a seleção lexical permite compreender a proximidade do fim: a água tem “vozes de pesadelo”, “resmungo de fantasmas”, “timbres de mãe ninando filhos doentes”, “uivos de cães danados”. As espumas que bóiam sobre a água são comparadas a “flores sobre túmulos” (1975, p. 9) e, de fato, é em túmulo que o rio se converterá, nele jazerão mãe e filho.

Entretanto, é na morte de pai Norato que o sentido de punição mais se adensa. Distante da civilização, há trinta anos no fundo da mata, tendo uma vida caracterizada pela castidade, pai Norato conhece os segredos da natureza e pode dominar animais selvagens apenas “com seu olhar de faquir”(1975, p. 65). À noite, seus olhos cresciam e “destilavam uma luz violácea que adormentava a bicharada” (1975, p. 66). “Vivia disso: beberagens contra gálico, benzeduras, responso, fechamento de corpo etc...” (1975, p. 67). Quanto à castidade da personagem, diz o narrador: “Desde cedo

matara em si a besta feroz – a libido. Seu corpo mantinha-se puro de contatos femininos, fortalecendo assim a porta mais fraca para a perdição da alma” (1975, p. 66). Mas quem vê em pai Norato apenas uma alma pura, muito se engana. A besta fera estava “quase domada, mas pronta sempre a atacar” (1975, p. 67). É a mulher do afilhado que, inconscientemente, mexe com os sentidos do velho. De volta à mata, o toque sensual de uma onça leva-o a re-conhecer seu vigor sexual. *Éros* parece zoomorfizar-se e a onça, antropomorfizar-se: “E a bruta veio mansa, libidinosa, roçar nele o lombo num frêmito histérico de mulher” (1975, p. 68).

Porém, é quando pai Norato vence a mulher do afilhado, deitando-se com ela, que o ato transgressor é consumado. A ruptura é imediata. A força sobrenatural que o protege, abandona-o, fica à mercê dos perigos da natureza e sente medo quando vê uma suçuarana aproximar-se: “Depois, só duas tochas de fogo vieram andando pras bandas do homem, que suava, tremia, arquejava” (1975, p. 71). O olhar de pai Norato, dessa vez, parece excitar a fera, infundindo-lhe, simultaneamente, *Thanatos* e *Éros*: “Correu um frêmito de gozo no fio do lombo da fera. Tremeu-lhe o dorso de veludo. O rabo elétrico movia-se sem parar e ela espreguiçou-se, abrindo a bocarra vermelha num bocejo mau” (1975, p. 71). E, mais adiante: “Veio mansa, ronronando pra ser alisada e de supetão, quando o velho a estava alisando, foi aquele pincho” (1975, p. 71).

Na descrição da suçuarana transparece a sensualidade feminina, mas também um pressentimento da morte, que acaba por se concretizar. No ataque traíçoeiro, é *Thanatos* que se zoomorfiza e pune severamente o transgressor.

Nesse sentido, pode ser coerente minha percepção de uma concepção cristã de pecado e castigo. Segundo o livro cristão, “o salário do pecado é a morte” (Romanos 7:23). Como no paraíso de Adão e Eva, pai Norato, ao levar a efeito seu desejo, descobre-se nu, ou seja, destituído das forças que o protegiam – seu ato converte-se em pecado e o condena à morte.

## CONCLUSÃO

Em “Pai Norato”, há, no início do conto, uma descrição da natureza que, parece-me, concentra muito das idéias que procurei demonstrar, permitindo-me concluir este estudo:

Paus se erguiam como para escorar os céus. Cipós amarravam troncos, estorciam-se em orgasmos frenéticos para beber o sol que os jatobás e aroeiras e tamburis tapavam. Apertavam os madeiros. Chupavam-lhes o sangue, a alma. Matavam-nos e tomavam-lhes o sol depois. Havia uma política porca, uma luta brutal pela vida, humanamente brutal (1975, p. 66).

É incrível a densidade da linguagem poética. Tudo o que disse até aqui encontra-se sintetizado nesse parágrafo e creio mesmo que ele represente a cosmovisão de Bernardo Élis, nessa obra. Na imagem da natureza vegetal, a mesma obsessão pela vida a exigir o sacrifício do outro. A busca do sol empreendida pelos cipós possui conotações eróticas: seus movimentos nos troncos são “orgasmos frenéticos”. Entretanto, o abraço apertado é engodo, anuncia a morte, torna-se macabro – “chupar o sangue” é animalesco, causa horror. “Chupar a alma” é humano, causa maior horror.

Percorrido esse caminho, talvez seja redundante mencionar que em *Caminhos dos Gerais* há uma concepção trágica da existência, em que a vida é sempre interrompida de modo abrupto. Numa espécie de inversão do senso comum, a morte dita “natural” não acontece, e a morte trágica torna-se “natural”. Tal concepção trágica da existência, contudo, está intimamente associada a uma certa desesperança no ser humano, que, envolvido numa “luta brutal pela vida”, desumaniza-se, zoomorfiza-se.

Convém observar, entretanto, que essa “luta brutal pela vida”, assim compreendida pelo escritor goiano, não pode ser dissociada do espaço onde acontece. Como se percebe pelo próprio título, os “caminhos dos gerais” não só integram essas tramas de vida e morte como parecem ser a razão mesma delas. Tanto é assim, que uma das características recorrentes nesses textos é a descrição, por vezes minuciosa, da natureza selvagem ou de um espaço rústico, em que os vestígios da civilização restringem-se a uma venda ou igreja, típicas nas representações de cidadezinhas do interior. Também na fala das personagens procura-se reproduzir um dialeto rural. No entanto, o sertanejo de Bernardo Élis nada tem da ingenuidade que tradicionalmente se atribui a ele, conformada à visão romântica, segundo Rousseau, de que o homem seria puro e bom quando integrado à natureza e de que a sociedade o corromperia. Para Bernardo Élis, conforme percebo, o homem distante das sociedades civilizadas padece dos mesmos vícios destas, como se estes lhe fossem intrínsecos. O regionalismo desse autor é singular neste sentido: aponta para um primitivismo bárbaro que está nas origens da história da civilização e que tem sido o móvel de sua evolução, em termos de conquista do espaço e da lei da sobrevivência do mais forte, do mais astuto.

## RESUMO

No livro *Caminhos dos Gerais*, de Bernardo Élis, *Thanatos* (a morte) manifesta-se sob a forma do trágico e do macabro, *Éros* (o amor) manifesta-se no amor pela vida do eu. Regendo essas tramas de vida e morte, uma concepção trágica da existência intimamente ligada a certa desesperança no ser humano, que, envolvido numa “luta brutal pela vida”, desumaniza-se.

Palavras-Chave: *Morte; regionalismo; Bernardo Élis.*

## ABSTRACT

In *Caminhos dos Gerais*, by Bernardo Élis, *Thanatos* (death) manifests itself in tragic and morbid forms. *Eros* (love) manifests itself in love for the life of “self”. By orchestrating these plots of life and death, a tragic conception of existence associated with a degree of hopelessness in human beings (involved in a “brutal struggle for life”) leads to dehumanization.

Key-words: *Death; regionalism; Bernardo Élis.*

## REFERÊNCIAS

- ARIÉS, Philippe. *História da morte no ocidente*. São Paulo: Ediouro, 2003.  
BLANCHOT, Maurice. *O espaço literário*. Rio de Janeiro: Rocco, 1987.  
ÉLIS, Bernardo. *Caminhos dos Gerais*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

# OS MISTÉRIOS DA PINTURA ESCRITA NA NARRATIVA DE OSMAN LINS: A POÉTICA DA ÉCFRASIS

*The mysteries of painting written in Osman Lins's narrative: the aesthetics of ekphrasis*

Luiz Ernani Fritoli\*

## INTRODUÇÃO

*Nove, novena* constitui um momento privilegiado no percurso do escritor Osman Lins: é o texto inaugural de sua “fase de maturidade, talvez de plenitude”;<sup>1</sup> é o livro-declaração de sua revolução poética. É uma passagem de “texto de prazer” a “texto de fruição”, seguindo as definições de Roland Barthes, em seu polêmico livro *O prazer do texto*. O “texto de prazer”, neste caso, é o romance *O fiel e a pedra*: aquele texto “que contenta, enche, dá euforia, não rompe com a cultura, está ligado a uma prática confortável de leitura”. Já *Nove, novena* tipifica o “texto de fruição”:

aquele que coloca em situação de perda, desconforta (chegando até mesmo a aborrecer), faz vacilar as bases históricas, culturais, psicológicas do leitor, a consistência de seus gostos, valores e recordações, faz entrar em crise sua relação com a linguagem.<sup>2</sup>

\* DELIN/UFPR.

<sup>1</sup> LINS, Osman. *Evangelho na taba*. São Paulo: Summus Editorial, 1979, p. 141.

<sup>2</sup> BARTHES, R. *O prazer do texto*. Lisboa: Edições 70, [19--]. p. 58.

Cada livro de ficção de Osman Lins tem uma existência formal autônoma, o que torna difícil, a uma primeira leitura menos atenta, perceber uma continuidade do que facilmente se chama *estilo*. O que não significa que não haja uma continuidade de identidade nos textos osmanianos. Uma leitura em ordem cronológica revela que a cada novo livro publicado aparecem inovações ou pelo menos renovações formais no tratamento de temas que vão se ampliando desde os conflitos ético-morais do indivíduo consigo mesmo, em situações quotidianas, caseiras, de uma sociedade pequeno-burguesa pernambucana, vistos por uma ótica intimista e psicologizante, em direção a uma sucessiva abertura de foco que vai abranger temas mais sociais (da relação do homem com seu entorno, com seu espaço social) e enfim universais (da relação do homem com a natureza e o espaço cósmico). Na verdade poderíamos sintetizar, reduzindo em linhas muito gerais, os conflitos temáticos osmanianos numa seqüência cronológica da seguinte maneira: em *O visitante*, o conflito é do indivíduo diante de si mesmo; em *Os gestos* é o homem diante do outro; *O fiel e a pedra* apresenta o conflito do homem diante da sociedade; nas narrativas de *Nove, novena* está o homem diante da consciência: da arte, da história, da política, do cosmos (tempo e espaço); em *Avalovara* o conflito é o do homem diante da criação; em *A Rainha dos cárceres da Grécia* está o homem diante da literatura (ou da ficção).

## A ESPIRAL CRESCENTE

Nessa seqüência, cada texto de Osman Lins *amplia os espaços precedentes*. Da sala de Celina, em *O visitante*, passa aos quartos e salas, o circo, a praia; em *Os gestos*: espaços mais amplos, mas ainda assim restritos, bem delimitados ou dos quais se acentua apenas uma pequena parte em que acontece a ação. Toda uma cidade, Vitória de Santo Antão, em *O fiel e a pedra*; vários espaços rurais e urbanos em *Nove, novena* (especialmente no “Retábulo de Santa Joana Carolina”). Depois de *Marinheiro de primeira viagem*, cujo espaço é a Europa, *Avalovara* passeia por espaços ainda mais amplos do que os do *Marinheiro*: passeia pelo universo, abrange vôos espaciais e chega ao Paraíso. *A Rainha dos cárceres da Grécia* volta ao espaço estritamente literário – talvez o mais amplo de todos, ou a virada para o interno; de qualquer modo, a volta da espiral.

Acompanhando os espaços, os temas tornam-se mais amplos e a reflexão metalingüística mais complexa: paralelamente a essa abertura de foco em direção ao universo a ser representado, realiza-se um movimento

contrário (a expansão em espiral): o voltar-se da orientação artística em direção a seu próprio núcleo: o texto como meio e fim da representação. Como meio por ser um texto escrito, uma obra literária; e como fim porque seu objetivo é realizar um texto *artístico* e não um mero retrato do entorno, o que significa dizer não ao texto como representação mimética do real, em prol de uma outra representação: a do ato criador, reordenador do caos pela nomeação das coisas. O movimento do texto privilegia e direciona uma interpretação do universo escrito como artificialidade, como realidade criada pela palavra; mas, como uma espiral, mesmo em expansão mantém um centro: o mundo real, sensível, concreto.<sup>3</sup> Posteriormente, o direcionamento do texto para sua própria dimensão *literária* ganhará ênfase no segmento “A espiral e o quadrado”, em *Avalovara*, e será escancaradamente metanarrativo no último romance, *A Rainha dos cárceres da Grécia*. Em todo esse processo de evolução e metamorfose estilístico-estrutural constante, é *Nove, novena* que constitui o divisor de águas, a verdadeira revolução no âmbito da poética do autor; *Nove, novena* “faz vacilar nossa relação com a linguagem”, “coloca-nos em situação de perda” e nos obriga a uma atitude intelectual ativa de busca de coesão, coerência e completude: exige uma leitura *ativa*. E, das nove narrativas do livro, o “Retábulo de Santa Joana Carolina” é a mais longa e mais complexa.

Não há dúvida de que no “Retábulo...” Osman Lins busca transcender o princípio temporal da narrativa, fundindo-o com o espacial. Essa realização constitui uma feliz subversão da distinção fixada por Lessing em seu *Laocoonte*,<sup>4</sup> texto em que determina – baseado em sua concepção de representação artística como necessariamente mimética – como limites entre as diferentes manifestações artísticas justamente a natureza espacial da pintura e a natureza temporal da escrita. Lins subverte essa distinção através da combinação de vários processos de composição: a configuração do narrador (e consequentemente a perspectiva)<sup>5</sup> radicalmente inovadora, que faz com que a rotatividade do foco narrativo simule uma contemporaneidade de visão de todas as cenas, e como consequência a presentificação tem-

<sup>3</sup> Em *Guerra sem testemunhas*, no capítulo IV (“O escritor e a obra”), após uma longa reflexão sobre o tema da validade do texto ao apresentar-se como enfrentamento ou fuga do mundo real, afirma: “Poderíamos mesmo afirmar, sem intenções polêmicas, que o traço específico do ficcionista não é a capacidade de organizar enredos, nem a de retratar personagens. Nem mesmo a de conceber uma estrutura; e sim a capacidade de introduzir em suas obras o mundo sensível, a realidade concreta, o osso do universo”. LINS, O. *Guerra sem testemunhas: o escritor, sua condição e a realidade social*. São Paulo: Ática, 1974. p. 57.

<sup>4</sup> LESSING, G. E. *Laocoonte ou sobre as fronteiras entre a pintura e a poesia*. São Paulo: Iluminuras, 1998.

<sup>5</sup> Sobre o ponto de vista cf. NITRINI, S. *Poéticas em confronto: Nove, novena e o Novo Romance*. São Paulo / Brasília: Hucitec, 1987 e CINTRA, I. A. *O foco narrativo na ficção: uma leitura de Nove, novena de Osman Lins*. São Paulo, 1978. Dissertação (Mestrado) – USP.

poral ou fusão de todos os tempos; a imediatez visual por via da fusão dos sinais gráficos; a distribuição dos parágrafos e palavras na página; a espacialização da narrativa; a fusão personagem-espaco. Por tudo isso o texto supera a linearidade monótona da escrita comum, e adquire um caráter semi-pictórico: a escrita assume assim uma nova natureza, mais visual e portanto, mais espacial do que a escrita "comum".<sup>6</sup>

Destaca-se porém muito especialmente a configuração do espaço literário, que se dá, no "Retábulo de Santa Joana Carolina", através de um processo de transposição interestética em que literatura e pintura parecem interagir agonicamente sem jamais ceder à outra o direito à primogenitura: a écfrasis literária.

## RETÁBULOS: A HOMOLOGIA ESTRUTURAL, DA NARRATIVA VISUAL À ÉCFRASIS

Ecfrasis,<sup>7</sup> resumidamente, é a representação literária de uma obra de arte plástica, principalmente a pintura. É o processo básico de construção do espaço literário na narrativa "Retábulo de Santa Joana Carolina".

A estrutura da narrativa é evidenciada já pelo título, que estabelece uma homologia estrutural<sup>8</sup> entre dois meios narrativos, o visual e o escrito. O retábulo é um painel de altar, dividido em quadros, e conta uma história através de imagens. Cada quadro contém uma cena que representa um episódio significativo da vida do santo ao qual a obra é dedicada; essa cena concentra e simboliza uma parcela da história global a ser contada. A história então é fragmentada e espacializada, mas a narratividade é garantida pela popularidade do enredo e pertence a um formato convencional que garante um modo de *ler* a história ali retratada: há uma sintaxe própria da narrativa visual, que é específica para cada gênero artístico.<sup>9</sup>

No âmbito dessa sintaxe visual os quadros geralmente são independentes uns dos outros, isolados por uma moldura e acompanhados por

<sup>6</sup> Sobre a espacialização da escrita, cf. NITRINI, S. e FERREIRA, Ermelinda (ver Referências).

<sup>7</sup> Tratamos aqui especificamente da écfrasis literária, diferenciando-a da écfrasis crítica, segundo a distinção estabelecida por RIFFATERRE, M. *L'illusion d'ekphrasis*. In: MATHIEU-CASTELLANI, G. *La Pensée de l'image: Signification et figuration dans le texte et dans la peinture*. Vincennes: PUV, 1994. Sobre a écfrasis na obra de Osman Lins foram pioneiros os estudos de Ermelinda FERREIRA (cf. Referências).

<sup>8</sup> Cf. PRAZ, Mario. *Literatura e artes visuais*. Tradução de: José Paulo Paes. São Paulo: Cultrix/Ed. Universidade de São Paulo, 1982.

<sup>9</sup> Cf. LOTMAN, Yuri. *Estética e semiótica no cinema*. Tradução de: Alberto Carneiro. Lisboa: Estampa, 1973.

ornamentos (às vezes fechados em uma moldura-ornamento), de modo que cada cena representada tem uma sua independência visivo-semântica e uma completude de episódio. Naturalmente cada cena só adquire sentido pleno na correlação com as outras cenas, configurando a história total. Essa autonomia dos quadros permite que um observador escolha a seqüência em que deseja observar os quadros. Há sempre uma seqüência preferencial, pré-estabelecida pelo autor, mas ela é apenas indicativa, não obrigatória, desde que o observador seja capaz de reconfigurar cronologicamente os episódios e reconstituir mentalmente a história. Ainda em termos de narratividade, visto que os quadros são isolados uns dos outros, a função sintática é dada pelo próprio painel ou moldura, enquanto a relação entre as cenas é semântica, especialmente pela presença de um mesmo personagem em todas elas.

Pela própria espacialidade da narrativa retabular, a simultaneidade de todas as cenas significa que todos os diferentes *tempos* dos acontecimentos narrados são fixados como *espaços* diferentes simultâneos. Isso permite ao observador, em uma segunda “leitura” da obra, mesmo atento a um quadro específico, a captação, pela visão periférica, de outros espaços e outros tempos simultaneamente. Ou, por um simples desvio do olhar, a percepção de um espaço-passado ou um espaço-futuro, dando-lhe uma espécie de pseudo-onisciência e domínio sobre o tempo.

## O RETÁBULO LITERÁRIO E A PINTURA ESCRITA

Todas as características mencionadas acima são reproduzidas no retábulo literário, confirmando a homologia estrutural a que acenamos anteriormente. O texto é dividido em quadros que têm uma autonomia de episódio, sem ligação sintática verbal entre eles, de modo que os quadros são justapostos, numa seqüência preferencial mas não obrigatória, produzindo a espacialização da narrativa. A narratividade é garantida pela presença de Joana em todos os quadros e pelo fato de estarem todos agrupados sob o mesmo título e associados por um formato comum: todos têm o subtítulo “Mistério” e são introduzidos por um “ornamento”.

A articulação do foco narrativo, bastante complexa, baseia-se na multiplicidade das imagens (projeções espaciais das idéias) visuais simultâneas: é a concepção (mesmo que imaginária) do retábulo plástico, com sua narrativa por imagens, como modelo para a narrativa escrita que permite que

um hipernarrador,<sup>10</sup> único a ter acesso ao espaço global dividido em “quadros”, coloque diante de cada quadro um dos narradores, que vai observar a cena (da qual também é personagem) e descrevê-la como *pintura escrita*.<sup>11</sup>

A narração (ao menos inicialmente) é feita de memória, mas a *visualização* é presente, o mesmo presente da leitura: o espaço observado pelo personagem-narrador evoca um outro espaço, o da experiência de cada um. Esse espaço evocado é um espaço altamente subjetivado, pois, fixado pela consciência como imagem, é posteriormente reconstruído como memória visual, a qual é depois descrita (no presente) segundo convenções artísticas moldadas pela tradição.<sup>12</sup> A representação literária desse espaço da memória é, portanto, uma mimese de segunda ordem, realizada na transposição interestética do espaço pictórico de referência ao espaço literário.

O discurso ecfrástico se realiza portanto sempre no presente, pois é o presente da observação dos quadros: é o que nos “faz ver” a cena. Eis um breve exemplo da écfrasis, tomado do “Primeiro Mistério”:

⊕ Acompanhei, durante muitos anos, **Joana Carolina** e os seus. **Lá estou, negra e moça, sopesando-a** [tão leve!], **sob o olhar grande de Totônia**, que me pergunta: “É gente ou é homem?”. Porque o marido, de quem não se sabe o nome exato, e que não tem um rosto definido, às vezes de barba, outras de cara lisa, ou de cabelo grande, ou curto – também os olhos mudavam de cor –, só vem em casa para fazer filhos ou surpresas, até encontrar sumiço nas asas de uma viagem. Aquelas **quatro crianças** que **nos olham, perfiladas do outro lado da cama**, guardando nos **punhos fechados sobre o peito** seus destinos sem brilho, são as marcas daquelas passagens sem aviso, sem duração...<sup>13</sup> [grifo meu]

Eis aqui a descrição do primeiro quadro do retábulo, realizada em meio à narração dos fatos ocorridos. Há, claramente, dois momentos

<sup>10</sup> O “hipernarrador” na verdade confunde-se, na maior parte do tempo, com a figura do autor implícito: é aquele que gerencia, como um diretor de cena, a configuração do cenário (ou seja, a “criação” do espaço ficcional), a entrada e saída dos diversos narradores, a narração “impessoal” ou neutra dos ornamentos, enfim a configuração geral do texto.

<sup>11</sup> O termo “pintura escrita” (que é, em última instância, o próprio objeto ecfrástico) ocorre-nos como analogia ao conhecido “*Ut pictura poesis*” de Horácio na sua *Ars Poética*, e, principalmente, ao aforisma atribuído por Plutarco a Simônides, segundo o qual “a pintura é poesia muda e a poesia é pintura falante”. Cf. GALÍ, N. *Poesía silenciosa, pintura que habla*: de Simonides a Platón. Barcelona: El Acantilado, 1999.

<sup>12</sup> Cf., a respeito, FITTER, Chris. *Poetry, space, landscape. Toward a new theory*. New York: Cambridge University Press, 1995.

<sup>13</sup> NOVE, novena: *narrativas*. 4. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994. p. 72. A disposição dos discursos distintos, entretecidos, lembra o artifício da hipotipose, recurso utilizado por Lins no “7º Mistério”. Colocado assim em evidência, é como se o discurso ecfrástico estivesse tecido em meio ao discurso narrativo.

distintos na narrativa: a narração da história, que é o momento da estética mais propriamente literária, o discurso narrativo que passeia por passado, presente e futuro; e, evidenciado em negrito, a descrição dos quadros observados no presente pelo narrador, o momento da estética plástica, o discurso propriamente ecfrástico, que pinta o quadro na mente do leitor. Embora os dois discursos apareçam entrelaçados harmonicamente, uma análise de alguns elementos, como o uso dos tempos verbais, permite dissociá-los e distinguir nitidamente descrição e narração. A distinção é possível e fácil porque a situação é clara: o narrador está descrevendo a cena na qual também é personagem e interpolando à descrição sua memória-narração dos fatos. A parteira negra e velha observa o quadro, recorda, narra, descreve, comenta. Em pouquíssimas pinceladas, temos uma descrição de uma cena que, apesar de estática, sugere um movimento precedente: o nascimento de Joana. A organização visual da cena é tal que o pequeno bebê é o centro das atenções: todos os olhares convergem para Joana, colocando em segundo plano todo o restante. Parece mesmo que todo o movimento pressuposto do quadro deriva não do gesto de sopesar, nem do inferido nascimento, mas do voltar-se de todos os olhares para Joana. Ressurge aqui a maestria, inaugurada pelo autor em *Os gestos*, na representação do momento exato e do gesto preciso que revelam uma essência inteligível embora dificilmente expressável, como o potencial da ação no movimento detido. Como se percebe neste exemplo a cena é fixa mas traduz movimento.

É a imbricação da estética plástica na estética literária que permite o processo: o discurso narrativo é tecido sobre as linhas do discurso descritivo que lhe dá origem; enquanto a *descrição* pinta o quadro plasticamente de modo muito eficiente, a *narração* constrói o ambiente social evocando-o a partir da descrição, ou seja, o discurso ecfrástico constrói o espaço discursivo enquanto amplia o espaço ficcional. Em termos de processos narrativos, é a descrição que possibilita a narração, mesmo quando não a precede textualmente; em termos de processos composticionais, a visualidade do espaço plástico pictórico dá origem e orienta a configuração e representação do espaço narrado. As imagens evocadas/construídas são muito nítidas, o que se deve principalmente às convenções artísticas de representação plástica, baseadas essencialmente em uma epistemologia visual,<sup>14</sup> isto é, um modo de conhecer o mundo baseado sobretudo no sentido da visão, afetado pelas constrições da tradição de representação.

Na verdade a evocação-reconstrução mental das imagens a partir da palavra é o produto final do processo ecfrástico: a passagem da imagem

<sup>14</sup> A expressão “epistemologia visual” é de Forrest G. ROBINSON. *The shape of things known: Sidney's apology in its philosophical tradition*. Cambridge: Harvard University Press, 1972.

artística à palavra artística significa uma transposição de uma estética preocupada com a representação tida como “direta” (espelho da realidade) – porque se utiliza de signos tidos como “naturais” (imagens) – para uma estética que rege uma representação simbólica e arbitrária como a literária. A écfrasis não é, portanto, simplesmente descrição, passagem do objeto a seu conceito ou da imagem à palavra; é transposição de uma *obra de arte* plástica a texto literário *artístico*, por sua vez capaz de re-construir como imagem mental a obra primeira. É a realização da *pintura escrita*, mantendo, por via da capacidade de manipulação das técnicas expressivas, o *status artístico*.

### A INEGÁVEL PRESENÇA DE UMA AUSÊNCIA

A caracterização literária do espaço pictórico (mesmo que imaginário) como *pintura escrita* corresponde esteticamente à fusão das estéticas visual e literária. É um efeito racionalmente buscado e obtido pelo autor, ciente de que nossa percepção e representação consciente do real privilegia o espaço; a consciência na verdade presentifica: tomar consciência é um tornar-presente tudo o que foi apreendido, mesmo o que se refere a outros tempos e espaços não presentes. Até mesmo o *tempo* passado é presentificado como o “ressurgimento de espaços”<sup>15</sup> que se sobrepõem aos espaços do presente.

O fato de que o quadro descrito é um quadro imaginário, não pertencente ao domínio do real, não altera essencialmente a caracterização da écfrasis; apenas manifesta um processo ecfrástico que tem como referente uma ficção: é na verdade uma ficção de écfrasis.<sup>16</sup> A narrativa tem, de qualquer modo, uma gênese claramente visual, o que aparentemente confirma a precedência da estética visual sobre a literária, pois obviamente a concepção imagética do quadro descrito precede a descrição. Isso parece ser o que caracteriza o processo da écfrasis literária: a cena descrita pelos narradores é o núcleo temático a partir do qual se constrói a história.

Os narradores são personagens, participaram da ação ora narrada por eles mesmos, e, além de tudo, ainda observam-se retratados nos qua-

<sup>15</sup> “Há, mesmo, no livro, um espaço pretérito (...) a insinuar-se sobre as coisas presentes. (...) Reencontramos aqui os disfarces do espaço, (...), pois o passado, nestes casos, é em Gonzaga de Sá o ressurgimento de espaços, superpostos ao espaço imediato.” In Lima Barreto e o espaço romanesco. São Paulo: Ática, 1976. p. 122.

<sup>16</sup> Cf., a respeito, o ensaio de RIFFATERRE, op. cit. Também HEFFERNAN, J. A. W. *Museum of words: The poetics of ekphrasis from Homer to Ashbury*. Chicago: University of Chicago Press, 1993.

dros do retábulo. O ponto de vista varia entre o presente da observação do quadro e o momento do desenrolar-se da ação. O narrador portanto participa de dois momentos de introdução do espaço na narrativa, e especialmente como personagem-narrador, seu olhar não é – não pode ser – um olhar neutro e objetivo, mas sim um “olhar semântico”,<sup>17</sup> de modo que mesmo o processo da descrição (do discurso puramente ecfrástico) é um processo de interpretação e representação. O objeto da écfrasis é imaginário, mas é, de qualquer modo, uma imagem – que não é descrita na sua totalidade. A descrição literária efetiva torna evidente uma interpretação prévia (a escolha do espaço, quantidade e postura dos personagens, ambientação, cortes, acréscimos, reduções) em função do contexto literário a que a imagem servirá: o contexto que, em primeira instância, lhe deu origem.

Em outras palavras, aquela precedência da estética visual sobre a literária é falaciosa, porque a própria concepção imagética do quadro a ser descrito ocorre em função da história a ser narrada. A questão crucial na poética da écfrasis, freqüentemente ignorada, não é a possibilidade ou não de uma “tradução ou transmutação intersemiótica” (nas palavras de Jacobson), mas sim o estabelecimento de uma associação de dois meios, com o objetivo específico da literatura de produzir na mente do leitor a “presença” de algo inquestionavelmente ausente. É inevitável aqui trazer à tona a questão platônica da compreensão da realidade pela busca do objeto ontológico (inteligível), repudiando a representação do objeto fenomênico (sensível); questão resolvida pelo neoplatonismo como superioridade das artes verbais sobre as visuais, uma vez que os signos arbitrários da linguagem são capazes de proporcionar a ilusão não-sensorial de um objeto existente tanto quanto de um objeto não-existente.<sup>18</sup> É a vantagem proporcionada pela faculdade da autoreferencialidade.

Na leitura de um texto ecfrástico como o “Retábulo de Santa Joana Carolina” fazemos recurso a nossa capacidade intelectual figurativa (ades-trada pela técnica) de extrair das palavras a imagem de um objeto sensível – que na verdade será um objeto virtual, criado diretamente na mente do leitor pelo caráter inteligível das palavras, e será assim somente figurada-

<sup>17</sup> A expressão é de Bobes NAVES, citada por María Teresa ZUBIAURRE: “Tanto los objetos como los personajes son vistos en la novela tradicional - ya lo hemos dicho - con ‘mirada semántica’, es decir, como signos que dan coherencia a una historia y a las relaciones que en ella se establecen. La presencia de un entorno susceptible de ser captado con la mirada adquiere significado si alguien lo destaca, si alguien lo relaciona con contenidos precisos o vagos.” *El Espacio en la novela realista. Paisajes, miniaturas, perspectivas*. México: Fondo de Cultura Económica, 2000. p. 23.

<sup>18</sup> Cf., a respeito, KRIEGER, Murray. El problema de la écfrasis: imágenes y palabras, espacio y tiempo - y la obra literaria. In: MONEGAL, Antonio. *Literatura y pintura*. Madrid: Lecturas, 2000.

mente sensível (não tendo passado pelos sentidos).<sup>19</sup> Que a mimese é dupla não se questiona: é a representação escrita de uma representação plástica; que a dupla mimese seja ilusória é apenas consequência: seu objeto não existe.

## RESUMO

Análise, caracterização e exemplo do processo de transposição interestética – a écfrasis – na configuração do espaço literário na narrativa “Retábulo de Santa Joana Carolina”, de Osman Lins.

Palavras-chave: *écfrasis; Osman Lins; literatura e pintura*.

## ABSTRACT

Analysis, characterization and example of the process of interaesthesia transposition – the ekphrasis – in the configuration of literary space in Osman Lins' “Retábulo de Santa Joana Carolina”.

Key-words: *ekphrasis; Osman Lins; literature and painting*.

## REFERÊNCIAS

- BARTHES, Roland. *O prazer do texto*. Lisboa: Edições 70, 1976.
- CINTRA, I. A. *O foco narrativo na ficção: uma leitura de Nove*, novena de Osman Lins. São Paulo, 1978. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo.
- FERREIRA, Ermelinda. *Cabeças compostas* – a personagem feminina na narrativa de Osman Lins. Fábrica de Livros Senai-RJ. Rio de Janeiro: Fungsten, 2000.
- \_\_\_\_\_. A dama e o unicórnio: literatura e imagem na obra de Osman Lins. *Diário Oficial do Estado de Pernambuco*, maio/jun. 1998. Suplemento cultural.
- FITTER, Chris. *Poetry, space, landscape*. Toward a new theory. New York: Cambridge University Press, 1995.
- GALÍ, N. *Poesía silenciosa, pintura que habla*: de Simonides a Platón. Barcelona: El Acantilado, 1999.
- HEFFERNAN, J. A. W. *Museum of words: the poetics of Ekphrasis from Homer to Ashbury*. Chicago: University of Chicago Press, 1993.

<sup>19</sup> Idem.

- KRIEGER, Murray. *Ekphrasis: the illusion of the natural sign*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1992.
- \_\_\_\_\_. El problema de la écfrasis: imágenes y palabras, espacio y tiempo - y la obra literaria. In: MONEGAL, Antonio. *Literatura y pintura*. Madrid: Lecturas, 2000.
- LESSING, G. E. *Laocoonte ou sobre as fronteiras entre a pintura e a poesia*. São Paulo: Iluminuras, 1998.
- LINS, Osman. *Avalovara*. 2. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1973.
- \_\_\_\_\_. *Evangelho na Taba*. Outros problemas in culturais brasileiros. São Paulo: Summus, 1977.
- \_\_\_\_\_. *O fiel e a pedra*. 5. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1976.
- \_\_\_\_\_. *Os gestos*. 2. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1975.
- \_\_\_\_\_. *Guerra sem testemunhas: o escritor, sua condição e a realidade social*. São Paulo: Ática, 1974.
- \_\_\_\_\_. *Lima Barreto e o espaço romanesco*. São Paulo: Ática, 1976.
- \_\_\_\_\_. *Marinheiro de primeira viagem*. 2. ed. São Paulo: Summus, 1980.
- \_\_\_\_\_. *Nove, novena: narrativas*. 4. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- \_\_\_\_\_. *A rainha dos cárceres da Grécia*. São Paulo: Melhoramentos, 1976.
- \_\_\_\_\_. *O visitante*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1955.
- LOTMAN, Yuri. *A estrutura do texto artístico*. Lisboa: Estampa, 1978.
- MONEGAL, Antonio. *Literatura y pintura*. Madrid: Lecturas, 2000.
- NITRINI, Sandra. *Poéticas em confronto*. Nove, novena e o novo romance. São Paulo/Brasília: Hucitec, 1987.
- \_\_\_\_\_. Viagem real, viagens literárias. *Diário de Pernambuco*, maio/jun. 1998. Suplemento cultural.
- PRAZ, Mario. *Literatura e artes visuais*. Tradução de: José Paulo Paes. São Paulo: Cultrix/Editora da USP, 1982.
- RIFFATERRE, Michael. L'illusion d'ekphrasis. In: MATHIEU-CASTELLANI, G. *La Pensée de l'image: signification et figuration dans le texte et dans la peinture*. Vincennes: PUV, 1994.
- ROBINSON, Forest G. *The shape of things known: Sidney's apology in its philosophical tradition*. Cambridge: Harvard University Press, 1972.
- TIRADO, Genara Pulido. A modo de introducción: las relaciones entre literatura y arte, la constante y el reto. In: \_\_\_\_\_. *Literatura y Arte*. Jaén: Universidad de Jaén, 2002.



# LISBOA, EM PESSOA, OU DAS PAISAGENS DESASSOSSEGADAS

---

*Lisbon, in Pessoa, or the  
distressed landscapes*

Gerson Luiz Roani\*

Faço paisagens com o que sinto (...)

Nada disso me interessa, nada disso desejo. Mas amo o Tejo porque há uma cidade grande à beira dele. Gozo o céu porque o vejo de um quarto andar de rua da Baixa. Nada o campo ou a natureza me pode dar que valha a majestade irregular da cidade tranqüila, sob o luar, vista da Graça ou de São Pedro de Alcântara. Não há para mim flores como, sob o sol, o colorido variadíssimo de Lisboa.

(Bernardo Soares, *Livro do desassossego*)

A íntima ligação entre os caminhos da literatura e os sendeiros da cidade delineia a existência de uma invariante no âmbito dos textos literários, que pode ser detectada pelo fato de que várias cidades assumiram a condição de verdadeiros símbolos literários estreitamente vinculados à produção artística de autores emblemáticos. Vale pois, mencionar a Paris de Baudelaire, de Balzac e de Flaubert, a Praga de Kafka, a Dublin de Joyce, a

\* Universidade Federal de Viçosa.

Buenos Aires de Borges, a Roma de Lampedusa, a São Paulo de Mário de Andrade, o Rio de Janeiro de Machado de Assis ou o Recife de um João Cabral de Melo Neto e de um Manuel Bandeira. No que concerne a Lisboa, com Fernando Pessoa, ela foi elevada à condição de cidade-símbolo ou universo, no qual as vivências mais profundas do poeta encontraram ressonância.

O imaginário de Lisboa já havia ganho, na literatura portuguesa, as páginas dos autores do século XIX. No Romantismo, ficcionistas como Almeida Garrett, Alexandre Herculano e Camilo Castelo Branco deram expressão romanesca à matéria histórica extraída do passado português. No desdobrar desse processo escritural, o Romantismo instaurou, como coordenadas essenciais da ficção romanesca, o tempo e o espaço em que os feitos históricos transcorriam. Na seqüência, o Realismo-Naturalismo, mediante os romances de Eça de Queirós, aprofundou essa dúplice coerência de coordenadas, por intermédio da investigação dissecadora dos comportamentos e situações vinculadas ao “meio” e ao momento presente.<sup>1</sup>

A passagem para o século XX assinala, no cenário literário português, o aparecimento da poesia de Cesário Verde, poeta baudelairianamente cidadão e antiliterariamente bucólico. Em seus poemas, a escrita da cidade de Lisboa prende e encanta, pois as composições do autor evocam um real concreto e próximo ao poeta e ao seu leitor imediato: as ruas da Lapa lisboeta, as margens do Tejo, os campos de Linda-a-Pastora, as figuras femininas que passavam entre os calceteiros, as pequenas emoções do cotidiano cidadino, mas também a decadência, a corrupção e o sofrimento, anuladores da aparência sedutora da metrópole moderna, transformando-a no palco da desagregação humana. Segundo António Quadros, Cesário Verde realizou uma escritura poética que é a “declaração do visível, do perceptível”, cuja expressão mais bem conseguida é a imagem da Lisboa oitocentista.<sup>2</sup> Com base nessa visão da poética de Cesário Verde, selecionamos a estrofe que segue, extraída de *O sentimento de um ocidental*:

Nas nossas ruas, ao entardecer,  
Há tal soturnidade, há tal melancolia,  
Que as sombras, o bulício, o Tejo, a maresia,  
Despertam-me um desejo absurdo de sofrer.<sup>3</sup>

<sup>1</sup> Cf. SEIXO, Maria Alzira. A poética da cidade na composição do romance (alguns exemplos na ficção portuguesa do século XX). In: RECKERT, Stephen et al. *O imaginário da cidade*. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 1989. p. 267.

<sup>2</sup> QUADROS, António. *O primeiro Modernismo português: tradição e vanguarda*. Lisboa: Europa-América, 1989. p. 70.

<sup>3</sup> VERDE, Cesário. *O livro de Cesário Verde*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1998. p. 77.

Cesário Verde descreve com olhar crítico a paisagem, o ambiente, a História e a fenomenologia social da Lisboa do seu tempo definindo um espírito de vanguarda que encontraria em Fernando Pessoa o seu mais hábil continuador. Tal espírito ecoa nos versos da *Ode triunfal* de Fernando Pessoa/Álvaro de Campos, nos quais a possível “dívida”, em relação à obra do poeta do século XIX, significa o estímulo para a engenhosidade individual e, mais ainda, aquele desejo de superação que impulsiona a criação das grandes obras. Essa tensão criadora entre o real e o sensível acabaria originando o *Sensacionismo* da poesia pessoana, cujos traços marcantes transparecem nos versos do heterônimo Álvaro de Campos:

E que misterioso o fundo unânime das ruas,  
Das ruas ao cair da noite, ó Cesário Verde, ó Mestre,  
Ó do “Sentimento de um Ocidental”!  
Que inquietação profunda, que desejo de outras coisas,  
Que não são países, nem momentos, nem vidas,  
Que desejo talvez de outros modos de estados de alma  
Humedece interiormente o instante lento e longínquo!<sup>4</sup>

Ora, se em Cesário Verde, encontramos a tentativa de esboçar, através da poesia lírica, o perfil da decadente Lisboa do final do século XIX e o cotidiano dos seus habitantes, na poética de Fernando Pessoa encontra-se o aprofundamento dessa tensão entre a vivência individual e a experiência urbana, redimensionada às primeiras décadas do século XX. Tal aprofundamento ocorre, sobretudo, através de duas personalidades poéticas criadas pelo engenho pessoano, o semi-heterônimo Bernardo Soares e o heterônimo Álvaro de Campos.

Bernardo Soares, autor do *Livro do desassossego*,<sup>5</sup> lê a cidade como lugar do desassossego, da fragmentação e despersonalização do ser humano da Modernidade. Soares é a *persona* pessoana que abandona qualquer sentimento de participação do todo social. Esse traço do heterônimo foi argutamente detectado por Eduardo Lourenço, que, ao comentar o *Livro do desassossego*, afirma que Bernardo Soares é um “excluído voluntário

<sup>4</sup> PESSOA, Fernando. *Obra poética*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994. p. 314. A esta edição brasileira remetem as citações poéticas referentes ao heterônimo Álvaro de Campos.

<sup>5</sup> PESSOA, Fernando. *Livro do desassossego*: composto por Bernardo Soares, ajudante de guarda-livros na cidade de Lisboa. Organização de: Richard Zenith. São Paulo: Companhia das Letras, 1999. 534 p. As citações subsequentes serão empreendidas a partir desta edição brasileira.

dos outros e da vida, sonhador de todos os sonhos, sobretudo os improváveis".<sup>6</sup>

A exclusão voluntária de Bernardo Soares é a responsável pela transfiguração textual da sua Lisboa, a partir de um ponto estratégico, mediante o qual a cidade é focalizada: a janela do seu quarto, na Rua dos Douradores. A partir desse miradouro, em plena Baixa Pombalina, o eu entrega-se à experiência da fragmentação e do dilaceramento, à medida que o olhar incide sobre as coisas, sobre os passantes e sobre a cidade. O *Livro do desassossego* é o texto pessoano representador da cidade como um labirinto, como uma espécie de livro que precisa ser decodificado. Dessa forma, a leitura da cidade e do próprio "eu" se entrelaçam, indissociavelmente.

Morador de um quarto alugado num segundo andar da Rua dos Douradores, ajudante de guarda-livros no escritório do mesmo prédio, Bernardo Soares é um digno sucessor do seu comovidamente evocado mestre Cesário Verde. Como ele, ligado à atividade comercial, como ele, caminhante anônimo e atento, Bernardo Soares faz da sua errância por Lisboa um verdadeiro exercício dos sentidos:

Vivo uma era anterior àquela em que vivo; gozo de sentir-me coevo de Cesário Verde, e tenho em mim, não outros versos como os dele, mas a substância igual à dos versos que foram dele. Por ali arrasto, até haver noite, uma sensação de vida parecida com a dessas ruas. De dia elas são cheias de um bulício que não quer dizer nada. Eu de dia sou nulo, e de noite sou eu. Não há diferença entre mim e as ruas para o lado da Alfândega, salvo elas serem ruas e eu ser alma, o que pode ser que nada valha, ante o que é a essência das coisas. Há um destino igual, porque é abstrato, para os homens e para as coisas – uma designação igualmente indiferente na álgebra do mistério. Mas há mais algumas coisas.... Nessas horas lentas e vazias, sobe-me da alma à mente uma tristeza de todo o ser, a amargura de tudo ser ao mesmo tempo uma sensação minha e uma coisa externa, que não está em meu poder alterar.<sup>7</sup>

Essa errância leva Bernardo Soares a tornar-se construtor de significados que vêm das coisas e dos habitantes de um espaço urbano que ele incansavelmente tenta desvendar, pois a cidade é um todo significante. No seu traçado, nas suas pedras, nas suas praças, nas suas ruas, nos seus

<sup>6</sup> LOURENÇO, Eduardo. *Fernando, rei da nossa Baviera*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1986. p.19.

<sup>7</sup> PESSOA, op. cit., p. 47-48.

monumentos e nos hábitos dos seus habitantes inscreve-se a história da cidade, do seu passado, a fisionomia do seu presente, as idéias e eventualmente, os sonhos dos seus moradores. A cidade impõe-se como um livro que os seus habitantes (re)lêem e (re)escrevem a cada dia. Sendo a cidade um significante, cabe ao observador captar ou não as mensagens emitidas pelo espaço e vida urbanos. La Salette Loureiro escreve que, no caso de Bernardo Soares, as peregrinações por Lisboa constituem, quase sempre, uma atividade decifradora intencional, não só do mundo exterior, vasto e misterioso, mas também do seu próprio eu, igualmente indecifrável.<sup>8</sup> Na prosa de Soares, a exploração da cidade identifica-se com o desbravamento da sua própria subjetividade, de cuja necessidade é às vezes decorrente, e de que se revela, quase sempre, indissociável como confessa: “A minha consciência da cidade é, por dentro, a minha consciência de mim”.<sup>9</sup>

Ao contemplar as coisas com uma atenção que almeja ser definidora, Soares perscruta os sentidos da cidade/universo, bem como os segredos obscuros que envolvem o ser humano e sua vida repleta de contradições e de desassossegos:

O mistério da vida dói-nos e apavora-nos de muitos modos. Um vez vem sobre nós como um fantasma sem forma e a alma trema com o pior dos medos – a da encarnação disforme do não ser. Outras vezes está atrás de nós, visível só quando nos não voltamos para ver, e é a verdade toda no seu horror profundíssimo de a desconhecermos.<sup>10</sup>

O excerto destacado recorta, na escritura de Bernardo Soares, uma arraigada ânsia de auto-conhecimento. Impulsionado por essa motivação, o ajudante de guarda-livros empreende longas peregrinações pela cidade, procurando um sentido para tudo e para todos os fenômenos que o atingem. Tal busca raramente produz resultados satisfatórios, enchendo o eu de um inevitável tédio, a experiência e a expressão do desassossego íntimo:

O tédio... Quem tem Deuses nunca tem tédio. O tédio é a falta de uma mitologia. Sim o tédio é isso, a perda, pela alma, da sua

<sup>8</sup> LOUREIRO, La Salette. *A cidade em autores do primeiro modernismo*. Pessoa, Almada e Sá-Carneiro. Lisboa: Estampa, 1996. p. 178-179.

<sup>9</sup> PESSOA, op. cit., p. 311.

<sup>10</sup> Ibid., p. 78.

capacidade de se iludir, a falta, no pensamento, da escada inexiste-  
tente por onde ele sobe sólido à verdade.<sup>11</sup>

Perturbado pela consciência de um destino incerto, angustiado pela sombra íntima de tudo e pelo mistério do mundo, Bernardo Soares assume uma atitude interrogativa, mesmo que a sua razão lhe recomende um caminho diverso para a felicidade, a inconsciência diante dos fenômenos humanos. E, se o pessimismo, o leva a concluir dolorosamente que nada tem um sentido, não deixa de ver em tudo, a manifestação de uma verdade oculta que incessantemente o perturba e que jamais deixa de buscar. Sob essa ótica, a errância e a divagação pela cidade assumem um percurso iniciático, de leitura de uma imensidão de signos que vão desfiliando perante os sentidos e de uma tentativa de interpretação simultânea, ainda que, destinada à frustração e ao fracasso. Essa consciência vem expressa da seguinte forma nesse diário íntimo em que o olhar inquiridor e a caligrafia se entrelaçam:

Há dias em que cada pessoa que encontro, e, ainda mais, as pessoas habituais do meu convívio forçado e quotidiano, assumem aspectos de símbolos, e ou isolados ou ligando-se, formam uma escrita profética ou oculta, descriptiva em sombras da minha vida. O escritório torna-se numa página com palavras de gente; a rua é um livro; as palavras trocadas com os usuais, os desabituais que encontro, são dizeres para que me falta o dicionário mas não de todo o entendimento. (...) Mas na minha visão crepuscular, só vagamente distingo o que essas vidraças súbitas, reveladas na superfície das coisas, admitem do interior que velam e revelam.<sup>12</sup>

O fragmento destacado sublinha a idéia do mundo como um livro redigido numa linguagem quase incompreensível, cujo caráter enigmático é um desafio à interpretação. Em conformidade com essa ótica, Lisboa funciona como uma espécie de sinédoque desse universo enigmático que tudo envolve de mistério. O mistério do mundo permanece e o ceticismo do inteligível também, porque: “na minha vida crepuscular, só vagamente distingo o que essas vidraças súbitas, reveladas na superfície das coisas, admitem do interior que velam e revelam”.<sup>13</sup>

<sup>11</sup> Ibid., p. 260.

<sup>12</sup> Ibid., p. 293-294.

<sup>13</sup> Ibid., p. 365.

O processo significativo da cidade não se limita, todavia, a uma leitura por parte do Sujeito. A própria urbe estabelece um diálogo com ele, num ato efetivo de comunicação, inspirando-o e fornecendo-lhe idéias e palavras: “Estas palavras casuais foram-me ditadas pela grande extensão de Lisboa vista à luz universal do sol, desde o alto de São Pedro de Alcântara”.<sup>14</sup>

Bernardo Soares percorre as ruas da Baixa com todos os sentidos despertos, mas deixando que o seu pendor imaginativo se intrometa e misture na captação da cidade outros mundos imaginários que podem até não ter nada a ver com ela. A sua Lisboa é aquela que se transfigura, num espetáculo de permanente mutação plástica. Mas é também a Lisboa dos sentidos ocultos, *cidade-livro*, impregnada de significados, oferecida à capacidade decifradora do sujeito. É também a Lisboa do trabalho diário, monótono e vil, banal e degradante. A cidade de Soares, real ou imaginada, é ainda o palco onde o ser humano vive as angústias da sua condição, sujeito à tortura do mistério que o envolve, à ação de forças cegas que o comandam e à certeza da sua inevitável mortalidade. Partilhando inelutavelmente da condição humana, Bernardo Soares comporta-se como um espectador da cidade, quase sempre fascinado, mas raramente se imiscuindo nela.<sup>15</sup>

Álvaro de Campos compartilha com Bernardo Soares o mesmo sentimento em relação ao ser humano e a sua consciência precária de ser e estar no mundo como uma realidade dolorosamente efêmera. Ele é o heterônimo que, por sua vez, expressa o ser humano voltado para o mundo moderno, para a civilização industrial, para o universo dinâmico da metrópole moderna, experimentando ao mesmo tempo a sua atração e a sua repulsa. O heterônimo vibra com a cidade grande e toda a sua agitação febril. Esta é um produto do estádio civilizacional da época, caracterizado por avanços significativos na ciência e na técnica, de que resultam progressos equivalentes na indústria e, consequentemente, também no comércio. Todos estes elementos geram um novo tipo de vida, não necessariamente mais feliz, mas substancialmente diferente, criado não só pelas mudanças materiais, mas também pela queda do código de valores existente, para os quais não encontrou substitutos consistentes. Desse momento de febre e de angústia, de delírio e de inquietação, nos fala a poesia deste heterônimo de Pessoa, dividido entre a euforia e a depressão, a vitória e a derrota. Desse momento ruidoso nos dão conta poemas como a “Ode triunfal”, a “Ode marítima”, a “Saudação a Walt Whitman”, a “Passagem das horas”.

<sup>14</sup> Ibid., p. 104.

<sup>15</sup> LOUREIRO, op. cit., p. 182-203.

Nos poemas de Álvaro de Campos o imaginário de Lisboa irrompe de forma direta e indireta. Lisboa é na escrita deste heterônimo a cidade da sua infância “pavorosamente perdida”, onde viveu e voltou e tornou a voltar e a voltar como escreve em *Lisbon revisited*. A cidade inscreveu-se no íntimo do seu ser e dali nunca seria desalojada, tornando-se uma referência constantemente em seus versos. Lisboa adquire, assim, na esteira da lição de Bachelard, os valores atribuídos à casa natal, sendo que este valor é alargado e atribuído a qualquer espaço verdadeiramente habitado pelo ser humano.<sup>16</sup>

Álvaro de Campos é o indivíduo que experimenta o sentimento do desalojamento, colocado na rua, a qual é elevada à condição de lar verdadeiro, pois é por ela que o sujeito perambula, experimentando o sentimento da exclusão e da inadaptação “estrangeiro aqui, como em toda parte”. Lisboa transfigura para ele o contraponto da errância pelo espaço e pelo seu ser multiplicado, uma tentativa de recuperar a proteção e o abrigo que estão associados à casa natal e à infância imemorial e imóvel, tempo-espacço da unidade perdida. É por isso que, em *Lisbon revisited*, o eu-lírico enfatiza em versos sucessivos esse dolorido “Outra vez te revejo”, sintematizando a emotividade que toma conta do eu-poemático ao contemplar a cidade, vislumbrada como sua por estar inscrita, de forma indelével, na sua alma. Como enfatiza, à Lisboa ele retorna em busca da sua unidade, que, no entanto, parece definitivamente perdida, estilhaçada, composta de cacos dispersos que a memória não consegue recompor em plenitude:

Outra vez te revejo,  
Cidade da minha infância pavorosamente perdida...  
Cidade triste e alegre, outra vez sonho aqui...  
Eu? Mas sou eu o mesmo que aqui vivi (...)  
E aqui de novo tornei a voltar?  
(...)  
Outra vez te revejo,  
Com o coração mais longínquo, a alma menos minha.  
Outra vez te revejo – Lisboa e Tejo e tudo-,  
Transeunte inútil de ti e de mim,  
Estrangeiro aqui como em toda a parte...<sup>17</sup>

Depreende-se pelos versos escolhidos de *Lisbon revisited*, que a memória condiciona a leitura da cidade, pois ela apela para uma espécie de

<sup>16</sup> Cf. BACHELARD, Gaston. Casa e universo. In: \_\_\_\_\_. *A poética do espaço*. São Paulo: Martins Fontes, 1993. p. 55-87.

<sup>17</sup> PESSOA, op. cit., p. 360.

arquivo de semelhanças que preside as operações do resgate temporal, no seu afã de preencher lacunas com o que se deseja recordar. A relação entre a cidade e a memória é estabelecida mediante a recordação, pois o ser humano vive entre a possibilidade de repetir o passado e a compulsão a salvá-lo no presente. Por isso, viajar no passado é transformar esse passado, tentando salvá-lo do esquecimento. Dessa impressão acerca de um espaço que se revela como “outro”, surge a lembrança de impressões semelhantes experimentadas no passado. O tempo perturba a nitidez dessas lembranças, fazendo o eu-lírico duvidar de que tenha sido ele mesmo e atribuir a percepção a um outro com o mesmo rosto e nome, advogando para si uma identidade dupla. *Lisbon revisited* expressa essa consciência limitada da memória em resgatar integralmente os episódios, acontecimentos e eventos vivenciados no passado.

Na aventura labiríntica pelo exterior da cidade e interior do eu, o sujeito tenta resgatar o tempo-espacó das experiências passadas, o tempo-espacó da infância. Neste retorno, o eu indaga todas as viagens anteriores, todas perdidas num tempo descontínuo e fragmentado e reencontra a sua cidade como um estrangeiro que busca a Lisboa antiga e a si próprio. Em outras palavras, esse sujeito caracteriza-se pela dispersão, fragmentação e descontinuidade, pois percebe que nele coabitam vários “eus” corroídos pelo tempo. A angústia apela para a memória como recurso possível para a reconquista dessa totalidade perdida. Todavia, o exercício memorialístico de reconstituição integral da cidade e, através dela, a revisitação do eu, está destinado a um irreversível fracasso como confessa Campos:

Outra vez te revejo,  
Mas, ai, a mim não me revejo!  
Partiu-se o espelho mágico em que me revia idêntico,  
E em cada fragmento fatídico vejo só um bocado de mim –  
Um bocado de ti e de mim! (...)<sup>18</sup>

A única realidade que se impõe é a das lembranças embaçadas pela sucessão dos anos que tudo altera e transforma. Um espaço outro é criado, marcado pelo caos imagético. A memória se esvanece quando comparada com a realidade. A visão real não tem a nitidez das lembranças passadas. O poema pessoano é construído em torno do tema do regresso, focalizando o reencontro com a cidade como um ato no qual impera a ambigüidade. O olhar focaliza Lisboa como um sonho, como uma cidade fantas-

<sup>18</sup> Ibid., p. 360.

ma, paradoxalmente, familiar. Tal ambigüidade permite-nos vislumbrar que o centro perdido, não é tanto, o tempo das realizações anteriores, mas o espaço, a cidade no passado. No espacialmente próximo é buscado o que pertence a um tempo distante: a infância, o passado. A cidade é um labirinto de recordações que se torna co-autora do trabalho memorialístico deflagra do pela *flânerie*, como apropriadamente escreveu Walter Benjamin:

A cidade, na qual os homens se exigem uns aos outros sem trégua, em que compromissos e telefonemas, reuniões e visitas, flertes e lutas não concedem ao indivíduo nenhum momento de contemplação – a cidade se vinga na memória, e o véu latente que ela teceu da nossa vida mostra não tanto as imagens das pessoas, mas sobretudo os lugares, os planos onde nos encontramos com outros ou conosco.<sup>19</sup>

Apesar da angústia brotada do reencontro com a cidade, Lisboa é o “céu azul da sua infância”. De modo emotivo a capital portuguesa manifesta-se a seus olhos e sentidos dotada de uma série de encantamentos. A paisagem que se lhe atravessa à frente do sonho é insinuante, impondo sua realidade cheia de força. Simultaneamente monótona e diferente, Lisboa lhe é irresistível, como seria também para os pintores de várias épocas, inebriados com a captação do amplo leque de cores e luminosidades, que impregnam a atmosfera desta “cidade-nave”, debruçada sobre o Tejo:

Lisboa com suas casas  
De várias cores,  
Lisboa com suas casas  
De várias cores,  
Lisboa com suas casas  
De várias cores...  
À força de diferente, isto é monótono.  
(...)  
À força de monótono, isto é diferente.  
Quero imaginar qualquer coisa  
(...)  
Mas não vejo mais,  
Contra uma espécie de lado de dentro de pálpebras,  
Que Lisboa com suas casas  
De várias cores.<sup>20</sup>

<sup>19</sup> BENJAMIN, Walter. *Charles Baudelaire – Um lírico no auge do capitalismo*. 1. ed. São Paulo: Brasiliense, 1989. p. 156.

<sup>20</sup> PESSOA, op. cit., p. 389-390.

Irresistível também é o Tejo a refletir, em suas águas, o céu azul, ou então o luar, com as velas passando e o fundo sonoro encantatório do marulhar das águas. O cais de Lisboa integra-se a esse espetáculo que o rio oferece, consistindo numa espécie de horizonte regressivo, que consagra a cidade como palco para a deambulação do eu-poemático. As referências ao cais proliferam na poesia de Campos, vinculando-se ao tema da viagem, que efetua-se no tempo e no espaço, estando associada ao mar, às estradas, ao sentir e ao desdobramento. A poética de Campos transfigura a atitude inquiridora do viajante, tentando decifrar esse “ovelho emaranhado”, o universo, ansiando por ser rio ou por ser cais:

Eh! Tanta explicação que nada explica!  
Estou sentado no Cais, numa barrica,  
E não comprehendo mais do que de pé.  
Ah que ânsia humana de ser rio ou cais!<sup>21</sup>

A ida ao cais e o contato com o rio metaforizam a idéia de um incessante fluir, de uma viagem em busca de conhecimento, de decifração do universo e do próprio ser. A procura da verdade aparece metaforizada como um cais de embarque, articulando-se coerentemente com o tema da viagem como percurso inciático de descoberta interior:

Ó Cais onde eu embarque definitivamente para a verdade,(...)  
Quero partir e encontrar-me,  
Quero voltar e saber de onde...<sup>22</sup>

O cais do porto é um manancial de motivos plásticos, pictóricos, às vezes cinematográficos. O porto é sobretudo um espetáculo dinâmico de gente, cores, movimentos, luminosidade, ruídos, cheiros e sabores. Esse cais real é, todavia, o passaporte para o sonho de um outro cais, o “Cais Absoluto”, de onde se veio e para onde se vai. É assim que Álvaro de Campos se sente, contemplando o cais real, à maneira platônica, como imitação do *Outro*, do verdadeiro ponto de partida ou de chegada. O cais assume uma dimensão metafísica e simbólica que é preciso desvendar. É, por isso, que o eu suspeita de ter vindo de outro cais, duma outra cidade, do Cais Absoluto. O cais de Lisboa é a face revelada de um mundo intemporal,

<sup>21</sup> Ibid., p. 417.

<sup>22</sup> Id.

encoberto e, por isso mesmo verdadeiro, com base na perspectiva platônica que orienta a percepção do sujeito:

Ah, quem sabe, quem sabe,  
Se não parti outrora, antes de mim,  
Dum cais; (...)

Um grande cais cheio de pouca gente  
Duma grande cidade meio-desperta,  
Duma enorme cidade comercial, crescida apoplética,  
Tudo quanto isso pode ser fora do Espaço e do Tempo?  
Sim, dum cais, dum cais de algum modo material,  
Real, visível como cais, cais realmente,  
O Cais Absoluto por cujo modelo inconscientemente imitado,  
Insensivelmente evocado,  
Nós os homens construímos  
Os nossos cais nos nossos portos,  
Os nossos cais de pedra atual sobre a água verdadeira,  
Que depois de construídos se anunciam de repente  
Cousas-Reais, Espíritos-Cousas. Entidades em Pedra-Almas.<sup>23</sup>

O cais plasticiza a existência humana metaforizada em viagem, pois ele é uma espécie de símbolo de partida definitiva, local de embarque para a viagem derradeira. Para além das suas peregrinações ao cais, o sujeito vaga pelas ruas, sobretudo, as ruas da Baixa Pombalina:

Cruzou por mim, veio ter comigo, numa rua da Baixa  
Aquele homem mal vestido, pedinte por profissão que se vê a cara,  
Quer pela rua do Ouro acima pensando em tudo o que não é rua do  
Ouro.<sup>24</sup>

E há também os passeios refeitos e vistos em retrospectiva, impregnados de recordações dessa Lisboa revisitada, que proporciona ao eu-lírico a oportunidade de fazer um balanço, cujo saldo é a consciência da derrota: “Houve um dia em que subi esta rua pensando alegremente no futuro./ Hoje, descendo esta rua, nem no passado penso alegremente”.<sup>25</sup>

<sup>23</sup> Ibid., p. 315-316.

<sup>24</sup> Ibid., p. 323.

<sup>25</sup> Ibid., p. 386.

Finalmente, a cidade entra-lhe, às vezes, pela janela, voluntária ou involuntariamente. Vezes há em que o poeta se aproxima da janela, donde contempla a cidade, sem nela se imiscuir. É o caso do poema “A tabacaria”, onde Lisboa é adivinhada, porque o seu nome não é mencionado:

Chego à janela e vejo a rua com uma nitidez absoluta.  
 Vejo as lojas, vejo os passeios, vejo os carros que passam,  
 Vejo os entes vivos vestidos que se cruzam,  
 Vejo os cães que também existem,  
 E tudo isto me pesa como uma condenação ao degredo...<sup>26</sup>

A presença permanente da cidade de Lisboa na prosa de Bernardo Soares e nos intranquíilos poemas de Álvaro de Campos torna possível uma geografia pessoana que ultrapassa a mera descrição espacial da cidade, tornando-se uma arte de tecer paisagens interiores, freqüentemente desassossegadas. Lisboa é plasmada, na perspectiva pessoana, como um estado de alma e o espaço exterior é subjetivado. Sobre essa subjetivação do espaço lisboeta, Marina Tavares Dias registra que:

O fascínio de uma geografia pessoana não reside apenas na representação temporal de Lisboa em cenários descritos ou episódios narrados. Nenhum autor, como Fernando Pessoa, recua e redimensiona a cidade até ao limite de um reflexo interior. A célebre redução-reconstrução do universo à medida da Rua dos Douradores, em Bernardo Soares, é apenas o topo emerso de um enraizamento na cidade primordial, quotidiana, apaziguadora, em que Fernando Pessoa se escuda da verdade de outras geografias. Para Bernardo Soares, é referência da recusa de todas as viagens reais. Para Álvaro de Campos, é o ponto de partida dessas viagens. Nos mais diversos tipos de correspondência ou de textos auto-biográficos, a cidade de Fernando Pessoa reconhece-se em todos os pormenores humanos e topónímicos, rica de nomes e de locais que são encadouros; em muitos casos, ao longo de décadas.<sup>27</sup>

Como se pode ver pela citação de Tavares Dias e pelas reflexões anteriores sobre Bernardo Soares e Álvaro de Campos, a criação artística pessoana consagrou Lisboa, como espaço das andanças do poeta português,

<sup>26</sup> Ibid., p. 364.

<sup>27</sup> DIAS, Marina Tavares. *A Lisboa de Fernando Pessoa*. Lisboa: Assírio & Alvim, 1998. p. 8.

da sua *flanerie*, para evocarmos o diagnóstico benjaminiano acerca do passante que elege a cidade como o âmbito privilegiado para o exercício, simulâneo, de ver e evocar, de deambular e divagar. Na perspectiva de Benjamin, a estratégia adotada pelo *flâneur* é a lentidão, personificando a entrega ao ritmo do passeio, marcando um passo descompassado em relação à maneira de ser habitual dos habitantes da grande metrópole. A experiência do *flâneur* é a solidão na grande cidade. Nele, o deixar-se levar pelo acaso não é sinal de indolência, mas a expressão da não submissão às tarefas e ao ritmo de um mundo acelerado. Dessa forma, a Literatura ao deixar-se orientar por essas peregrinações melancólicas, as quais instauram, paradoxalmente, o distanciamento das coisas e o acercamento do real, configura-se como a arte do extravio e da dispersão:

Saber orientar-se numa cidade não significa muito. No entanto, perder-se numa cidade, como alguém se perde numa floresta, requer instrução. Nesse caso, o nome das ruas deve soar para aquele que se perde como o estalar do graveto seco ao ser pisado, e as vielas do centro da cidade devem refletir as horas do dia tão nítidamente quanto um desfiladeiro. Essa arte aprendi tardeamente; ela tornou real o sonho cujos labirintos nos mata-borrões de meus cadernos foram os primeiros vestígios.<sup>28</sup>

Esse “perder-se numa cidade” de que fala o pensador da Escola de Frankfurt poderia ser aplicado, exemplarmente, a Fernando Pessoa, pois o poeta trilhou incansavelmente as ruas da capital portuguesa, dos quartos acanhados e pobres, nos quais viveu, aos escritórios de representação comercial, nos quais trabalhou, de um café a outro, das praças às bibliotecas, das noites de boêmia nas ruas da Baixa ou no Bairro Alto à contemplação compenetrada das águas de prata do Tejo, mar interior. Há uma união indissociável entre a poética pessoana e o universo lisboeta, como menciona Robert Bréchon:

Sua Lisboa é um labirinto espiritual, mágico e maldito, por onde ele erra em busca de sensações, de impressões, de verdades, de encantamentos e de metamorfoses. A única saída que poderá revelar-se é o mito. A Lisboa de Pessoa é a de Ulisses, lendário fundador epônimo da cidade (Olisipo), o primeiro “que aqui apor-

<sup>28</sup> BENJAMIN, Walter. Infância em Berlim por volta de 1900. In: \_\_\_\_\_. *Rua de mão única*. São Paulo: Brasiliense, 1989. p. 73.

tou". É a de Vasco da Gama e dos demais navegadores da época dos Descobrimentos, os quais partiam do porto de Belém; a de D. Sebastião, o rei encoberto à espera do momento em que irá reaparecer, numa manhã de nevoeiro, no estuário do Tejo, para reatar o destino português e fundar o "Quinto Império", que é a reconquista do sentido da vida.<sup>29</sup>

A citação de Robert Bréchon possibilita considerar Lisboa como um significante aberto, múltiplo, capaz de assumir várias significações. O dado essencial para essa multiplicidade de significados a serem atualizados pelo signo Lisboa é a percepção da cidade como realidade instauradora de uma experiência labiríntica. Como essa experiência labiríntica é expressa? O sujeito sente-se perdido e disperso. Tal dispersão pode ser fruto da desocupação ou da inadaptação do indivíduo ao meio em que está inserido. Essa experiência nunca está dissociada do olhar que, ao incidir sobre a cidade, não recorta, unicamente, o seu perfil exótico, grandioso, misterioso ou decadente. Mais do que isso, para Fernando Pessoa, Lisboa é uma enigmática desconhecida.

Para Pessoa, ver significa articular um signo: Lisboa. Dessa forma, ao dizer "Lisboa" intersecciona-se, num mesmo ato, o olhar e a palavra. Esse "dizer" postula que o objeto sobre o qual incide o olhar está marcado pela abertura, por uma assustadora indefinição, por diferentes extratos de significação. Por isso, "ver" significa "dizer-apreender" Lisboa como um significante que, no devir da História, assumiu significados muito variados.<sup>30</sup>

Com propriedade, o excerto de Bréchon "recorta" na experiência pessoana corporizada em versos, os diferentes significados assumidos pelo signo "Lisboa" ao longo de sua existência histórica como espaço urbano. Assim, a imagem de Lisboa emergente dessa vivência pessoana não é monolítica ou fechada. Contrariamente, a representação de Lisboa nos escritos pessoanos faz ecoar, sutilmente, aquela fala entre Platão e Gláucon acerca da cidade ideal, encontrada no Livro IX da *República*: "- Compreendo. Tu falas da cidade cujo plano traçamos e que se fundamenta apenas nos nossos discursos, visto que, tanto quanto sei, não existe em parte alguma da terra".<sup>31</sup>

<sup>29</sup> BRÉCHON, Robert. *Estranho estrangeiro: uma biografia de Fernando Pessoa*. Rio de Janeiro: Record, 1998. p. 18.

<sup>30</sup> OPTIZ, Luísa Soares. Quando ver é dizer – Lisboa. In: RECKERT, Stephen et al. *O imaginário da cidade*. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 1989. p. 209.

<sup>31</sup> PLATÃO. *A República*. São Paulo: Nova Cultural, 1997. p. 319. (Coleção Os Pensadores).

A cidade é uma realidade que está fundada “só em palavras”, diz o diálogo platônico. Trata-se de um local ausente, suspenso, fazendo às vezes de figura de quadro onde se reflete o olhar daquele que olha. Esse olhar, todavia, não está livre de imagens contaminadas pelo tempo passado. Isto é, a cidade é um elemento dotado de vitalidade e de certas funções que lhe imprimem movimento, dinamismo, pujança e retrocesso. Esse ritmo não exclui a possibilidade de, a partir do presente urbano, tentar delinear o passado e projetar o futuro, pois evocando Walter Benjamin, pode-se escrever a História através das imagens transfiguradoras da cidade, as quais o *flâneur* vai apreendendo, à medida que, intensifica-se a sua perambulação.<sup>32</sup>

Ora, nesse processo, a objetividade real, concreta da cidade nem sempre coincide com a percepção que o poeta possui dela. Ele vai fazer dela um uso variado. O distanciamento temporal e espacial possibilita a reconstituição através da imaginação. É essa tensão entre o presente e o passado que a citação anterior de Bréchon exprime tão bem ao atribuir a Lisboa o caráter de um labirinto pelo qual Fernando Pessoa vaga. Nessas deambulações pela Lisboa-labirinto, o olhar pessoano atualiza substratos diversos oriundos do passado ou as metamorfoses sofridas pela cidade, pelo povo que nela vive e pela cultura nacional, da qual a metrópole torna-se o emblema. Retomando Bréchon, a Lisboa pessoana é a de Ulisses, a de Vasco da Gama e a de Dom Sebastião. Essas três figuras representam, metonimicamente, os momentos basilares de fundação da identidade portuguesa: as origens míticas, os descobrimentos portugueses e, por fim, a irreversível decadência do império, iniciada no século XVII, da qual Portugal jamais se ergueria, mas que jamais seria plena e conscientemente aceita, como tem mencionado Eduardo Lourenço, em seus escritos. Essa consideração da História portuguesa, a partir dessa égide tríplice ganhou a expressão escrita, em *Mensagem*, poema pessoano de 1934, simultaneamente canto de glorificação dos feitos realizados pela pátria e réquiem sepultador das ambições, sonhos e ilusões lusitanas. As três subdivisões desse longo e dramático poema pessoano, pois o texto não merece a rotulação de épico – *Brásão, Mar portuguez* e *O Encoberto* – aludem e se organizam em torno dos vultos de Ulisses, de Vasco da Gama e de Dom Sebastião. Essa tríade de nomes representa os três momentos marcantes de Portugal como *um destino*, como escreveu Eduardo Lourenço, num ensaio recente.<sup>33</sup>

<sup>32</sup> Cf. BOLLE, Willi. *Fisionomia da metrópole moderna*: representação da História em Walter Benjamin. São Paulo: Edusp, 1994. 432 p.

<sup>33</sup> LOURENÇO, Eduardo. Portugal como destino – Dramaturgia cultural portuguesa. In: \_\_\_\_\_. *Portugal como destino seguido de mitologia da saudade*. Lisboa: Gradiva, 1999. p. 9-83.

À guisa de conclusão, Lisboa é para o poeta e o indivíduo Fernando Pessoa o espaço consagrado para o seu caminhar. Percorreu incansavelmente as ruas da capital portuguesa e isso não conseguiu originar nas suas composições artísticas uma descrição objetiva da sua cidade, mas sempre como realidade imaginada. Chegou inclusive a escrever em inglês um guia para o turista que chega à cidade.<sup>34</sup> Na melhor linha da fenomenologia da percepção de Ponty,<sup>35</sup> para Pessoa, Lisboa existe como uma experiência interior, explorada por passos em que o sonho e a realidade fundem-se. Paradoxalmente, nessa fusão, é possível recortar ou fazer a cartografia da “pequena” Lisboa, na qual trabalhou e viveu. Não se trata da cidade toda, pois a Lisboa Oriental nunca o fascinou. Sua Lisboa é espantosamente reduzida, serpenteando o Tejo, do Castelo de São Jorge, no Leste, ao Cais de Alcântara, “Ah, todo o cais é uma saudade de Pedra”,<sup>36</sup> a oeste, englobando o Rossio, o Bairro Alto e a Praça do Comércio. É esse o perímetro da circulação nômade de Pessoa. Nesses espaços, quem desejar seguir as pegadas de Pessoa, irá encontrá-las, em Cafés como o Martinho da Arcada ou a Brasileira do Chiado, consagrados como os espaços do poeta, “E as metafísicas perdidas nos cantos de cafés de toda a parte”; nas ruas que do Chiado e do Largo de Camões descem vertiginosamente em direção ao Tejo (Cais do Sodré); nas claras e assépticas ruas da Baixa, na Rua dos Douradores, sobretudo. E contrariando o fascínio pessoano pela Baixa Pombalina, rumando na direção da Lisboa ocidental, pode-se encontrar o poeta, ou o que restou dele, no Mosteiro dos Jerônimos, em Belém, “Ah o Grande Cais donde partimos em Navios-Nações”,<sup>37</sup> ironicamente, onde reposam Camões e Vasco da Gama e que, desde junho de 1985, guarda, num discreto túmulo de mármore rosa, o poeta, fingidamente, designado pelos versos de uma das mais célebres odes do heterônimo Ricardo Reis:

Para ser grande, sê inteiro: nada  
Teu exagera ou exclui.  
Sê todo em cada coisa. Põe quanto és  
No mínimo que fazes.  
Assim em cada lago a lua toda  
Brilha, porque alta vive.<sup>38</sup>

<sup>34</sup> PESSOA, Fernando. *Lisboa: o que o turista deve ver*. Prefácio de: Teresa Rita Lopes. Lisboa: Livros Horizonte, 1992. (Coleção Cidade de Lisboa).

<sup>35</sup> MERLEAU-PONTY, Maurice. *Fenomenologia da percepção*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

<sup>36</sup> PESSOA, *Obra poética*, p. 315.

<sup>37</sup> Ibid., p. 316.

<sup>38</sup> Ibid., p. 289.

## RESUMO

Na literatura, várias cidades assumiram a condição de símbolos literários vinculados à escrita de autores expressivos. Na poética de Fernando Pessoa, Lisboa assume a condição de um universo simbólico, no qual as vivências mais profundas do poeta encontram eco. Lisboa é uma presença permanente na prosa de Bernardo Soares e nos poemas do heterônimo Álvaro de Campos. Isso torna possível uma geografia pessoana que ultrapassa a simples descrição da cidade, tornando-se uma arte de tecer paisagens interiores.

Palavras-chave: *imaginário; cidade; Lisboa; Fernando Pessoa; poesia portuguesa.*

## ABSTRACT

In Literature, several cities have assumed the condition of literary symbols linked to the writings of expressive writers. In Fernando Pessoa's poetry, Lisbon assumes the state of a symbolic universe where the poet's deepest existence finds echo. Lisbon is a permanent presence in Bernardo Soares' prose and in the poems of the heteronym Álvaro de Campos. That makes possible a Pessoan geography which transcends the simple description of the city, becoming an art of weaving interior landscapes.

Key-words: *imaginary; city; Lisbon; Fernando Pessoa; Portuguese poetry.*

## REFERÊNCIAS

- BACHELARD, Gaston. *A poética do espaço*. São Paulo: Martins Fontes, 1993.
- BENJAMIN, Walter. *Charles Baudelaire – Um lírico no auge do capitalismo*. 1. ed. São Paulo: Brasiliense, 1989. (Obras escolhidas, v. 3.)
- \_\_\_\_\_. *Rua de mão única*. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. (Obras escolhidas, v. 2.)
- BOLLE, Willi. *Fisionomia da metrópole moderna: representação da história em Walter Benjamin*. São Paulo: Edusp, 1994.
- BRÉCHON, Robert. *Estranho estrangeiro: uma biografia de Fernando Pessoa*. Rio de Janeiro: Record, 1998.
- DIAS, Marina Tavares. *A Lisboa de Fernando Pessoa*. Lisboa: Assírio & Alvim, 1998.
- LOURENÇO, Eduardo. *Fernando, rei da nossa Baviera*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1986.

- \_\_\_\_\_. *Portugal como destino seguido de mitologia da saudade*. Lisboa: Gradiva, 1999.
- MOITA, Irisalva. (Coord.). *O livro de Lisboa*. Lisboa: Livros Horizonte, Lisboa Expo'98, 1994.
- MUMFORD, Lewis. *A cidade na história*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- PESSOA, Fernando. *Obra poética*. Rio de Janeiro: Nova Aguillar, 1998.
- \_\_\_\_\_. *Livro do desassossego*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- \_\_\_\_\_. *Lisboa: O que o turista deve ver*. Prefácio de: Teresa Rita Lopes. Lisboa: Livros Horizonte, 1992. (Coleção Cidade de Lisboa).
- PLATÃO. *A República*. São Paulo: Nova Cultural, 1997. (Coleção Os Pensadores).
- QUADROS, António. *O primeiro Modernismo português: tradição e vanguarda*. Lisboa: Europa-América, 1989.
- RECKERT, Stephen et al. *O imaginário da cidade*. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 1989.
- VERDE, Cesário. *O livro de Cesário Verde*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1998.



# ADEUS À CRÍTICA LITERÁRIA

*Good-bye to literary criticism*

Renato Suttana\*

Eu quero *ler* o que, no entanto,  
não está escrito.

(Maurice Blanchot)

A pretensão de dar à crítica literária um estatuto científico, que tanto seduziu os espíritos ao longo do século XX, principalmente em sua primeira metade, parece ter sofrido consideráveis reveses nos últimos anos. E esses reveses não proviriam tanto do fato de que, de um momento para o outro, se tenha tomado consciência da dificuldade de estabelecer o sentido preciso do termo “ciência”, quando utilizado no âmbito da investigação literária, quanto do fato de que, após um século da mais rigorosa perquirição, esse sentido não se tenha evidenciado por si mesmo.

Se hoje não se pode invocar seriamente nenhum fundamento claro para a pretensão de ciência, ou se não se pode recorrer a algum sem se derrapar na dificuldade de se estabelecer com precisão o estatuto a lhe dar, isso não ocorre só porque, de uma hora para a outra, os críticos tenham adquirido um novo amor pela verdade ou uma consciência mais exigente daquilo que pretendem tomar como objeto de suas lucubrações. Com efeito, para muitos, trata-se ainda de produzir, no ambiente da chamada *investigação* literária, um saber rigoroso, fundado em premissas ou postulações coerentes, a partir do qual se pudesse julgar a validade da tentativa. Não

\* UNICENTRO.

seria o caso de entrar em considerações pormenorizadas a respeito.<sup>1</sup> No que nos concerne, pensaremos apenas que a pretensão não teria falhado só porque não encontrou, ao longo de décadas de investigação, o método mais apropriado para abordar o seu objeto. Antes, diríamos que foi esse mesmo objeto que, na impossibilidade de o distinguirmos com clareza em meio a todos os fenômenos – sejam os da física, da química, da biologia ou outros – que o mundo oferece à ciência como objetos possíveis de investigação, a tenha *em si mesmo* – à pretensão de ciência –, ou seja, no interior de sua própria constituição, desmascarado como tal.

E de onde viria essa impossibilidade? Qualquer um que algum dia se tenha arrojado à tarefa de “falar” sobre uma obra literária – não importando prevenções acerca de sua qualidade ou de seu valor – terá com certeza, caso não se haja lançado com demasiada ingenuidade ou avidez ao empreendimento, se deparado com a impressão de que, quanto mais se aprofunda uma investigação, tanto mais a obra ou aquilo que dela queremos extrair como um sentido ou um esclarecimento justo parece fugir ao nosso alcance. E não se trata apenas de uma consequência decorrente de dificuldades próprias da interpretação ou do entendimento do que se esteja lendo. Trata-se, mais do que isso, de compreender que tal aproximação à obra, munida de uma consciência alerta dos métodos e das estratégias a serem empregados na aproximação, se assemelha mais a um deixar-se envolver pelo objeto, a um impregnar-se dele que, no final, nos trará a sensação de que todos os esforços empreendidos se reduziram a cinzas ou de que, quando muito, nos conduziram simplesmente ao limiar da paráfrase (quando não seja a um mero balbucio, em que obra e comentário aparecem distanciados – o comentário reduzido a um esboço frágil de impressões pouco seguras; e a obra a afastar-se vertiginosamente para o fundo, como se esse afastar-se dissesse respeito ao seu modo próprio e insondável de ser, que o comentário não pode invadir). Poderíamos falar de uma diluição de fronteiras, de uma tal ascendência da obra sobre o comentário que, num determinado ponto, o comentário se converte em mero apêndice da obra ou numa derivação empalidecida da mesma, que dela conserva uma sombra

<sup>1</sup> Uma reflexão bastante sugestiva sobre o tema foi desenvolvida por Antônio Henriques Gonçalves da Cunha, em seu artigo intitulado “Letras morreu! Viva Letras!”, que, entre outras observações, traz a afirmação de que, a rigor, “não há ainda qualquer autonomia nos estudos literários. Não se pode falar nem mesmo em autonomia parcial, uma vez que, se não foi possível constituir um sujeito autônomo – este continua racionalista, empirista, experimentador, a autonomia do objeto nunca foi efetiva. Falar em autonomia parcial será apenas uma generosidade com o fato de que ao menos pensou-se em literariedade e a partir daí se traçaram as diretrizes que bem ou mal estão sendo a razão de ser dos estudos literários nas áreas de Letras” (CUNHA, 1998, p. 82). Remetemos, pois, a esse estudo para o esclarecimento de algumas questões que ficam subentendidas no presente ensaio.

ou que, logo que a obra entra novamente em questão (logo que a temos outra vez diante dos olhos), se desvanece por inteiro.

Para preservar a integridade da crítica, seria preciso perguntar pelo modo como se pode evitar que o comentário se confunda com o seu objeto, que se misture a ele e que, reivindicando do *lado da crítica* o direito a uma existência autônoma e auto-suficiente, essa existência se transforme rapidamente em “obra” também, vendo-se de tal modo contaminada por ele (pelo objeto) que não possa mais ser compreendida como não-ficção (ou qualquer designação que lhe apliquemos) e tornando-se aquilo que, do lado da obra, só pode ser lido como uma parte dela mesma e diferente do que se diz a seu respeito. A crítica que pleiteia um estatuto próprio não teria respostas à pergunta. E pode ser talvez que, exaustos, prefiramos não nos preocupar com o problema, uma vez que, partindo do princípio de que existe, simplesmente, uma crítica a que chamaremos de *literária* e de que existem os objetos – as obras propriamente ditas – para os quais essa crítica se voltará, não há que pedir maiores justificativas. Se é possível *ler* as obras e se, com fundamento no ato de ler, é possível construir um edifício de palavras a que daremos o nome de crítica, análise ou comentário, então o resto se resolverá por si mesmo. Vivendo no seio da crítica como vivem fora dela, as obras *falam* de algum modo. E esse falar é o que importa, legitimando-se no final e, talvez, permitindo que aquilo que alguns denominam – um tanto apressadamente – de sistema literário vigente se mantenha íntegro, a funcionar como uma máquina na qual todas as partes tivessem uma função a cumprir. Mas isso seria, apesar de tudo, de novo reduzir as obras à condição de pretextos, de simples assuntos sobre os quais podemos falar. Além do mais, poderia constituir-se, muitas vezes, num “meio de vida”, conforme a prática contemporânea, que autoriza tanto o jogo da assim chamada crítica acadêmica quanto o da militância e do jornalismo, todas empenhadas, de sã consciência, em executar o seu papel, na segurança da legitimidade – segurança que, no fundo, não foi ainda ou não pode ser ainda plenamente *esclarecida*.

No entanto, se objeto e método tendem a se confundir no que diz respeito à tentativa de estudar a literatura como alguma coisa dotada de conteúdo e de identidade próprios, outro aspecto da questão se destaca com nitidez. Em se tratando de crítica, seria justo supor que, ao postular-se o estatuto científico, se estabelece imediatamente uma separação, que situa o que se quer chamar de literatura de um lado e, do outro, aquilo que se quer entender como sendo um discurso ou um saber idôneo a seu respeito, mas que – ressalva a que ninguém se pode furtar – não se confunde com ela em sua essência particular: “A Poética trata dos problemas da estrutura verbal, assim como a análise da pintura se ocupa da estrutura pictorial” (JAKOB-

SON, 1975, p. 119). A pergunta, neste ponto, evidentemente, retornaria mais uma vez. Teríamos de saber o que é que encontraremos, caso nos disponhamos a procurar uma *poética* num desses dois lados, que tenha por si próprio uma identidade inconfundível e, capaz de persistir sozinho no jogo feliz das distinções, não se confunda com o que é específico do lado oposto, sustentando com isso a possibilidade de uma perquirição interminável.

Não basta, para responder à pergunta, apenas sugerir que a divisão – entre literatura e crítica – seja congênita da literatura, e que a tentativa de esclarecê-la nos lançaria de novo para dentro dela, forçando-a a *aparecer* como divisão sempre que procuramos desvelá-la. A literatura, cindida pela aspiração à ciência, ou por uma crítica que se arroga tal estatuto, sem se mostrar capaz de postular com precisão a identidade do objeto que investiga, insiste em repelir as distinções. Mas a crítica tem seus motivos para perseverar nelas. Perguntemo-nos, antes de tudo, por aquilo que se ganha quando se força o aparecimento da distinção. Logo descobriremos (pelo menos do lado da crítica) uma espécie de solo comum de *neutralidade*, de racionalidade clara, estável, cujos contornos se recortam sobre um fundo opaco de mistério e indecisão. Se esse fundo (cujo esclarecimento a crítica, desde o formalismo russo, tomou a peito empreender) parece capaz de subsistir por si mesmo, sempre intocável e fugidio a qualquer tentativa de totalização, a nitidez não deixa de revelar muito cedo a base periclitante sobre a qual se fundamentou. Mostrando-se inapta para permanecer como crítica a não ser que empurre para o fundo o que já é fundo desde o princípio, procura preservar intacto um espaço de claridade onde se pode falar sem derivar para a mentira ou para a inverdade, o que lhe solaparia os estatutos ou, quando menos, o estatuto de ciência que reivindicou como seu ponto de partida:

Se empreendermos a descrição, com certo pormenor, da preocupação da humanidade com a literatura, incorreremos em dificuldades quanto às definições. Foi por uma forma muito gradual que a literatura – em qualquer das acepções modernas – emergiu do aglomerado cultural de cantos, danças e rituais religiosos, no qual parece ter tido origem. E, para analisarmos a dedicação da humanidade à literatura, devíamos analisar o próprio fenômeno dessa dedicação, decompondo-o nas suas partes integrantes. Com efeito, em função de quê deram os homens valor à literatura? Que espécie de valor, ou valia, ou interesse, encontraram nela? (WELLEK; WAREN, 1962, p. 301)

Evidentemente, quem já tenha lido a *Teoria da literatura* de Wellek e Warren saberá que não teria sido o objetivo desses autores, ao compor o livro, estabelecer qualquer coisa como os postulados de uma “ciência” do saber literário que se pudessem equiparar, digamos, aos conceitos da física ou da química modernas, conforme se constituem atualmente. Entretanto também não se poderia dizer que não ressume desse empreendimento o rastro de semelhante intenção, mesmo se concebida sobre bases diferentes e com as mais criteriosas reservas acerca de seus pressupostos. Seja como for, o próprio fato de que se tenha criado uma expressão como essa – teoria da literatura –, que intitula o livro, já nos faz pensar que o ponto de partida está na distinção. Ou nos faz pensar que não estivesse na intenção dos autores julgar que o seu tratado devesse ser lido com os mesmos olhos com os quais se leriam a *Divina comédia* ou o *Paraíso perdido*, para ficarmos com duas obras que mais de uma vez são mencionadas ali como exemplos de “obras literárias” legítimas e dignas de valoração. Ora, se a literatura existe como tal e se, para estudá-la, é possível escrever um livro que trate apenas desse assunto, como caracterizar tal espaço – o espaço em que se trata a literatura como objeto de investigação –, sem que a própria caracterização já seja uma tentativa de encobrir o problema ou, pelo menos, de reforçar a distinção, desde que não há possibilidade de concebê-la *fora* daquela oposição que a fundamenta (isto é, a distinção entre *crítica* e *literatura* tomada como um pressuposto da interpretação)? Situados no espaço da claridade, os críticos parecem aqui assemelhar-se àqueles filósofos de cátedra contra os quais Schopenhauer vituperou num de seus ensaios, dizendo que, comparados aos pensadores legítimos, agiam como pessoas que, para falarem de lugares distantes, se baseassem em relatos de terceiros, uma vez que não teriam conhecimento direto daquilo que pretendiam descrever. Assim, o quinhão dessa tentativa seria, segundo o filósofo alemão, uma certa ignorância voluntária:

Disso se segue também que eles [os pensadores verdadeiros] têm pelo menos uma opinião decisiva, bem compreendida e coerente com o todo, sobre cada problema da vida e do mundo, e assim não precisam indenizar ninguém com frases vazias – ao contrário dos filósofos de cátedra, que sempre são vistos comparando e ponderando opiniões alheias, em vez de se ocupar com as próprias coisas, donde se poderia crer que falam de países longínquos, a respeito dos quais se teria de comparar criticamente os relatos dos poucos viajantes que lá estiveram, mas não do mundo efetivo estendido e posto claramente diante deles. (SCHOPENHAUER, 2001, p. 37)

Provavelmente toda crítica conterá um elemento de angústia. Esse elemento se manifesta quando, chamado a justificar certas escolhas, certos pontos de vista que ameaçam irremediavelmente reduzir *toda* a literatura às dimensões do espaço de claridade onde a crítica pretende situar-se, o crítico precisa dizer a que veio. Pensem, antes de prosseguirmos, nos prestígios que adquiriu, na modernidade e nos meios acadêmicos, a expressão *teoria da literatura*, contraposta à noção mais tradicional de crítica literária. Concluiremos talvez que a questão não diz respeito somente a encontrar os fundamentos seguros de um saber que não se quer confundir com o seu objeto, mas também a se dar a esse saber uma conformação confiável, da qual se pudesse tirar conclusões que, noutras circunstâncias, se revelariam falaciosas ou nulas. Mas a expressão, em seu segundo termo, se afigura bastante ambígua. Num certo extremo, não poderíamos saber se o “da literatura” a que se refere é uma menção direta ao objeto investigado ou um qualificativo do saber que se pretende obter acerca desse objeto. A outra teoria não nos referiríamos, se não fosse a uma teoria que, surgindo *da literatura* como objeto, logo se torna uma teoria *literária* por efeito de certa contaminação, de certa impregnação que de imediato a converte numa teoria em que o termo literário qualifica tanto o saber quanto aquilo que é sabido, sem que outras distinções possam ser feitas.

Alguém poderia alegar que certas considerações sobre a propriedade dos termos não são inteiramente oportunas neste ponto, pois tenderão a estreitar uma reflexão em que se busca justamente ampliar os horizontes entre os quais a expressão nos aprisionou. À objeção, porém, se redargüiria que a questão não está de todo esclarecida e que as considerações acerca do termo nos levam numa direção em que valeria a pena, nem que fosse por um momento, insistir. Sabemos, por exemplo, que um dos problemas que têm afligido os críticos interessados em fundar uma teoria da literatura a partir de pressupostos definidos é a própria idéia do “fictício”, entendido este como noção que põe em confronto os dois espaços que a crítica separou. Como tratar essa idéia no espaço da neutralidade e da racionalidade crítica, sem que o “fictício” se metamorfoseie logo no maravilhoso, no fantástico ou no absurdo – conforme certas expressões correntes hoje em dia –, subtraindo-se dele exatamente aquilo que *não se reduz* aos pressupostos desse espaço? Tentemos expressar mais claramente esse pensamento. Se não quisermos conceder ao conceito de ficção nenhum estatuto definido ou se quisermos apenas supor que o fictício, seja ele o que for, só se manifesta em narrativas de ficção propriamente dita e que esse manifestar-se não tem nenhum significado fora dessas narrativas (nas quais se corporifica), podemos pensar que a insistência em qualificá-lo, por qualquer meio e fora do ambiente onde acontece, revela um certo mal-estar, que é o mal-estar prove-

niente da divisão do espaço da literatura entre os espaços da crítica e da literatura propriamente dita. A dificuldade é antiga. Encontramo-la já na *Arte poética* de Aristóteles, num capítulo em que, falando da representação do que é “falso”, o pensador disserta sobre a presença do maravilhoso no universo da poesia:

Nas tragédias é necessário que o maravilhoso tenha lugar, mas na epopéia pode-se ir mais além e avançar até ao irracional, mercê do qual se obtém no grau mais elevado esse maravilhoso, porque nela nossos olhos não contemplam o espetáculo. (...) Ora, o maravilhoso agrada, e a prova está em que todos quantos narram alguma coisa acrescentam pormenores com o intuito de agradar. Foi também Homero quem ensinou aos outros poetas como convém apresentar as coisas falsas. Refiro-me ao paralogismo. Eis como os homens pensam: quando uma coisa é, e outra coisa também é, ou, produzindo-se tal fato, tal outro igualmente se produz, se o segundo é real, o primeiro também o é ou se torna real. (ARISTÓTELES, p. 281)

As considerações de Aristóteles obedecem, como se pode ver ao longo de toda a sua *Arte poética*, a uma preocupação com o sentido de estabilidade do real no qual, convertido no falso ou no maravilhoso, tudo aquilo que só o fictício torna *possível* não encontra senão esse mesmo lugar que se lhe reserva fora daquilo que ele é. Pode o fictício, compreendido como o domínio do irracional, colocar em risco a integridade disso que Aristóteles se esforça em preservar?<sup>2</sup> Para irmos mais longe, diríamos que, aqui, um outro fenômeno, mais complexo até do que o esforço de conversão do *outro* em *si mesmo*, conforme as preocupações de racionalidade de Aristóteles fazem acreditar, está em curso. Para além de uma conversão, deveria atrair nossa atenção, sobretudo, a tentativa de lidar com o elemento estranho, numa situação em que só pode aparecer como estranho e não como qualquer coisa de mais familiar. Por outros termos, o que se observa é a tentativa do pensamento de falar, *fora* da literatura (na qual o que o que quer que seja que não se aparenta ao real aparece como *fictício*), de uma qualidade que só no momento da leitura encontrou sentido, tornando-se,

<sup>2</sup> Antônio Henriques Gonçalves Cunha (2003, p. 41) comentou da seguinte maneira essa passagem de Aristóteles: “Ao sustentar que o maravilhoso deriva do irracional, Aristóteles lamentavelmente contaminava problemas teórico-literários com seu ideário filosófico inadequado para abordá-los, pois no maravilhoso implicou tanto o racional como o irracional. Mas isto é importante apenas de passagem. O que é realmente relevante é que os supertemas maravilhosos constituem os limites literários em todas as suas dimensões”. A observação é perspicaz, con quanto pensemos que a noção de “maravilhoso” esteja aqui a pedir que a ultrapassemos.

para usarmos esta expressão, como que *outra* quando se tentou abarcá-la num momento posterior. Assim, quando em seguida Aristóteles faz a sua famosa declaração de que

é preferível escolher o impossível verossímil do que o possível incrível, e os assuntos poéticos não só não devem ser constituídos de elementos irracionais, mas neles não deve entrar nada de contrário à razão, salvo se for alheio à peça (p. 281)

não podemos dar outro sentido a tal declaração senão o de que suas preocupações com o verossímil se orientam pelo intuito de estabelecer um intercâmbio entre os espaços, forçando a que essa qualidade, quando confrontada com aquilo que se propõe como sendo a *realidade*, deva ser medida por certos padrões de aceitabilidade que – somente eles – possibilitem o confronto. Mas não teria sido o confronto gerado pelo esforço de estabelecer esses padrões?

O fenômeno de contaminação da crítica pelo objeto criticado mereceria de nós um exame mais detalhado. Por um lado, pode-se pensar que não há nada mais legítimo do que aspirar a isso, uma vez que, para nos valermos de uma noção que se tornou lugar-comum, a tarefa da crítica – uma de suas tarefas – inclui de algum modo a capacidade de descrever com precisão o objeto sobre o qual se debruça. No entanto, se admitirmos que o próprio objeto não pôde, no espaço da crítica, ser destacado de modo satisfatório, se não podemos fazer dele uma “idéia” segura a partir da qual se aferisse a acuidade de nossas descrições, haveria que reparar nessa tentativa que tem de lidar com uma contradição ou com um paradoxo, aos quais justamente tentou fugir. A mentira intrínseca da literatura é, no caso, o elemento opaco do processo. Se não pudermos admiti-la senão como mentira, então estaremos condenados ao fracasso. De nenhuma verdade nos poderíamos fiar, desde que nos propusemos a compilar a ciência dessa mentira. Nem sequer o argumento clássico de que, num estágio superior (que no entanto não se pode dizer qual seja), essa mentira se converte em testemunho da verdade nos pode ajudar a resolver a contradição. E não o pode porque, ao se deixar contaminar pela mentira, estará de tal maneira contaminada por ela que a única forma de escapar ao ciclo seria denunciá-la ou desmascará-la, conforme certas tendências da crítica contemporânea se vêem tentadas a fazer, mesmo com a promessa de que, ao fazê-lo, recuperarão mais adiante toda a verdade. Mas o fazê-lo – e o fazê-lo com sucesso – é também, imediatamente, afirmar a crítica em detrimento da literatura, a menos que a coloquemos em suspenso – a menos que, abrindo uma espécie

de parênteses e imaginando a possibilidade de uma síntese superior, corrêssemos a alcançá-la num outro espaço onde não haveria crítica nem literatura (embora saibamos que o que haverá no final será sempre a *crítica* e não propriamente a literatura). É o que se pode ler nestas palavras de um crítico brasileiro, escritas na segunda metade do século XX:

O poema não é uma “foto” e nem sequer um “retrato artístico” de estados psíquicos; exprime uma visão estilizada, altamente simbólica, de certas experiências. Mesmo em versos aparentemente confessionais como estes de Safo: “A lua se pôs e as Plêiades, pelo meio anda a noite, esvai-se a juventude, mas eu estou deitada, sozinha” – não se deve confundir o Eu lírico dentro do poema com o Eu empírico fora dele. Este último se desdobra e objetiva, através das categorias estéticas, constituindo-se na personagem universal da mulher ansiosa por amor. Até um poeta como Goethe que, na sua fase romântica, considerava a poesia a mais poderosa expressão da verdade, como “revelação” da intimidade, chegou, já aos vinte anos, à conclusão de Fernando Pessoa (o poeta finge mesmo a dor que deveras sente), porque o poema é, antes de tudo, *Gestalt*, forma viva, beleza. (ROSENFELD, 1985, p. 22)

As observações de Anatol Rosenfeld ilustram bem a dificuldade. Ao propor que a obra literária (o poema) exprime uma “visão estilizada, altamente simbólica” de experiências não definidas, o crítico avança sobre uma dificuldade que só poderá resolver se a deixar em suspenso depois. Como ligar aquilo que na obra aparece como irrealidade, invenção, fantasia ou mera gratuidade às formas claras do mundo, onde tudo isso se justifique e tenha uma função a cumprir? Também os conceitos de “Eu lírico” e “Eu empírico”, que pairam ali como fantasmas, mostram que a tentativa de resolver a questão, supondo que o fingimento da ficção é uma espécie de verdade transfigurada ou em negativo, não é senão mais um impasse. Tanto o fingimento quanto o seu oposto se mantêm deslocados, girando numa órbita em que, para ter sentido, qualquer um deles sempre dependerá de que o outro o tenha também. É assim que se chega a formulações como esta, escrita por Antonio Cândido nos inícios da década de 60 do século passado – formulações que nos fazem pensar no quanto de concessões uma crítica de orientação sociológica ou apologética ainda terá de fazer para acertar o seu alvo, caso não queira errá-lo todas as vezes em que se deparar com esses obstáculos à sua frente:

A personagem é um ser fictício, – expressão que soa como paradoxo. De fato, como pode uma ficção *ser*? Como pode existir o que não

existe? No entanto, a criação literária repousa sobre este paradoxo, e o problema da verossimilhança no romance depende desta possibilidade de um ser fictício, isto é, algo que, sendo uma criação da fantasia, comunica a impressão da mais lídima verdade existencial. Podemos dizer, portanto, que o romance se baseia, antes de mais nada, num certo tipo de relação entre o ser vivo e o ser fictício, manifestada através da personagem, que é a concretização deste. (CANDIDO, 1985, p. 55)

Termos como “criação da fantasia” e “verdade existencial” patenteiam, como no pensamento de Rosenfeld, os impasses da crítica nesse setor, impasses que podem ser abundantemente ilustrados com outros entraves que marcam de há muito a orientação da crítica no sentido sociológico. Não importando a sofisticação de que venha a revestir-se, há de se deparar sempre com um elemento dúbio, ambivalente, difuso, cuja extensão não pode medir somente com os instrumentos de que dispõe. E por que não o pode? De certo modo, é possível dizer que, para um vasto setor da crítica praticada nas últimas décadas, a noção aristotélica de que a obra de arte realiza o que se costuma chamar de uma *mimese* indireta do real tem prevalecido como um axioma ainda não resolvido. Se se pode buscar o que quer que seja de social no seu interior, é preciso subsumir irremediavelmente que alguma coisa desse social estará lá, não importando de que maneira e com que configuração ele apareça:

Assim, a verossimilhança propriamente dita, – que depende da possibilidade de comparar o mundo do romance com o mundo real (ficção *igual* a vida), – acaba dependendo da organização estética do material, que apenas graças a ela se torna plenamente verossímil (CANDIDO, 1985, p. 75).

Mas é certo que há muito, conforme o próprio Cândido o admite, que a crítica superou a velha noção de que o conteúdo mimético das obras se corporifica em seu assunto. Isto é, superou a noção de que esse conteúdo reside naquilo de que a obra fala diretamente, compreendido como uma *imagem* do real que só se manifesta na obra em conformidade com as injunções de sua forma, bastando que, para identificá-lo, saibamos distinguir corretamente o que é específico do modo de ser da literatura e aquilo que a antecede, pertencente este último ao domínio da realidade na qual o leitor se situa:

Conclui-se, no plano crítico, que o aspecto mais importante para o estudo do romance é o que resulta da análise da sua composição, não da sua comparação com o mundo real. Mesmo que a matéria

narrada seja cópia fiel da realidade, ela só parecerá tal na medida em que for organizada numa estrutura coerente (p. 75).

Talvez pudéssemos dizer que num setor onde o fictício – qualquer que seja a sua configuração – não foi convenientemente teorizado, sua sombra pairará ainda sobre a teoria. Ameaçará convertê-la numa ficção ou, para sermos mais diretos, numa forma de “ilusão” que toma como imagens do real ou emanações da verdade aquilo que admitiu, desde o princípio, como pertencendo ao domínio do “falso” ou do “maravilhoso”, se quisermos retornar a esses termos. Ouçamos outra vez as palavras do crítico:

Seja o caso (...) do jagunço Riobaldo, de Guimarães Rosa. O leitor aceita *normalmente* o seu pacto com o diabo, porque *Grande sertão: veredas* é um livro de realismo mágico, lançando antenas para um supermundo metafísico, de maneira a tornar possível o pacto, e verossímil a conduta do protagonista. Sobretudo graças à técnica do autor, que trabalha todo o enredo no sentido duma invasão iminente do insólito, – lentamente preparada, sugerida por alusões a princípio vagas, sem conexão direta com o fato, cuja presciência vai saturando a narrativa, até eclodir como requisito de veracidade. A isto se junta a escolha do foco narrativo, – o monólogo dum homem rústico, cuja consciência serve de palco para os fatos que relata, e que os tinge com a sua própria visão, sem afinal ter certeza se o pacto ocorreu ou não. Mas o importante é que, mesmo que não tenha ocorrido, o material vai sendo organizado de modo ominoso, que torna naturais as coisas espantosas. (CANDIDO, 1985, p. 77)

Dificilmente se poderia aceitar que “as coisas espantosas” se tornaram “naturais”, a não ser que concedêssemos que o natural se tornou também espantoso, o que solaparia as bases lógicas do raciocínio. Entretanto é certo que as tentativas de solucionar os impasses refinaram alguns pressupostos. Num dos capítulos de seu livro *A sociologia do romance*, Lucien Goldmann (1990, p. 16) escreveu que a “forma romanesca” lhe parecia ser “a transposição para o plano literário da vida cotidiana na sociedade individualista nascida da produção para o mercado”. Isso porque, segundo Goldmann, num lance que poderia seduzir os menos precavidos,

existe uma *homologia rigorosa* entre a forma literária do romance (...) e a relação cotidiana dos homens com os bens em geral; e, por extensão, dos homens com os outros homens, numa sociedade produtora para o mercado” [grifo do original].

Também para Goldmann, numa dimensão mais específica, a relação mimética da obra com a realidade não deve ser procurada, como se fazia antigamente, na simples transposição de conteúdos da realidade para o arcabouço da obra. Devemos procurá-la num certo modo de ser desta última que, processando-se numa consonância qualquer com o real, incorporaria em si esse real, a ponto mesmo de se misturar com ele e dele tomar as aparências. Tal eventualidade possibilitaria, entre outras coisas, que o crítico se lançasse novamente não só em perquirições de cunho sociológico acerca do que *dizem* as obras literárias, com uma consciência redobrada das dificuldades e obstáculos do trajeto, mas na certeza de que há um ponto a ser atingido. Igualmente, a obra, mimetizando não mais uma mera imagem do real que se deve buscar em seu conteúdo, o mimetizaria na medida em que, para acontecer como obra, não teria outro ponto de partida senão esse mesmo real. É o que todos tendemos a pensar, quando retornamos à noção de Aristóteles e, aceitando-a como fundamento da relação, nos orientamos por ela para atingir este ponto de estabilidade:

Naturalmente, os valores de uso continuam existindo e regem até, em última análise, o conjunto da vida econômica; mas a sua ação adquire um caráter *implícito, exatamente com o dos valores autênticos do mundo romanesco* (GOLDMANN, 1990, p. 17, grifo do original).

Evidentemente tal esforço implicaria devolver a primazia a um *real* que – como em Aristóteles – não pode ser teorizado objetivamente a não ser que o tomemos como *princípio*, como fundamento onde *nos* localizamos, obtendo um parâmetro a partir do qual julgaremos o maior ou menor grau de afastamento do que a obra *diz* em relação àquilo que pode ser depreendido ou, em termos mais diretos, do seu grau de *fantasia* em relação a um mundo de normalidade que se postula como sendo o referencial a que se devem remeter todas as significações.

Poucas pessoas estariam dispostas a abrir mão, após mais de dois milênios de investigação sobre o que sejam a literatura e sua linguagem, da noção de que as obras literárias *dizem* alguma coisa e de que aquilo que dizem tem a ver com a *nossa* realidade, com o mundo conforme o interpretamos e compreendemos. Afinal, nenhum sentido haveria em escrever romances e poesias se não fosse para atingir um fundo de autenticidade, uma espessura de vida que, na vida cotidiana e no mundo das palavras ordinárias, tendemos a perder de vista, porquanto nos absorvem compromissos unilaterais com as coisas que não nos deixam tempo para nos aprofundarmos em sua realidade última, em seu *ser* mesmo (para usarmos

uma expressão prestigiosa), do qual só a arte nos fala e no qual obtém sua justificação. Seria preciso, no entanto, por um momento, suspender a noção, para que, desgarrada da idéia de *mimese* – ou de relação direta com o mundo –, pudéssemos ouvir qualquer coisa que a obra tivesse a dizer e que não se confundisse, pelo menos no plano da crítica e da interpretação, com esse *real* cuja postulação só pode ser dada como questão de princípio. A não ser assim, esbarraremos muito cedo numa contradição, bastante peculiar das críticas de orientação sociológica, que se descobre sempre que se tem de justificar, por exemplo, a presunção do elemento fantástico numa situação em que, por princípio, tudo o que se está procurando é, do lado da crítica, um real em que esse fantástico deverá aparecer como intrusão.

Em seu próprio livro, Goldmann se vê obrigado a lidar com o problema. Numa passagem em que fala do romance *Le voyeur*, de Alain Robbe-Grillet, o crítico antecipa a seguinte objeção:

Contudo, não seria difícil encontrar leitores ou críticos para se oporem a um argumento que parece ditado pelo bom senso: não é verdade que, cada vez que um assassino liquida a sua vítima, um mecanismo social vem corrigir o seu fracasso, assim como também não é verdade que, quando um viajante comercial mata uma criança, os vizinhos permaneçam indiferentes e as autoridades não se preocupem em prendê-lo e entregá-lo (p. 189-190).

Estamos em plena semântica das incompatibilidades entre a mentira romanesca e a verdade do mundo. E a resposta não pode ser outra que um salto, no qual o *irreal*, desgarrado por um instante (o instante em que se coloca não como objeção à possibilidade de se escrever um romance em que se manifesta como tal, mas em que a crítica tenta reduzi-lo a qualquer coisa de mais razoável), é resgatado mais adiante, numa espécie de síntese em que a única triunfadora é a *crítica* mesma, em detrimento de tudo o mais que não se reduz aos pressupostos:

O que Robbe-Grillet constata, o que serve de tema aos seus dois primeiros romances, é a grande transformação social e humana, nascida do aparecimento de dois fenômenos novos e de capital importância: de uma parte, as *auto-regulagens* da sociedade e, de outra parte, a *passividade crescente*, o caráter de “olheiros” que os indivíduos adquirem, progressivamente, na sociedade moderna, a ausência de participação *ativa* na vida social, aquilo que, na sua manifestação mais visível, os sociólogos modernos chamam de *des-politização*, mas que, no fundo, é um fenômeno muito mais fundamental que se poderia designar, numa graduação progressiva, por

termos tais como: despolitização, dessacralização, desumanização, coisificação. (GOLDMANN, 1990, p. 190, grifos do original)

O tom de auto-referência, de acabamento e de arredondamento das arestas da explicação não nos deixa mentir acerca do que estamos a dizer. É certo que Goldmann age com as melhores intenções. Suas palavras obedecem ao propósito de encontrar um fundamento honesto para o tratamento da obra sob o ponto de vista sociológico, que é sobretudo o seu. Mas, para encontrá-lo, seria preciso ainda relacionar a obra com o real – o nível onde a crítica se situa – ou entendê-la ainda uma vez como imitação indireta desse real, o que poderia implicar tudo, tanto perquirições acerca das origens sociais da obra, sua ressonância no âmbito da coletividade, quanto de sua capacidade para exprimir as verdades ou contradições próprias dessa coletividade. Num outro setor, contudo, seria sempre entender as palavras que nela se dizem como imagens desse real ou como projeções diretas dele no universo da obra. Um fundo de realidade deve no fim prevalecer. Assim, as medidas ou os parâmetros para avaliação do grau de proximidade ou de afastamento em relação à realidade empírica continuam a ser fornecidos por esta última: “despolitização, dessacralização, desumanização, coisificação”, nas palavras de Goldmann, ou “discurso ideológico”, nas concepções marxistas, que convoca novamente a literatura a dialogar com o mundo, encontrando nele um lugar no qual, enfim, se vê justificada.

Num certo extremo, a obra pode se tornar uma espécie de babel lingüística, em que o que se propõe generosamente como sendo o plurilingüismo da vida social se projeta (ou se reflete diretamente) na escrita literária. Semelhantemente à teoria de Goldmann, o romance aparecerá como forma literária mais favorável à comprovação do pressuposto. No capítulo “A pessoa que fala no romance”, do livro *Questões de literatura e de estética: a teoria do romance*, Mikhail Bakhtin (1993, p. 134) afirma que “o romancista não conhece apenas uma linguagem única, ingênua, (ou convencionalmente) incontestável e peremptória”. Para o crítico russo, “a linguagem é dada ao romancista estratificada e dividida em linguagens diversas”. E de que maneira isso se processa? Ler a linguagem do romance não apenas como linguagem do romance, mas como espelho algo distorcido da linguagem do mundo parece óbvio para o crítico. Há uma relação direta com a linguagem social, a qual será tão mais direta quanto melhor e mais complexa for a realização romanesca em que se corporifica:

É por isso mesmo que onde o plurilingüismo fica no exterior do romance, onde o romancista se apresenta com uma só linguagem

totalmente fixa (sem distanciamento, sem refração, sem reservas), ele sabe que esta linguagem não é igualmente significante para todos ou incontestável, que ela ressoa em meio ao plurilingüismo, que ela deve ser salvaguardada, purificada, defendida, motivada. Por isso, uma linguagem assim, única e direta, é polêmica e apologética, ou seja, dialogicamente correlata ao plurilingüismo. Com isto, fica determinada uma orientação toda especial – contestável e contestadora – do discurso romanesco; ele não pode esquecer ou ignorar de maneira ingênua ou convencional as línguas múltiplas que o circundam. (BAKHTIN, 1993, p. 134)

O dialogismo de Bakhtin não parece ser, no entanto, ele mesmo dialógico em seus fundamentos ou, pelo menos, tão dialógico quanto o concebe seu autor. Ao falar das transformações e das estilizações que a palavra alheia sofre quando transplantada para o universo do romance, Bakhtin afirma que é necessário observar que “por maior que seja a precisão com que é transmitido, o discurso de outrem incluído no contexto sempre será submetido a notáveis transformações de significado” (p. 141). Isso acontece porque “o contexto que avoluma a palavra de outrem origina um fundo dialógico cuja influência pode ser muito grande”. E a partir de que se pode assumir como dada a existência desse “fundo dialógico”, que tem feito a fortuna de seus seguidores? Para Bakhtin, “a palavra alheia introduzida no contexto do discurso estabelece com o discurso que a enquadra não um contexto mecânico, mas uma amálgama química (no plano do sentido e da expressão); o grau da influência mútua do diálogo pode ser imenso” (p. 141). Se acontece tal amálgama, de que maneira poderíamos, então, distinguir o que é próprio do “autor”, do “personagem”, do “eu” ou do “outro” ou de qualquer um que *sale* nesse universo em que todas as palavras já se transformaram por influência da química produzida?

Falando daquilo que chamou de “discurso autoritário”, Bakhtin aventa que este “exige nosso reconhecimento incondicional, e não absolutamente uma compreensão e assimilação livre em nossas próprias palavras” (p. 144). No entanto, para aquilatar o teor de autoritarismo presente numa obra, seria preciso tomar certo partido diante dela, no qual esse autoritarismo se manifestasse com todo o seu nefasto poder de dissimulação. Além disso, seria preciso atribuir determinado sentido às palavras que se lêem – sentido que, compreendido no âmbito da crítica como uma ressonância qualquer que emana de alguma instância que pertence à obra como parte de sua constituição, pode ser interpretado como manifestação do que quer que seja fora dela. Esse aspecto demonstra, até certo ponto, as origens formalistas da teoria de Bakhtin, as únicas talvez em condições de justificar suas inferências acerca do que chama de linguagem do romance. E demonstra tam-

bém que as suas esperanças assentam no esforço de construir, a partir de pressupostos lingüísticos, uma legítima *teoria* do romance que diz respeito mais à crítica do que às obscuridades que a aguardam no fundo (sejam elas quais forem), obscuridades que a teoria, porém, não pode dirimir. Os termos de que se vale nos orientam neste ponto:

Com tudo isso se determina a originalidade tanto dos meios concretos de formação da própria palavra autoritária, no curso de sua transmissão, como também dos procedimentos do enquadramento pelo contexto. A zona deste contexto deve ser também distante – aqui é impossível um contato familiar. Aquele que percebe e comprehende é um descendente distante: a discussão com ele é impossível! (BAKHTIN, 1993, p. 144)

Poderíamos ainda acrescentar que uma palavra, para ser autoritária, deveria encontrar do lado de quem a lê alguém que a interpretasse dessa maneira. Coloca-se, ademais, a dificuldade de saber até que ponto o que é autoritarismo para uns – no ambiente da crítica – o será também para os outros. Ou, por outros termos, seria preciso saber quem dará a última palavra a esse respeito. O “plurivocalismo” exige a postulação de sentidos mais ou menos estáveis, mensuráveis a partir de certos parâmetros, mediante os quais se torna possível asseverar que isto ou aquilo esteja *de fato* a acontecer ali. Para atribuir sentido ao *texto*, é preciso recorrer a qualquer coisa que não está nele, mas que o envolve ou que o delimita por fora. Esse envoltório possibilitaria no fim, de modo admirável, as análises minuciosas e intrincadas a que se lança o autor, sem se dar conta de que as premissas iniciais não foram suficientemente esclarecidas ou não o podem ser, pelo menos, no seio de sua teorização:

Por isso nunca se conseguiu representar no romance a verdade e a virtude oficialmente autoritária (monárquica, eclesiástica, administrativa, moral, etc.). É suficiente lembrar as tentativas infrutíferas de Gogol e Dostoievski. Por isso, no romance, um texto autoritário sempre permanece uma citação morta que escapa do contexto literário (por exemplo, os textos evangélicos em Tolstoi, no final de *Ressurreição*). (BAKHTIN, 1993, p. 144-145)

Tal resistência da crítica, que força a obra literária a se assentar no mundo e a falar, no seio do real compreendido em sua dimensão social ou outra, uma linguagem qualquer é realmente espantosa, desde que, ao

fazê-lo, força também a conversão de todas as linguagens (para usarmos o termo de Bakhtin) à sua própria linguagem. Perguntamo-nos porém se não haveria uma *outra maneira* de abordar o problema. Pensemos em todo esse esforço gasto para manter uma distinção – do qual a *Arte poética* de Aristóteles nos dá o exemplo eloquente – e nos resultados concretos que produziu, e pensemos também nas dissimetrias que gera, origem atualmente de toda uma floração de estudos que tendem a cada dia a se tornar mais *especializados*, mais setorizados, e no entanto menos relevantes em sua especialização, conforme o comprovam os títulos que se podem ler com freqüência nas publicações acadêmicas atuais. Nesse aspecto, a literatura – pelo fato de que foge, de que escapa às pretensões da especialização e da especificação – parece estar a dizer que só os esforços verdadeiramente totalizadores (um termo que muitos relutarão em aceitar) valem a pena e podem conduzir a algum lugar.

Importa, no entanto, observar de perto esse movimento. O fato de que se tome o que é ficção como manifestação ou imagem do real, em qualquer nível que seja, ou de que se interprete como sendo ficção o que não há palavra que o descreva (e cuja mudez parece ser a fonte de toda a fala e de toda a possibilidade de falar) nos espanta infinitamente. Mas nos faz pensar também que o hiato que se abriu entre a obra lida e o comentário diz respeito a um certo modo de ser da experiência literária cujos contornos ainda não se esclareceram totalmente. Num dos capítulos de *O espaço literário* cujo título estampa precisamente a palavra “Ler”, Maurice Blanchot se espantou de que exista semelhante dissimetria entre o ato da escrita e o ato da leitura, entre os compromissos que escrever acarreta e a facilidade, a leveza e o descompromisso com que se pode ler o que foi escrito com a mais profunda seriedade do compromisso. Isto é, refletindo sobre a experiência que é a do leitor, Blanchot observa que de um lado está o escrever – que importa certas relações dos escritores com suas obras, sobre as quais o autor medita com perspicácia ao longo de todo o livro – e do outro a leitura, que é leve, muitas vezes descompromissada, e sempre *legítima* de alguma forma, por mais que os escrúpulos oriundos dessa sabedoria milenar insistam em nos lembrar do contrário:

Ler nem mesmo requer dons especiais e faz justiça desse recurso a um privilégio natural. Autor, leitor, ninguém é dotado, e aquele que se sente dotado, sente sobretudo que não o é, sente-se infinitamente desprovido, ausente desse poder que se lhe atribui, e assim como ser “artista” é ignorar que já existe uma arte, ignorar que já existe um mundo, ler, ver e ouvir a obra de arte exige mais ignorância do que saber, exige um saber que investe uma imensa ignorância e um dom que não é dado de antemão, que é preciso de

cada vez receber, adquirir e perder, no esquecimento de si mesmo. (BLANCHOT, 1987, p. 192)

Para Blanchot, um livro que não se lê é um livro “que ainda não está escrito”, pois “ler seria (...) não escrever de novo o livro, mas fazer com que o livro se escreva ou seja escrito – desta vez sem a intermediação do escritor, sem ninguém que o escreva” (p. 193). A observação é impressionante e leva Blanchot a meditar sobre o que dá à leitura “a aparência de algo supérfluo”, que elimina, pela “infinita ligeireza do leitor (...) a seriedade, o trabalho, as pesadas angústias, o peso de toda uma vida que nele se verteu, experiência por vezes terrível, sempre temida, que o leitor apaga e, em sua ligeireza providencial, considera como nada” (p. 193). Um livro que se levou vinte anos para escrever pode ser lido numa tarde e nunca mais ser reaberto. E se o autor, em consonância com a crítica, ainda dissesse: “Mas as coisas são *assim*, conforme os críticos a descreveram. Foi *assim* mesmo que escrevi e foi isso mesmo o que quis dizer”, provavelmente estaria usurpando um espaço de onde já foi excluído há muito tempo, pois não poderia, como *autor*, invadir um espaço que é próprio do leitor, que a ele pertence unicamente e a ninguém mais:

Sem que o saiba, o leitor está empenhado numa luta profunda com o autor: seja qual for a intimidade que subsiste hoje entre o livro e o escritor, por mais diretamente que sejam esclarecidas, pelas circunstâncias da difusão, a figura, a presença, a história de seu autor – circunstâncias que não são fortuitas mas talvez já ligeiramente anacrônicas – apesar de tudo isso, toda a leitura em que a consideração do escritor parece desempenhar um papel tão grande implica num ataque contra ele que o anula para entregar a obra a si mesma, à sua presença anônima, à afirmação violenta, impessoal, que ela é. O próprio leitor é sempre profundamente anônimo, é, não importa que leitor, único mas transparente. (BLANCHOT, 1987, p. 193)

Assim, ao contrário do que propõe a crítica interessada, Blanchot considera que a leitura “que toma a obra pelo que ela é e, assim, a desembraça de todo o autor, não consiste em introduzir, no lugar dele, um leitor, uma pessoa fortemente existente, possuidora de uma história, uma profissão, uma religião”, pois “não é uma conversação, não discute, não interroga” (p. 194). Para Blanchot, a leitura tampouco faz a pergunta pelo *que se quis dizer*, “não questiona o livro verdadeiro” e, o que é mais importante, não é “submissão ao ‘texto’”, desde que só “o livro não literário se oferece como uma rede solidamente tecida de significações determinadas” (p. 194). A ex-

pressão “não literário” deveria aqui, talvez, ser tomada em sua máxima generalidade, para que não se retorne de novo ao antigo pressuposto da *literariedade* do formalismo. E talvez estejamos em vésperas de descer a profundidades que não nos convém arrostar por agora. Mas evocar essas palavras serve para nos aproximar daquilo que seria uma resposta àqueles que percebem com excessiva nitidez a distinção entre os espaços da crítica e da literatura e que, aferrados a ela, se recusam a conceder que, uma vez que a fronteira não pode ser defendida, a crítica, ao falar de “*ficção*”, não é mais que uma *ficção*, bem como tende a se converter em *poesia* ao falar da “*poesia*”, concebida como um outro da linguagem do qual se pudesse realmente *falar*.

Por certo, não queremos dizer que a crítica se torna impossível só porque, no momento em que escreve, o crítico não é mais um *leitor*, mas já se converteu em *autor*. Embora não se deva subestimar a idéia, o excesso de simplificação a que conduz talvez não seja o mais esclarecedor. Deveríamos então observar a partir de uma perspectiva mais vasta, acrescentando que a dinâmica da tensão entre escrever e ler, com ser inerente ao modo íntimo de ser da literatura, deve permanecer intocada até o fim. Tentar invadi-la ou esclarecê-la nos termos de uma teoria que tudo planifica nos devolve ao risco da divisão, e não teria sentido o esforço de explicar, numa linguagem que já é por si mesma bastante obscura, aquilo que, por seu turno, nessa linguagem se manifestou como obscuridade.

Seja como for, o esforço de constituição de uma crítica científica ou de uma teoria que ofereça a essa crítica argumentos que lhe permitam destacar-se de seu objeto parece estar em franca contradição com a leveza e o descompromisso que, como Blanchot, também queremos descobrir na leitura como um seu atributo essencial. E em que se funda esse atributo? De certo modo, é possível dizer que toda leitura nasce de um desgarre, de um ato de liberdade que não diz respeito à obra nem ao crítico que sobre ela se debruça, mas a um terceiro elemento que permanece sempre insuscetível de teorização. Tal elemento – que parece flutuar sobre as obras, para além do alcance de autores e críticos – é que garante, por assim dizer, a liberdade inerente ao ato de ler, permitindo que se fale de crítica e de literatura como atitudes separadas, bem como fornecendo à crítica a faculdade de deslizar para a sombra, onde se julga isenta da necessidade de justificar-se. Fora dessa sombra, constitui-se o palco onde brilha vivamente aquilo que chamamos de *obra*, tomada já como objeto de estudo ou de fruição, sejam elas obras de *ficção*, de *poesia*, de *teatro* ou o que mais houver. Nesse afastar-se, a crítica se propõe como outra, julga e espera fugir ao julgamento, inspeciona e se crê acima de qualquer inspeção, conforme atestam estas palavras de um crítico contemporâneo, tão cheias de uma confiança juvenil em si mesmas – confiança que chega a maravilhar, não subsistisse por trás a

suspeita de que, *do outro lado*, nenhum fundamento a garante, nada se formou ainda e, o que é mais angustioso, todo o trajeto ainda está por fazer ou não foi sequer iniciado:

Num único texto (sobre, por exemplo, poesia) deve estar contido tudo que o crítico pensa sobre o assunto. Isso torna o discurso crítico metonímico. Se o livro X apresenta tais e tais defeitos, os demais livros dos poetas de sua família incidirão, até prova em contrário, nos mesmos equívocos. Ao analisar um livro, o crítico está pensando toda a poesia contemporânea (SANCHES NETO, 1997).

Essas palavras, mais a idéia – algo arbitrária, conquanto audaciosa – de que há um “discurso crítico metonímico”, se fundamentam na confiança. Como falar em “defeitos”, “famílias”, “equívocos” ou o que mais, sem que o falar deles tenha origem no mais ingênuo movimento da aproximação, do contato que não leva em conta aquela zona sombria onde tudo se converteu em obscuridade e afastamento? Mas, se é preciso, ao mesmo tempo, reconhecer que tal confiança se funda na certeza da separação (a que nos referimos no princípio) – a qual, hoje em dia, tem encontrado o seu melhor ícone nessa curiosidade moderna chamada “crítica profissional” –, então é preciso fazer ao menos uma concessão. Tal concessão poderia ser expressa da seguinte maneira: *existem* as obras, ou pelo menos se supõe que existam; e, desde que existem, aquilo de que a crítica nos fala é o que as obras nos dão, na generosidade com que se abrem à leitura, na claridade que por um instante relampeja em meio às sombras, mas que logo em seguida volta a se apagar. Ao mesmo tempo, esse *dar-se* é um *dar-se* carregado de recusa, de fechamento e obscuridade, o qual nos mantém alerta e nos força, sem que o percebamos, a retroceder sobre nossas pegadas. Seria este, supomos, o duplo movimento da literatura e, se quisermos expressar a situação da crítica moderna de um modo mais perempto, diríamos que se enraizou demais na zona de claridade, que a elegeu como seu único objeto de adoração e que da ilegitimidade dessa atitude extraiu um tesouro que hoje nos parece irremediavelmente comprometido. E seria isso um mau sinal para os assim chamados “estudos literários”, que parecem florescer com admirável vigor não só nos meios acadêmicos, mas também na imprensa, que os prestigia de algum modo, por mais que se creia isenta de compromissos, mais fiel à leveza da leitura e menos embaraçada por escrúculos de método e de ciência nos quais já não se quer acreditar?

Qualquer que seja a resposta para as perguntas que a idéia de uma crítica literária suscita atualmente (e a noção de crítica científica ou

metódica e seus congêneres é apenas um exemplo, com o qual queremos significar um amplo setor da atividade crítica), essa resposta deve levar em conta a liberdade da leitura, o *sim* de que fala Blanchot e que o leitor diz à obra sem tentar trazê-la de volta para um solo de onde ela há muito se retirou. Não queremos indicar com isso uma espécie de arbitrariedade em que tudo se torna pensável e dizível de um momento para o outro (certas questões de método, hermenêutica e historiografia literária deveriam ficar em suspenso por enquanto), mas que, se a legitimidade de nenhuma crítica está firmada de antemão, a legitimidade de *ler* talvez não possa ser contestada. E que sentido teria contestá-la? Pode ser, em resumo, que toda crítica seja um bracejar contra a corrente, isto é, uma tentativa impossível, na qual o que é específico da leitura tenta inutilmente se converter em escrita, embora também não se possa pensar com clareza no modo como as duas coisas se separam. Entretanto resta reconhecer que, fundada nela – na divisão e na confiança de que é possível erguer um castelo sobre o vácuo –, a crítica (ou, neste ponto, o que apenas se entende como tal), ao se arrogar um privilégio, não encontrará nada, no seio da experiência literária, que o possa garantir definitivamente.

Essa idéia poderia servir como um começo. Permitiria, ao menos, entrever um limiar onde a crítica, dando adeus a si mesma, se abre para a aventura do inesperado e do desconhecido, ao mesmo tempo em que, descobrindo seus limites, se manifesta como uma dimensão possível e justa do pensamento.

## RESUMO

A pretensão de dar à crítica literária um estatuto próprio – científico ou não – marcou profundamente o ideário crítico do século XX. Neste ensaio discutem-se as implicações de tal atitude, bem como as possibilidades (ou impossibilidades) de fundamentá-la sobre bases epistemológicas seguras. Ao mesmo tempo, aventa-se a idéia de que a crítica, ao se envolver com o seu objeto, se contamina inexoravelmente por ele, tornando-se uma espécie de “ficção” ela também, cujos estatutos não podem ser buscados *fora* da literatura, em metodologias que se querem isentas dessa contaminação.

**Palavras-chave:** *teoria literária; crítica literária; ficção; crítica sociológica; mimese; interpretação.*

## ABSTRACT

The intention to assign literary criticism a proper status – scientific or not – has deeply marked the critical ideals of the 20<sup>th</sup> century. In this essay the implications of such standpoint are discussed, as well as the possibilities (or impossibilities) of grounding them on sound epistemological bases. At the same time, we propose the idea that criticism is inexorably contaminated by its object in the action of dealing with it, thus becoming a form of “fiction” itself, whose statutes can not be searched *outside* literature, in methodologies that intend to be exempt of that contamination.

**Key-words:** *theory of literature; literary criticism; fiction; sociological criticism; mimesis; interpretation.*

## REFERÊNCIAS

- BAKHTIN, Mikhail. *Questões de literatura e de estética: a teoria do romance*. Tradução de: Aurora Fornoni Bernadini. et al. 3. ed. São Paulo: Editora Unesp, 1993.
- BLANCHOT, Maurice. *O espaço literário*. Tradução de: Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Rocco, 1987.
- CANDIDO, Antonio. A personagem do romance. In: CANDIDO, Antonio et al. *A personagem de ficção*. São Paulo: Perspectiva: 1985.
- CUNHA, Antônio Henrique Gonçalves. Letras morreu, viva Letras! *Ideação. Revista de Estudos Ibero-Americanos*, Foz do Iguaçu, v. 1, n. 1. 1998.
- \_\_\_\_\_. A confecção do maravilhoso. In: OLIVEIRA, D. O. L. *O fabuloso mundo da literatura: os horizontes da leitura*. Guarapuava, 2003. *Anais...* Guarapuava: Unicentro, 2003.
- GOLDMANN, Lucien. *A sociologia do romance*. Tradução de: Álvaro Cabral. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.
- JAKOBSON, Roman. *Lingüística e comunicação*. Tradução de: José Paulo Paes. 8. ed. São Paulo: Cultrix, 1975.
- ROSENFELD, Anatol. Literatura e personagem. In: CANDIDO, Antonio et al. *A personagem de ficção*. São Paulo: Perspectiva: 1985.
- SANCHES NETO, Miguel. A arte da crítica em 51 teses. *Gazeta do Povo*, Curitiba, 12 maio 1997.
- SCHOPENHAUER, Arthur. *Sobre a filosofia universitária*. Tradução, apresentação e notas de: Maria Lúcia Mello Oliveira Cacciola e Márcio Suzuki. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- WELLEK, René; WARREN, Austin. *Teoria da literatura*. Tradução: José Palla e Carmo. 5. ed. Lisboa: Europa-América, [19-?].

DOSSIÊ ESTUDOS LINGÜÍSTICOS:  
SEMÂNTICA FORMAL

*Linguistic Studies: on Formal Semantics*



# APRESENTAÇÃO: TENDÊNCIAS (NO BRASIL) DA SEMÂNTICA FORMAL DAS LÍNGUAS NATURAIS

O V WORKSHOP ON FORMAL SEMANTICS AT USP

*Presentation: Tendencies (in Brazil) of Formal Semantics  
of Natural Languages*

*The V Workshop on Formal Semantics at USP*

Roberta Pires de Oliveira\*

À profa. Lúcia Lobato

## WORKSHOPS NA USP

Os textos que compõem este dossiê foram apresentados no *V Workshop on Formal Semantics at USP*, organizado, mais uma vez, por Ana Müller (USP), com a colaboração de Ana Scher (USP), Maria José Foltran (UFPR) e Roberta Pires de Oliveira (UFSC). Desde sua primeira versão (1999), esses workshops, sempre sob a organização e iniciativa de Müller, visam a fomentar um ambiente propício à discussão de problemas cuja explicação se encontre na semântica formal das línguas naturais, daí a sua estreita relação com a sintaxe, e mais proximamente, embora não exclusivamente, com a sintaxe gerativa. Como se tornou tradição, o workshop acontece ime-

\* Universidade Federal de Santa Catarina.

diatamente antes de um mini-curso ministrado por professores convidados, numa tentativa de mantermos um diálogo estreito com o que se está fazendo em semântica formal nos grandes centros de pesquisa e de ampliar nossa participação na semântica internacional.

Na versão de 2005, o workshop antecedeu o curso “The Semantics of Questions”, ministrado pela profa. Venetta Dayal (Rutgers University), e contou com a participação de três palestrantes convidados: a própria Dayal, que apresentou a conferência “Cross-linguistic variation in the expression of genericity”, o prof. Paul Pietrosky (University of Maryland), cuja vinda ao Brasil foi financiada pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e o Núcleo de Epistemologia e Linguagem (NEL) desta universidade, e que proferiu palestra intitulada “Why are determiners conservative?”, e a profa. Lúcia Lobato (Universidade Federal de Brasília), que discutiu o tema dos adjetivos adverbiais, na palestra “On the so-called ‘adverbial uses of adjectives’”, a quem dedico este dossiê.

Nas suas primeiras edições, o número de inscritos no workshop era relativamente pequeno; neste, as organizadoras se viram obrigadas a recusar resumos por falta de espaço para todas as apresentações; além disso, tivemos que recorrer à modalidade pôster para podermos atender em particular os alunos de graduação, mas também para podermos acomodar trabalhos cuja temática ligeiramente se afastava das discussões centrais. Em 2005, foram apresentados 25 trabalhos.

Tornou-se também tradição publicar os textos do workshop na *Revista Letras* da Universidade Federal do Paraná (UFPR), em forma de dossiê, não apenas como uma memória do evento, mas principalmente para a divulgação do que a área tem feito e para a promoção do debate acadêmico. É este o objetivo deste dossiê, que congrega os artigos enviados para a publicação, que foram aprovados pela organização do workshop e pelo comitê editorial da revista. Esta introdução é uma leitura crítica desses textos, buscando, sempre que possível, apontar questões polêmicas.

## OS ARTIGOS

É muito temerário ordenar práticas de pesquisa de um momento qualquer na história de uma disciplina, em particular porque parece haver sempre heterogeneidade e dispersão, claramente perceptíveis nas palestras, nos resumos e nos artigos do workshop – algo, é bom lembrar, imprescindível para a diversidade teórica. Mesmo sob pena de forçar generalizações, é possível identificar três tendências de pesquisa, a partir da mostra exibida

durante o workshop: (i) as pesquisas na interface com a morfologia, que deixam clara a forte influência atual da morfologia distribuída, exemplificadas em Lemle & França e de Medeiros; (ii) as pesquisas em que há uma estreita ligação entre semântica e sintaxe, representadas, neste dossiê, pelos artigos de Gomes, sobre quantificação nominal, e de Oliveira, sobre foco; (iii) e a semântica sobre tempo e aspecto, na qual se inserem os artigos de Gonçalves, Molsing e Bassani & Scher. Há ainda pesquisas “marginais”, no sentido de que elas se dão nas margens, em conversas com outras disciplinas. Este é o caso dos textos de Carvalho, de Taveira e de França et al.

O artigo de Fernando Orphão de Carvalho (UNB), “Language Phylogeny and the Evolution of Semantic Complexity”, apresenta a hipótese de que a complexidade semântica, entendida como um despareamento entre sentido e som, causado por um mapeamento de muitos sentidos para uma “materialidade”. Esse descompasso entre forma e sentido pode ter levado à emergência de representações gramaticais, à instauração de princípios morfológicos que forçam condensações de traços significativos. A complexidade semântica teria sido, então, a força motriz de reorganizações drásticas no sistema comunicativo. Essa é uma visão evolucionista gradual, no sentido de que as línguas humanas teriam se originado de sistemas comunicativos simples, em que haveria um pareamento estrito entre som e sentido (isto é, sem conexões gramaticais) para sistemas mais sofisticados, em que se faz necessária a intermediação da sintaxe. É preciso, então, explicar as razões dessa passagem ter ocorrido apenas na nossa espécie, e não em outros primatas.

O autor aventa a hipótese de que a complexidade semântica seria explicada por pressões relativas à “navegação social”. Neste ponto, estamos a milhas de distância da visão chomskiana clássica a respeito da filogenese da linguagem humana, a despeito do fato do autor inserir seu projeto dentro do quadro da Gramática Universal. A fábula que Chomsky nos conta sobre a origem da linguagem humana, ou, mais especificamente, sobre a sintaxe, pretende se ver livre de qualquer restrição de ordem “externa”, de representações do mundo exterior: a gramática universal teria surgido de um acidente genético e provocado uma ruptura que nos separou definitivamente dos outros primatas. Chomsky entende que há uma descontinuidade evolutiva, enquanto que a hipótese de Carvalho supõe um processo contínuo. Sua hipótese aproxima o gerativismo do funcionalismo, na medida em que a evolução da gramática é entendida como uma “resposta” a demandas externas,<sup>1</sup> e não é por acaso que o autor cita Jackendoff e Damá-

<sup>1</sup> Vale lembrar que vários pesquisadores dentro do modelo gerativo tentam derrubar a idéia de que a linguagem humana seria uma resposta adaptativa ao meio.

sio, entre outros. Talvez este seja um movimento perceptível na proposta minimalista e seu princípio de optimalidade, mas este é um tópico em aberto. Fica, então, a pergunta: como a hipótese de Carvalho, que se ancora no gerativismo, se enquadra nele?

Em “I-Reference for I-Languages: The Naturalist Program in Linguistics”, Taveira apresenta a hipótese teórica de que o programa naturalista da lingüística de cunho chomskiano não apenas tem lugar para uma semântica “referencial”, entendida como um mecanismo de referência interna, que mapeia nós terminais de uma estrutura frasal arbórea em um domínio de representações mentais, mas que ela é necessária para que o modelo funcione enquanto uma explicação da linguagem humana. Essa hipótese é, por um lado, bastante controversa, porque, entre outros, ela redefine drasticamente o que se entende por semântica referencial, cuja base, em Frege, supõe que signos lingüísticos ganham seu valor na relação com o mundo, e, por outro lado, ela é também esperada no interior de um modelo mentalista, em que a linguagem tem interface com outros sistemas de representações internas.

Neste último caso, a questão da referência é, então, apenas deslocada para um outro nível: e as representações mentais, que constituem o domínio interno da função R.I. (referência interna), vêm de onde? Como elas são “informadas”? Uma outra maneira de perguntar é: qual o papel que a experiência no mundo tem na construção dessas representações? Taveira não parece se posicionar claramente sobre este aspecto, embora em seu texto se encontrem passagens que apontam para um “construtivismo” radical, no sentido de que essas representações não têm sua fonte no mundo exterior, mas são modeladas exclusivamente pela mente; a experiência, deste prisma, teria papel extremamente diminuto (se é que tem algum). Em sua roupagem mais radical, o idealismo clássico leva ao “solipsismo” conceitual, ou seja, cada indivíduo está confinado dentro de seu próprio mundo mental, e ao relativismo, pois não há mais como garantir que haja critérios objetivos já que eles são produtos da mente. Evidentemente Chomsky evita essas conclusões freando-as com a hipótese da universalidade genética: vivemos uma ilusão compartilhada porque essa ilusão é fruto da mente que temos, dado o aparato genético que nos constitui. São várias as questões filosóficas que aqui se colocam e discuti-las é sem dúvida um exercício importante para entendermos onde estamos quando pesquisamos. Aqueles que adotam essa visão do gerativismo, calcada em Chomsky, estão muito distantes de quaisquer das versões da filosofia analítica da linguagem. Mas certamente é possível matizar essa versão super-mentalista do gerativismo.

O artigo de França et al., “Conexões Conceptuais: um estudo de ERPs sobre a inescapável sintaxe na semântica”, enquadrado na psicolinguística experimental, aponta, como mostra o próprio título, para uma re-

lação estreita entre sintaxe e semântica. Os autores apresentam os resultados de uma pesquisa com *priming* (o elemento ativador de um par de palavras, que tem por alvo a segunda palavra) encoberto, elaborada para investigar como as palavras se relacionam conceitualmente. O experimento utiliza quatro séries de pares. Na série 1, as palavras são relacionadas através de uma única preposição; por exemplo, *escola-aluno* podem se concatenar através da preposição *para*: *escola para aluno*. A série 2 é constituída por pares cuja concatenação se dá através de duas preposições; por exemplo, *praia-calção*, cuja concatenação depende de uma estrutura mais rica, como em *praia para homem de calção*. Pares como *cadeira-revólver* aparecem na série 3. Nesta, é preciso “contar uma estória” para que as palavras possam ser relacionadas; por exemplo: *meu pai subia na cadeira para guardar seu revólver*. Finalmente, na última série pareia-se uma palavra como uma não-palavra (logatoma): *batata-parobo*.

A pesquisa mostrou uma diferença entre, de um lado, o conjunto das séries 1 e 2, e, de outro, o conjunto das séries 3 e 4. Mas, mais interessante, a pesquisa aponta para uma diferença significativa no tempo de ativação e no tempo de resposta entre a série 1, constituída por pares como *escola-aluno*, e a série 2, constituída de pares como *praia-calção*. Essa diferença não pode ser explicada pela hipótese do campo semântico, uma vez que em ambas as séries as palavras pertencem ao mesmo campo. Neste modelo não se esperaria, portanto, essa diferença entre as séries. Assim sendo, os autores explicam a diferença lançando mão da hipótese de que na série 1 as palavras se concatenam via um único “nó” sintático; por exemplo, uma única preposição poderia fazer sua junção: *escola para alunos*. Dado que preposições são usadas para relacionar os *qualia* de uma palavra (o *qualis* é a informação contida na definição enciclopédica de uma palavra), as palavras da série 1 manteriam uma relação mais estreita entre si. Já na série 2, a relação entre o *priming* e a palavra alvo se constitui por dois “nós” preposicionais, por exemplo, *praia para homens de calção*. Neste caso, a relação entre as palavras é mais tênue, porque é mais dependente do discurso, não sendo explicitada na enciclopédia. Assim, a concatenação das palavras é mediada pela estrutura sintática e a complexidade estrutural explica a diferença no processamento. Estruturas sintáticas mais “simples” são mais primordiais, e mais facilmente acionadas, porque são decorrentes dos *qualia*.

A descrição e explicação da semântica de elementos “subatômicos” marcam a tendência dos trabalhos em morfologia distribuída, embora esse modelo trate também de expressões maiores do que a palavra, como as “frases feitas”. O artigo de Lemle & França, intitulado “Arbitrariade Saus-sureana em Foco” é, além de uma introdução clara à morfologia distribuída, uma discussão sobre em que momento da derivação sintática se dá a

arbitrariedade saussureana. Em termos gerais, o modelo da morfologia distribuída entende que na computação sintática não entram palavras, mas traços abstratos sem conteúdo fonológico. As derivações que se formam a partir dos itens lexicais são cíclicas de tal sorte que fechada uma fase da derivação, ela é enviada para o componente fonológico e para a enciclopédia, o componente interpretativo.

Embora o artigo apresente diferentes exemplos de derivação, o ponto central, a questão de determinar em que momento se dá a arbitrariedade saussureana, pode ser exemplificada pela polissemia da palavra *corredor*: *corredor*<sub>1</sub>, aquele que faz deslocamento rápido, *corredor*<sub>2</sub>, passagem ligando dois ou mais compartimentos. Essas palavras têm histórias derivacionais distintas que justificam sua diferença semântica. No primeiro caso, a arbitrariedade ocorre no final da primeira fase quando a raiz se concatena com o verbalizador agentivo, o vezinho, produzindo {corr{er}}. Assim, a arbitrariedade é negociada no primeiro envio à enciclopédia; as demais etapas se dão, então, composicionalmente. O mesmo ocorre com o segundo item, a diferença é que neste caso a raiz não se liga a um verbalizador agentivo, mas ao traço de *perfectum* e a um nominalizador agentivo, eninho. Assim, o que vai para a enciclopédia é [corr [ed + or]]. Neste caso, ocorreu historicamente um processo de reanálise de tal forma que a nominalização não passa pelo verbalizador agentivo; isso ocorre porque o nome ganha tanta especificidade que perde sua relação com o verbo. Trata-se de um processo de idiomatização no nível lexical.

Este processo também ocorre em estruturas idiomáticas maiores, como em *bater as botas*. Na análise proposta, as expressões idiomáticas são interpretadas composicionalmente, forma que a chamada interpretação literal é um passo inevitável na derivação. Se a derivação é por fases, a primeira leitura de *bater botas* tem que ser composicional; a leitura idiomática, em que a expressão é sinônima de *morrer*, ocorre por coerção contextual. Assim, temos apenas a ilusão de que na interpretação de muitos idiomatismos, a primeira leitura é a não-composicional. Essa é, sem dúvida alguma, uma afirmação bastante controversa. O tema da necessidade de acionar ou não o sentido literal na interpretação de sentenças metafóricas tem sido muito investigado na literatura em psicolinguística e, aparentemente a questão não está resolvida. Afinal, não é tarefa fácil mostrar o que exatamente ocorre na cabeça dos falantes.

No mesmo modelo teórico, o da morfologia distribuída, se insere o artigo de Medeiros, que, como mostra o título, “Particípio Presente no Português”, relaciona aspectos morfológicos a questões aspectuais. O autor vai se debruçar sobre a contribuição semântica do sufixo *-nte*, presente em construções aparentemente tão díspares quanto *comovente* e *corrente*. Além

deste sufixo ocorrer tanto em adjetivos quanto em substantivos, ele estrutura dois grupos bem distintos: aquele em que as derivações vêm de um verbo, os chamados deverbais, *comovente* exemplifica este caso; e aquele cuja derivação é não-verbal, no sentido de que sua composição atual não comporta mais o sufixo *-nte*, porque este se incorporou a própria raiz, como é o caso de *corrente*. Entende-se, dessa forma, porque o sufixo é semanticamente vazio neste último caso: ele se tornou, por idiomatismo, parte da raiz. Já nos deverbais, este sufixo é interpretado como instanciando um nó funcional aspectual. A hipótese é que nas derivações verbais, em que a raiz se concatena com um vezinho, há um nó funcional que indica aspectualidade, mais particularmente imperfectividade.

Este é, sem dúvida alguma, um ponto controverso neste artigo: o que exatamente faz esse traço de imperfectividade? Ao discutir os adjetivos deverbais, o autor aponta que ele indicaria que o tempo do evento inclui o tempo de referência, o que certamente resulta na interpretação de que o evento ultrapassa o momento de referência, produzindo uma leitura imperfectiva, que, a despeito do que afirma o autor, não é necessariamente habitual ou reiterativa. Neste prisma, *comovente*, por exemplo, indica que o que comove extrapola o momento de referência. Mas, ao apresentar a análise dos substantivos deverbais, o autor parece expandir demais o que ele entende por imperfectividade, alterando a operação semântica que este sufixo realiza, já que nos substantivos não se pode aplicar o raciocínio de inclusão do tempo de referência no tempo do evento. Considere, por exemplo, a explicação do autor para *absorvente*: absorve **sempre** (negrito original) que usado. Neste caso, não há um evento propriamente falando, porque se trata de um “genérico”. A questão fica mais espinhosa na explicação de substantivos como *fabricante*.

Uma outra questão, presente também no artigo anterior, é como termos certeza, ou ao menos evidências empíricas, de que são essas as derivações. Um exemplo talvez esclareça este ponto. De Medeiros afirma que “a *corrente* não é algo que corre”, por isso sua derivação não passa pelo verbo e o sufixo *-nte* não é um nó funcional e, portanto, não há indicação aspectual. Mas, o que ocorre se um falante, como eu, entende que a corrente corre? Mesmo aquela corrente feita de elos. E se o falante entende que *paciente* vem de *ser paciente*, *ter paciência*, e entende que paciente é aquele que está no estado (durativo) de esperar?

Este estudo está naturalmente ligado à tendência de pesquisa sobre tempo e aspecto aqui representada pelos artigos de Molsing, Gonçalves, Bassani e Scher. No artigo “Os traços temporais e as sentenças de alternância ergativa do português brasileiro”, Bassani & Scher levantam a hipótese de uma nova restrição semântica, além das já consagradas na literatura

(como o papel temático do objeto), para explicar a (im)possibilidade de alternância ergativa, exemplificadas abaixo:

- (1) a. João encheu o balde.
- b. O balde encheu.
- (2) a. João construiu a casa.
- b. \* A casa construiu

Investigando as classes aspectuais, a partir da classificação de Smith, que acrescenta às classes vendlerianas os semelfactivos, que, nessa classificação, remetem a verbos atéticos, instantâneos e dinâmicos, como *tossir* e *espirrar*. A hipótese aventada é de que o tipo de eventualidade denotada pelo predicado interfere na possibilidade da alternância. As autoras realizam, então, uma análise minuciosa da alternância em cada uma das classes aspectuais e chegam à conclusão de que essa alternância só ocorre com *achievements* e *accomplishments*, que compartilham apenas o traço da telicidade. Daí, a hipótese de que essa propriedade seria uma restrição à alternância, que só seria possível com predicados que comportem, segundo a definição de Smith, uma mudança de estado que constitui o resultado, ou o objetivo, de um evento.

As autoras levantam, então, uma série de contra-exemplos a esta hipótese. Em primeiro lugar, sentenças prototípicamente télicas como (2a) não são passíveis da alternância, como atesta a agramaticalidade de (2b). Há ainda casos de alternância, como a apresentada em (3) que, segundo a classificação de Smith, denotam atividades, sendo, portanto atéticos, mas que podem ter alternância ergativa:

- (3) a. Funcionários da prefeitura alargaram a rodovia.
- b. A rodovia alargou.

A solução das autoras é indicar a necessidade de mais pesquisas. Este trabalho sugere, no entanto, uma outra hipótese: não seria a ergatividade uma maneira de expressar telicidade, para casos em que o predicado verbal não é claro quanto ao alcance de um ponto final?<sup>2</sup>

<sup>2</sup> Agradeço a sugestão a Renato Miguel Basso que tem trabalhado com mecanismos de (de) telicização.

Molsing defende, em “The tense and aspect of the Present Perfect in English and Portuguese”, a possibilidade de se atribuir uma mesma semântica ao Presente Perfeito no inglês e no português do Brasil, contrariando o que se acredita tradicionalmente: que os dois presentes só compartilham uma morfologia, já que em ambas as línguas o presente perfeito se compõe do verbo auxiliar no presente e o verbo principal no particípio passado, como mostram os exemplos:

- (4) John has arrived early.
- (5) João tem chegado cedo.

A semântica, no entanto, seria muito distinta. Afinal, intuitivamente, (4) expressa um único evento de chegada do John, apresentado como se sua chegada de alguma maneira se estendesse até o momento de fala, enquanto que em (5) há reiteração de eventos de chegada cedo de João, que ocorre recentemente. Segundo a autora, este tempo, no PB, expressa iteratividade e duração, ao passo que em inglês, ele veicula um resultativo, um experiencial, uma situação persistente, ou um passado recente; em outros termos, trata-se, no inglês, sempre de um semelfactivo, entendido agora, dentro da tradição aspectual das línguas eslavas, como indicando verbos que denotam um único evento.

Na descrição de Molsing, há, neste tempo, a contribuição do perfeito que expressa uma estrutura tempo-aspectual em que o tempo tópico (isto é, o tempo de referência) inclui o tempo de fala e é posterior ao tempo do evento. Assim, o esquema temporal está aberto, o que produz uma leitura “imperfectiva” e é indeterminado tanto quanto à relação entre o tempo do evento e o tempo de fala, quanto com relação à repetição de eventos. A autora combina essa interpretação do perfeito com a possibilidade de distinguir, tanto em inglês quanto em português, a leitura contínua da leitura não-contínua. A interpretação contínua ocorre quando certos predicados indicam que o evento se prolonga ou perdura durante um período de tempo. A leitura não-contínua surge quando certos predicados são usados para expressar situações que se repetem, repetindo eventos completos.

Eventos que ocorrem uma única vez são considerados não-contínuos, porque sua repetição é sempre possível. Nessa perspectiva, o não-contínuo carrega uma pressuposição de que há repetição; assim, no inglês, para que o presente perfeito tenha um uso semelfactivo,<sup>3</sup> sua condição de

<sup>3</sup> Semelfactivo neste contexto indica que se trata de eventos que ocorrem uma única vez.

assertabilidade é de que possa haver repetição. A diferença entre essas línguas se dá, então, apenas no uso não-contínuo: em português, o uso não-marcado não-contínuo indica que houve repetição da situação; enquanto em inglês, o uso não-marcado não-contínuo expressa que a situação ocorreu uma única vez, mas há ainda assim a possibilidade da repetição. Fica a dúvida: mas por que não há exemplos dos usos não-marcados do não-contínuo? Por que em português não temos o não-contínuo semelfactivo e vice-versa para o inglês?

O artigo “On the Semantics and Pragmatics of Present Tenses” de Gonçalves apresenta uma solução semântica e pragmática para tratar a “polissemia” do tempo presente em várias línguas, exemplificada no PB pelas sentenças de (6) a (9). Este trabalho contraria assunções basilares da semântica contemporânea, em particular o fato de que se assume, sem discussão, que o tempo primitivo, de onde os demais são derivados, é o tempo presente na leitura reportiva, exemplificada em (8).

- (6) João nada. (toda quarta) – leitura habitual/reiterativa
- (7) João nada (tem a capacidade de nadar) – leitura de capacidade
- (8) João nada (neste momento) – leitura reportiva
- (9) João nada (amanhã) – leitura futurute

Há ainda o chamado presente histórico que se enquadra no reportivo. Tendo como suporte empírico, o fato de que nas línguas consideradas a leitura reportiva é extremamente marcada, frente a não-reportiva, Gonçalves argumenta, a despeito do que a tradição propõe, que a leitura preferencial de *João nada* é a habitual. Ele mostra, então, que não é apenas possível produzir essas leituras combinando uma semântica do tempo presente subespecificada com princípios pragmáticos gricenianos lidos a partir da teoria da optimalidade, mas que esta alternativa é melhor, porque desenha uma semântica mais leve (sem tantos operadores), mais flexível e mais próxima da intuição do falante.

Classicamente, entende-se que no tempo presente o momento do evento coincide com o momento de fala ( $e = n$ , onde ‘ $n$ ’ é o momento de fala e ‘ $e$ ’, o momento do evento); o que só é possível se o evento ocorre apenas uma única vez e no momento de fala; temos, então, a leitura reportiva. A leitura habitual é derivada através da postulação de um operador genérico ou habitual. As demais leituras são também obtidas através de outros ope-

radores. A proposta de Gonçalves dispensa esses operadores. Ele inicia propondo que a semântica do presente apenas indica que o momento do evento ultrapassa o momento de fala; isto é, seu valor *default* é não semelfactivo ( $n \subseteq e$ ), isto é, não se refere a um evento único. Trata-se aparentemente de uma alteração pequena na semântica do presente, mas que tem como resultado evitar o predomínio da leitura reportiva. Ela é, no entanto, insuficiente para determinar se a interpretação vai ser habitual ou reportiva; essa determinação depende da situação de fala e de qual é a melhor alternativa (a alternativa ótima), tendo como medida a interação entre os princípios pragmáticos “diga o máximo que você pode dizer” e “não diga mais do que você tem que dizer”.

A solução é certamente engenhosa, mas fica sobrando responder a difícil pergunta: na proposta clássica, o presente reportivo subsidia a interpretação dos outros tempos; por exemplo, o passado é o presente reportivo que acontece anterior ao momento de fala. Como, nesta nova proposta, derivar os outros tempos? Além disso, não fica claro em que o presente se difere do presente contínuo, representado no PB pela perífrase *estar + ndo*; têm ambos a mesma semântica e sua diferença se dá apenas no ranking das alternativas?

Na tendência em que os problemas semânticos são pensados em relação estreita com a sintaxe, Gomes propõe, em “A chave da distributividade de *todo* está na análise de DPs como *Measure phrases* de Krifka”, uma solução para o seguinte impasse: como é possível fornecer uma análise que unifique as várias instanciações de *todo*, exemplificadas abaixo de (10) a (12), dado que tal unificação é desejada (já que temos a intuição de que sua contribuição é sempre a mesma)?

- (10) Todo país chora.
- (11) Todos os países choram.
- (12) Todo o país chorou.

No caso em (10) não há problema para explicarmos a distributividade, que, segundo a autora é uma característica de *todo*, porque ele tem um nome comum na sua restrição e este, por sua vez, tem uma denotação cumulativa que permite acessar um conjunto de indivíduos e distribuir o predicado por eles. Mas tanto em (11), quanto em (12), temos DPs e DPs denotam indivíduos. Diferentemente de um nome comum, um sintagma determinado tem uma denotação quantificada, atômica, e, portanto, não tem partes acessíveis. Assim, em (10) é claro como o predicado pode se distri-

buir pelos indivíduos, mas não há explicação para (11) e (12), porque não há entidades para o predicador poder ser distribuído.

A solução da autora se ancora na hipótese dos sintagmas de medição extensiva (SM) de Krifka (1998), que permite aos DPs ter uma estrutura interna, com partes acessíveis. O sintagma de medição extensiva não faz contagem direta de indivíduos, mas sua contagem se dá a partir de uma operação de medição de substâncias. DPs que são SM têm, portanto, duas partes: um operador de medição e uma extensão cumulativa sobre a qual ele opera. Aparentemente, ambos podem ser supridos pelo contexto. Entende-se, então, que os nomes comuns denotam massivamente e essa substância pode ser contada via uma unidade de medida, chamada de functor, uma função que toma a substância e retorna unidades dessa substância. Nesta perspectiva, a denotação de um sintagma de medição extensiva é um indivíduo estruturado em um conjunto de partes, um semi-reticulado. O SM se comporta, então, como um DP, mas um DP com estrutura interna.

Assim, nas sentenças acima, a estrutura semântica dos sintagmas encabeçados por *todo* é mais complexa: há sempre um functor, um medidor, que, nesses exemplos, é dado contextualmente. Note que agora se supõe que há, em (10), um determinante invisível. De qualquer modo, em (10) e (11) podemos pensar em unidades de países, já em (12) pensamos nos habitantes de um país determinado. De fato, essa análise parece permitir a unificação dos usos de *todo* apresentados, mas há algumas questões que incomodam. Em primeiro lugar, não é claro que DPs plurais, como *os países*, não tenham estrutura interna. Se adotarmos a idéia de reticulado, trata-se então de um indivíduo plural que tem, portanto, estrutura interna. Neste caso, só precisaríamos explicar (12); e não precisamos entender que há um artigo oculto em (10). Além disso, a solução proposta cria, aparentemente, uma diferença grande entre sentenças como:

- (13) O cachorro está sujo.
- (14) O cachorro está todo sujo.

Em (13) o DP denota um indivíduo atômico particular; já em (14) ele denota um indivíduo massivo, a substância que compõe um cachorro em particular, que é medida em partes às quais é atribuída a propriedade de estar sujo. Como justificar essa diferença? Em segundo lugar, ao menos para os meus ouvidos,<sup>4</sup> o *todo* em (14) pode estar funcionando como um

<sup>4</sup> E para de alguns outros falantes, mas esta foi uma avaliação informal.

intensificador, denotando que o cachorro da sentença em questão situa-se num grau alto na escala da sujeira. Não seria possível, ao invés de argumentar que este *todo* intensificador é outro *todo*, pensar uma análise unificada também nesta direção?

Finalmente, o artigo de Oliveira sobre o Ibibio apresenta uma pesquisa muito mais próxima da sintaxe do que da semântica, embora o tema seja a relação entre as perguntas *wh* e a posição de foco. Em “*Wh-phrases as evidence to focus positions in Ibibio sentences*”, a autora reforça sua hipótese de que, se adotarmos o sistema de parâmetros para o movimento *wh*, somos levados à conclusão de que os sintagmas *wh* em Ibibio ocorrem *in situ*. Porém, uma análise dessa língua mostra que os sintagmas *wh* podem se mover para a periferia esquerda da sentença. A autora argumenta que estes casos não são casos de movimento *wh*, mas casos em que o movimento ocorre para checagem do traço de foco. Este movimento só ocorre acompanhado pela partícula *ké* que é então interpretada como núcleo do sintagma foco. Mas há, ainda, casos em que os sintagmas *wh* aparecem no final das sentenças, na periferia direita da sentença, precedendo esta mesma partícula. Esses casos são explicados através da noção de movimento remanescente, evitando, dessa maneira, que este seja um movimento para checar traços de foco. A autora aponta, como objeto de estudo futuro, a hipótese de que as diferenças sintáticas do movimento dos sintagmas *wh* em Ibibio podem estar representando diferentes tipos de focos.

Essa breve discussão dos textos que compõem este dossiê deve ser suficiente para mostrar a heterogeneidade e amplitude da semântica formal das línguas naturais. Promover debates, aprofundar as questões, possibilitar novas entradas e maneiras de entender os problemas, é a função maior tanto do workshop quanto deste dossiê.

Florianópolis, 9 de março de 2006.



# CONEXÕES CONCEPTUAIS: UM ESTUDO DE ERPs SOBRE A INESCAPÁVEL SINTAXE NA SEMÂNTICA

---

*Conceptual connections: a study of the ERPs  
on the inescapable syntax in Semantics*

Aniela Improta França\*

Miriam Lemle\*\*

Maurício Cagy\*\*\*

Antonio Fernando Catelli Infantosi\*\*\*\*

## 1 INTRODUÇÃO

O relacionamento semântico entre duas palavras é muitas vezes definido através da noção de *cloze*:<sup>1</sup> a probabilidade de co-ocorrência de duas palavras semanticamente relacionadas em um mesmo segmento de discurso. É importante notar que este critério de *cloze* não é puramente semântico, pois abrange tanto a associação entre duas palavras por *pertenimento a um mesmo campo semântico* quanto a *freqüência de uso conjunto em um mesmo trecho do discurso*.

A aplicação prática de *Cloze* tem sido explorada principalmente na área educacional em estudos de capacidade de leitura. Um texto com lacu-

\* Departamento de Lingüística, UFRJ.

\*\* Departamento de Lingüística, UFRJ.

\*\*\* Departamento de Epidemiologia e Bioestatística, UFF.

\*\*\*\* Programa de Engenharia Biomédica, COPPE, UFRJ.

<sup>1</sup> A noção de *cloze* na Lingüística foi adaptada da Técnica de *Cloze* primeiro desenvolvida por Taylor (1953) para a Teoria da Informação com o intuito de medir a efetividade comunicativa de trechos de língua escrita ou falada.

nas é oferecido para o leitor e avalia-se a capacidade de ele preencher-las com palavras apropriadas para formar um discurso conexo. A expectativa é a de que, através da avaliação do tempo de preenchimento e dos erros e acertos, se poderiam determinar processos cognitivos gerais que embasam a leitura. Um exemplo típico de uso de teste de *cloze* é:

Assim como \_\_\_\_\_ têm pelo, papagaios têm \_\_\_\_\_.

O correto preenchimento da primeira lacuna com *cachorros*, *gatos* ou qualquer animal de pelo é geralmente interpretado como um efeito de *cloze*, pois, por se referir a animal, a palavra *cachorros* seria mais freqüentemente usada perto de *papagaios* do que *casacos* ou *tapetes*, que também se referem a coisas que podem ter pelo. O correto preenchimento da segunda lacuna com *penas* também é geralmente interpretado como um efeito de *cloze*, uma vez que *pêlo* e *penas* estariam dentro de um mesmo domínio semântico – cobertura externa da pele – enquanto *pêlo* e *bico*, por exemplo, não estão.

A técnica de *cloze* tem sido também explorada na psicolingüística em estudos de *priming*<sup>2</sup> que verificam haver facilitação de palavras-alvo apresentadas depois de palavras-*prime* com as quais compartilham *campo semântico* e *ocorrências em conjunto*, esta última geralmente atestada por investigações estatísticas de co-ocorrência em grandes bases de dados (LUND; BURGESS; ATCHLEY, 1995; LUND; BURGESS; AUDET, 1996).

Os achados mais freqüentes destes testes são tempos de resposta mais curtos para alvos do tipo *enfermeira* depois de *primes* do tipo *médico* do que para alvos como *cozinheira* depois de *primes* como *médico* (SHELTON; MARTIN, 1992; NEELY, 1991; NEELY, 1977; MEYER; SCHVANEVELDT; RUDDY, 1975).

<sup>2</sup> No protocolo experimental de *priming*, assume-se que uma palavra possa ser acessada mais rapidamente se precedida em curto prazo de tempo por outra com a qual compartilhe propriedades semânticas, segmentos fonológicos ou unidades da morfologia. Para estudar a influência que uma palavra pode ter no acesso lexical de outra, apresenta-se uma palavra (*prime*) antes de outra (alvo) que se quer estudar. Por exemplo, poderíamos comparar a influência que *martelo* (*prime*) tem sobre *martelada* (alvo), comparativamente a *telefone* (*prime*) / *machadada* (alvo).

A estimulação é feita com vários pares *prime* / alvo (*martelo* / *martelada*) misturados aleatoriamente a um igual número de pares não-*prime* / alvo (*telefone* / *machadada*) e também pares *prime* / não-palavra (*cadeira* / *parobo*). Esta metodologia pode utilizar dois tipos de *prime*: um que fica na tela por um tempo de 200 ms, assim como o seu alvo, e outro que é apresentado subliminarmente por cerca de 40 ms e seu alvo por 200 ms.

Através do tempo de resposta nos testes psicolingüísticos e dos tempos de reação nos testes neurolingüísticos, pode-se avaliar a influência das representações segundo noções bastante claras na teoria: semelhança morfológica, fonológica e sintática. As relações puramente semânticas, como, por exemplo, idéia/noção vêm sendo também exploradas, mas muitas vezes somente como grupo controle, porque essa faceta das palavras é, por enquanto, um campo bem menos compreendido. Há também outros eixos de influência comumente considerados em teste de *priming* como a freqüência vocabular e freqüência da fonotática de prime e alvo.

A explicação geralmente relacionada a estes achados é a de que ao ativarmos *médico* haveria um espalhamento desta ativação por representações contíguas (COLLINS; LOFTUS, 1975). Assim, uma vez que a representação de *enfermeira* estaria dentro do mesmo *campo semântico* da de *médico*, e é comum encontrarmos as duas palavras em um mesmo trecho do discurso, *enfermeira* começaria a ser ativada já durante a ativação de *médico* e antes mesmo de ser usada como alvo. Notem que embutida nesta explicação está a suposição da existência real de *campo semântico*, ou seja, as representações mentais de palavras teriam uma contigüidade física com a de outras através de um critério semântico, como exemplificado na Figura 1 (PLAUT, 1995). Porém, a teoria não fornece uma explicitação desses critérios e de suas hierarquias, o que torna difícil prever a constituição da rede e uma discriminação entre o efeito de *priming* semântico e o do *priming* meramente associativo.

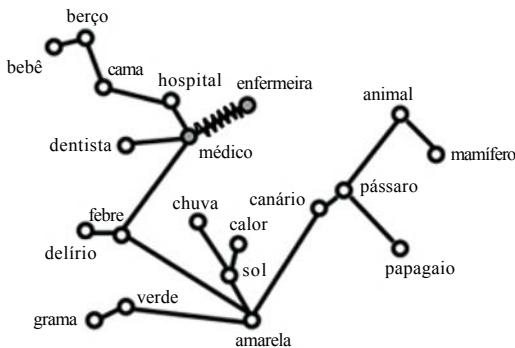


Figura 1 - Adaptação de rede semântica (COLLINS; LOFTUS, 1975).

Neste tipo de modelo, quando *enfermeira* é apresentada como alvo, já haveria uma semi-ativação desta palavra via a ativação de *médico*, e portanto o processo de ativação se completaria mais rápido do que com *cozinheira* que não teria tido esta pré-ativação, pois não faria parte da rede de co-ocorrências com *médico*. Por outro lado, poderíamos conceber uma dada rede que reunisse nós pertencentes ao *campo semântico* “*profissões sem exigência de curso superior obrigatório*” ou “*profissionais que trabalham em hospitais*” ou “*profissões muito comumente exercidas por mulheres*”. Note que qualquer um deles poderia vir a facilitar a ativação de *enfermeira* via *cozinheira*. Como prever a estrutura da rede com um modelo deste tipo? Seria a rede de associações de uma pessoa diferente da de outra? Estas são questões ainda não resolvidas pelos proponentes deste modelo.

Apontados estes problemas, as teorias de *cloze*, de  e de *rede de conexões* parecem-nos insatisfatórias para explicar o relacionamento semântico entre palavras, já que não oferecem um modelo formal da arquitetura da linguagem que possa prever parâmetros com o poder de delimitar a arquitetura do léxico mental.

Em busca dos critérios para o relacionamento semântico entre palavras, começamos nossa investigação assumindo uma outra teoria lingüística a partir da qual é possível propor uma hipótese de que haveria relações semânticas diretamente decorrentes da sintaxe e que estas relações são primordiais. Sendo primordiais, elas, portanto, deveriam poder ser discriminadas de relações semânticas mais tênuas, decorrentes de associações discursivas ocasionais. Em França et al. (2005), esta hipótese foi testada com um teste comportamental de *priming*. Testamos quatro séries de pares *prime* e alvo. A tarefa dos voluntários era dizer se o alvo era uma palavra ou uma não palavra. As séries estão exemplificadas na Tabela 1:

TABELA 1 - ESTÍMULOS DAS SÉRIES EXPERIMENTAIS EM FRANÇA ET AL. (2005)

	<i>Prime</i>	Alvo
Série 1	escola	aluno
Série 2	praia	calção
Série 3	cadeira	revólver
Série 4	martelo	parubo

Nossa hipótese foi a de que os tempos de resposta em relação a reconhecimento dos alvos indicariam uma graduação no relacionamento entre *prime* e alvo. A expectativa era a de encontraríamos tempos de reação menores na Série 1 porque haveria uma relação mais próxima entre *prime* e alvo na Série 1 do que nas outras, já que nesta série o *prime* está contido na definição do alvo. Notem que para afastarmos respostas comportamentais que levariam em conta relações pragmáticas entre *prime* e alvo usamos um protocolo em que o *prime* aparecia subliminarmente (38 ms) o alvo por 200 ms e o tempo máximo de resposta do voluntário se esgotava em 1000 ms. Este curso bem justo de tempo restringia o processamento ao uso de recursos mínimos tanto quanto fosse possível.

Com efeito, os resultados obtidos foram condizentes com a hipótese aventada, como podemos observar na Figura 2 .

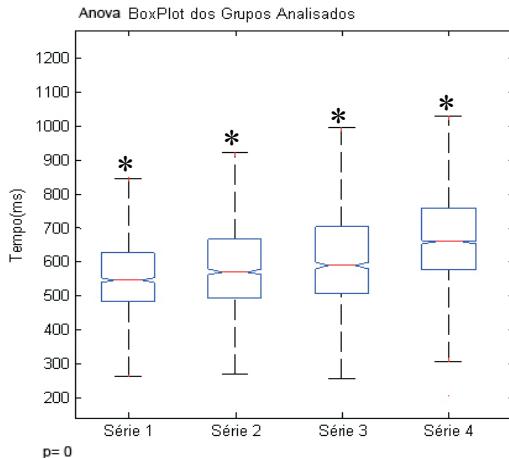


Figura 2 - Resultados dos tempos médios de resposta em teste comportamental em França et al. (2005)

O sucesso do nosso teste psicolingüístico possibilitou comprovar estatisticamente a hipótese aventada de que existe isomorfismo entre a sintaxe e a “sintaxe” interior aos conceitos – a sintaxe da semântica.

Usando uma estimulação lingüística semelhante, agora estruturamos um teste neurolingüístico com extração de ERP<sup>3</sup> com o objetivo de nos aprofundarmos nas computações envolvidas no estabelecimento de conexões conceptuais entre dois nomes.

A hipótese em que se apoiam os dois testes, a deste atual e a do comportamental já aplicado, é a de que, ao sermos estimulados por dois nomes apresentados em seqüência, por exemplo *escola - aluno*, tentamos espontaneamente gerar um sintagma interpretável, concatenando-os, e o mínimo que isto requer é a inserção de um relacionador (preposição), que é a peça de vocabulário com o menor conteúdo semântico capaz de atribuir

<sup>3</sup> O Potencial Relacionado a Evento (ERP) é a resposta bioelétrica cortical eliciada por um estímulo (evento), e apresenta forma de onda (intensidade e latência de picos e vales) dependente do evento aplicado. Esta resposta, para ser observada sobre o escâlpo, necessita da aplicação da técnica de média coerente, pois possui magnitude muito inferior à atividade cortical espontânea (eletroencefalograma – EEG – de fundo e, portanto, não eliciado pela estimulação). Enquanto o ERP pode ser considerado phase-locked com o estímulo, o EEG de fundo é um ruído (sinal indesejável) não relacionado com a estimulação (non phase-locked), o qual pode ser assumido como acontecendo completamente ao acaso (ruído branco de média nula). A razão entre as energias dinâmicas (variância) da resposta e do ruído é denominada relação sinal-ruído (SNR). Ao se aplicar a média coerente (sincronizada com o estímulo) a um conjunto de segmentos de EEG, cada um deles contendo a resposta e a atividade de fundo, o ERP pode ser estimado. Tal estimativa depende do número de estímulos aplicados (desde que idênticos e assumindo-se não haver adaptabilidade de resposta) e da SNR inicial. Teoricamente, caso o número de estímulos fosse infinito, a variância da atividade de fundo tenderia a zero e a onda resultante seria somente a resposta à estimulação aplicada, ou seja, o ERP.

papel temático e caso para legitimar a interpretabilidade semântica da expressão. Como corolário desta hipótese podemos dizer que a medida mais justa de proximidade semântica entre dois nomes seria o número de concatenações que o falante fará espontaneamente para formar uma expressão lingüística interpretável:

- *escola para aluno* → duas concatenações: [escola [para aluno]]<sup>4</sup>

Mas como poderíamos definir estruturalmente a condição de interpretabilidade? Vemos que se o alvo está contido em uma das condições de definição do *prime*, basta conectar *prime* e alvo por meio de uma preposição para obter uma expressão interpretável. Para definir *escola*, podemos dizer que *é um local que serve para educar alunos* ou *é uma edificação em que existem alunos*. Ou seja, ressaltando dois aspectos básicos de *escola*, um funcional (para que serve) e o outro constitutivo (de que é feita) conseguimos a condição de interpretabilidade que a relaciona com *aluno*.

Estes aspectos semânticos básicos, conhecidos como *qualia* (plural de *qualis*), foram primeiro observados por Aristóteles, e vêm sendo retomados em Pustejovski (1993, 1995). Um *qualis* é uma informação contida na definição enciclopédica de uma palavra. Por exemplo, um livro pode ser definido por seu *qualis* télico: o que se faz com um livro? Um livro serve para ser lido → Vou ler o livro agora. Ou por seu *qualis* constitutivo: de que é feito um livro? De folhas de papel presas por uma capa → Vou subir no livro para alcançar a prateleira. Ou por seu *qualis* agentivo: quem fez este livro? Seu autor. → Os livros do Chomsky são importantes. Ou por seu *qualis* formal: Qual a fronteira entre livro e não livro? O livro é geralmente mais extenso do que uma revista e não é periódico. → Não quero uma revista sobre música; quero um livro.

Trabalhando com as distinções entre homônímia (*manga*: fruta tropical e *manga*: parte de vestimenta que recobre os braços) e polissemia (*som*: algo que se ouve e *som*: música), o grupo de Liina Pykkänen (2006) procura ainda fazer uma distinção mais fina entre dois casos de polissemia: um que envolve a mesma raiz e morfema categorizador e outra que envolve a mesma *acepção* (*qualis*) da raiz mais morfema categorizador. Por exemplo, *livro interessante* prima *livro difícil* mais fortemente do que *livro interessante* prima *livro pesado*, porque o primeiro par tem em comum o *qualis* télico potencializado pelos adjetivos *interessante* e *difícil*. No segundo par, os adjetivos *interessante* e *pesado* potencializam *qualia* diferentes: télico e constitutivo. Neste trabalho os autores usam adjetivos para fazer

<sup>4</sup> Há concatenações internas às palavras que não estão sendo levadas em consideração nesta análise.

aflorar um ou outro *qualis*, uma manobra experimental com pressupostos teóricos similares aos que decidimos adotar. No nosso caso pressupomos uma ativação de *qualia* através da inserção automática de uma preposição para implementar a mínima relação sintática entre *prime* e *alvo*.

Hipotetizamos esta inserção respaldados no fato de que, de uma maneira geral, as línguas do mundo usam preposições como relacionadores que implementam fonologicamente um ou outro *qualis* de uma palavra, com graus de especificidade que podem diferir limitadamente de língua para língua.

Por exemplo:

Português	copo <u>para</u> vinho copo <u>de</u> vinho	suco de limão seio de silicone macarrão <u>com</u> molho de tomate macarrão <u>na</u> manteiga	livro <u>de</u> Chomsky
Italiano	*bicchiere <u>per</u> vino bicchiere <u>da</u> vino bicchiere <u>di</u> vino	sugo <u>di</u> limone seno <u>al</u> silicone maccheroni <u>al</u> pomodoro pastina <u>al</u> burro	libro <u>di</u> Chomsky

As escolhas diferentes língua a língua mostram que a equivalência perfeita de traduções, na verdade, não existe. Vemos que na tradução expressões que se equivalem pragmaticamente podem estar ressaltando *qualia* diferentes: *copo para vinho* em português faz ressaltar o *qualis* télico entre *copo* e *vinho* enquanto *bicchiere per vino* em italiano é agramatical. O termo equivalente em italiano que produz o relacionamento télico com significado de recipiente próprio para se colocar o vinho é *bicchiere da vino*. Porém, em português podemos fazer aflorar o *qualis* télico com outra preposição: *copo de vinho*. A preposição *de* em português pode também substancializar o *qualis* constitutivo: *copo de vidro*. Ou seja a preposição *de* é subespecificada para as relações semânticas télica e constitutiva. Já em italiano, *di* faz a intermediação do *qualis* constitutivo mas não a do télico, cuja implementação é feita por *da*.

Estamos assumindo uma arquitetura da gramática em que as preposições são peças de vocabulário que implementam os *qualia*, e daí decorre o desenho dos experimentos. Compusemos quatro séries de estímulos. Para a Série 1 (Figura 3), escolhemos pares de palavras cuja relação se reduzia sempre a um desses *qualia*, expresso por uma preposição básica (de, com, para), ou seja, o alvo sempre satisfaria um dos *qualia* definidores do *prime*. A nossa previsão era a de que a Série 1 teria o tempo de reação mais rápido, pois o voluntário encontraria para o par *prime*-alvo uma contraparte sintática expressa por uma estrutura Xis-barra nucleada por uma preposição. Nessa estrutura, o nome que é dado como alvo, se inserido como complemento da preposição que o voluntário seleciona, implementa-

rá um componente essencial na definição enciclopédica do nome que é dado como *prime*.

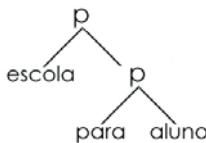


Figura 3 - Estrutura sintática dos pares na Série 1

Construímos os estímulos contando com que uma destas preposições surgiria implicitamente, pois o voluntário estaria forçado a uma tentativa inescapável e inadiável de estabelecer um relacionamento sintático entre as duas palavras do par, como exemplificam os pares abaixo, incluídos entre os estímulos da Série 1:

- (i) remédio / doença - remédio *para* doença → qualis télico  
escola / aluno - escola *para* aluno → qualis télico
- (ii) cinto / fivela - cinto *com* fivela → qualis constitutivo (todo e parte)  
sapato / sola – sapato *com* sola → qualis constitutivo (todo e parte)
- (iii) revista / livro - revista *em vez de* livro → qualis formal (tipos de porta-texto)  
ônibus / trem - ônibus *em vez de* trem → qualis formal (tipos de veículo de transporte)
- (iv) música / Villa-Lobos - música *de* Villa-Lobos → qualis agenteivo  
teste / aluno – teste *do* aluno → qualis agentivo

A concatenação das duas palavras do par por intermédio de uma preposição faz aflorar o *qualis* entre elas, e seria configurada como mostra a Figura 4:

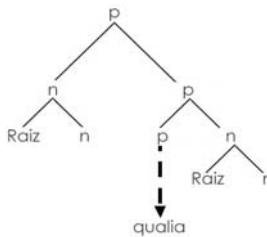


Figura 4 - Inserção de preposição (p) que faz aflorar na sintaxe as relações semânticas de *qualia* (n)

Como as operações de concatenação são processadas ao longo do tempo, nossa previsão é a de que, quando é possível gerar uma expressão da língua simplesmente inserindo uma preposição entre o *prime* e o alvo (*escola para aluno*), tempo de ativação (latência das ondas eletrocorticais) e tempo de resposta (reação comportamental) seriam menores do que nos casos em que para obter uma expressão interpretável é necessário relacionar duas estruturas X-barra mínimas (Figura 5).

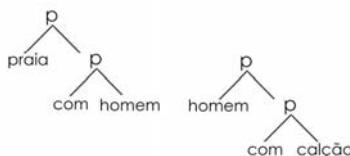


Figura 5 - Relação conceptual entre termos da Série 2

Elaboramos os estímulos da Série 2 de forma que as relações de *qualia* acontecessem indiretamente entre *prime* e alvo, necessitando de um nome intermediador. Por exemplo:

- (i) praia / calção → praia com homem com calção
- (ii) festa / balão → festa com decoração com balão

Na Figura 4 temos que *homem* faz parte, por um lado, do *qualis* télico de *praia*, que é o *prime*, e por outro lado, *homem* faz parte também do *qualis* télico de *calção*, que é o alvo. Essa palavra, por isto, serviria de ponte entre o *prime* e o alvo.

- *praia com homem / homem com calção* → quatro concatenações

Prevemos que nos estímulos da Série 1 as relações de *prime* iriam operar mais fortemente do que na Série 2. Isto porque, na Série 1, a informação requerida no alvo já estaria contida no *prime*. Em contraste, na Série 2,

a informação contida no *prime* seria relacionada mais indiretamente às informações que estão no alvo.

Como Grupo Controle, elaboramos a Série 3, com palavras não relacionadas semanticamente. Para conectá-las seria necessário criar muitas proposições no discurso que se sustentem na experiência individual. Por exemplo: cadeira / revólver → *na minha casa tem uma cadeira onde meu pai sobe para esconder o revólver em cima do armário. Ou havia um revólver em cima da cadeira.* Nossa expectativa é que a visão prévia de *cadeira* não vá facilitar o acesso à palavra alvo, *revólver*. Esta série é, portanto o grupo controle no qual fica neutralizada a influência do *prime* para acessar o alvo. A Série 4 contém pares de palavra-não palavra, e é destinada exclusivamente a permitir que haja uma tarefa de decisão lexical para o voluntário: decidir se o alvo é uma palavra ou uma não-palavra, acionando um botão de *joystick*. Esta tarefa proporciona a constância da atenção do voluntário à palavra alvo.

## 2 MATERIAIS E MÉTODOS

### 2.1 PROTOCOLO DE ESTIMULAÇÃO: PRIMING ENCOBERTO

A técnica experimental<sup>5</sup> usada foi o *prime* encoberto. Nesta técnica, o *prime*, que é a primeira palavra do par, é sempre mostrado subliminarmente, no nosso caso por 38 ms e o alvo por 200 ms.

Os estímulos lingüísticos se dividiam em quatro séries de pares de palavras. Cada série tinha um número fixo de pares: Série 1, cinqüenta pares; Série 2, cinqüenta pares; Série 3, cinqüenta pares e Série 4 cento e cinqüenta pares, perfazendo um total de 300 pares de palavras.

A apresentação dos estímulos (palavras) era centralizada no monitor. As palavras apareciam em fonte branca, do tipo Times New Roman, de tamanho 20, sobre uma tela preta de 15 polegadas, com resolução de 800 x 600 pixels.

A seqüência de todos os eventos do teste era a seguinte (Figura 6): Seguindo à cruz de fixação, exibíamos uma seqüência de seis asteriscos para demarcar o campo de exibição do *prime*. Esta tela pré-*prime* era exibi-

<sup>5</sup> O software de gerenciamento da apresentação dos estímulos é o pacote de apresentação serial cinética *Presentation*, versão 6.0 para Windows/PC, software produzido por *Neurobehavioral Systems*, em Albany, nos Estados Unidos, e veiculado pelo site [www.neurobehavioralsystems.com](http://www.neurobehavioralsystems.com)

da por 500 ms. Em seguida vinha o *prime*, exibido por 38 ms. Após o *prime*, aparecia uma seqüência de seis asteriscos pós-*prime* durante 50 ms, imediatamente antes do alvo, exibido por 200 ms. Finalmente, ao voluntário era dado um prazo máximo de 1500 ms para que um dos dois botões de resposta (palavra ou não-palavra) fosse acionado.

O voluntário era instruído a opinar se o alvo era palavra ou não-palavra através do aperto de botão de um *joystick*. O botão superior deveria ser acionado para o julgamento “palavra” e o inferior para “não-palavra”.

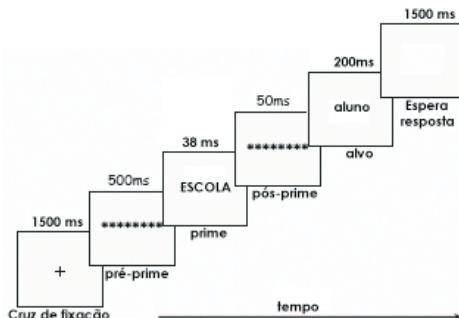


Figura 6 - Seqüência de eventos experimentais

Como o teste envolvia o manuseio correto do *joystick*, fazíamos um pré-teste para habituar o voluntário ao uso automatizado deste instrumento. Este treinamento permitia que o teste só começasse depois que os sujeitos tivessem automatizado o acionamento de dois botões que seriam empregados durante o experimento lingüístico para julgar o estímulo como palavra ou não-palavra. O treinamento para o uso do *joystick* durava em média três minutos e podia ser repetido se o condicionamento efetivo não acontecesse dentro do período estipulado. Entretanto, raramente houve necessidade desta repetição.

Após o teste do *joystick*, começava o treinamento para o teste lingüístico (*warm-up*). Durante este período de aproximadamente cinco minutos, todas as instruções para o teste apareciam na tela do computador. Além disso, e ainda antes do início do teste, as instrutoras ofereciam sua assistência para o esclarecimento de qualquer dúvida que ainda pudesse existir.

Como a aparição do *prime* na tela pode ser perceptível, antes de iniciar o teste, instruímos os voluntários para que focalizassem o julgamento na segunda palavra.

Após o julgamento, uma cruz de fixação ocular aparecia na tela por 1500 ms, para que houvesse uma cessação dos recursos cognitivos recrutados para o processamento da palavra apresentada, em prol de um redirecionamento de atenção para o próximo estímulo.

## 2.2 VOLUNTÁRIOS

Contamos com a participação de 32 sujeitos normais (21 mulheres e 17 homens), destros, falantes nativos de português, com visão perfeita ou corrigida. Tinham idade média de 19,9 anos, todos alunos de graduação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, os quais assinaram consentimento livre e esclarecido, previamente aprovado pelo Comitê de Ética do HU/UFRJ. Nenhum voluntário foi eliminado antes do início do experimento por não atender aos critérios de inclusão. Porém, durante a análise estatística das respostas, depois de filtradas as respostas individuais (cf. estatística em 2.5) um dos voluntários do sexo masculino foi eliminado por apresentar respostas acima do desvio padrão. Portanto foram aproveitadas as respostas de 31 voluntários.

A apresentação dos estímulos se dava em um computador, localizado no Laboratório de Processamento de Imagens e Sinais do Programa de Engenharia Biomédica (COPPE/UFRJ) – Centro de Tecnologia, Bloco H, 3.<sup>o</sup> andar, sala H-327, Cidade Universitária - Ilha do Fundão, Rio de Janeiro/RJ. Neste laboratório foram criteriosamente observadas condições satisfatórias do ambiente de teste: silêncio, boa iluminação, temperatura condicionada.

## 2.3 AQUISIÇÃO DE SINAIS

A preparação para o exame consistiu em posicionar 20 eletrodos de superfície (prata) de acordo com a Figura 7, aderidos ao escâlpo por pasta condutora (Elefix, da Nihon Kohden), utilizando-se como referência a tensão média dos dois lobos auriculares. Os eletrodos foram posicionados sobre o escâlpo seguindo uma versão modificada do Sistema Internacional 10-20. Neste uso particular, ao invés das derivações frontais (F1, F2, FP1, FP2) foram usadas derivações intermediárias nas regiões centro-parietal – CP1, CP2 – e parieto-occipital - PO1 e PO2. Fizemos isto porque, neste tipo de protocolo experimental cognitivo podemos esperar que a atividade bioelétrica seria mais intensa nas regiões intermediárias (EMBICK et al., 2001, PYLKKÄNEN et al., 2003).

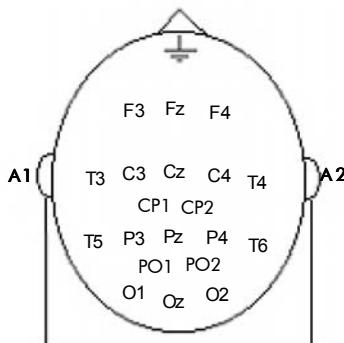


Figura 7 - Posicionamento dos eletrodos

Os locais de fixação dos eletrodos foram adequadamente preparados para evitar impedâncias (oposição passiva total criada ao fluxo natural de uma corrente elétrica) elevadas nos eletrodos. Esta preparação se deu através da remoção de gordura por abrasão do couro cabeludo. Após a colocação dos eletrodos, o EEG do voluntário era monitorado enquanto ele permanecia com os olhos fechados. Este procedimento visava induzir ondas alfa na região occipito-parietal que devem ser observadas para controle da qualidade de sinal. Assim ao se notar nestes sinais eventuais ocorrências de *cross-talking* (interferência de um canal sobre o outro) e impedância acima do desejável, tais problemas eram sanados.

Após ser instruído sobre aspectos gerais do teste, pelo pesquisador responsável, cada voluntário lia na tela as instruções pormenorizadas do experimento e realizava uma seção de treinamento. Caso não houvesse mais dúvidas, o teste era iniciado com a apresentação aleatorizada de todos os estímulos. A duração total do teste foi de cerca de 20 minutos.

O sistema posto em funcionamento para este experimento (Figura 8) foi concebido em blocos, cada um dos quais responsável pela execução e controle de tarefa específica: (i) preparação dos materiais e voluntários; (ii) estimulação lingüística, (iii) aquisição da atividade elétrica cerebral (derivações de EEG) e, finalmente, (iv) processamento digital do EEG para estimar o *ERP* em situação de palavra e não-palavra.

No momento da aquisição, os sinais EEG multicanal foram inicialmente amplificados (ganho de 18000) e filtrados analógicamente usando-se filtreugen anti-aliasing (filtro passa-baixa com freqüência de corte de 32 Hz) e passa-alta (0,8 Hz). Como decorrência todas as derivações EEG puderam ser digitalizadas *on-line* a uma freqüência de amostragem de 200 Hz mediante o uso de um conversor análogo-digital de 12-bit. Assim o EEG discretizado pode ser devidamente armazenado para posterior processamento.

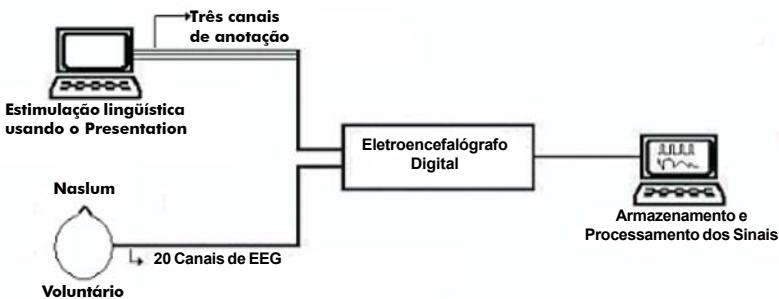


Figura 8 - Esquema de extração dos ERPs

## 2.4 PROCESSAMENTO DIGITAL DO EEG

O processamento do EEG adquirido foi realizado em ambiente *Matlab* (*MathWorks Inc*). Primeiramente, a partir do arquivo de sinal EEG sem estimulação, onde ondas alfa foram induzidas, estimou-se o desvio padrão do sinal de EEG “cru” para todas as derivações de cada voluntário, a fim de se estabelecer o limiar de rejeição individual de artefato.

Foram selecionados, a partir dos canais de informação, trechos dos sinais de EEG definidos pela ocorrência do alvo usado como palavrاغatilho (*trigger*) e até 800 ms após a mesma, considerando os alvos palavra e os não palavra. Nestas janelas foi aplicado um algoritmo de rejeição de artefatos baseado em amplitude (tanto positiva quanto negativa), tendo como limiar três vezes o valor do desvio padrão estimado anteriormente, podendo a amplitude ultrapassar esse valor em apenas até 10% do número total de amostras e até 5% do número total em amostras consecutivas.

Para todas as épocas de um voluntário, tanto para as congruentes quanto para as incongruentes, estimou-se o valor RMS (desvio padrão) para cada derivação. Calculou-se então o percentual de 75% desses desvios, e esse valor foi estimado como um limiar. Rejeitou-se então qualquer época que tenha tido seu valor RMS superior a 35% acima do limiar. Após a exclusão, recalculou-se o limiar, e a rotina foi aplicada novamente.

Depois desse tratamento, foi feita a promediação dos trechos pertencentes a um mesmo tipo de estímulo relativamente a todos os canais e a cada indivíduo, estimando-se um *ERP* individual para os estímulos de cada série, para cada derivação de cada indivíduo. Com os valores encontrados, foram criados arquivos para cada série, para posterior apresentação gráfica de resultados.

## 2.5 TRATAMENTO ESTATÍSTICO

Os traçados de EEG a serem comparados entre si e avaliados estatisticamente serão apresentados aqui em gráficos anexos. Cada gráfico corresponde a uma das derivações (sinais EEG relativos a atividade cortical coletada pelos eletrodos posicionados sobre o escalpo) a partir das quais foram adquiridos os sinais bioelétricos. Cada um dos dois traçados de EEG (linhas) que aparecem nos gráficos se refere a uma condição experimental. Como cada traçado precisa ser identificado e diferenciado dos outros, adotam-se diferentes contrastes gráficos: linha mais fina *versus* linha mais grossa.

As ondas que aparecem nos gráficos são a média das ondas provenientes de todos os dados do mesmo tipo de todos os sujeitos experimentais, ou seja, é a chamada *grand-average* (grande média ou média abrangente).

Porém, uma rotina automática baseada em desvio padrão analisou dados indivíduo a indivíduo, eliminando *outliers* com discrepância da média superior a 25%.

Usando o teste Anova 1, neste trabalho fizemos cinco comparações que deram origem a um conjunto de traçados (Anexos). Porém, na tabela de resultados, só uma das derivações, a CP2, foi mostrada como exemplo.

Nos gráficos, a abscissa corresponde ao tempo, medido em milissegundos (ms), e a ordenada corresponde à tensão elétrica, que está representada adimensionalmente, pois passa por um processo de normalização. Assim, podemos nos referir à latência (tempo) e magnitude ou amplitude da onda.

Após cada figura formada pelo conjunto de gráficos com os *ERPs* resultantes de cada experimento, aparecerá uma tabela com os resultados estatísticos relevantes. A análise estatística (HAGOORT et al., 2004) verifica se há diferença de amplitude entre os dois traçados de EEG comparados, considerando toda a sua extensão ao longo do tempo, isto é, até 800 ms a contar do *trigger*. Sendo assim, é possível averiguar, com uma dada significância estatística, em que intervalos de tempo a hipótese nula é aceita ou rejeitada. A hipótese nula é a possibilidade de não haver diferença de amplitude entre cada par de traçados, ou seja, de que haja sobreposições das duas formas de onda.

Nas tabelas estatísticas anexas, podemos identificar cada derivação e o intervalo de tempo em que há diferença de amplitude entre os traçados de EEG atestada estatisticamente (com significância de  $\alpha = 5\%$ ). As setas mencionadas na tabela são aquelas que, no gráfico da derivação escolhida como exemplo, indicam os *ERPs* contidos em intervalos de tempo que aparecem na tabela, isto é, intervalos em que as ondas têm amplitudes

diferentes entre si. Logo, os intervalos de tempo que não constam na tabela correspondem a trechos dos traçados que são efetivamente sobrepostos, isto é, estatisticamente não apresentam diferença de amplitude, quando portanto a hipótese nula não é rejeitada.

### 3 RESULTADOS

Começando com os resultados comportamentais, o Gráfico 1 mostra os resultados lineares das médias de tempo de reação aos alvos nas Séries 1, 2, 3, e 4.

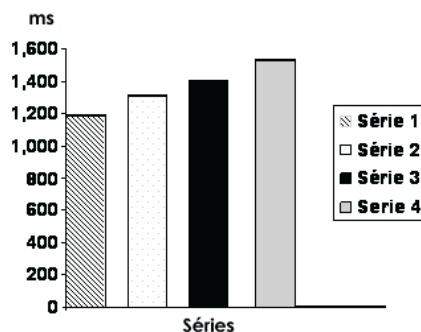


Gráfico 1 - Resultados dos tempos de reação série.

Os tempos médios de reação aos alvos das Séries 1, 2, 3, e 4 foram de 1185 ms; 1311 ms; 1398 ms e 1528 ms respectivamente. Comparando-se estatisticamente as Séries 1 e 2 a hipótese nula de que os tempos de reação são iguais entre as séries pode ser rejeitada ( $p=0,04$ ), ou seja, pudemos considerar que os pares de palavras da Série 1 são significativamente diferentes dos da Série 2. A mesma consideração é válida entre as séries 1 e 3 ( $p=0,002$ ), Séries 2 e 3 ( $p=0,0003$ ) e Séries 1 e 4 ( $p=0$ ). Entre as Séries 3 e 4 a diferença não foi estatisticamente relevante ( $p=0,06$ ).

Quanto aos resultados neurofisiológicos, um resumo das cinco comparações efetuadas sob o ponto de vista da derivação de maior expressão – CP2 – encontra-se sumarizado na Tabela 2.

TABELA 2 - RESUMO DOS ACHADOS NEUROFISIOLÓGICOS EXTRAÍDOS DA DERIVAÇÃO CP2. A MARCA CENTRAL NO EIXO DAS ABSCISSAS CORRESPONDE A 500 MS

Comparação	Pico 1	Pico 2	ERP exemplo
1. Série 1 com Série 2 Linha Fina → aluno (escola / aluno) Linha Grossa → calção (praia / calção)	Em nenhum instante de tempo foi encontrada diferença significativa	CP2[398-494] e em 13 outras derivações	
2. Série 1 com Série 3 Linha Fina → aluno (escola / aluno) Linha Grossa → barão (pedaço / barão)	Em nenhum instante de tempo foi encontrada diferença significativa	CP2 [362-540] e em 14 outras derivações	
3. Série 2 com Série 3 Linha Fina → calção (praia / calção) Linha Grossa → barão (pedaço / barão)	Em nenhum instante de tempo foi encontrada diferença significativa	CP2 [492-562] e em 17 outras derivações	
4. Série 1 com Série 4 Linha Fina → aluno (escola / aluno) Linha Grossa → frutor (cola / frutor)	Em nenhum instante de tempo foi encontrada diferença significativa	CP2 [370-532] e em 19 outras derivações	
5. Série 3 com Série 4 Linha Fina → calção (pedaço / barão) Linha Grossa → frutor (cola / frutor)	Em nenhum instante de tempo foi encontrada diferença significativa	Em nenhum instante de tempo foi encontrada diferença significativa	

A Tabela 2 mostra que, ao colocarmos o *trigger* na palavra alvo, podemos extrair em CP2 dois ERPs negativos relacionados a este estímulo: um por volta dos 200 ms e outro por volta dos 400 ms. Todas as outras 19 derivações continham dois ERPs por volta destes mesmos instantes de tempo.

Não foi possível rejeitar a hipótese nula em relação às comparações utilizando o ERP mais precoce ( $\equiv N_{200}$ ). Em contrapartida, para o ERP mais tardio as quatro primeiras comparações (Séries 1 e 2 ; 1 e 3; 2 e 3; e 1 e 4) mostraram diferenças de traçado estatisticamente relevantes, o que não ocorreu nas comparações entre as Séries 3 e 4. Quanto à morfologia das ondas, vemos que, nas Séries 1 e 2, os picos das ondas são mais agudos (ângulo de descida da onda mais íngrime), enquanto, nas Séries 3 e 4, os picos são obtusos formando um platô com uma descida mais lenta.

## 4 DISCUSSÃO

Na investigação comportamental, as comparações dos tempos de reação indicam que a tarefa de reconhecer a palavra alvo e distingui-la de uma não palavra difere em termos de qual é a palavra *prime*. Pudemos perceber uma graduação do efeito do *prime*, que foi mais atuante para os alvos de pares da Série 1, em que o alvo estava contido em uma das definições do *prime*, e menos atuante para os alvos dos pares da Série 2, que eram ligados ao *prime* menos diretamente. A comparação estatística entre a reação aos alvos destas duas séries foi significativa e, assim sendo, nos autoriza a relacionar esta diferença à conexão conceptual entre *prime* e alvo estabelecida através das estruturas sintáticas que estariam mediando a concatenação das duas palavras do par, como foi mostrado pelas figuras 2 e 4. Este tipo de distinção com base sintática oferece portanto uma granularidade mais fina do que as relações de *cloze*, pois consegue prever com exatidão os pares possíveis do tipo Série 1 e do tipo Série 2, que a Teoria de *Cloze* pelo critério semântico ou probabilístico englobaria, supostamente, como um só grupo.

A comparação estatística dos efeitos de *prime* entre as Séries 3 e 4 não se mostrou relevante. Isto significa que um *prime* não relacionado semântica ou fonologicamente ao seu alvo, como cadeira/revólver, funciona de modo idêntico a um *prime* palavra que antecede uma não-palavra, como casaco/parubo. Note que este achado é compatível com as nossas expectativas, uma vez que não há um domínio sintático suficientemente pequeno para ligar *prime* e alvo dos tipos Série 3 e Série 4. Por outro lado, nossos achados contrariam a expectativa da Teoria de *Cloze*, porque apesar de pouco relacionado com o alvo *revólver*, o *prime cadeira* poderia preceder de perto em um discurso o alvo *revólver*, mas o *prime cola* nunca vai preceder a não-palavra *frutor*.

Na investigação eletrofisiológica, (cf. Tabela 2) em cada uma das 20 derivações obtivemos dois ERPs relacionados a cada alvo. O primeiro ERP aparece por volta dos 200ms e está relacionado ao deslindamento fono-lógico (EMBICK et al., 2001, PYLKKÄNEN et al., 2003). Há achados na literatura para um componente ainda mais precoce, por volta dos 100 ms, que está relacionado à transdução do *input* acústico em representação fonética [17]; [18]; [19]; [20]. Estes achados aos 100ms só podem ser obtidos através de extração por meio de MEG (magnetoencefalógrafo). Esta sucessão de atividades cognitivas muito precoces concernentes aos aspectos fonéticos e fonológicos do reconhecimento lexical não pode, nem de longe, ser capturada pela teoria e método de pesquisa do *Cloze*.

Notem que, para o primeiro ERP, não houve diferença estatisticamente relevante nas cinco comparações efetuadas. Este achado é compatível com a noção de que, neste curso temporal, acontece só a computação da fonologia, que é na média semelhante para qualquer das séries, por não ter sido controlada.

O segundo ERP, uma onda negativa que aparece próximo aos 400 ms (N400) tem sido constantemente relacionado à concatenação entre duas unidades lingüísticas e também ao acesso lexical. Outro aspecto informativo é a morfologia da onda. ERPs. Amplitudes maiores são relacionadas a um maior esforço de integração, e o ângulo do pico, quando mais agudo, indica maior rapidez em completar a tarefa de concatenação e transitar (ao longo do curso de descida da onda) para a tarefa seguinte (FRANÇA et al., 2003). Vemos que os alvos das Séries 1 e 2 apresentam picos agudos e os das Séries 3 e 4 têm picos obtusos, como platôs que se arrastam antes da descida, uma configuração de tarefa cognitiva não completada (FRANÇA et al., 2003).

A comparação estatística entre a ativação cortical relativa aos alvos das Séries 1 e 2 indicou diferença significativa, embora bastante sutil e restrita à dimensão da latência. Os alvos da Série 1 foram ativados mais rapidamente do que os da Série 2, o que significa dizer que o efeito de *prime* foi mais forte na Série 1 do que na Série 2.

A diferença entre a ativação cortical dos alvos das Séries 1 e 3 foi muito mais acentuada do que a obtida na comparação entre as Séries 1 e 2 e abarcou as dimensões de latência e também amplitude das ondas. Os *primes* da Série 1 influenciaram muito mais os alvos correspondentes do que os da Série 3. Um efeito muito semelhante ao que foi obtido pela comparação entre as Séries 1 e 3 foi obtido entre as Séries 1 e 4, a tal ponto que a comparação entre os alvos correspondentes às Séries 3 e 4 não indicou diferença estatisticamente significativa.

Decorre deste conjunto de achados que a comparação entre as Séries 1 e 2 mostra uma graduação na influência do *prime* sobre o alvo com base sintática e que os *primes* das Séries 3 e 4 não exercem nenhum tipo de influência em relação à ativação cortical dos alvos. Estes resultados neurofisiológicos convergem com os comportamentais na sua capacidade de discriminar entre casos em que a sintaxe é o fator responsável pela correlação semântica em dois níveis e casos em que a correlação não é fruto da cognição semântica mas apenas circunstancial. Vemos mais uma vez que estas considerações se aprofundam muito além do que seria possível pelos vagos critérios de campo semântico ou probabilidade de co-ocorrência apresentados pela Teoria de *Cloze*.

## 5 CONCLUSÃO

A metodologia utilizada teve sucesso em captar a diferença do efeito de *prime* nas Séries 1 e 2 e foi sensível às diferenças entre a intermediação por um *qualis* e por dois *qualia*. Assim, pudemos comprovar estatisticamente a hipótese aventada de que existe isomorfismo entre a sintaxe e a leitura que ela propicia para os conceitos – o processamento semântico da estrutura sintática.

O protocolo comportamental foi capaz de detectar que o significado do *prime* tem alguma relação com o significado do alvo através da análise dos tempos de resposta em relação a outros alvos não relacionados ou menos relacionados. Através da utilização de protocolo neurolingüístico pôde-se ir além desta análise ao se utilizar também um outro parâmetro investigativo: a amplitude do sinal elétrico cortical relacionado à aparição de alvos que foram precedidos por *primes* semanticamente relacionados. Planejamos agora dar um passo adiante testando nossos estímulos em reverso – o *prime* será alvo e o alvo será *prime* – uma vez que a relação semântica entre *prime* e alvo não é simétrica.

## RESUMO

Exploramos a hipótese de que há relações semânticas primordiais entre palavras decorrentes de *qualia*, princípios pós-sintáticos de definição, pertinentes apenas na Encyclopédia, e de que outras são mais tênuas, pois dependem do discurso. Segundo esta hipótese, as graduações podem ser definidas dentro do modelo em que a sintaxe gera e a semântica lê as estruturas sintáticas. Para verificar esta hipótese formatamos este estudo de extração de potencial relacionado a evento (ERP) mediante estimulação através de *priming* semântico encoberto comparando quatro séries de pares de palavras com relacionamento progressivamente menor: Série 1, pares do tipo escola-aluno; Série 2, praia-calção; Série 3, cadeira-revólver; e finalmente a Série 4, batata-parobo, que envolve uma não-palavra que apenas justifica a tarefa requisitada ao voluntário de distinguir entre alvos palavra e alvos não-palavra. Nossos resultados apontam para uma diferença entre o conjunto dos pares das Séries 1 e 2 comparativamente ao conjunto dos Pares das Séries 3 e 4, um agrupamento que pode ser explicado através do processamento semântico da estrutura sintática.

**Palavras-chave:** *ERP; priming semântico; qualia; fator de latência na leitura semântica.*

## ABSTRACT

We explore the hypothesis that there are primordial semantic relationships between words, based on *qualia*, post-syntactic definitional principles internal to the Encyclopedia and that others are weaker because they are discourse dependant. To verify this hypothesis we have formatted the present neurolinguistic ERP extraction experiment with stimulation coming from masked priming protocol comparing four series of word pairs with increasingly weaker semantic relationships. Series 1 stimuli are of the type *escola-aluno* (*school-student*); Series 2, *praia-calção* (*beach-trunks*); Series 3, *cadeira-revólver* (*chair-gun*); Series 4, *bataba-parobo* (*potato-blicket*), the latter involving a non-word as target, to justify the task that is required from volunteers to discriminate between word and non-word targets. Our findings resulted in the grouping of Series 1 and 2 in contrast with 3 and 4, and they can be explained through the processing of semantic interpretation of syntactic structures [of semantic processing].

**Key-words:** *ERP; semantic priming; qualia; latency in the semantic reading.*

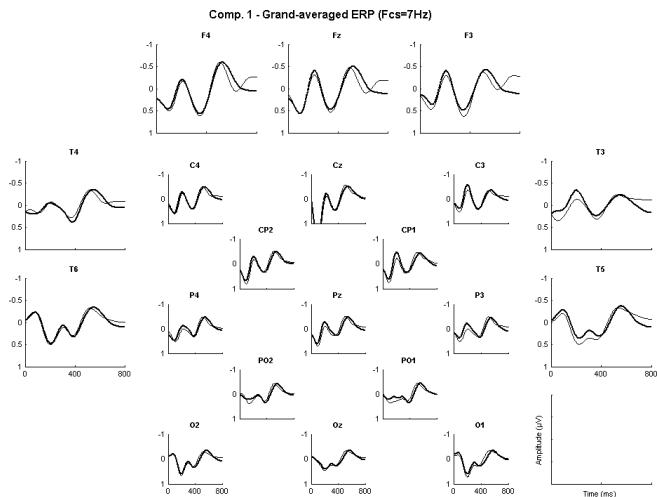
## REFERÊNCIAS

- COLLINS, A. M.; LOFTUS, E. F. Spreading activation theory of semantic processing. *Psychological Review*, v. 82, p. 407-428, 1975.
- EMBICK, D. et al. A magnetoencephalographic component whose latency reflects lexical frequency. *Cognitive Brain Research*, v. 10, n. 3, p. 345-348, 2001.
- FRANÇA, A. I. et al. Discriminating among different types of verb-complement merge in Brazilian Portuguese: an ERP study of morpho-syntactic sub-processes. *Journal of Neurolinguistics*, v. 23, n. 2, p. 97-119, 2003.
- \_\_\_\_\_. Conexões conceptuais: um estudo psicolinguístico de priming encoberto. *Lingüística - Revista da Pós-graduação em Lingüística da Universidade Federal do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 283-295, 2005.
- HAGOORT, P. et al. Integration of word meaning and world knowledge in language comprehension. *Science*, v. 304, p. 438-441, Apr. 2004.
- LUND, K.; BURGESS, C.; ATCHLEY, R. Semantic and associative priming in high-dimensional semantic space. In: PROCEEDINGS OF THE 17th ANNUAL CONFERENCE OF THE COGNITIVE SCIENCE SOCIETY. Mahwah, NJ: Erlbaum. 1995. p. 660-665.
- LUND, K.; BURGESS, C.; AUDET, C. Dissociating semantic and associative word relationships using high-dimensional semantic space. In: PROCEEDINGS OF THE 18th ANNUAL CONFERENCE OF THE COGNITIVE SCIENCE SOCIETY. Mahwah, NJ: Erlbaum. 1996. p. 603-608.

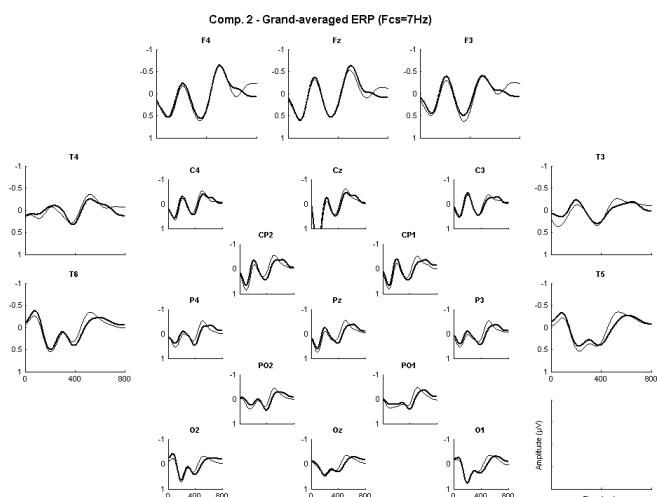
- MEYER, D.; SCHVANEVELDT, R.; RUDDY, M. Loci of contextual effects on visual word recognition. In: RABBIT, P.; DORNIC, S. (Eds.). *Attention and performance*. v. 5, p. 98-118. New York: Academic Press, 1975.
- NEELY, J. H. Semantic priming and retrieval from lexical memory: Roles of inhibition-less spreading activation and limited-capacity attention. *Journal of Experimental Psychology: General*, v. 106, p. 226-254, 1977.
- \_\_\_\_\_. Semantic priming effects in visual word recognition: A selective review of current findings and theories. In: BESNER, D.; HUMPHREYS, G. W. (Eds.). *Basic processes in reading: visual word recognition*. Hillsdale, NJ: Lawrence Erlbaum Associates, 1991. p. 264-336.
- PLAUT, D. C. Semantic and associative priming in a distributed attractor network. In: PROCEEDINGS OF THE 17th ANNUAL CONFERENCE OF THE COGNITIVE SCIENCE SOCIETY. Hillsdale, NJ: Erlbaum, 1995. p. 37-42.
- POEPPEL, D.; HICKOK, G. Towards a new functional anatomy of language. *Cognition*, v. 92, p. 1-12, 2004.
- PUSTEJOVSKY, J. Type coercion and lexical selection. In: \_\_\_\_\_. (Ed.). *Semantics and the lexicon*. Dordrecht: Kluwer Academic Publishers, The Netherlands, 1993.
- \_\_\_\_\_. *The generative lexicon*. Cambridge, MA: MIT Press, 1995.
- PYLKKÄNEN, L.; LLINÁS, R.; MURPHY, G. The representation of polysemy: MEG evidence. *Journal of Cognitive Neuroscience*, v. 18, n. 1, p. 1-13, MIT Press, 2006.
- PYLKKÄNEN, L. et al. Disambiguating the source of phonological inhibition effects in lexical decision: an MEG study. Ms. Disponível em: <[www.psych.nyu.edu/pylkkanen/papers/Inhibition\\_ms\\_CBR\\_w\\_figs\\_submitted.pdf](http://www.psych.nyu.edu/pylkkanen/papers/Inhibition_ms_CBR_w_figs_submitted.pdf)> Acesso em: 2003.
- \_\_\_\_\_. *A neural response sensitive to repetition and phonotactic probability: MEG investigations of lexical access*. Proceedings of Biomag 2000. 12th International Conference on Biomagnetism. Helsinki University of Technology, Espoo, Finland, 2000. p. 363-367.
- \_\_\_\_\_. Are inhibitory effects in lexical decision due to suppression of activation or competition: an MEG study. Cognitive Neuroscience Society 2001. Annual Meeting. New York, NY. Disponível em: <<http://web.mit.edu/liina/Public/CNS01/CNS01-Pylkkanen.pdf>> Acesso em: 2001.
- PYLKKÄNEN, L.; STRINGFELLOW, A.; MARANTZ, A. Neuromagnetic evidence for the timing of lexical activation: an MEG component sensitive to phonotactic probability but not to neighborhood density. *Brain and Language*, v. 81, n. 1-3, p. 666-378, 2002.
- SHELTON, J.; MARTIN, R. How semantic is automatic semantic priming? *Journal of Experimental Psychology: Learning, Memory, and Cognition*, v. 18, p. 1191-1210, 1992.
- TAYLOR, W. L. Cloze procedure: A new tool for measuring readability. *Journalism Quarterly*, v. 30. p. 415-433, 1953. (D.H. Hill Libraries Call No. PN4700 .J7)

## Anexo: ERPs relativos às cinco comparações estudadas

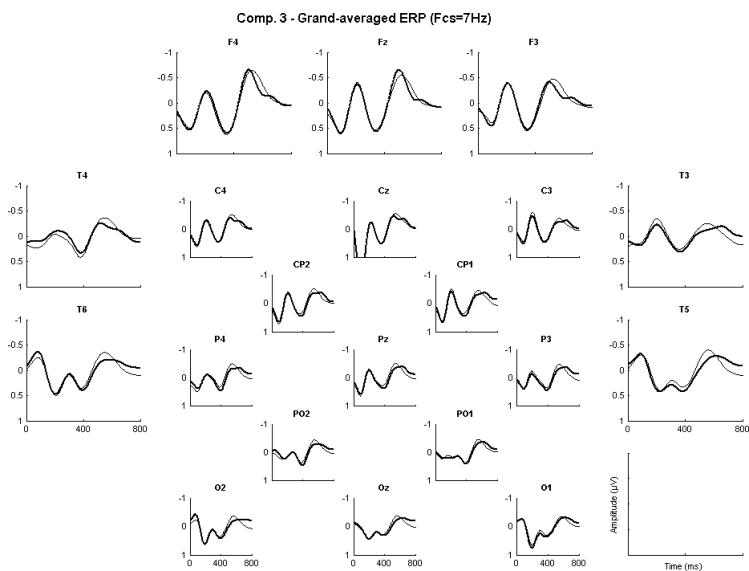
## Comparação 1



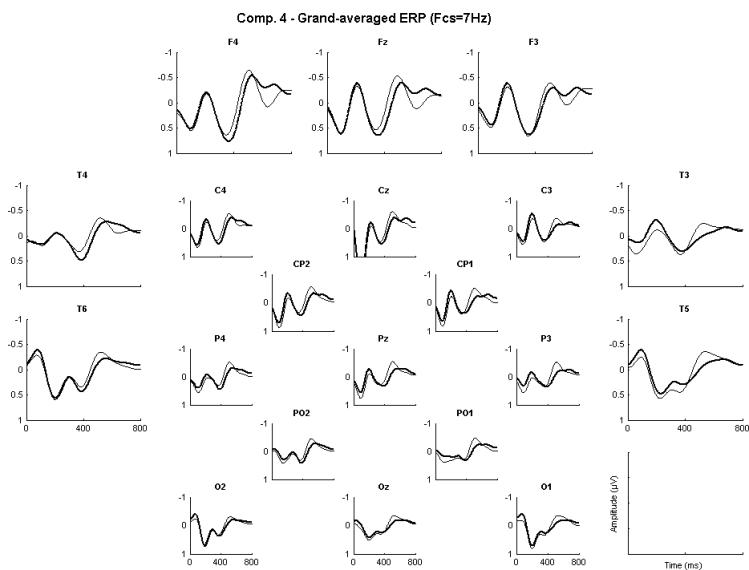
## Comparação 2



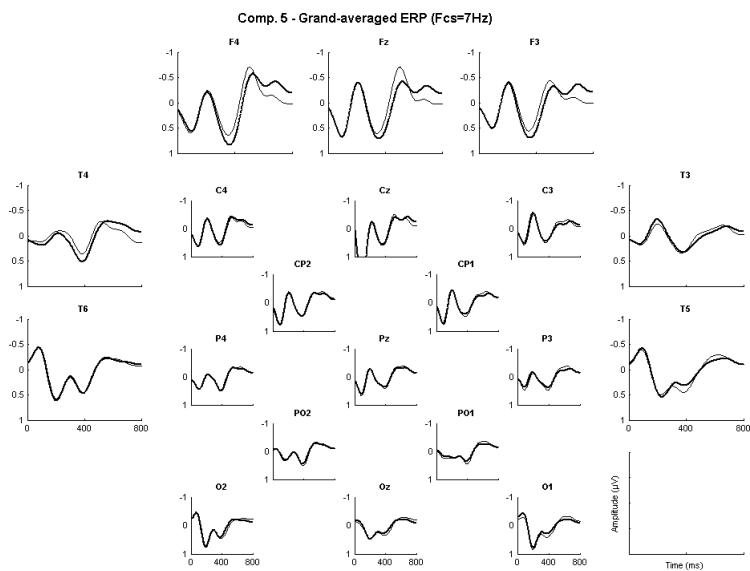
### Comparação 3



### Comparação 4



### Comparação 5



1: RESULTADO NEUROFISIOLÓGICO DAS CINCO COMPARAÇÕES NA DERIVAÇÃO CP2.



**A CHAVE DA DISTRIBUTIVIDADE DE “TODO”  
ESTÁ NA ANÁLISE DE DPs COMO AS *MEASURE  
PHRASES* DE KRIFKA**

---

*The key to the distribution of ‘todo’  
lies in the analysis of DPs as Krifka’s  
measure phrases*

Ana Paula Quadro Gomes\*

**OS SINTAGMAS NOMINAIS NA RESTRIÇÃO DO QUANTIFICADOR “TODO”**

“Todo” é um quantificador sentencial que toma dois argumentos: uma parte da sentença é seu escopo nuclear, a outra é sua restrição. Ele promove a distribuição do predicado em seu escopo nuclear pelas partes do sintagma nominal em sua restrição. O sintagma na restrição de “todo” pode ser de um entre três tipos: um nome nu — ex. (1a) —; um DP<sup>1</sup> singular — ex. (1b) —; ou um DP plural — ex (1c). Caso os jornais estampassem as notícias entre chaves, os respectivos comentários com “todo” seriam pertinentes:

1. (a) [Os efeitos do El Niño serão constantes após a temperatura global aumentar 5%, como previsto para 2050.] Todo país está apreensivo.

\* Doutorado – USP

<sup>1</sup> A sigla DP está por *Determiner Phrase*, ou sintagma de determinante.

(b) [El Niño fez 200 mortos e 260 mil feridos no Peru em 1983.] **O País todo** está apreensivo.

(c) [El Niño no Brasil, Paraguai, Uruguai e na Argentina: saldo de 170 mortes, 600 mil desabrigados e US\$ 3 bilhões de prejuízos.] **Todos os países** estão apreensivos.

Numa paráfrase informal, as interpretações das sentenças em (1) são, respectivamente:

2. (a) Se  $x$  é um país, é verdade que  $x$  está apreensivo. A sentença (1a) afirma que qualquer país do mundo está apreensivo: a Inglaterra, a Nigéria, o Chile, a Turquia, o Japão, a Grécia, a Guatemala etc.

(b) Para todo  $x$  tal que  $x$  é um membro do país de referência, é verdade que esse  $x$  está apreensivo. Como o DP “o país” faz referência ao Peru, a sentença (1b) afirma que cada peruano está apreensivo: Alberto Fujimori, Julio Grandá, Mario Vargas Llosa, María Elena Moyano Delgado etc., estão apreensivos.

(c) Para todo  $x$  tal que  $x$  é membro do grupo de países de referência, é verdade que  $x$  está apreensivo. A sentença (1c) afirma algo de cada um dos países de um conjunto específico, por exemplo, de certo subconjunto do Cone Sul. Está dito que Brasil, Paraguai, Uruguai e Argentina estão individualmente apreensivos.

As paráfrases em (2) mostram que “todo” é sempre distributivo, não importando o tipo de sintagma nominal em sua restrição. No caso de (1a), em que na restrição está um nome nu, a distribuição se dá na forma clássica, expressa pelo operador lógico “para todo” ( $\forall$ ) tendo escopo sobre indivíduos ( $x$ ), já que um nome nu é um predicado, e, nos termos de Krifka, “*simple predicates in natural language typically are cumulative*” (KRIFKA, 1998, p. 3). Cada parte de um predicado é, ela mesma, uma entidade; um predicado é uma pluralidade (indeterminada) de entidades. Mas DPs denotam entidades, e não predicados. Um NP (o nome nu “país”, de (1a)) tem denotação cumulativa, pois é uma extensão com partes acessíveis; um DP, por outro lado, tem denotação quantificada, atômica: não tem partes acessíveis. Como pode haver distribuição interna a entidades? E que função semântica descreveria a capacidade de “todo” de desmembrar essas entidades para distribuir sobre suas partes?

## UM CONFLITO ENTRE A TEORIA DA DISTRIBUTIVIDADE E A DAS DENOTAÇÕES NOMINAIS

Os sintagmas nominais introduzidos por “todo” contrariam, à primeira vista, a difundida visão de um DP singular como uma denotação atômica, imparcelável, sobre a qual a teoria padrão da distributividade diz que não pode haver distribuição. Como “todo” pode distribuir sobre as partes de um DP singular? Os dados nos desafiam a explicar como um DP singular como “o país” pode ser dividido, de modo a que a sentença (1b) seja verdadeira se e somente se o predicado “estar apreensivo” for verdadeiro de cada parte da denotação desse “átomo”. Como a verdade dessa sentença é verificada? Que partes seriam as resultantes da divisão de um “átomo”, no sentido de Link (1983)? Este artigo se propõe a responder a essas perguntas.

Nosso problema pode ser assim formulado: os falantes de PB sabem que qualquer sentença que tenha por sujeito ou objeto direto um sintagma nominal introduzido por “todo” somente será verdadeira se o predicado no escopo nuclear desse quantificador puder ser exaustivamente distribuído sobre as partes da denotação nominal na restrição do quantificador. Dado esse conhecimento do falante nativo, como se produzem as partes de DP sobre as quais será distribuído o predicado, ou, no caso dos exemplos em (1), aquelas para quais deverá ser verificado se é verdade que cada uma “está apreensivo”?

A solução que propomos provê os DPs de uma estrutura interna, com partes acessíveis, isto é, associa uma denotação cumulativa a DPs. A proposta é construída sobre os sintagmas de medição extensiva de Krifka (1998).

### OS SINTAGMAS DE MEDIÇÃO EXTENSIVA DE KRIFKA

É ponto pacífico na literatura sobre denotação nominal que nomes contáveis podem ser diretamente modificados por cardinais (*3 mesas*), mas nomes de massa não (*\*3 saíss*), pois indivíduos podem ser contados diretamente, mas substâncias precisam ser medidas antes (cf. *3 kg de sal*). Há situações em que, alternativamente, pode-se escolher entre contar indivíduos ou unidades de medida aplicadas a substâncias. Por exemplo, a capacidade máxima de um elevador é expressa em “6 pessoas ou 490 kg”. As línguas naturais dispõem das duas estratégias de contagem paralelas: a

contagem de indivíduos e a contagem de unidades de medida. Entre as teorias sobre a segunda estratégia (SCHWARZSCHILD, 2002; MOLTMANN, 1997; KRIFKA, 1998), enfocamos a proposta de sintagma de medição extensiva deste último autor.

O sintagma de medição extensiva não faz contagem direta de indivíduos. Ele é o resultado de uma operação de medição de substâncias, cuja contagem se dá a partir do número de unidades da medida adotada. Por concretude, suponhamos o preparo de uma canja para dez convidados, que requer “três quilos de frango”. Posso obter isso de um único animal de três quilos, escolhido entre os frangos de minha criação. Ou posso ir ao supermercado e comprar doze bandejas de filé de frango com 250 gramas cada uma, contendo cortes provenientes de seis animais distintos. Só um terço dos convidados veio. Decido fazer um terço da receita, dividindo os três quilos do frango em três unidades de um quilo cada. Com o único indivíduo, obtenho um quilo de coxas e sobrecoxas, um quilo de peito e mais um outro quilo entre pescoço, miúdos, asas, cabeça etc. No segundo caso, cada quatro bandejas juntas são um pacote de um quilo, e cada uma contém o mesmo tipo de carne, peito, cortado em filés. Ainda assim, o número de filés pode variar (conforme corte mais ou menos espesso etc.). Mas, apesar da disparidade de conteúdos, cada divisão que eu arranjei é uniformemente “um quilo de frango”; e, se o pacote com as coxas e sobrecoxas do frango de quintal for somado a oito das bandejas de filé, essa soma será “três quilos de frango”. E esses três quilos de frango podem constituir um novo indivíduo, embalado e congelado para uso futuro. A possibilidade de somar unidades díspares como coxas e filés indica denotação cumulativa: em qualquer número de quilos, há a mesma substância. Sejam 250 gramas ou três quilos, é carne de frango. A contagem é feita sobre as unidades de medida, e não sobre unidades de coxas ou de filés.

Como exemplificado, a medida organiza a substância em porções com unidades mesuráveis, sem importar para a composição de uma nova porção a proveniência de suas partes constitutivas, a sua correlação com um ou outro indivíduo, ou quaisquer outros tipos de uniformidade entre as partes. Unidades de medida podem ser aplicadas a indivíduos, como a uma pessoa (eu peso 60 kg), a um tanto de sal (3kg de sal), a um tanto de maçãs (3kg de maçãs) etc. Qualquer desses exemplos apresenta partes menores proporcionais (posso perder 2 quilos de meu peso; posso usar 50 gramas de sal ou 250 gramas de maçãs). Essas partes não correspondem a indivíduos inteiros nem a parcelas fisicamente destacadas da substância na soma maior que integram (nenhum órgão do meu corpo é extirpado quando emagreço dois quilos).

Krifka (1988) chama as unidades de medida de functores, porque elas operam sobre as partes de alguma substância, fechando-as num conjunto com uma certa quantidade, numa operação de soma. Ele observou que os functores são em si quantificados, ou seja, são unidades que podem ser diretamente contadas (dois quilos). E que operam exclusivamente sobre substâncias (maçãs): não se pode usar functores sobre denotações nominais que, antes da aplicação desse functor já tenham uma cardinalidade diretamente atribuída. Por isso, apesar de “dois quilos de maçãs” e “três cestos de maçãs” serem expressões perfeitas, não se pode dizer “\*dois quilos de três cestos de maçãs”: “três cestos de maçãs” já é uma expressão com quantidade definida, cujas partes estão somadas de modo a formar um número determinado de cestos, e não pode receber uma segunda operação de fechamento, cujo critério de formação é uma outra unidade de medida. Segundo Krifka, dado que, para poderem ser fechadas numa soma particular de medição, as partes não podem ter sido previamente quantificadas, o functor opera exclusivamente sobre denotações cumulativas.

Na medição, partes da substância são fechadas conjuntamente numa certa quantidade, mediante uma operação de soma. Krifka diz que a formação de soma resulta numa estrutura de partes-todo, ou seja, num semi-reticulado (*join semi-lattice*). A denotação de um sintagma de medição extensiva é, então, um objeto complexo (uma soma), composto de diversas partes organizadas numa rede de relações.<sup>2</sup> Estruturas de partes-todo (*part-whole*), também chamadas de semi-reticulados, formam sintagmas nominais quantificados a partir de operações sobre denotações cumulativas ou extensões.<sup>3</sup> Uma vez que uma unidade de medida a tenha quantificado, a substância fechada numa soma denota uma entidade. Um sintagma de medição extensiva comporta-se como um DP, pois denota uma entidade da qual se pode prever, por exemplo, dizendo que os dois quilos de maçã(s) “custaram caro/estão na dispensa/ foram comprados”.

Aqui vemos os ingredientes necessários para resolver o nosso problema: se um DP for tratado como um sintagma de medição extensiva, ele será em si uma denotação quantificada. Mas composto de duas partes articuladas: o functor propriamente dito, que em si também é quantificado, e a extensão a que essa função se aplica, que é, em si mesma, uma denotação cumulativa. A extensão apresenta partes sobre as quais é possível distribuir.

<sup>2</sup> A noção de semi-reticulados já está presente na representação de Link (1998) e Chierchia (1988) para as denotações de nomes de massa e de nomes contáveis plurais.

<sup>3</sup> “We can form nominal measure constructions in general with extensive measure functions, but not with non-extensive ones; (...) measure phrase[s] (...) can be applied only to predicates that are not quantified yet” (KRIFKA, 1998, p. 5).

## A TRADUÇÃO DOS DPs NA RESTRIÇÃO DE “TODO” EM SINTAGMAS DE MEDIÇÃO EXTENSIVA

Se os DPs na restrição de “todo” são sintagmas de medição extensiva, eles apresentam estrutura interna, com dois componentes: o functor e a extensão sobre a qual esse functor opera. Obtemos a seguinte tradução para (1b/c):

3. (a) Tradução em sintagma de medição do sujeito de “O País todo está apreensivo”:

Functor: o país [de] (nome do todo, da soma, denotando uma entidade, o Peru)

Extensão (não expressa): [de] habitantes (nome das partes, denotando os peruanos)

Sintagma de medição: o país [de habitantes] (o conjunto dos habitantes daquele país)

Tradução da sentença: o país inteiro [de habitantes] está apreensivo (a soma máxima dos peruanos está apreensiva, já que cada peruano está apreensivo)

- (b) Tradução em sintagma de medição do sujeito de “Todos os países estão apreensivos”:

Functor (não expresso): o grupo [de] (nomeia a soma, denotando o grupo de quatro países)

Extensão: os países (nomeia as partes: o Brasil, o Paraguai, o Uruguai e na Argentina, individualmente)

Sintagma de medição: [o grupo d]os países (o conjunto de prejudicados pelo El Niño)

Tradução: o grupo inteiro dos países está apreensivo (já que cada um de seus membros está apreensivo)

A leitura dos DPs na restrição de “todo” como sintagmas de medição extensiva capta a interpretação uniforme que temos das sentenças em (1) como distributivas, seja com NPs seja com DPs, generalizando que “todo” distribui sempre sobre extensões. Crucialmente, há uma parte do sintagma de medição que não é sempre abertamente realizada em sintagmas introduzidos por “todo”, mas é recuperável e contribui para a interpretação da sentença. Em (3a), o functor está expresso, e a extensão não; em (3b), é a extensão que está expressa, mas o functor não está. Tanto “o país de habi-

tantes” como “o grupo de países” são expressões do mesmo tipo de “o quilo de maçãs”, em que “o quilo” é exatamente um quilo. Cada um é um sintagma quantificado e híbrido, composto por uma parte quantificada, atômica (nos termos de LINK, 1983), que é o functor, e uma parte cumulativa, a qual é a extensão sobre a qual o functor opera. Por ser uma expressão de medição extensiva, o predicado precisa ser cumulativamente verdadeiro de cada parte (de cada peruano, em (3a), e de cada país do grupo, em (3b)), para que seja verdadeiro da soma de todas essas partes, ou seja, do grupo todo. Certamente, as sentenças em (3) seriam falsas caso o predicado não fosse verdadeiro de uma parte representativa dos peruanos, no primeiro caso, ou da Argentina, no segundo. É logicamente necessário que o predicado seja verdadeiro de cada parte de uma extensão para que seja verdadeiro do conjunto formado pela soma dessas partes.

#### DPs COM NOMES CONTÁVEIS E DE MASSA EM SINTAGMAS DE MEDIÇÃO EXTENSIVA

Ainda não dissemos como prever se a parte coberta do sintagma de medição extensiva será o functor ou a extensão. Uma outra dificuldade para aceitar a proposta de que alguns DPs são substâncias medidas é o fato de que funções extensivas de medida costumam aparecer na forma de expressões numéricas como “dois metros de lã”. Entretanto, podemos analisar o artigo definido à moda de Moltmann (1997, p. 3):

The denotations of the water and the boxes will then be as in (i). Here [water] is the extension of water (in the relevant context) and sum the relevant sum-operation:

- (i) a. [the water] = sum([water])  
b. [the boxes] = sum([boxes])

A autora explica o fato de o artigo definido poder indicar o maior indivíduo saliente num domínio como o dos nomes de massa (água) ou como o dos nomes contáveis plurais (caixas), descrevendo a operação realizada por ele como uma operação de fechamento de uma soma sobre extensões, de modo a indicar a única soma contextualmente saliente no domínio, contendo partes do predicado indicado entre parênteses. O próprio Krifka corrobora que DPs possam ser sintagmas de medição extensiva, ao dizer que “*DPS (...) are either referring expressions or quantifiers*” (KRIFKA, 2003,

p.16). O autor explica como o operador iota, contribuição do artigo definido, pode fechar uma soma operando sobre uma denotação cumulativa:

The definite article denotes the maximization operator  $i$ , which, when applied to a predicate  $P$ , returns the greatest individual in  $P$ . (...) If a predicate  $P$  is cumulative, finite, and nonempty, then  $iP$  always exists. Hence the meaning of the dogs is defined in a world in which there are dogs, as DOGS is cumulative, whereas the meaning of the dog is defined only for those worlds in which there is a single dog. (KRIFKA, 2003, p. 6).

Se aceitarmos que artigos definidos podem fechar somas operando sobre extensões com “água”, em “a água”, ou como “maçãs”, em “as maçãs”, então DPs podem ser analisados como sintagmas de medição extensiva. De acordo com Krifka (1998), sintagmas de medição extensiva são compostos de duas partes. A parte quantificada é necessariamente o functor, e a cumulativa, a extensão. Se o DP é plural, a parte expressa do sintagma de medida sempre vai nomear as partes presentes na extensão.<sup>4</sup> Isso porque as interpretações de DP plural são sempre a de uma única soma composta de partes de certa natureza, e então, o plural não pode aplicar-se à soma, mas necessariamente conta as partes. “As maçãs” é um único grupo com várias partes, cada uma delas uma maçã. Poderíamos dizer também que, se um DP singular com um nome do tipo de “país” está na restrição de “todo”, ele sempre nomeará o functor, como vemos em (3a). Mas isso seria arbitrário. E, já que o functor é atômico, como lidar com o dado em (4):

#### 4. Maria bebeu toda a água.

Tradução para sintagma de medição: Maria bebeu a [medida de] água até o fim.

Obviamente, em (4), “água” nomeia a extensão, e não o functor. A sentença acima diz que Maria esgotou a água de certo recipiente, mas não explicita qual. Pode ter sido um copo, uma garrafa, um galão... O contexto indicará qual a medida a ser assumida para a soma. Suponhamos que a medida contextualizada para o que Maria bebeu seja um copo. Nesse caso,

<sup>4</sup> A marca morfológica de plural em PB do Brasil só pode ser acoplada a nomes contáveis: vide o contraste “doenças” (três doenças) versus “\*saúdes” (\*três saúdes).

podemos construir as sentenças em (5) para descrever esse fato, e essas sentenças serão sinônimas:

5. (a) Maria bebeu toda a água.

Functor: o átomo “o copo”, discursivamente recuperado

Extensão: “a água”

- (b) Maria bebeu todo o copo.

Functor: o átomo “o copo”

Extensão: “a água”, discursivamente recuperada

- (c) Maria bebeu todo o copo de água.

Functor: o átomo “o copo”

Extensão: “a água”

Bem, as sentenças são uniformemente interpretadas com a parte atômica do sintagma de medida completo (“o copo de água”, em (5c)), “o copo”, como o functor; e a parte cumulativa, o nome de massa “a água”, como a extensão. Porém, ainda não explicamos porque tanto a extensão como o functor podem não vir realizados na sentença, uma vez que em DPs plurais é sempre o functor que pode deixar de ser expresso. Recorremos novamente a Krifka:

The basic idea is that count nouns have a number argument that can be specified by a number word; mass nouns lack such an argument. (...) More specifically, count nouns denote **extensive measure functions**, like gallon or mile: They relate a given entity to maximally one number ... (KRIFKA, 2003, p. 13, grifo do autor).

O DP singular pode ser construído com nomes de massa (“a água”) ou contáveis (“o copo”). Sabemos que “a água” é a única soma de água saliente num dado domínio, de acordo com Moltmann (1997). E Krifka (1998) diz que nomes contáveis como “copo”, presente no DP singular “o copo”, denotam functores capazes de operações de medição extensiva. “O copo de água” é interpretado como uma certa quantidade de água, a única soma da extensão “água” contida em copo num certo domínio. O artigo definido singular também quantifica, pois significa exatamente um indivíduo num dado

contexto. “O copo” é um copo por situação, com a exclusão de outros indivíduos da espécie, pois um nome contável como “copo” traz em si uma unidade de contagem de indivíduo e, num DP, já passou pela operação singular (nos termos de LINK, 1998). Após a operação singular, “copo” é um átomo. “O copo” nomeia a única entidade da espécie no ambiente, e “água”, em “o copo de água”, passa a ser trivialmente a única soma dessa substância contida no único copo existente naquela situação. Num sintagma de medida, esteja ele completa ou incompletamente expresso, podemos então prever que as denotações cumulativas, a saber, os nomes contáveis plurais e os nomes de massa, sempre serão a extensão; enquanto prevemos que as denotações atômicas, como os nomes contáveis singulares, sempre serão o functor.

Se assumirmos que DPs são sintagmas de medição com uma estrutura interna, composta de uma parte atômica e de outra cumulativa, temos que os DPs plurais sempre trazem expressa a extensão (em “os países”, o functor é recuperado contextualmente). Quanto aos DPs singulares, temos que aqueles com nome massivo (“a água”) trazem a extensão expressa, e o functor será contextualmente recuperado. Mas os DPs singulares com nomes contáveis (“o copo”, “o país”) nomeiam sempre o functor, e a extensão pode ser recuperada pelo contexto. Essa análise explicita a razão por que os pares (6a/b), (6c/d) e (6e/f) podem ser interpretados como sentenças sinônimas:

6. (a) Pedro bebeu **toda a adega**.
- (b) Pedro bebeu **todo o vinho**.
- (c) Ela comeu **a geladeira toda**.
- (d) Ela comeu **toda a comida**
- (e) Ele viu **todos os alunos**.
- (f) Ele viu **toda a classe**.

Se interpretarmos os DPs como sintagmas de medida, temos para (6a/b) o functor “a adega” e a extensão “vinho”, com a interpretação de que Pedro bebeu uma adega inteira, porção de vinho após porção de vinho. Para (6c/d), a análise aponta “a geladeira” como o functor de medida e “comida” como a extensão, gerando a interpretação de que ela comeu inteiramente o conteúdo da geladeira, alimento após alimento. Para (6e/f), nossa análise diz que “alunos” são a extensão, e “a classe” é o functor, gerando a inter-

interpretação de que alguém viu cada aluno daquela classe. Nossa análise está de acordo com os dados empíricos, gerando a correta interpretação para as sentenças com DPs modificados por “todo”. Outros dados corroboram a idéia de que, na restrição de “todo”, DPs são sintagmas de medição extensiva:

- (7) a. #Luís bebeu a colher.
- b. Luís bebeu toda a colher.
- c. #O cachorro mordeu o prédio.
- d. O cachorro mordeu todo o prédio.
- e. #Maria leu a estante.
- f. Maria leu toda a estante.

A estranheza de (7a/c/f) vem do fato de os DPs, fora de restrição de “todo”, não serem interpretados como sintagmas de medição incompletamente expressos. Nas sentenças com o sinal #, os DPs singulares são interpretados literalmente como um átomo, sem que o falante postule uma extensão coberta. Numa leitura literal, as referências desses DPs não são adequadas à s-seleção (seleção semântica) dos verbos a que servem de complemento. Em (7a), verbo “beber” seleciona complementos líquidos, coisa que uma colher não é; (7c) diz que um prédio foi mordido, e “morder” seleciona objetos tenros, ou pelo menos não muito duros; e (7f) diz que uma estante foi lida, e “ler” pede um suporte de texto como complemento, coisa que, segundo nosso conhecimento de mundo, uma estante não é. Com “todo”, as sentenças melhoram porque os DPs na sua restrição são lidos como sintagmas de medição, e o nome contável dentro deles designa o functor; é a extensão, contextualmente suprida, que satisfaz as exigências selecionais dos verbos. Assim, (7b) significa que Luís bebeu o conteúdo da colher, por exemplo, o xarope ali contido; (7d) significa que o cachorro mordeu algo medido pelo prédio, por exemplo, pessoas, ou melhor, cada morador do edifício; e (7f) significa que Maria leu o que estava na estante, ou, explicitamente, os livros enfileirados sobre ela.

Para fechar a análise, vamos apresentar alguns testes. O primeiro, proposto originalmente por Vendler para separar classes aspectuais, é usado por Krifka (1998) e outros autores para testar a telicidade das sentenças, ou seja, a culminância inerente dos predicados verbais. O teste acusa ainda a natureza quantificada ou cumulativa do sintagma nominal em posição de complemento verbal. Se um advérbio de intervalo temporal como “em x

tempo” puder modificar uma sentença, então tanto o VP quanto o sintagma nominal em posição de complemento verbal são quantificados. Por outro lado, a combinação com advérbios de medição, como “em x tempo”, indica que tanto o VP como o complemento do verbo são denotações cumulativas.

8. (a) Maria tomou **toda a água** em dois minutos/ \*por dois minutos
- (b) Maria tomou **a água** em dois minutos/ \*por dois minutos
- (c) Maria tomou **todo o copo** em dois minutos/ \*por dois minutos
- (d) Maria tomou **o copo de água** em dois minutos/ \*por dois minutos
- (e) Maria #tomou/lavou **o copo** em dois minutos/ \*por dois minutos
- (f) Maria tomou **água** \*em dois minutos/ por dois minutos

O resultado do teste mostra que “toda a água” (8a) e “todo o copo” (8b) apresentam as mesmas propriedades denotacionais de um sintagma de medição completo, como “o copo de água” (8d): os três são quantificados, pois são complementos de sentenças modificadas por advérbios de intervalo. Vemos que o DP singular “o copo”, sozinho, é também quantificado, como mostra a sentença (8e), que também aceita modificação pelo advérbio de intervalo. “Copo” é um nome contável, e segundo a análise de Krifka que adotamos, os nomes contáveis são functores ou funções de medida, e espera-se que tenham denotação atômica, independentemente da presença de “todo”. Interessante é o fato de (8e) ser muito melhor com o verbo “lavar” do que com o verbo “tomar”, embora (8c) seja perfeita com este último verbo. É que em (8e), “o copo” é literalmente um copo, e não é líquido, desrespeitando a s-seleção de “tomar”. Já com a presença de “todo”, o DP passa a incluir uma extensão coberta, o conteúdo do copo, e o verbo “tomar” é feliz com esse sintagma nominal, pois o líquido medido pelo copo satisfaz a sua seleção. Já em (8b), o DP singular com nome de massa combina-se com o advérbio de intervalo, o que indica que a denotação de “a água” é interpretada como quantificada. A possibilidade de um DP singular com nome massivo ter denotação quantificada é dada pelo fato de o artigo definido fechar uma operação de soma sobre a extensão, comportando-se como uma função de medida, conforme Moltmann e Krifka. “Toda a água” (8a) mantém

essa interpretação quantificada, bem como é quantificado qualquer DP introduzido por “todo”. Vemos que o nome no massivo “água”, em (8f), tem apenas denotação cumulativa, pois essa sentença só aceita modificação por um advérbio de medição. O contraste existente entre (8c) e (8e), de um lado, e o fato de a denotação ser quantificada sempre que o DP está na restrição de “todo”, quer ele contenha o nome massivo, quer ele contenha o nome contável singular, de outro, reforçam a análise de DPs na restrição de “todo” como sintagmas de medição, ainda que um componente do sintagma não tenha sido abertamente realizado (seja ele o functor ou a extensão).

Finalmente, introduzimos o teste das perguntas de medição, que só aceitam uma quantidade como resposta. De (9a) a (9e), temos sentenças candidatas a uma resposta satisfatória para a pergunta em (9):

9. Quanto a Maria (já) bebeu?
  - (a) Maria bebeu a jarra toda
  - (b) #Maria bebeu a jarra
  - (c) Maria bebeu toda a jarra
  - (d) #Maria bebeu a caipirinha
  - (e) Maria bebeu a jarra (toda) de caipirinha

As respostas satisfatórias para a pergunta de medição são (9a), (9c) e (9e), ou seja, aquelas em que “todo” está ou em que temos um sintagma de medição expresso de maneira completa. As respostas (9b) e (9d), com um DP singular, mas sem “todo”, não são respostas apropriadas à pergunta. A sentença (9b) fica melhor se entendida como uma forma mais curta de “a jarra de/com caipirinha”, mas, excluído esse complemento coberto, (9b) é literal, e “a jarra” se torna um complemento impróprio para um verbo como “beber”, que seleciona líquidos. Em (9d), “a caipirinha”, apesar de ser uma quantidade fechada, não explicita a natureza da unidade de medida que fecha essa soma, o que a torna pouco informativa como resposta a uma pergunta sobre a quantidade já ingerida. Mas (9c), com “todo”, já não precisa informar explicitamente a unidade adotada: ela pode ser contextualmente recuperada, e a informação fornecida, de que foi esgotado o conteúdo desse functor não explicitado, é suficiente. Esse resultado iguala “todo” com um DP na sua restrição a um sintagma de medição completo, já que tanto “a jarra toda” quanto “toda a caipirinha” informam a quantidade bebida por Maria com a mesma qualidade com que “a jarra de caipirinha”

informa. Sem “todo”, os mesmos DPs não informam quantidade porque deixam de constituir sintagmas de medição.

## CONCLUSÕES

“Todo” requer que o predicado em seu escopo nuclear seja distribuído exaustivamente pelas partes da denotação nominal em sua restrição. Afirmamos que, seja o sintagma nominal na restrição do quantificador, seja um NP ou seja um DP, “todo” está sempre operando sobre predicados cumulativos. Dado que os DPs na restrição de “todo” são sintagmas de medição extensiva à moda de Krifka, a extensão sobre a qual o functor opera fornece as partes sobre as quais “todo” distribui o predicado.

Partindo das definições de Krifka, pudemos chegar a algumas generalizações empiricamente confirmadas: na restrição de “todo”, um DP plural ou um DP singular com nome de massa, por terem denotações cumulativas, sempre nomeiam a extensão do sintagma de medição. Nesse caso, o functor é recuperado contextualmente. Por outro lado, um DP com um nome contável singular, por este ter denotação atômica, sempre nomeia o functor; nesse caso, a extensão não é realizada abertamente. Tudo isso decorre do fato de um artigo definido, na restrição de “todo”, deixar de ser apenas o operador iota, e de apenas pegar o indivíduo mais saliente num contexto, para ser um functor de medição, que, operando sobre uma extensão, fecha a única soma saliente no contexto. Dada essa estrutura de parte-todo, “a água” e “os copos” podem ser analisados como uma soma de partes formada a partir de denotações cumulativas.

Esta proposta tem o mérito de preservar a distributividade de “todo” sendo fiel à idéia de que um DP singular contável como “o copo” seja uma denotação atômica. A denotação de um DP singular contável não pode ser outra coisa senão atômica e quantificada, uma vez que ele nomeia o functor do sintagma de medida de Krifka. Não há, portanto, conflito entre a natureza atômica e quantificada de uma denotação como “o copo” e a distributividade de “todo”. Pois “todo” distribui sobre a extensão, que é cumulativa, e não está abertamente realizada em “todo o copo”; porém, essa extensão é sempre alcançada contextualmente. Isso porque um sintagma de medida é uma denotação quantificada resultante de uma operação de soma realizada sobre um predicado; e, como diz Krifka, uma operação de soma pressupõe a existência das partes.

## RESUMO

“*Todo*” requer distribuição. Com um NP em sua restrição, a distribuição se dá da forma clássica, sobre um predicado. Mas DPs denotam entidades, não predicados. Um DP singular oferece que partes sobre as quais distribuir? Como dar conta da leitura de “*todo*” + DP? Nós o fazemos analisando esse DP como um sintagma de medição (SM). Um SM é uma entidade construída a partir de uma operação de soma sobre uma extensão. E, como diz Krifka (1998), uma operação de soma pressupõe a existência das suas partes. O SM é composto de um functor e de uma extensão. Assim, “*todo*” sempre distribui sobre uma denotação cumulativa, oferecida pela extensão. A proposta mantém a uniformidade da interpretação distributiva que “*todo*” gera, seja com um NP, um DP singular ou um DP plural em sua restrição. Ela também respeita a análise da denotação de um nome contável singular como atômica e quantificada. É isso mesmo que ela precisa ser, para desempenhar o papel de functor num sintagma de medição.

**Palavras-chave:** *distributividade; “todo”; denotação nominal.*

## ABSTRACT

“*Todo*” requires distribution. When an NP is in the restriction of “*todo*”, the distribution is carried away in the classical style. But DPs denote entities, not predicates. How can a singular DP offer parts over where the predicate can be distributed? Nevertheless, in sentences with “*todo*”, the distribution of the predication over all parts of the DP's denotation is carried out. We analyse “*todo* + DP” as “*todo*” plus a measure phrase, and therefore, the extension gives the parts over which to distribute. A plural DP, or a singular DP with a mass noun, plays the extension's role in the measure phrase. And a singular DP with a count noun plays the functor's role. Measure phrases are individuals made of the sum of parts from cumulative denotations. As Krifka (1998) claims, a sum closure presupposes the existence of the parts. This account preserves the uniformity of the operation performed by “*todo*”, despite having a NP, a singular or a plural DP in its restriction. The unification matches the distributive interpretation found in any “*todo*” sentence. It also defines a singular count noun as atomic. It needs to be atomic, since it plays the functor's role.

**Key-words:** *distributivity; measure phrase; nominal denotation.*

## REFERÊNCIAS

- KRIFKA, M. *Bare NPs*: kind-referring, indefinites, both, or neither? In: PROCEEDINGS OF SALT XIII. Ithaca, NY: CLC Publications, 2003.
- \_\_\_\_\_. The origins of telicity. In: ROTHSTEIN, S. (Ed.). *Events and Grammar*. Dordrecht: Kluwer, 1998. p. 97-235.
- LINK, G. The Logical analysis of plurals and mass terms: a lattice theoretical Approach. In: BÄUERLE, R.; SCHWARZE, C.; VON STECHOW, A. (Eds.). *Meaning, use and interpretation of language*. Berlin: de Gruyter, 1983. p. 303-323.
- MOLTMANN, F. *Parts and wholes in semantics*. Oxford: Oxford University Press, 1997.
- QUADROS GOMES, A. P. “*Todo*”, “*cada*” e “*qualquer*”: exigências sobre a denotação nominal e a verbal. São Paulo, 2004. Dissertação (Mestrado) - DL/FFLCH/Universidade de São Paulo, 2004.
- SCHWARZSCHILD, R. The grammar of measurement. In: JACKSON, Brendan (Ed.). *Proceedings of semantics and linguistic theory XII*. Ithaca, NY: CLC Publications, Department of Linguistics, Cornell University, 2002. Disponível em: <<http://www.rci.rutgers.edu/~tapuz/SchwarzschildSALTXII.PDF>> Acesso em: maio 2005.

# THE TENSE AND ASPECT OF THE PRESENT PERFECT IN ENGLISH AND PORTUGUESE<sup>\*</sup>

---

*Tempo e Aspecto do Presente Perfeito  
em Inglês e Português*

Karina Veronica Molsing<sup>\*\*</sup>

## INTRODUCTION

A thorough explanation and description of the PRESENT PERFECT<sup>1</sup> has evaded many modern theorists, since it seems to be an ambiguous representation of time, somehow linking an event in the past to the present. This is compounded by the confusion surrounding how to represent the categories of tense and aspect, making a consistent analysis for phenomena, such as the PRESENT PERFECT, more difficult to attain. The Brazilian Portuguese (BP) PRESENT PERFECT, while receiving little attention in the field of semantics, only adds to the confusion. This is due to its apparent obligatory reading of iterativity, as shown in (1a).

- (1) a. A Maria tem cantado “Parabéns pra você”. (várias vezes/  
\*uma vez)

\* This work was funded in part with a grant by CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior). I would like to thank the audience at the V Workshop on Formal Linguistics for their helpful comments. All remaining errors are mine.

\*\* Doutorado – PUC/SP.

<sup>1</sup> I will use PRESENT PERFECT in small caps to refer to the morphology and not to the semantics.

- The Mary has sung congratulations to you. (various times/\*one time)  
'Mary has been singing "Happy Birthday".'  
b. Mary has sung "Happy Birthday". (once/many times)

While the American English (AE) PRESENT PERFECT is often used for expressing one-time occurrences (as in 1b), the BP PRESENT PERFECT is inappropriate in a one-time context. Obligatory iterativity is a phenomena specific to the BP PRESENT PERFECT and whose nature has been attributed to a covert habitual operator (Giorgi and Pianesi 1997) or to the selectional restrictions of the present tense morphology in BP (Schmitt 2001). However, iteration is not always obligatory and the PRESENT PERFECT can express single, durative situations as well (Ilari 2001), as in (2).

- (2) A Maria tem estado doente.  
The Mary has been sick.  
'Mary has been sick'.

The different readings that we have to account for in both languages can be schematized as in (3) and (4). The main readings that arise in the AE examples in (3) are resultative, recent past, experiential and persistent situation (Comrie 1976), while the main readings in BP (4) are durative and iterative (Ilari 2001).

- (3) AE  
a. Experiential: John has visited Paris. (once/before)  
b. Resultative: John has arrived. (and is here)  
c. Recent past: I have just graduated from college.  
d. Persistent situation: John has lived in New York for 4 years.
- (4) BP  
a. Iterative: O Bruno tem ido a Disney. (várias vezes)  
The Bruno has gone to-the Disneyland (various times)  
'Bruno has gone to Disneyland (many times)'

- b. Durative: A Maria tem sido feliz na Europa.  
 The Maria has been happy in-the Europe.  
 'Mary has been happy in Europe'.

With the PRESENT PERFECTs having corresponding grammatical structures ('have'/ter' + past participle) and at least some undeniable semantic overlap, as in (2), it is argued here that a unified analysis for the PRESENT PERFECT in American English (AE) and Brazilian Portuguese (BP) is possible. The objective of this paper is to provide a unified theoretical treatment for the meanings and uses of the AE and BP PRESENT PERFECTs with a review of the traditional frameworks of tense and aspect and their respective terminologies. More specifically, it will be seen how lexical aspect sets up basic tendencies for the kinds of readings that arise in both languages and, depending on how the different theories conceive of PRESENT PERFECT meaning, these notions taken together will then have consequences for how adverbials are handled. Adverbial modification is important in understanding how possible readings are made more explicit or even shifted to other readings. Section 1 will review the two main lines of research regarding the PRESENT PERFECT, that of Extended Now (McCoard 1978; Dowty 1979; Iatridou et al. 2003) and that of Anteriority or Indefinite Past (Klein 1992, 1994). Dowty's (1979) approach to the PRESENT PERFECT will be taken as representative of Extended Now (XN) theories since they are more widely adopted in the literature on the PRESENT PERFECT. Moreover, Dowty presents a thorough revision of Vendler's aspectual classification of verbs, which is relevant to the objectives of the present study as mentioned above. Klein's (1992, 1994) approach to the PRESENT PERFECT is chosen as representative of what I will refer to as the Indefinite Past<sup>2</sup> (IP) theory, which is a conceptually different approach in comparison to the XN theory, providing for a theoretical contrast whose consequences will be made clear along the course of the paper. The contrast goes beyond how the basic PRESENT PERFECT meaning is conceived of since Klein also presents a new take on aspectual classification for reasons independent of the PRESENT PERFECT analysis, but will be shown to have an effect on understanding how the different readings arise. It will be shown along the course of this paper that Klein's IP theory is more adept at accounting for the different readings that arise and possible shifts that occur between them. Section 2 will investigate

<sup>2</sup> As far as I know, there is no official label for theories that characterize the PRESENT PERFECT as having the main property of anteriority or of being an indefinite past, but I will assume the label of "Indefinite Past" here for the sake of easier reference.

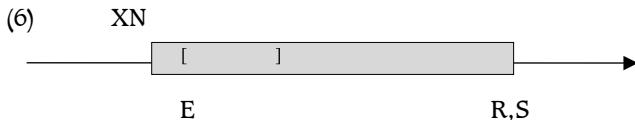
their respective perspectives on lexical aspect or aspectual class and how it factors into the PRESENT PERFECT meaning. In section 3, it will be shown how the traditional readings attributed to the AE and BP PRESENT PERFECTs can be derived from the basic perfect meaning, while differences are due to pragmatic factors. Section 4 deals with the puzzles that arise in each language, namely, variations in adverb compatibility. Section 5 concludes.

## TENSE AND GRAMMATICAL ASPECT

Most analyses of tense-aspect phenomena make use of some variation on Reichenbach's (1947) classic three-point system of temporality, which is outlined in (5) below. Tense is understood here as the relation between speech time and reference time. Grammatical aspect, that which is morphologically marked, refers to the relation between reference time and event time. While speech time and event time are straightforward, the major contribution of this system is the reference point, which is some contextually determined point that refers to some other event. As can be seen in the schema below, this point is what distinguishes the Present Perfect from other structures which have the same event and speech time order, like the Simple Past and Past Perfect.

(5)	Past	E,R_S	Present Perfect	E_R,S
	Present	S,R,E	Past Perfect	E_R_S
	Future	S,R_E	Future Perfect	S_E_R

The two main approaches outlined here, Dowty's XN and Klein's IP, employ these times in different ways, such that the rest of the analysis – lexical content, readings and adverb compatibility – are derived along those respective lines. For Dowty (1979), the tenses are introduced by temporal operators for past, present and future. Assuming an Extended Now (XN) theory, there is a perfect operator that introduces an interval whose left boundary is unspecified and whose right boundary is fixed by the reference time, which in the case of the PRESENT PERFECT, coincides with speech time (McCoard 1978; Dowty 1979; Iatridou et al. 2003). The eventuality is located somewhere within this interval. This conception of the PRESENT PERFECT meaning is represented in (6).



The XN theory is unspecified in terms of how long the perfect interval is and although it necessarily includes speech time, it is unspecified as to whether the eventuality itself overlaps speech time or not. The interval's inclusion of speech time also accounts for the complicated, yet intuitive, notion specific to the PRESENT PERFECT, such that the past situation is somehow linked to the present, known as "current relevance" (Comrie 1976).

The Indefinite Past theory is so called because the situation described in the PRESENT PERFECT occurs some time prior to speech time, and the distance between the situation and speech time is not specified. Klein builds upon Reichenbach's system by including the notions of finiteness in the definitions of E, R and S. In the IP theory, these three moments are considered intervals instead of points, but the basic temporal relations remain the same, such that the relation of tense is expressed by Klein's 'time of utterance' (Reichenbach's S) and 'topic time' (Reichenbach's R) and the relation of aspect is expressed by 'topic time' and 'time of situation' (Reichenbach's E). The main difference is that the 'time of situation' (TSIT), besides representing the event time, also refers to the non-finite component of the clause. And the 'topic time' (TT) is no longer vaguely defined as some contextually determined point as in Reichenbach's R point, but is the interval which corresponds to the finite component of the clause, and is the mediating interval between the other two. So, instead of the perfect introducing an interval independent of the other tense-aspect structures, the idea here is merely to qualify the role of reference time and event time with Klein's topic time and time of situation. The tense part of the PRESENT PERFECT is marked by the relation between topic time and speech time (TT-TU) while the aspect part is marked by the relation between topic time and event time (TT-TSIT). The graphic in (7) illustrates the conception of the PRESENT PERFECT in the IP theory. Here, TT and TU are not simultaneous, as were R and S in Reichenbach's system; TT includes TU and TT comes after TSIT.

- (7) Tense: TT includes TU = PRESENT  
Aspect: TT after TSIT = PERFECT



One immediate result of this conception of topic time is how it accounts for the notion of “current relevance”. While the situation being described by the PRESENT PERFECT occurred in the past, the speaker is making a claim at a time which includes the moment of speech. Current relevance, situated in the time after the time of the situation, is thusly represented by topic time, which starts prior to, includes and possibly surpasses the moment of speech. This relation does not deny that the situation may still occur, at speech time or in the future, but this is not a requirement for the use of the PRESENT PERFECT. Often, the idea of current relevance can be resolved by the previous establishment of the topic time as shown in (8) and (9) (example by Ana Ibaños).

- (8) A: Why are you in prison?  
B: I've killed my husband.
- (9) A: Why were you in prison?  
B: I killed my husband.

In (8), speaker A establishes the TT for the present, such that s/he is asking what past occurrence has led to speaker B's present state. In (9), the killing situation is relevant to Speaker B's time spent in prison and not to her present state of being out of prison. So, upon leaving prison, Speaker B would no longer use the present perfect to express the past relevance of the killing situation. Thus, TT is truly a relevance time in that it sets up the time for which the situation is relevant. The XN interval nor the simultaneity of S and R can account for this subtlety.

Another result of this conception of the PRESENT PERFECT in the IP theory is that it is unspecified as to the distance between the time of situation and the speech time as well as the number of times the eventuality occurs before speech time. These values of distance and repetition are unspecified in the XN theory as well, which means they both allow for much modification. However, it will be shown along the course of the paper that the XN interval's obligatory inclusion of speech time will not allow for a proper account of the different readings in both languages. Next, we will look at the role of lexical temporal information in the respective PRESENT PERFECT meanings.

## LEXICAL ASPECT

Lexical aspect is understood here as the inherent temporal information in verbs, verb phrases and simple sentences. The situations or eventualities picked out by VPs or simple sentences can be classified in different ways. The most widely assumed classification system is that of Vendler's (1967) classes, which have been assumed and revised by Dowty (and which have also been historically attributed to Aristotle, Ryle (1949) and Kenny (1963)). Dowty's version of Vendler's classification system will be compared to that of Klein's system, which is quite a different take on how VPs and simple sentences should be classified. The motivations of Klein's changes are independent of PRESENT PERFECT phenomena (which will be discussed below), but it will be shown how this different perspective will have an effect on how the different readings are accounted for.

The basic idea is that the aspectual classes introduce tendencies for readings that might arise, creating possible patterns, but these are not clear-cut classifications since other factors are often involved, such as adverbial modification, plural vs. singular noun phrases, discourse, context, etc. The purpose in this section is to lay out the different classification systems according to the XN and IP theories and to make predictions about the possible patterns that arise between the different classes and the different readings available. Dowty's classification system, as summarized in (10) includes the notion of agency, but this does not seem to have any effect on the readings as discussed here. However, the division between agentive and non-agentive is left in here for the sake of remaining faithful to the original (1979: 184). An extra column was added to show what tests are used to determine the correct membership of verbs and verb phrases. It is noted that some states can occur in an '-ing' context while others cannot as shown by the '\*' marking unacceptability. States also cannot occur in 'do' constructions, such as '\*What John *did* was love Mary'. Activities reflect an entailment such that the past progressive form of the verb entails the present perfect. For example, 'John was walking' entails 'John has walked'. This entailment does not hold for achievements nor for accomplishments.

(10)	Aspectual class	Non-agentive	Agentive	Tests
States	1a. be asleep; love; know 1b. interval statives: sit, stand, lie	2a. be polite; be a hero (or in 4) 2b. interval statives: sit, stand, lie (with human subject)		1a.: *-ing 1b,2b,3-8: -ing 1-2: '*do' constructions
Activities	3. make noise, roll, rain	4. walk, laugh, dance		was V-ing → has V-ed
Achievements	5. notice, realize, ignite	6. kill, point out (something to someone)		was V-ing → *has V-ed *finished V-ing
Accomplishments	7. flow from x to y; dissolve	8. build (a house); walk from x to y; walk a mile		was V-ing → *has V-ed finished V-ing

Despite the tests, “type-shifting” often occurs such that certain verbs in certain contexts can change categories.<sup>3</sup> Statives, in particular, seem to behave differently in different contexts, like ‘be sick’ versus ‘be intelligent’, which cannot be captured by the tests available in (10). For example, a distinction can be made between individual-level stative predicates (ILPs) which refer to those statives that are apparently permanent (e.g. ‘be intelligent’) and stage-level stative predicates (SLPs) which refer to those statives that are apparently temporary (e.g. ‘be sick’) (Kratzer 1995). When in the PRESENT PERFECT, these two classes of statives give rise to different types of readings, as will be shown in the next section. The basic idea, though, is that the temporary nature of SLPs will allow for iterative or durative readings, while the permanent nature of ILPs will, in the PRESENT PERFECT, give rise to a shift, giving it an eventive reading, as in ‘John has been intelligent’, where John has actively demonstrated his intelligence on one or more occasions. In Dowty’s system, they were both simply statives and nature of the shift in reading is not obvious. Overall, while testing gives a general idea of verb class membership, the possibility of type-shifting questions the nature of the categories themselves and how this has consequences for the understanding of their role in all tense-aspect structures and not just the PRESENT PERFECT.

In Klein’s IP theory, the aspectual classes are not defined in terms of test distinctions, but in terms of topic time, which can be considered the time for which the claim is made, or its evaluation time. Since topic time also includes the notion of finiteness and considering the role of topic time in the PRESENT PERFECT, this illustrates an overlap in tense, grammatical aspect and lexical aspect categories. Indeed, Klein defends that it is inconceivable to make clearcut distinctions between the three categories and that they all interact to express notions of temporality. In this classification system, the nonfinite lexical information of the VP is located in the time of situation, which is prior to speech time and topic time. The topic time is understood as the time for which the situation is evaluated. That is, topic

<sup>3</sup> Most of these type-shifts do not have a direct effect on PRESENT PERFECT readings but which take away from the consistency of this classification system, such as achievements that become accomplishments when in the progressive form. For example, ‘win the race’ and ‘reach the summit’ are considered achievements and thusly, instantaneous, suggesting that they would not be able to take the progressive form. However, ‘winning the race’ and ‘reaching the summit’ are perfectly acceptable, but would then be understood as accomplishments. This shift occurs even though achievements and accomplishments behave similarly with regards to the ‘was V-ing → has V-ed’ entailment test. Also, activities such as ‘walk’ often shift to accomplishments when adverbial phrases like ‘to the store’ are added.

time can be seen as a kind of temporal constraint on the situation's realization. In the PRESENT PERFECT, the topic time evaluates the claim of the prior eventuality at speech time. This role of topic time as distinguishing between aspectual classes is summarized as 'topic time contrast' as shown in table (11) below.

Adopting von Wright's state of change calculus (1963), Klein attempts to simplify the classification system to a conceptual minimum and avoids aspectual modification testing like that used in Dowty's classification system (e.g. was V-ing → has V-ed), which are meant to illustrate the completion or not of an event in different constructions. Klein defends this information is part of pragmatics and world knowledge and should not be part of the verb classification system. This simplification also means avoiding the inclusion of other aspectual features often found in classification systems in the literature such as [+/-boundedness], [+/- dynamic], [+/-duration] and [+/- telic], etc. The table in (11) shows how the verb classes are reduced to states or changes of states.

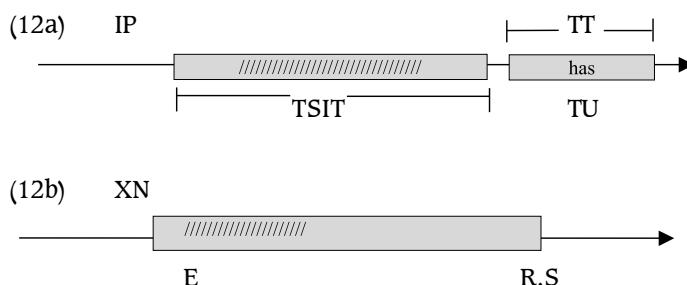
(11)

Lexical Content	Topic Time Contrast
0-states	None. There is no other time at which the sentence is not true.
1-states	At least one. There is at least one other possible time at which the sentence is not true.
2-states	There is a change of state, such that these lexical contents are composed of two states, a source state (SS) and a target state (TS). For each state, there is at least one other possible time at which the state is not true.

To say that a situation has no TT contrast means it is a 0-state; there is no change in state. This means there is no time before (pre-time) or time after (post-time) which the sentence is not true. For example '\*the book has been in Russian' is unacceptable since a book's being in Russian is presumably true for the whole of the book's existence. This category of 0-states would correspond to ILPs as discussed earlier, or those statives considered to be permanent. SLPs and activities would be grouped together in 1-states, such that for 'John has been funny', there is some pre-time and post-time at which John is not funny and for 'John has run', there is some pre-time and post-time at which John is not running. 2-states would include achievements and accomplishments such that each has a source state and a target state, both of which have pre- and post-times. For 'John has built a house' (SS: house not built, TS: house built) and 'John has noticed the girl' (SS: not notice girl, TS: notice girl), there is a general feature of some activity which brings about the target state. This general feature does not require intentionality as would agentivity. An independent benefit of this simplified perspective on aspectual classification is that type-shifting is kept to a minimum.

The shift relevant to the PRESENT PERFECT, that between SLPs (1-states) and ILPs (0-states), is predicted by the fact that they are already conceived of as belonging to different classes. The possible iterative and durative readings of SLPs is explained by TT contrast such that there is at least one other possible time at which this type of stative is not true, thus, they are temporary. For apparently permanent ILPs used in the PRESENT PERFECT, the shift is from 0-states, for which there is no TT contrast, to 1-states, for which there is TT contrast and an eventive reading is possible.<sup>4</sup>

Summing up, the lexical information picked out by VPs and simple sentences are worked into each theory in different ways. In the IP theory, as illustrated in (12a), the lexical information is worked into the time of situation, prior to speech time and topic time. (12b) illustrates the XN theory, where the lexical information is worked into the XN interval, which necessarily includes speech time and reference time.



Note that both theories leave unspecified information regarding the left boundary of the interval including the eventuality description. Also, information about the distance between the eventuality and speech time and its possible repetitions before, during or after speech time are left unspecified. This way, the basic readings as explained in section 3 correlate similarly to the aspectual classes in both theories. The difference so far is that the shifts that occur in SLPs and ILPs are better predicted by Klein's classification system. Moreover, when the basic readings are made more explicit, for example by adverbial modification (section 4), it will be shown that the XN theory is not capable of accounting for possible differences in readings due to its necessary inclusion of speech time.

<sup>4</sup> The shift from 1-states (activities) to 2-states (accomplishments) becomes clear here, as we can say that 2-states are formed by adding a target state to 1-states. So, 'run', a 1-state, is shifted to a 2-state when a target state, 'to the store', is added lexically.

## THE BASIC READINGS

As mentioned earlier in (3), repeated here as (13), the main readings for the AE PRESENT PERFECT are resultative, recent past, experiential and persistent situation (Comrie 1976). Notice that the recent past readings can be understood as either a kind of resultative or experiential and the resultative, in turn, can be seen as a kind of experiential. These subtle differences are usually due to adverb modification, such that without adverbs, the four readings can be reduced to two: universal and existential (McCawley 1971).

## (13) AE

- a. Experiential: John has visited Paris. (once/before)
  - b. Resultative: John has arrived. (and is here)
  - c. Recent past: I have just graduated from college.
  - d. Persistent situation: John has lived in New York for 4 years. (Universal)
- } (Existential)

The universal reading means that the predicate holds true throughout the entire perfect interval, including speech time, while the existential perfect means that the predicate is true at least one time before speech time (McCawley 1971; McCoard 1978; Dowty 1979). Given these definitions and our previous aspectual classifications, we can predict that statives and 1-states can give rise to universal readings and all other classes can give rise to existential readings. The existential reading, 'at least once', allows for possible repetition while universals express duration. Temporal adverbs can then serve to make these features of repetition and duration more explicit. This way, adverbs play an important role in interpreting the PRESENT PERFECT. So important, in fact, that theorists considered the BP PRESENT PERFECT to have the particular characteristic, setting it apart from other languages, of not requiring adverbial modification (Boléo 1936; Ilari 2001). However, adverb modification is not a necessary condition for using and understanding the PRESENT PERFECT in AE either, but whose purpose is to make the basic readings more explicit. (14a) expresses a repetition of visits to Disneyland while (14b) expresses a durative situation of Mary's being happy in Europe.

(14) BP

- a. Iterative: O Bruno tem ido a Disney. (várias vezes)  
The Bruno has gone to-the Disneyland.  
'Bruno has been going to Disneyland'.
- b. Durative: A Maria tem sido feliz na Europa.  
The Maria has been happy in-the Europe.  
'Mary has been happy in Europe'.

While the readings in (14) seem to correspond to existential and universal readings, the BP PRESENT PERFECT has been cited as having only a universal, and not an existential, reading (Brugger 1978; Squartini and Bertinetto 2000). This may be due to the notion that the existential refers to one and only one occurrence of an eventuality, while the universal refers to duration and indefinite repetition of eventualities. This idea conflicts directly with Amaral and Howe's (2005) claim that the existential is a subcase of iterativity. The idea that existentials refer to only one occurrence of the eventuality in question is a matter of pragmatic implicature, which can be canceled in a context suggesting repetition as well as the fact that adverbs of repetition are perfectly acceptable with the PRESENT PERFECT. I will use the term 'noncontinuous' to accommodate both existential and iterative possibilities and 'continuous' to refer to universals as being durative, avoiding the possible confusion that they can also refer to repetition. So, continuous readings arise when certain predicates are used to express duration or continuity throughout the interval and whose subevents repeat. Noncontinuous readings arise when certain predicates are used to express iterative situations, repeating whole events. Single-occurring events are considered noncontinuous as well, being a kind of shortened version of iterating events, as long as repetition is possible. Hence, the iterative PRESENT PERFECT in BP and the existential PRESENT PERFECT in AE fall under the same general type of reading, the noncontinuous, (15a,b,c). The continuous readings are the same in both languages, (16a,b).

(15) a. A gente tem corrido. (muitas vezes)

The people have run (many times)  
'We've been running'

b. We have run. (once)

c. We have run every day.

Iterative  
Noncontinuous

Resultative/Existential

Iterative

- (16) a. A professora tem sido paciente com as crianças.<sup>5</sup>  
           The professor has been patient with the children.  
           ‘The professor has been patient with the children.’} Continuous  
       b. The professor has been patient with the children.

This way of characterizing noncontinuous readings is compatible with the notion of some presupposition of repeatability that is often associated with the PRESENT PERFECT (Inoue 1979; Smith 1997; Katz 2003). That is, the AE PRESENT PERFECT is often used to express one-time occurring eventualities, but there is still some element of repetition that guides its felicitous use.

- (17) a. ??Einstein has visited Princeton.  
       b. Princeton has been visited by Einstein.

It has been noted that examples like (17a) are unacceptable because Einstein is dead and is therefore no longer capable of visiting Princeton again (Inoue 1979). However, (17b) is more acceptable if we are talking about Nobel Prize winners who have visited Princeton. In (18), there are two conditions which must be met for the sentence to be felicitous.

- (18) Have you visited the museum exhibit?

It is only appropriate to ask this question if: (i) the museum exhibit is still open, so that one can still possibly visit it; and (ii) the person being asked the question is physically capable of visiting the museum exhibit. Hence, the event in question must be repeatable and the referents of the noun phrase must exist at the time of utterance (Smith 1997). This condition of repeatability corroborates the idea that existential-type readings are a subtype of iterative readings. However, this does not mean that the eventuality must repeat at present or any time in the future, as shown by (19a). Even when the eventuality is understood as iterative as in the BP counterpart (19b), continuation can be canceled. So, while the eventualities need

<sup>5</sup> This example can also be understood as noncontinuous, given the right context, and is a possibility that can be argued for in the English counterpart as well.

not repeat, or continue to repeat, the possibility must be there at speech time.

- (19) a. I have visited my parents, but I won't anymore.  
 b. Eu tenho visitado os meus pais, mas não vou mais.  
     I have visited the my parents, but no I-go more.  
     'I've been visiting my parents, but I won't anymore'

The result of this is that even though the default understanding of the AE PRESENT PERFECT is that the situation happened only once, a condition for uttering it is that of repeatability, in the sense of a possibility of repetition. In BP, the default understanding is that the situation has happened various unspecified times and can possibly continue, but not necessarily. Hence, it is this presupposition of repeatability that distinguishes between the different uses in the two languages. As mentioned earlier, aspectual classes introduce tendencies for readings that might arise, creating possible patterns. It was predicted at the beginning of the section that statives (Dowty) and 1-states (Klein) can give rise to continuous readings while all other classes can give rise to noncontinuous readings. Below is a rough correlation between aspectual class and types of readings. In (20) and (21), the examples show that achievements, accomplishments, or 2-states give rise to non-continuous readings.

#### Achievements and Accomplishments / 2-states: Noncontinuous readings

- (20) a. A Lúcia tem chegado tarde ao escritório. (iterative events)  
     The Lucia has arrived late to-the office.  
     'Lucia has been arriving late to the office'.  
 b. Lucia has arrived late to the office. (existential)
- (21) a. O Paulo tem pintado a casa. (iterative subevents)  
     The Paulo has painted the house.  
     'Paulo has been painting the house'.  
 b. Paulo has painted the house. (existential)

In (21a), this may mean that the target state is not necessarily reached: the house is not completely painted yet. Or, in a suitable context

where, for example, the house is a miniature toy, it is conceivable that Paulo has painted the same house over and over. The difference between the repeating subevents of an achievement and those of activities or statives refers to the implied telicity of achievements, or in Klein's terms, the fact that achievements are made of 2 states while activities and some states, only one. Activities or 1-states, when in the PRESENT PERFECT, give rise to non-continuous readings as well, as shown in (22).

### Activities / 1-states: Noncontinuous readings

- (22) a. A Ana tem corrido muito. (iterative events or subevents)  
          The Ana has run a lot.  
          ‘Ana has been running a lot’.
- b. Ana has run a lot. (existential/iterative events)

The difference in (22), when compared to (20) and (21), is that since there is no target state, the examples can be understood as having repeating subevents or events. For example, (22) can be understood as repeating subevents if Ana is running a marathon and it is not over yet. Then it would be understood similarly to (21). Otherwise, with an implicit target state in mind (a particular distance, for example), it would be understood as iterative events of running, or as an existential in AE. (23) illustrates the importance of distinguishing stage-level and individual level predicates since they behave slightly differently with respect to iterativity and continuity, as previously mentioned.

### Individual-Level Predicates (ILP) / 0-states: Noncontinuous readings

- (23) a. O João tem sido inteligente. (iterative events)  
          The João has been intelligent.  
          ‘João has been intelligent’.
- b. John has been intelligent. (existential/iterative events)

The sentences in (23) most likely mean that João has demonstrated his intelligence on various occasions. Here, in Klein's system, it is the PRESENT PERFECT structure that shifts the 0-state (permanent) to a 1-state (temporary) such that an iterative or existential reading is possible. This difference is not predicted by Dowty's system. (24a) and (24b) behave similarly

in AE and BP. In an iterative context, Mary may have been sick on various occasions, while in a durative context, Mary's being sick refers to one, continuous situation.

Stage-Level Predicates (SLP) / 1-states: Continuous or Noncontinuous readings

- (24) a. A Maria tem estado doente. (iterative or durative)

The Mary has been sick.

'Mary has been sick'.

- b. Mary has been sick. (iterative or durative)

It appears that only SLPs do not force iterativity in BP and continuity holds. An iterative reading is also possible, but only with overt adverbial modification (Amaral and Howe 2005). The same is true in AE, as the gloss shows in (25).

- (25) A Maria tem estado doente muitas vezes ultimamente.

The Mary has been sick many times lately.

'Mary has been sick a lot lately'.

For eventive predicates<sup>6</sup>, the AE PRESENT PERFECT is compatible with one-time readings and iterative readings, while the BP forces iterative readings and does not seem to allow for one-time readings, unless they are like those cases in (21), where the eventuality is understood as incomplete. So far, the only benefit of Klein's system is its prediction of 0-states shifting to 1-states when described by the PRESENT PERFECT. However, more shifts are possible depending on factors such as context, adverbial modification and the use of plural NPs with the PRESENT PERFECT. The next section will deal only with adverbial modification due to space restrictions. It will be shown how the IP theory is more compatible with reading shifts than XN, particularly with regards to repetition.

<sup>6</sup> i.e. accomplishments, achievements, activities and ILPs coerced into an eventive context.

## ADVERB COMPATIBILITY

## THE FREQUENCY PUZZLE

To better understand the frequency puzzle, it is important to remember the presupposition of repeatability, as discussed in section 2, which acts differently on the PRESENT PERFECT meanings in each language. Within the possible readings of noncontinuity, the default expectation in AE is of completion, while in BP it is of continuation. Continuation of an eventive predicate gives us repetition. The puzzle we face in BP though, is the fact that while AE is compatible with both types of noncontinuous readings, BP is not. That is, the BP PRESENT PERFECT cannot be used to express a single, completed eventuality with eventive predicates. It is defended here that this is a matter of a pragmatic condition of repeatability and not a semantic restriction. Various factors are involved in answering the question in (26).

- (26) O Paulo tem te ligado?

The Paulo has you called.

'Has Paulo called/been calling you?'.

The interval within which a call could have occurred is contextually determined based on intimacy/proximity to the subject, past experience, such that a close friend would normally call within days or weeks, while a distant friend could call within months. If one phone call occurs within this contextually determined interval, one would not be able to respond 'não' ('no'), since this would mean that no calls occurred in this interval, which would be false. It seems a one-time occurrence can be inferred, but it cannot be made explicit in the same utterance as the PRESENT PERFECT structure, as in '\*Paulo tem ligado uma vez' ('Paulo has called one time'). Now consider (27).

- (27) A Brenda tem beijado. (\*três vezes)

The Brenda has kissed. (three times)

'Brenda has kissed/been kissing. (three times)'

The speaker may continue this utterance by describing three specific occasions on which Brenda kissed. But, s/he would not be able to specify

this as shown by the unacceptability in (27) of a continuation with ‘três vezes’. This expectation of repetition has created a sense that the BP PRESENT PERFECT is a kind of imperfective or that it possesses imperfective qualities (Squartini and Bertinetto 2000), in that it must refer to indefinite repetition with eventive predicates. The PRESENT PERFECT meaning given by Klein’s IP theory is compatible with this, given it says nothing about frequency. An XN theory is not compatible with this since the existential reading is considered as one and only one eventuality (instead of ‘at least one’), treating examples like (28a) as single events of many kissings.

- (28) a. A Brenda tem beijado muitas vezes.  
          The Brenda has kissed many times.  
       b. Bill has read “*The Da Vinci Code*” five times.

In AE, existential events can shift to iterative ones with frequency adverbs, as in (28b), which is easily accounted for in the IP theory given that frequency adverbs modify the number of eventualities or situations to which the lexical content is associated. In the XN theory, (34b) would be treated as a single event of five readings, which does not seem to intuitively reflect the nature of repetition, be it definite as in (28b) or indefinite as in (34a). Frequency adverbs can modify all types of eventualities, but usually not statives. Those statives that do accept frequency modification are those that fall under the 1-state category in Klein’s system, as in example (25) above. The AE PRESENT PERFECT can be modified by definite (e.g. ‘once’, ‘three times’) and indefinite frequency (e.g. ‘often’, ‘many times’) adverbials while the BP PRESENT PERFECT can only be modified by indefinite frequency adverbs as shown in examples (29) – (31). Example (30) shows how modification with a definite frequency adverb is acceptable in a context of indefinite repetition or habituality.

- (29) Eles têm nos visitado várias vezes/\*três vezes.  
          They have us visited three times/ many times.  
          ‘They have visited us three times/many times’.

- (30) Eles têm nos visitado três vezes por semana.  
          They have us visited three times per week.  
          ‘They have visited us three times a week’.

- (31) O João tem encontrado o professor freqüentemente./\*duas vezes.

The João has encountered the professor frequently./ two times.

'João has met with the professor frequently./twice'.

In BP, the condition of repeatability is only met if the repetition is left indefinite.<sup>7</sup> While AE is compatible with repetition, its condition of repeatability is met only if the possibility of repetition remains at speech time as seen in examples (17) and (18). The IP framework accounts for both types of repetition, definite and indefinite, since the interval within which the eventuality occurs remains unspecified in terms of repetition and is detached from speech time, allowing for repetition that does not include this moment. The differences between languages regarding definiteness can be explained by how the presupposition of repeatability acts differently in the two varieties of PRESENT PERFECT.

#### THE “PRESENT PERFECT PUZZLE”

This is the “original” present perfect puzzle, which refers to the incompatibility of the PRESENT PERFECT with positional adverbs (Klein 1992, 1994).<sup>8</sup> Positional adverbs can modify either the topic time (reference time) or the time of eventuality for all types, but statives less so. The potential for dual modification is more easily demonstrated with the past perfect as shown in examples (32) and (33).

- (32) Chris had left **yesterday**. (TT)

- (33) Chris wasn't in his hotel room this morning. He had **left** yesterday. (event time)

<sup>7</sup> Corroborating the idea that the BP PRESENT PERFECT possesses imperfective qualities, or a sense of habituality, it has been shown in sociolinguistic studies of BP that the present progressive is often used in the same contexts that would license the PRESENT PERFECT (Mendes 2003).

<sup>8</sup> These puzzles have been shown not to arise in other Germanic and romance languages like German, Dutch, Italian (Pancheva and von Stechow 2004) and French (de Swart forthcoming). Interestingly, it has also been shown not to arise in Australian English (Engel and Ritz 2000). This suggests that the PRESENT PERFECT in these languages, including BP, are undergoing some kind of evolution and expansion of uses. This is confirmed by Amaral and Howe's (2005) investigation into the grammaticalization process of the 'ter' versus 'haver' auxiliary, the latter of which is predominantly used to form the PRESENT PERFECT in other Romance languages.

Modification of one or the other time interval depends on other cues given by further lexical specification, discourse or context. Both the AE and BP PRESENT PERFECTs are not compatible with position-definite adverbs, as shown by the unacceptability of the examples in (34).

- (34) a. \*Chris has worked yesterday.
- b. \*O Chris tem trabalhado ontem.

This restriction is due to the fact that the topic time is already being modified in terms of position, in the present tense, by the time of utterance. So, positional adverbs cannot modify both the topic time and the eventuality time simultaneously. This constraint, known as the PRESENT PERFECT puzzle, does not need to be explained by independent pragmatic constraints (as Klein does), since by simply making the distinction between definite and indefinite positional adverbs, it seems a natural result that eventualities cannot be doubly marked in terms of position. However, in a context of habituality, both AE and BP PRESENT PERFECTs can be modified with definite adverbs, giving rise to the reading that on various occasions Chris has worked at 9 o'clock or on Sunday. See (35) and (36).

- (35) a. O Chris tem trabalhado às 9 horas.  
The Chris has worked at-the 9 hours.
- b. Chris has worked at 9 o'clock.
  
- (36) a. O Chris tem trabalhado no domingo.  
The Chris has worked on-the sunday.
- b. Chris has worked on Sunday.

Again, the subtle differences in the readings regarding a default existential reading for AE and a default iterative reading for BP are both accounted for in the IP theory. The general similarity in behavior of the two languages regarding compatibility with positional adverbs marks one more point of convergence where both PRESENT PERFECT varieties can be treated within the same framework.

## A DURATIVE PUZZLE?

Durative adverbs can modify the eventuality time of states, specifying a continuous reading, whereas the durative modification of events would give rise to noncontinuous readings. The AE PRESENT PERFECT accepts modification of definite and indefinite durations, while BP often does as well. However, there is some variation of acceptability, which may be due to a possible influence of European Portuguese, whose speakers consistently do not accept definite modification of duration with the PRESENT PERFECT (Móia and Amaral, personal communications, 2005).

- (37) a. I have lived here for ten years/many years.  
b. Eu tenho morado aqui por muitos anos/??por/??há dez anos.
- (38) Mary has been sick for a long time /for two weeks .  
A Maria tem estado doente por muito tempo/??duas semanas.
- (39) Eu tenho morado aqui desde criança.  
I have lived here since I was a child.

'Since' acts a bit differently because it seems to mark both a duration and a position, the left boundary. In this sense, it is position-definite, but the duration is indefinite. Regardless of this variable acceptability, it can still be treated along the same lines as the restriction with frequency adverbs as discussed above. Whether the variation is a matter of dialectal variation or not, both possible readings are accountable in the IP theory, where modification of the durative interval does not include speech time. The XN interval necessarily includes speech time which is not preferable considering that this inclusion is always cancelable with such continuations as 'but not anymore' ('mas não mais'), suggesting it is more of a pragmatic implicature.

Summing up, the ability of the IP theory to deal with iterative readings when modified by frequency adverbs and the similar behaviors of the two varieties of PRESENT PERFECT when modified by other types of adverbs argue in favor of the IP theory over the XN theory.

## CONCLUDING REMARKS

The analysis outlined, while of an informal nature, argues for a unified analysis of the PRESENT PERFECT in American English and Brazilian Portuguese. Under an Indefinite Past framework, the basic PRESENT PERFECT meaning in both languages is uniform and the differences can be explained by a pragmatic differences regarding a condition of repeatability. Future study must take into account the modal properties involved in this condition of repeatability and must also explore the generic, habitual and imperfective characteristics of the PRESENT PERFECT.

## ABSTRACT

This paper investigates the role of “lexical aspect” (“Aktionsart” or “verb semantics” or “inherent aspect”, etc.) in understanding the Present Perfect in English and Portuguese. I will measure out the consequences of assuming one conception over another, given the respective Present Perfect meaning assumed. In this case, the comparison involves Vendler (1967) and Dowty (1979) versus Klein (1994). It will be shown how this methodological choice has an effect on how we interpret the various readings attributed to the Present Perfect in English and Portuguese. The readings of the English Present Perfect (resultative, experiential, persistent situation, recent past (COMRIE, 1976)), are at odds with the readings of the corresponding structure in Portuguese, the “pretérito perfeito composto” (default iterativity and occasional duration (ILARI, 2001)). Despite these variations, this study will provide a unified analysis for the Present Perfect in English and Portuguese, which have traditionally been treated as semantically divergent. From this analysis will be derived an explanation for the various Present Perfect puzzles that arise in each language.

Key-words: *Present Perfect; iterativity; puzzles.*

## RESUMO

Este artigo investiga o papel do “aspecto lexical” (“Aktionsart” ou “semântica dos verbos” ou “categoria aspectual”, etc.) no entendimento do pretérito perfeito composto em português e do *Present Perfect* em inglês. Vou medir as consequências de assumir uma concepção sobre outra, dadas as respectivas definições. Neste caso, vou comparar os sistemas de Vendler

(1967) e Dowty (1979) *versus* Klein (1994). Esta escolha metodológica afeta a interpretação das diferentes leituras atribuídas ao pretérito perfeito composto/*Present Perfect* nas duas línguas. As leituras do *Present Perfect* em inglês (resultativo, experiencial, situação persistente, passado recente (COMRIE, 1976)) entram em conflito com as leituras da estrutura correspondente em português, o pretérito perfeito composto (iteratividade e duração (ILARI, 2001)). Apesar dessas variações, este trabalho propõe uma análise unificada para as estruturas “ter+ -ado”/“have+ -ed” em português e inglês, que geralmente são tratadas como semanticamente diferentes. Desta análise vai ser derivada uma explicação dos vários enigmas que cada língua apresenta.

**Palavras-chave:** *pretérito perfeito composto; iteratividade; enigmas.*

## REFERENCES

- AMARAL, Patricia; HOWE, Chad. The semantics of the Portuguese Present Perfect and the grammaticalization of ter/haver. In: THE ANNUAL OHIO STATE UNIVERSITY SYMPOSIUM ON HISPANIC AND LUSO-BRAZILIAN LITERATURES, LINGUISTICS AND CULTURES, 8, Ohio, 2005.
- BOLÉO, Manuel de Paiva. O pretérito e o perfeito em português, em confronto com as outras línguas românicas. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1936.
- BRUGGER, Gerhard. Eventive time properties. In: PROCEEDINGS OF THE ANNUAL PENN LINGUISTICS COLLOQUIUM, 21, 1978, Pennsylvania. *Pennsylvania Working Papers in Linguistics* 4.2 Penn Linguistics Club: Dimitriadis, A.; Siegel, L.; Sure-Clark, C.; Williams, A. (Eds.). 1978, p. 51-63.
- COMRIE, Bernard. *Aspect*. Cambridge: Cambridge University Press, 1976.
- DAHL, Osten. *Tense and aspect systems*. Oxford/New York: Basil Blackwel, 1985.
- DOWTY, David. *Word meaning and montague semantics: the semantics of verbs and times in Generative Semantics and in Montague's PTQ*. Dordrecht: D. Reidel Publishing Co., 1979.
- ENGEL, Dulci M.; RITZ, Marie-Eve. A. The use of the present perfect in Australian English. *Australian Journal of Linguistics*, v. 20, n. 2, p. 119-140, 2000.
- GIORGI, Alessandra; PIANESI, Fabio. *Tense and aspect: from semantics to morphosyntax*. New York: Oxford University Press, 1997.
- IATRIDOU, Sabine; ANAGNOSTOPOULOU, Elena; IZVORSKI, Roumyana. Observations about the form and meaning of the Perfect. In: ALEXIADOU, A.; RATHERT, M.; VON STECHOW, A. (Eds.). *Perfect Explorations*. Berlin: Mouton de Gruyter, 2003. p. 153-205.
- ILARI, Rodolfo. Notas para uma semântica do passado composto em português. *Revista Letras*, Curitiba, n. 55, p. 129-152, 2001.
- INOUE, Kyoko. An analysis of the English present perfect. *Linguistics*, v. 17, p. 561-589, 1979.

- KATZ, Graham. A modal account of the English present perfect puzzle. In: PROCEEDINGS OF SEMANTICS AND LINGUISTIC THEORY, 13., Los Angeles, 2003.
- KLEIN, Wolfgang. The present perfect puzzle. *Language*, v. 68, n. 3, p. 525-552, 1992.
- \_\_\_\_\_. *Time in language*. London: Routledge, 1994.
- KRATZER, Angelika. Individual-level and stage-level predicates. In: CARLSON, G.; PELLETIER, F. (Eds.). *The generic book*. Chicago: Chicago University Press, 1995. p. 125-175.
- MCCOARD, Robert. *The english perfect: tense choice and pragmatic inferences*. Amsterdam: North-Holland Press, 1978.
- MENDES, Ronald B. Ter + Past participle or estar + gerund? Aspect and Syntactic Variation in Brazilian BP. In: NEW WAYS OF ANALYZING VARIATION, 32., UPenn, Philadelphia, 2003.
- PANCHEVA, Roumyana; VON STECHOW, Arnim. On the present perfect puzzle. In: MOULTON, K.; WOLF, M. (Eds.). *Proceedings of NELS*, 34, 2004.
- REICHENBACH, Hans. *Elements of symbolic logic*. New York: The Free Press, 1947.
- SCHMITT, Cristina. Cross-linguistic variation and the present perfect: the case of Portuguese. *Natural Language and Linguistic Theory*, v. 9, p. 403-453, 2001.
- SMITH, Carlotta. *The parameter of aspect*. 2. ed. Dordrecht: Kluwer Academic Press, 1997.
- SQUARTINI, Mario; BERTINETTO, Pier. M. The simple and compound past in romance languages. In: DAHL, Ö. *Tense and aspect in the languages of Europe*. Berlin/New York: Mouton de Gruyter, 2000.
- DE SWART, Henriette; MOLENDIJK, Arie. In: Pursuit of the “perfect” perfect. In: CAUDAL, Patrick (Ed.). *Cahiers Chronos – volume sur le temps et l’aspect*. Amsterdam: Rodopi. Forthcoming.
- VENDLER, Zeno. Verbs and times. In: \_\_\_\_\_. *Linguistics in philosophy*. New York: Cornell University Press, 1967.

# A ANÁLISE DE SINTAGMAS WH EM IBIBIO: EVIDÊNCIA PARA TIPOS DE FOCO\*

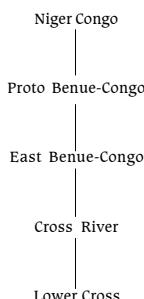
*WH Phrases as evidence to focus positions  
in Ibibio sentences*

Márcia Santos Duarte de Oliveira\*\*

## 1 INTRODUÇÃO

Ibibio é classificada como uma língua “*Lower-Cross*”, da subfamília “*Cross River*”, sub-ramo “*East Benue-Congo*”, pertencente ao ramo “*Proto Benue-Congo*” do grande tronco lingüístico “*Niger-Congo*”, que abrange mais de mil línguas africanas – cf. Williamson e Blench (2000) – como se vê no diagrama I:

Diagrama I: *Classification* da Língua Ibibio



\* Dedo este trabalho à memória da Profa. Dra. Lúcia Maria Pinheiro Lobato, minha orientadora de Mestrado (1994-1996), que viu nascer meu estudo e pesquisa com a língua ibibio.

\*\* Universidade de São Paulo.

A língua ibibio é falada pelo povo ibibio que vive no estado de Akwa Ibom, região sudeste da Nigéria, oeste da África.

O propósito deste trabalho é colocar em evidência posições de foco em ibibio através do estudo de sintagmas WH – daqui em diante, WHP – nesta língua, proposto por Oliveira (2005).

Na seção 2, apresenta-se a descrição de perguntas WH em ibibio, bem como a proposta de que esta é uma língua do tipo WH-in-situ, de acordo com a parametrização das línguas com relação ao movimento WH. Na seção 3, enfatiza-se WHPs-in-situ e WHPs movidos para a periferia esquerda da sentença em ibibio. Este trabalho ratifica a hipótese de Oliveira (2005) de que a variação na ordem de WHPs em ibibio aponta para diferentes tipos de foco nessa língua. No entanto, a tipologia de foco em ibibio encontra-se fora do escopo deste trabalho.

## 2 PERGUNTAS WH EM IBIBIO

A língua ibibio expressa todas as categorias ontológicas de perguntas WH apontadas pela descrição tipológica de Haspelmath (1977, p. 29-30), como descrito por Oliveira (2005, capítulo 4). No quadro abaixo, apresentam-se as perguntas WH em ibibio:

1. Pessoa	<b>ànie?</b> “quem?”
2. Coisa	<b>ñsòó / ñsó / só ~ ñsé?</b> “o quê?/ quê?”
3. Propriedade	<b>ákéé?</b> “qual?” ; <b>ñsútò (ñsé útò)?</b> “que tipo?”
4. Lugar e Fonte	<b>mmó?</b> “onde?” ‘LUGAR’; <b>ú!ké?</b> “aonde?” ‘FONTE/ CAMINHO, DIREÇÃO’
5. Tempo	<b>ìdáhá ákéé?</b> (momento no tempo/ qual?) “qual momento no tempo?” <b>ñsiní / ñsòó íní?</b> (que tempo) “que tempo?”
6. Maneira	<b>dí e</b> “como?”
7. Quantidade	<b>ìfáñ</b> “quanto?” <b>àkáñ ìfáñ</b> (ocasião/ quantas vezes?) “quantas vezes?”

Não há uma palavra WH para expressar o tipo “razão” (“por quê?”) em ibibio. A fim de formar este tipo de pergunta WH em sentenças interroga-

tivas da língua, inicia-se a pergunta com o NP<sup>1</sup> **ńták** “razão” e ao final da sentença, acrescenta-se uma partícula WH (algumas vezes, ocorre outra partícula WH no meio da sentença):

Sentença com a palavra **ńták** “razão” + partícula **WH** = “por quê?”

(1)	Ńták      à- ø- díé -hé      m̄fí n -nê ? <sup>2</sup>
	Ńták      à-                ø-                díé      -hé                m̄fí n -nê ?
	razão    2SG.SA- ASPEC <sub>[+FOC]</sub> - vir    -WHQ (?)    hoje    -WHQ “Por que você veio hoje?”

WHPs podem aparecer in-situ ou em sentenças encaixadas em ibibio como se vêem nas sentenças (2)-(3) com o WHP **ńsó** **ń!kpó** “que coisa?>:

(2)	Àfò    à-ø-nám    ńso    ń!kpó ?
	Àfò    à-                ø-                nám    ńso    ń!kpó
	2SG    2SG.SA - ASPEC <sub>[+FOC]</sub> - fazer que coisa
	“Você faz o quê?”
(3)	Ìmē    é-ke-búp    Ùdó    [ mímē    Ákpán    é-ke-dép    ńso    ń!kpó ] ?
	Ìmē    é -        ke -        búp        Ùdó
	Ìmē    3SG.SA- PST II <sub>[+FOC]</sub> - perguntar Ùdó
	[ mímē    Ákpán    é -        ke -        dép        ńso    ń!kpó ] ?
	COMP/Q    Ákpán    3SG.SA- PST II <sub>[+FOCO]</sub> comprar que coisa
	Ìmē perguntou a Ùdó que coisa Ákpán comprou
	“(Lit.: Ìmē perguntou a Ùdó se Ákpán comprou que coisa?)”

<sup>1</sup> Abreviaturas: As abreviaturas usadas neste trabalho seguem Comrie, Haspelmath & Bickel (2003). [ASPEC] – Aspecto; [COMP] – Complementizador; [CP] – Sintagma Complementizador; [FUT I] – Futuro I; [FP] – Sintagma Foco; [FinP] – Sintagma de Finitude; [ForcP] – Sintagma de Força; [IP] – Sintagma Flexional; [NP] – Sintagma Nominal; [POSS] – Possessivo; [PROX] – Próximo; [PST II] – Passado II; [Q] – Marcador de Pergunta; [RM] – “Remnant Movement”; [SA] – Concordância com o Sujeito; [TP] – Sintagma Tópico; [1/2/3s] – 1<sup>a</sup>/2<sup>a</sup>/3<sup>a</sup> pessoa do singular; [+FOCO] – Marcador de Foco.

<sup>2</sup> Três observações são necessárias acerca dos dados: (i) eles são inseridos duas vezes em cada exemplo. Na segunda linha, há um espaçamento de cada morfema, a fim de que as glosas correspondentes, na terceira linha, fiquem alinhadas com seus respectivos morfemas; (ii) Nas glosas, as palavras com letras maiúsculas expressam itens lexicais que são traduzidos em português por mais de uma palavra; (iii) os dados estão de acordo com a ortografia proposta para esta língua – cf. Essien (1983). Ibibio é uma língua tonal: (i) possui três tons contrastivos (tons de nível): / ' alto, / ` baixo, / /' alto 'downstepped' (abaixado)'; (ii) dois tons de contorno: / ^ alto-baixo; / ^ baixo-alto (cf. URUA, 2000, p. 55-65). Os tons de contorno são combinações de tons de nível, logo são fonéticos e não fonológicos (cf. URUA, 2002, p. 124-5).

## 2.1 IBIBIO: UMA LÍNGUA WH IN-SITU

A Teoria de Tipo Oracional (daqui em diante, TTO), proposta por Cheng (1991), apresenta distinções tipológicas entre as línguas, relacionadas ao movimento WH. Segundo Cheng, as línguas podem ser: (i) línguas in-situ (línguas de partícula de interrogação); (ii) línguas de movimento sintático WH.

### Características de línguas in-situ de acordo com a TTO:

- (i) línguas in-situ exibem WHPs que podem ocorrer em suas posições de sujeito e objeto (ou em posições não-argumentais) na ordem básica da língua;
- (ii) essas línguas exibem partículas interrogativas ou um morfema específico que marca perguntas WH e perguntas sim/não;
- (iii) essas línguas exibem palavras ambíguas que podem ter as seguintes interpretações: (a) pronomes indefinidos, (b) quantificadores (universal e existencial). No entanto, algumas delas exibem palavras distintas para expressarem perguntas WH, pronomes indefinidos e quantificadores;
- (iv) línguas in-situ podem mostrar partículas interrogativas na posição de complementizadores.

Ibibio apresenta WHPs ocorrendo em suas posições argumentais de sujeito e objeto na ordem básica da língua: SVO – ver, acima, característica (i) de línguas in-situ. Na sentença (4), apresenta-se uma sentença com WHP na posição de objeto:

(4)	Èkà	mò	á-	ø-	ba	mò?
	Èkà	mò	á-	ø-	ba	mò?
	mãe	2SG.POSS	3SG.SA-	ASPECT <sub>[+FOCO]</sub> -	ESTAR EM ALGUM LUGAR	onde?
	“Sua mãe está onde?”					

A língua ibibio também atesta partículas interrogativas ou morfemas específicos que marcam perguntas WH – ver, acima, característica (ii) de línguas in-situ. Abaixo, apresenta-se o exemplo (1), renumerado:

- (5) *Nták à- ø- díé -hé mfi n -nê ?*  
*Nták à- ø- díé -hé mfi n -nê ?*  
 Reason/ why 2SG.SA- ASPEC<sub>[+FOC]</sub>- come -WHQ (?) today-WHQ  
 “Why do you come today?”

A comparação da sentença (5) com a sentença (6) abaixo demonstra que a língua ibibio exibe a característica (iii) de línguas in-situ, ou seja, possui palavras ambíguas:

- (6) *N-ya'-kă (ke) nták mfo<sup>3</sup>*  
*N- ya- kă (ke) nták mfo*  
 1SG.SA- FUT I PROX - ir (FOCO?) razão 2SPOSS  
 “Eu irei em seu lugar” (lit.: “Eu irei por razão sua”)

A palavra **nták** “razão” (5) /“por quê?” (6) é uma palavra polar em ibibio. Se **nták** é inserida em uma sentença com partícula(s) WH – como em (5) –, ela recebe a interpretação WH “por quê?”. Se **nták** é inserida em uma sentença sem partícula WH – como em (6) –, ela recebe a interpretação de NP “razão”.

O dado (3) demonstra que ibibio apresenta a característica (iv) de línguas in-situ (ver página anterior): a presença de partícula interrogativa agindo como complementizador (COMP). Abaixo, apresenta-se outro exemplo:

- (7) *Kpóñké e-ke-!bí p É!mèdiõñ [ mmé èka ñnyi n á- ø- kâ ùké ]?*  
*Kpóñké e- ke- !bí p É!mèdiõñ*  
*Kpóñké 3SG.SA- PSTII<sub>[+FOC]</sub>- perguntar É!mèdiõñ*  
*[ mmé èka ñnyi n á- ø- kâ ùké ]*  
 [ COMP/ Q mãe 3PL.POSS 3SG.SA- ASPEC<sub>[+FOC]</sub>- ir onde? ]  
 “Kpóñké perguntou a É!mèdiõñ onde sua mãe vai/foi”  
 (lit.: “Kpóñké perguntou a É!mèdiõñ se sua mãe vai/foi onde?”)

Nos exemplos (3) e (7), verifica-se a partícula de pergunta **mmé** agindo como COMP. Cheng (1991) argumenta que a presença de uma partícula WH/Q no sintagma complementizador (CP) desobriga o movimento de

<sup>3</sup> Kaufman (1972, p. 322); a glosa é minha. A transcrição fonética do dado foi modificada por uma transcrição fonológica.

um WHP, permitindo, e forçando, WH-in-situ por causa do Princípio de Economia.

Os dados apresentados acima atestam que ibibio reparte as principais características de uma língua WH in-situ. No entanto, antes de afirmar que essa é realmente uma língua sem movimento WH, há ainda um importante fato a ser dito: ibibio permite que WHPs sejam movidos para a periferia esquerda da sentença.

### 2.1.1 Aparente Contra-Exemplo à Proposta de Ibibio Ser uma Língua WH In-Situ

Ibibio permite WHPs na periferia esquerda da sentença, aparentando um movimento sintático WH. Abaixo, compare a sentença (4), renumerada, com a sentença (9):

- (8) Èkà m̄fò á-ø-bá m̄m̄o?  
 mae 2SG.POSS 3SG.SA- ASPEC<sub>[+FOCO]</sub>- ESTAR EM UM LUGAR onde?  
 “Sua mãe está onde?”
- (9) M̄m̄o ké èkà m̄fò á-ø-bá?  
 onde FOC mãe 2SG.POSS 3SG.SA-ASPEC<sub>[+FOC]</sub>- ESTAR EM UM LUGAR  
 “Onde que sua mãe foi?”

O dado (9) mostra o WHP **m̄m̄o** “onde?” na periferia esquerda da sentença, seguido pela partícula **ké**.

O principal aspecto acerca WHPs, defendido na literatura, é que estes sintagmas comportam-se como quantificadores e sofrem movimento sintático. No entanto, algumas línguas atestam um aparente movimento opcional de WHPs como o que se vê em (8)-(9) em ibibio (cf. ainda OLIVEIRA, 2000), permitindo que se levante a seguinte questão: *essas línguas exibem “movimento opcional”?* De acordo com a TTO de Cheng (1991) – baseada no Princípio de Economia da Derivação – não existem línguas com “movimento opcional”. Como já dito, a TTO prevê apenas dois tipos de línguas: (i) línguas com movimento WH e (ii) línguas WH-in-situ.

Oliveira (2005) afirma que o movimento de WHPs para a periferia esquerda das sentenças em ibibio – como em (9) – não pode ser descrito como movimento WH.

## 2.2 WHPs NA PERIFERIA ESQUERDA DE SENTENÇAS EM IBIBIO

Oliveira (2005) afirma que WHPs na periferia esquerda de sentenças em ibibio não podem ser descritos como casos de movimento WH. Observe o dado (9), renumerado:

- (10) a. Mmoó ké èka mfo á-ø-bá ?  
           Mmoó    ke    èka    mfo        á-       ø-              ba?  
           onde    FOC    mãe    2SG.POSS    3SG.SA-ASPEC<sub>[+FOC]</sub>- ESTAR EM UM LUGAR  
           “Onde que sua mãe foi?”  
  b. [ForceP [TopP [FocP mmoó i [FocPº ké [TopP [FinP [TP èka mfo [VP á-ø-bá t<sub>i</sub>]]]]]]]]

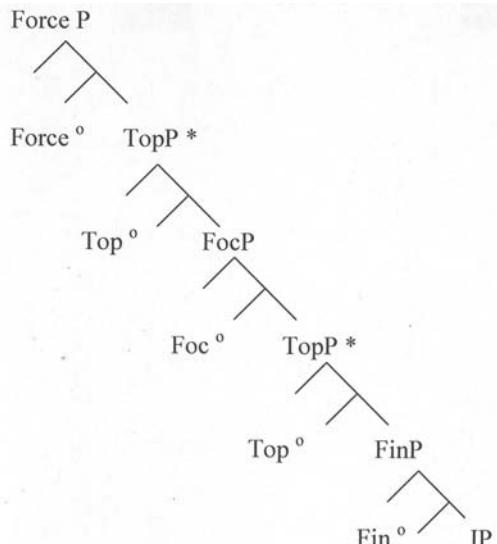
Oliveira (2005), seguindo Cheng (1991), propõe que WHPs na periferia esquerda da sentença em ibibio – como em (10) – comportam-se de forma semelhante a línguas como, por exemplo, o árabe egípcio: WH movidos formam sentenças do tipo “clivadas”. Em (10b), observa-se a proposta de Oliveira (2005): elementos WHPs em ibibio movem-se para a periferia esquerda da sentença a fim de checarem o traço de foco. O exemplo (10) mostra ainda que quando WHPs são movidos, eles são seguidos obrigatoriamente por uma partícula **ké**.<sup>4</sup> Esta partícula é interpretada como o núcleo do sintagma foco (FP), localizada no CP cindido – cf. Rizzi (1997).

Rizzi (1997) é um trabalho importante na Teoria de Princípios e Parâmetros. O autor propõe que a área externa da sentença (o sintagma flexional – daqui em diante, IP), tradicionalmente chamada de sintagma complementizador (daqui em diante, CP), é um espaço muito mais rico e articulado do que aquele que se vinha assumindo anteriormente na teoria. Segundo Rizzi, várias posições passam a dividir o núcleo explodido de C, que passa a ser equipado por dois subsistemas: (1) Sintagma de Força (ForceP) e Sintagma de Finitude (FinP); (2) Sintagma Tópico (TP) e Sintagma Foco (FP). O primeiro subsistema conecta a estrutura superior com a inferior, respondendo pelos tipos sentenciais, como interrogação, por exemplo, – ForceP – e proporcionando distinções como modo, concordância, etc. – FinP –; o segundo subsistema codifica informações do tipo comentário (tópico) e pressuposição (foco). Este subsistema, formado por Top/ FocP, é o espaço

<sup>4</sup> É interessante notar a existência desta partícula também em perguntas WH movidas no português do Brasil (PB) – ver a tradução livre da sentença (10a) “onde que ...”. M. E. Duarte (1992) e Lopes-Rossi (1993) observaram que essas perguntas WH com o complementizador “que” começaram a ser atestadas no Brasil no século XX. Kato e Raposo (1996) propõem que a forma “WH movido + que” em PB é resultado do apagamento da cópula não marcada “WH + é que”.

estrutural que aloja constituintes com funções independentes de restrições selecionais como as existentes no subsistema ForceP/ FinP. Tópico e foco só estão presentes se requeridos, logo, se forem ativados, encontram-se “ensandichados” entre ForceP e FinP.

Abaixo, apresenta-se a estrutura do CP cindido, proposta por Rizzi:<sup>5</sup>



O dado (10) e todos os anteriores mostram ainda que a língua ibibio exibe, em perguntas WH, o fenômeno chamado de “foco auxiliar” pela literatura – cf. Hyman e Watters (1984). A morfologia verbal interage com foco nessa língua por meio de alomorfos específicos, que na glosa são expressos por passado do tipo II (PST II) e Aspecto <sub>[FOCO]</sub> (ASPEC<sub>[+FOC]</sub>).

Nas seções acima, apresentou-se que: (i) WHPs em ibibio checam o traço “WH in-situ”; (ii) WHPs movidos para a periferia esquerda da sentença checam o traço “foco”. No entanto, existem ainda um conjunto de dados em ibibio que precisam ser analisados. Trata-se de WHPs no final da sentença, precedidos pela partícula **ké**.

### 2.2.1 WHPs no Final da Sentença Precedidos pela Partícula **ké**

Há um conjunto de dados em ibibio que apresentam WHPs no final da sentença, precedidos pela partícula **ké**, como se vê a seguir:

<sup>5</sup> Rizzi (1997, p. 335; 41).

Oliveira (2005, cap. 5) argumenta que WHPs no final da sentença – como em (11) – têm um comportamento sintático diferente dos outros WHPs analisados anteriormente. Segundo Oliveira, WHPs no final da sentença, precedidos pela partícula *ké*, não se encontram em uma posição argumental da sentença em ibibio. Um fato interessante atestado pela autora é que esses WHPs não podem ser movidos livremente para a periferia esquerda da sentença, como outros WHPs em posição argumental.<sup>6</sup> Observe o exemplo abaixo em (12):



em que o WHP **m̄m̄ò̄**, precedido por **ké**, se movido para a periferia esquerda da sentença, torna a sentença agramatical.

A fim de evitar que o WHP em (11) seja interpretado como um sintagma que checa foco na periferia direita – no sentido de Kayne (1994) –, postula-se “Remnant Movement” – daqui em diante, RM – para WHPs em ibibio nessa posição: ao final de sentença e precedidos por *ké*.

RM foi originalmente proposto por Thiersch (1985) e Besten e Webelbuth (1987; 1990) a fim de explicar a topicalização de sintagmas verbais incompletos (VPs). Recentemente, tem sido sugerido – mais notadamente por Kayne (1998) – que RM pode ser estendido para muitos outros domínios. Um exemplo é Poletto e Pollock (2000), que propõem RM a fim de evita-

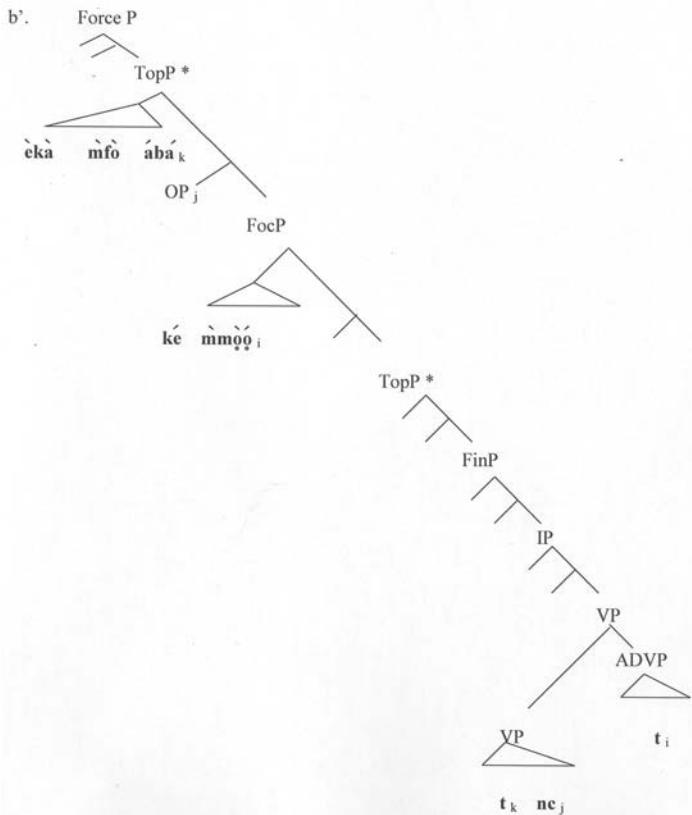
<sup>6</sup> A autora agradece a Escor Udosen (em comunicação pessoal) por ter chamado sua atenção para um contexto em que WHPs, no final da sentença e precedidos por *ké*, podem ser movidos. Esse contexto será analisado por Oliveira (em preparação): “Leituras de foco em sintagmas movidos em *ibibio*.”

rem que WHPs em línguas românicas sejam interpretados como elementos que checam foco na periferia direita (segundo KAYNE, 1994).

Observe o esquema de RM abaixo do WHP **m̄m̄ō** precedido por **ké** na sentença (11):

- (i) a. [Z ... tX.....] ....X.....tZ  
     b. [z Èkà mòfò a-ø-bá [x ké mmòo]]

A hipótese RM afirma que é uma ilusão assumir que a categoria X [ké m̄m̄q̄] em (i) esteja situada no limite da periferia direita da sentença. Esta ilusão é causada pelo movimento de X, que se deu em uma etapa posterior ao de Z. Em outras palavras: o movimento ocorreu em duas etapas: (1<sup>a</sup>) a categoria Z (**Èkà m̄fò ábá** “sua mãe está”), formada pelo VP e seu argumento, é movida, deixando uma outra parte – X – que é adjunto – o resíduo ou o remanescente –; (2<sup>a</sup>) em um outro momento da derivação, X (o remanescente) é também movido. Observe a sentença (11), renumerada, e seu diagrama, demonstrando RM:



### 3 ANÁLISE DE PERGUNTAS WH EM IBIBIO: EVIDÊNCIA PARA TIPOS DE FOCO NA LÍNGUA

Na seção 2, mostrou-se que WHPs em ibibio ocorrem em três posições diferentes, como se vêem em (8), (9) e (11), renumerados como (14), (15) e (16) respectivamente:

- (14) Èka mfo á-ø-bá mmóq?  
 Èka mfo á- ø- bá mmóq?  
 mãe 2SG.POSS 3SG.SA- ASPEC<sub>[+FOCO]</sub>- ESTAR EM UM LUGAR onde?  
 “Sua mãe está onde?”

- (15) Mm̄oó ké èka m̄f̄o á-ø-bá ?  
 Mm̄oó    keé    èka    m̄f̄o              á-         ø-              bá?  
 onde      FOC    mãe    2SG.POSS    3SG.SA-ASPEC<sub>[+FOC]</sub>- ESTAR EM UM LUGAR  
 “Onde que sua mãe foi?”

(16) Èka m̄f̄o á-ø-bá    ké mm̄oó ?  
 Èka    m̄f̄o              á-         ø-              bá                              ké  
 mãe    2SG.POSS    3SG.SA- ASPEC<sub>[+FOC]</sub>- ESTAR EM ALGUM LUGAR PART<sub>[+FOC]</sub>  
 mm̄oó ?  
 onde?  
 “Sua mãe está onde?”

Nas seções acima, ratificou-se a proposta de Oliveira (2005): (i) a variação na ordem de WHPs se dá por questões de checagem de foco; (ii) perguntas WH em ibibio exibem um conjunto de alomorfes de tempo e aspecto, relacionados a foco – ver dados (3) com o alomorfe de tempo; dados (14)-(16) com alomorfe de aspecto.

Apesar de o foco e sua tipologia em ibibio estarem fora do escopo deste trabalho, é necessário chamar a atenção do leitor para a relação gramatical que perguntas WH em ibibio têm com recursos de foco. Propõe-se aqui que perguntas WH em ibibio expressam “status pragmático” no sentido de Payne (1997, p. 262, traduzido):

... as línguas expressam uma vasta escala de status pragmáticos por meio de recursos morfossintáticos. Alguns desses recursos são comumente referidos como “foco” ou recursos de “ênfase”. (...) Estes são provavelmente os termos mais mal empregados e usados de forma mais abusiva na lingüística. Ao contrário, nós usaremos o termo não técnico “status pragmático”.

Até o presente estudo, não é bem entendido o “status pragmático” que as diferentes ordens de WHPs (atestadas em dados como (14)-(16) acima) em ibibio apresentam. Logo, é importante que se investigue o “sistema de foco” nessa língua que provavelmente utiliza recursos como ordem, partículas e uma morfologia especial para expressar foco e sua tipologia.

Se o escopo do foco em uma sentença em ibibio estiver sobre um de seus constituintes – um elemento WH, por exemplo –, esse constituinte pode apresentar um dos seguintes tipos de foco atestados na literatura: (i)

foco de informação, (ii) foco contrastivo, (iii) foco exaustivo – cf. Mioto, 2003, p. 5.<sup>7</sup>

É necessário, ainda, investigar o uso de uma morfologia especializada em ibibio que expressa “nuanças pragmáticas”. Em aghen, por exemplo, há uma forma especial de verbo auxiliar que é usada em sentenças que expressam “foco de valor de verdade” no aspecto perfectivo – cf. Watters (1979). Não seria esse o caso dos alomorfes de tempo e aspecto presentes em sentenças como as vistas acima neste trabalho?<sup>8</sup> Abaixo, insere-se novamente o dado (14), renumerado, demonstrando o alomorfe de aspecto [+FOCO]:

- (17) Èkà mìfò á-ø-bá mìmòq?  
 Èkà mìfò á- ø- ba mìmòq?  
 mãe 2SG.POSS 3SG.SA- ASPEC<sub>[+FOCO]</sub>- ESTAR EM UM LUGAR onde?  
 “Sua mãe está onde?”

A hipótese, a ser investigada em pesquisas futuras, é que a alomorfia verbal obrigatória presente em perguntas WH em ibibio, como ASPEC<sub>[+FOCO]</sub>- em (17), expressa “foco valor de verdade” da sentença com sintagmas WHs em ibibio.

## CONCLUSÃO

Neste trabalho, apresentaram-se evidências para tipos de foco em ibibio através do estudo de WHPs, apontados por Oliveira (2005). Com respeito à parametrização das línguas, relacionada ao movimento WH, o exame de WHPs em ibibio levou Oliveira (2005) a concluir que WHPs nessa língua checam o traço WH in-situ. O exame de WHPs também atesta o movimento desses sintagmas para a periferia esquerda da sentença, mas este movimento não pode ser descrito como “movimento WH”; ele se dá por motivos de checagem do traço de foco. Os dados em ibibio demonstram ainda que, quando um WHPs move-se para a periferia esquerda da senten-

<sup>7</sup> Tomando os traços [contrastividade] e [exaustividade], analisados por Zubizarreta (1997) e Kiss (1998), Mioto (2003, p. 5) organiza um quadro que resume a tipologia de foco possível nas línguas.

<sup>8</sup> Aghen é uma língua falada em Camarões, uma região geograficamente próxima à área do povo ibibio, que se situa no sudeste da Nigéria.

ça, ele é seguido obrigatoriamente por uma partícula **ké**, interpretada como o núcleo do sintagma FP no CP cíndido. No entanto, existem ainda um conjunto de dados em ibibio que apresentam WHPs no final da sentença, precedidos da partícula **ké**. A fim de se evitar que WHPs nessa posição sejam interpretados como sintagmas que checam foco na periferia direita, postulou-se RM para WHPs nessa posição.

As diferenças sintáticas vistas em movimentos de elementos WH em ibibio, bem como a obrigatoriedade de uma morfologia verbal especial, relacionada a foco em qualquer sentença do tipo interrogativa WH nessa língua, apresentam evidências para diferentes tipos de foco. A tipologia de foco está fora do alcance deste trabalho, que aponta para a necessidade de pesquisas futuras nesta área da língua ibibio.

## RESUMO

Este trabalho apresenta evidências para diferentes posições de foco em ibibio por meio do estudo de sintagmas WH – WHP – nesta língua, realizados por Oliveira (2005). O exame de WHPs em ibibio, realizado por meio da parametrização das línguas com relação ao “movimento WH” – Cheng (1991) –, nos leva à conclusão de que esses sintagmas estão *in situ*, embora ocorra movimento de WHPs para a periferia esquerda da sentença. O estudo ratifica, no entanto, que o movimento desses sintagmas para a periferia esquerda não pode ser descrito como “movimento WH”. A proposta é que este movimento se dê a fim de checagem de foco. Elementos WHPs movidos para a periferia esquerda são seguidos de partícula **ké**, que é interpretada como o núcleo do sintagma foco – FP –, integrante do sistema sintagma complementizador (CP) – cf. Rizzi (1997). Apresentam-se, ainda, a existência de dados com WHPs no final da sentença, precedidos de partícula de foco **ké**. A fim de se evitar que estes WHPs sejam interpretados como checando foco na periferia direita da sentença – em concordância com Kayne (1994) –, postula-se “*remnant movement*” desses sintagmas nessa posição. As diferentes posições sintáticas de WHPs em ibibio evidenciam diferentes tipos de foco nessa língua; perguntas do tipo WH em ibibio exibem ainda uma morfologia verbal especial. Embora a tipologia de foco não faça parte do escopo deste trabalho, aponta-se para a necessidade de se empreenderem estudos nesta área da língua.

Palavras-chave: *língua ibibio; sintagmas WH; foco*.

## ABSTRACT

This paper presents evidences to focus positions in Ibibio through the study of WH phrases –WHP – on this language, pointed by Oliveira (2005). According to the parameterization of languages regarding the “WH movement” – cf. Cheng (1991) –, the examination of WHP in Ibibio leads to the conclusion that they are “WH in situ”. The investigation of the WHP in Ibibio also demonstrates the movement of those phrases to the left periphery of the sentences, but this movement cannot be properly described as “WH movement”; instead, this movement is due for focus checking. It is shown that when the WHP moves to the left periphery of the sentence it is followed necessarily by the *ké* particle, interpreted as being in the core of FP in the “split CP” (RIZZI, 1997). Nevertheless, there is a set of data that presents WHP at the end of the sentences preceded by *ké* focus particle. In order to avoid that the WHP in this position be interpreted as focus checking on the right periphery – in the sense of Kayne (1994) –, it is postulated “remnant movement” to the WHP in this position.

The syntactic differences seen in WHP position in Ibibio can be evidence to different types of focus in this language; Ibibio sentences with WHP also exhibit a special verbal morphology. Although types of focus in Ibibio are not in the scope of this paper, the importance of studies in this area of the language is shown.

**Key-words:** *Ibibio language; WH phrases; focus.*

## REFERÊNCIAS

- BESTEN, H. den; WEBELBUTH, G. *Remnant topicalization and the constituent structure of VP in the Germanic SOV languages*. Paper, presented at the X. GLOW Colloquium, Venice, 1987.
- \_\_\_\_\_. Stranding. In: GREWENDORF, G.; STERNEFELD, W. (Eds.). *Scrambling and barriers*. Amsterdam: Benjamins, 1990. p. 77-92.
- CHENG, L. L. S. *On the typology of WH-questions*. Amherst, 1991. Dissertation (PhD) - University of Massachusetts.
- COMRIE, B.; HASPELMATH, M.; BICKEL, B. *The Leipzig glossing rules: conventions for Interlinear morpheme-by-morpheme glosses*. Disponível em: <<http://www.eva.mpg.de/lingua/files/morpheme.html>> Acesso em: 17 May 2006.
- DUARTE, M. E. A perda da ordem V(erbo) S(ujeito) em interrogativas qu- no português do Brasil. *Delta*, n. especial, p. 37-52.
- ESSIEN, O. E. *The orthography of Ibibio language*. Nigeria: Ibibio Language Panel, 1983.

- HASPELMATH, M. *Indefinite pronouns*. Oxford studies in typology and linguistic theory. Oxford: Oxford University Press, 1977.
- HYMAN, L. M.; WATTERS, Jr. Auxiliary focus. *Studies in African linguistics*, v. 15, p. 233-273, 1984.
- KATO, M.; RAPOSO, E. European and Brazilian Portuguese word order: questions, focus and topic constructions. In: PARODI, C. et al. (Eds.). *Aspects of romance linguistics*. Washington: Georgetown University Press, 1996. Selected papers from the LSRL XXVI. p. 267-278.
- KAUFMAN, E. *Ibibio dictionary*. Uyo, Nigeria: African Studies Centre, Leiden in collaboration with University of Cross River State, 1972.
- KAYNE, R. *The antisymmetry of syntax*. Cambridge, MA: MIT Press, 1994.
- \_\_\_\_\_. Overt and covert movement. *Syntax*, v. 1, n. 2, p. 128-191, 1998.
- KISS, K. Identificacional focus versus information focus. *Language*, v. 74, n. 2, p. 245-273, 1998.
- LOPES-ROSSI, M. A. Estudo diacrônico sobre as interrogativas do português do Brasil. In: ROBERTX, Ian; KATO, Mary A. (Eds.). *Português brasileiro: uma viagem diacrônica*. Campinas: Editora da Unicamp, 1993. p. 307-342.
- MIOTO, C. Focalização e quantificação. *Revista Letras*, Curitiba, n. 61, p. 169-189, 2003.
- OLIVEIRA, M. S. D. *Periferia à esquerda em Ibibio: um estudo preliminar*. Paper presented at GEL – Grupo de Estudos Lingüísticos do Estado de São Paulo, Assis, 2000.
- \_\_\_\_\_. *Perguntas de constituinte em Ibibio e a teoria de tipo oracional: aspectos da periferia à esquerda com ênfase em foco*. Muenchen: LINCOM, 2005. Studies in African Linguistics, 65.
- POLETTI, C.; POLLOCK, J-Y. *On the left periphery of some Romance WH-question*, 2000. Unpublished manuscript.
- RIZZI, L. The fine structure of left periphery. In: HAEGEMAN, L. (Ed.). *Elements of grammar*. Dordrecht: Kluwer, 1997. p. 281-337.
- THIERSCH, C. *VP and scrambling in the German*. Mittelfeld: Ms. University of Tilburg, 1985.
- URUA, E. E. *Ibibio phonetics and phonology*. Cape Town: Centre for Advanced Studies of African Society, 2000.
- WILLIAMSON, K.; BLENNCH, R. Niger-Congo. In: HEINE, B.; NURSE, D. (Eds.). *African languages: an introduction*. Cambridge: Cambridge University Press, 2000. p. 11-42.
- ZUBIZARRETA, M. L. *Prosody, focus and word order*. University of Southern California, Department of Linguistics, Los Angeles, CA., 1997. Unpublished manuscript.

# ON THE SEMANTICS AND PRAGMATICS OF PRESENT TENSES\*

*Sobre a Semântica e a Pragmática  
dos Tempos no Presente*

Cláudio C. C. Gonçalves\*\*

## INTRODUCTION

The semantics of tense and aspect has enjoyed ever growing attention since the 1970's. Nevertheless, a principled, comprehensive account of the interpretation of the present tense of European languages, such as the examples given in (1) is still presents challenges.

- (1) a. O João nada. (Portuguese)
- b. Juan nada. (Spanish)
- c. Jean nage. (French)
- d. Gianni nuota. (Italian)
- e. Johan schwimmt (German)
- f. John swims. (English)

\* For helpful comments and discussions on these deviant ideas I would like to thank the Werner Abraham, Karina Molsing, Roberta Pires de Oliveira, Luiz Arthur Pagani, Paul Pietroski, Luisândro Mendes Souza. None of which are to be held liable for any of which follows. Also the public at the the 2005 WLT USP, at the 2005 GEL where I presented part of this material and the Revista Letras referees.

\*\* Doutorando, UFSC.

Ignoring for the while effects that arise if we change *swim* in (1) for verbs of different *Aktionsarten*, present simple verbs alternate at least these values in the languages listed in (1):

- They are interpretable as sentences describing habits.<sup>1</sup> Or, in the case where the subject is a bare noun as in *fish swim*, a generic. In languages as German and French the simple present form can also be interpreted as a progressive, whereby (1 c) or (1 e) may be interpreted as reporting a fact which is going on concomitant to the utterance of the sentence. The conditions for the availability of that reading are not the same in the two languages, but for now what matters is acknowledging the possibility.
- A futurate reading is available for simple present cross-linguistically, although its conditions vary from language to language.
- Somewhat more restricted in frequency, but still universally available throughout natural languages, are what I call here the narrative uses of simple present. They can be divided into two sorts best known as *sportscaster style* and *historical present*. The *sportscaster style* narrates a sequence of events each one roughly concomitant to the time of utterance of the sentence which reports it. The *historical present* narrates a sequence of events in the past.

With so many readings available, the challenge is to know their nature and to propose a semantics for the simple present that at least remains compatible with the phenomena listed above. And also, to give an account of how they arise cross-linguistically in an empirically interesting way. In what follows I will venture a hypothesis for treating simple presents non-reportively. It will focus on attributing a semantic representation for present which is compatible with habituality, and on proposing a semantics-pragmatics interface that accounts for how that value and the reportive sportscaster values arise. The historical present and the futurate values will not be taken up. Also, the main focus will be in Portuguese and English, with only occasional notes about the other languages. I assume the core issues are the same for all these languages, but for reasons of space will not deal with the issues here.

<sup>1</sup> A note of caution about terminology. I will not attempt to be fully precise about terms such as habitual, generic, dispositional and their exact relation with neighbouring concepts such as perfectivity and imperfectivity. I hope to have used them intuitively, clearly and coherently enough throughout.

The paper is divided as follows. Section 1 has an overview of treatment of present simple with reportive definitions within approaches which stemmed from Montague Semantics in the 70's, especially DRT. Notice that although DRT will be used as a representational format here, that does not imply much about the hypotheses that will be defended. The issues we will be interested are assumed throughout the literature. Sections 2 and 3 propose a non-reportive characterisation of the semantics of present simples, as a means of avoiding the problems that arise from using the ontology of eventualities to characterise simple present tenses. By the end of section 3 we will have DRSs for sentences with present simples which are compatible with reportive or non-reportive readings, thus in section 4 it will be argued that Gricean principles as explored by Blutner (2000) can account for how those readings arise.

## THE SEMANTICS OF PRESENT SIMPLE IN FORMAL SEMANTICS

Despite the ambiguity noted above, the semantics of present simple tenses is standardly defined reportively, i.e. saying that the eventuality is true at the utterance time, as can be seen from Bennet and Partee (1978). Thus, the sentence *John swims* is seen as true if at the utterance time it is true that John swims. That means that the semantics of simple present is something like the sportscaster style, which is a highly marked kind of use. The more common non-reportive reading is arrived at by semantic operations over the artificial reportive meaning considered to be the default (even in terms of language acquisition). Another key ingredient in the analysis of the temporal-aspectual property of tenses is assuming events, following the seminal Davidson (1967) and developments such as Bach (1986). With that move come the following two ontological assumptions about the relation of types of eventualities and their relations with time intervals: (i) events are included in the time in which they are claimed to hold; (ii) states overflow the time for which they are claimed to hold.

In a DRS representation the relation between events and time intervals appears as the condition  $[e \subseteq t]$ . The condition for states appears as  $[t \subseteq s]$ . These are independent from the tense of the verb. Observe their results when interacting with tense: to the left of the arrows, the conditions that a sentence in the past, future or present tense contributes to the DRS it embeds in. To the right of the arrow we see some necessary consequences of those conditions.

- (2) a. **past**:  $[t < n, e \subseteq t] \Rightarrow e < n$ .
- b. **future**:  $[t > n, e \subseteq t] \Rightarrow e > n$ .
- c. **present**:  $[t = n, e \subseteq t] \Rightarrow *e \subseteq n$ .
- d. **present**:  $[t = n, t \subseteq s] \Rightarrow n \subseteq s$ .

The consequences for past and future are uncontroversial enough. Not so for the present, there is a problem in (2 c). The consequence  $e \subseteq n$  follows from the reportive tense definition  $[t = n]$  and the assumption that events are included in their location time  $[e \subseteq t]$ . According to this, if an utterance of *John swims* is to be truthful, the described eventuality of John's swimming has to occur completely within the time of the utterance. In other words,  $[t = n, e \subseteq t]$  gives that the meaning of simple present is the sports-caster style. Since an  $[e \subseteq n]$  reading of *John swims* is very far from the intuitive reading of that sentence, it needs to be banned.

As R, R & K (2005, p. 57) point out that ban is not without its motivation. In the background of all that has been said so far lies an assumption of temporal staticity of discourse: it is assumed that nothing of importance to a discourse changes while it is in progress. But after banning  $*[e \subseteq n]$ , what will we substitute it with? Using the motivation just mentioned K&R (1993, p. 536) correctly claim that we want to interpret simple present according to principle (3):

- (3) The eventuality described by a present tense sentence must properly include the utterance time.

The principle (3) amounts to saying that we want simple present to introduce a condition  $[n \subseteq e]$  in the DRS. There are two important consequences. First, the present tense will be predicted to have stative properties, since the eventualities it denotes overflow the time for which they are claimed, just as states do. Second, since the reportive view ( $[t = n]$ ) and the ontological assumption on the relation between events and temporal intervals ( $[e \subseteq n]$ ) don't add up to the condition  $[n \subseteq e]$ , we must posit that the interpretation of simple present with event verbs is arrived at by the interference of some other factor, i.e., a silent operator. The approach here aims at dispensing with those operators by giving present simple tense a non-reportive definition.

## TOWARDS A NON-REPORTIVE DEFINITION OF SIMPLE PRESENT

The previous section showed that the reportive view of verb tenses and the ontological commitment concerning the existence of states and events and their relation with time intervals are cornerstones of the standard analysis of the temporal-aspectual properties of verbs in natural languages.

This section will propose an underspecification view of the semantics of verbs, where they are analysed as non-reportive. Their semantic content will be characterised without appeal to the  $[e \subseteq t]$  and  $[t \subseteq s]$  conditions for events and states, respectively. Note, however, that the ontological commitment in those conditions will not be questioned, it simply will not be used.

The first step is to capture the conditions in which simple present sentences felicitously introduce an eventuality into the conversational background. The notion of background brings us close to the notion of presupposition. That is the desired effect. The treatment that comes out from using the conversational background to characterise present tenses is consonant to that spirit, as I will show in the next sections. What we want to find using the common background is some regularity in the felicity conditions of present tense sentences when used with its most natural meaning, the non-reportive. Is that possible?

In fact there is a regularity concerning that which is already quite well-known (see, for example, Smith, 1991), (i) activity and state verbs in the simple present are felicitous when interpreted non-reportively; (ii) while accomplishment and achievement verbs in the simple present are infelicitous when interpreted non-reportively.

We can see that by constituting a scenario where interlocutors A and B are talking about Fred. Suppose interlocutor A knows only that Fred is a male adult who is a friend of B's. Whereas B knows many things about Fred, just as he knows that his interlocutor A does not know those things. We want to verify that in an exchange of the type (4), a sentence X can felicitously instantiate a property to Fred considering A's minimal background.

- (4) A: Me fala do João. /Tell me something about John.

B: X

- (5) a. O João fuma / John smokes. (*activity*)

- b. ? O João alcança o cume do Aconcágua. / John reaches the peak of the Aconcagua. (*achievement*)

- c. ? O João descobre a América. /? John discovers America.  
(achievement)
- d. ? O João constrói uma casa. / ? John builds a house.  
(accomplishment)
- e. ? O João come a maçã. / ? John eats the apple. (accomplishment)
- f. O João detesta a Maria. / John hates Mary. (state)
- g. O João mora na Índia. / John lives in India. (state)

The result of this test, which is no news, can be seen in (5) for Brazilian Portuguese and English. States and Activities are felicitous in the nonreportive interpretation of simple present sentences. Accomplishments and achievements aren't.

Notice that the results are identical for English and for Brazilian Portuguese. It seems that they could be extended to Spanish and Italian. And to French and German as well if we are careful enough to exclude the progressive interpretation as will be mentioned in the next section.

Recall that the point of testing the felicity conditions of present tense sentences was to arrive at a principle of interpretation of present tense sentences without relying on the assumptions about the relation of eventualities to the time in which they happen/hold. Thus using the sentences of (5) in the context of (4) gives us the well-known fact that states and activities are felicitous in the non-reportive present tense, while accomplishments and achievements are not.

As we saw in (5), felicitous simple present sentences have verbs that are either activities, or states in their *Aktionsart*. Accomplishments are also acceptable if read as non-telic, but in such cases they are reputed to be activities semantically. So we can say that felicitous simple present sentences denote an eventuality which overflows the utterance time.

#### AKTIONSARTEN CHARACTERISED AS (ABSENCE OF) CULMINATION POINT

I will argue now that with that we can characterise the regularity discussed in the previous section by using the *Aktionsarten* to motivate the interpretation principle (3). And that if we analyse the *Aktionsarten* in the

terms of the conceptual structure of eventualites proposed by Moens e Steedman (1987, p. 4), we can use the notion of change to interpret present tenses. Using the notion of change is what will permit us to avoid the use of event or state in the characterisation.

Moens e Steedman proposed that events have the structure depicted in (6), where CP is the culmination point of the process, i.e., where the process reaches its result.



The only ontological assumption the nucleus structure requires us to bring into the characterisation is a notion of change. It can be characterised as the point where change occurs: the culmination, where that action ceases and the result of the event obtains.

With (6), the *Aktionsarten* can be characterised in terms of having or not a CP and a preparatory process, as shown schematically in (7) (where x, y z are variables for sub-intervals such that x is earlier than y and z is earlier than z).

- (8) a. states : [ $\neg\text{PREP\_PROC}(x) \wedge \neg\text{CP}(y)$  ]  
 b. activities : [ $\text{PREP\_PROC}(x) \wedge \neg\text{CP}(y)$  ]  
 c. accomplishments : [ $\text{PREP\_PROC}(x) \wedge \text{CP}(y)$  ]  
 d. achievements : [ $\neg\text{PREP\_PROC}(x) \wedge \text{CP}(y)$  ]

By characterising the *Aktionsarten* as in (8) gives us that what sets activities/states apart from achievements/accomplishments is having or not a Culmination Point. Activities and State lack Culmination Points. Thus we can say that sentences (5) in the context of (4) are felicitous if they lack a CP (culmination point).

Since the reading on which this regularity was obtained is the non-reportive reading, we are free to posit that simple present introduces condition [ $n \subset t$ ] in the DRS, instead of the more frequently claimed [ $t = n$ ]. This would amount to changing the CR.S' of K&R (1993, p. 610) from (9 b) to (9 a):<sup>2</sup>

<sup>2</sup> This is actually a simplification. The substitution of TPpt (Temporal Perspective point) for  $n$  has been taken for granted. The rule for that substitution as the triggering configuration can be found in K&R (1993, p. 610).

- (9) a. If the Tense of the verb is present then introduce CONDITIONS<sub>K</sub>  
 $[n \subset t]$  in the DRS.
- b. If the Tense of the verb is present then introduce CONDITIONS<sub>K</sub>  
 $[n = t]$  in the DRS.

The most important feature of (9) is that it allows the repetition of the eventuality within the interval whose existence is asserted. So by positing it as the Construction Rule for simple present, we meet the principle (3) for interpretation for that tense from K&R (1993). Standardly the Construction Rule would be (9 b), which is reportive, and a generic/habitual operator would be posited to meet principle (3). R, R&K (2005) has the details of how things would go about in the lines of (9 b).

Since, as mentioned, the adequateness of the assumption that events are included in their location time was never questioned, the DRS for simple present will still feature the condition  $[e \subseteq t]$ . Thus there are two conditions relevant to temporal interpretation  $[n \subset t; e \subseteq t]$ . Together they say that somewhere within an arbitrarily long interval ( $t$ ) which properly includes the utterance time ( $n$ ) there was at least one piece of evidence that supports the existence of events of swimming by John throughout the interval. It says nothing else about those events in their relation to the utterance time. The DRS by Construction Rule (9 a) is (10 a); whereas DRS (10 b) is the standard one by (9 b).

- (10) a.  $[n, j, t, s, x: \text{John}(j) \ \& \ (n \subset t) \ \& \ (e \subseteq t) \ e_1 : \text{'swim'}(j)]$   
b.  $[n, j, t, s, x: \text{John}(j) \ \& \ (n = t) \ \& \ (e \subseteq t) \ \& \ s_1 : \text{'swim'}(j)]$

In the next section we will see how the value of the sentences become further specified with the  $[n \subset t; e \subseteq t]$  such that habituality and the sportscaster style are derived and also the intuitive entailment conditions hold between these readings.

## HOW THE READINGS OF PRESENT TENSE ARISE

Due to its loosely specified nature with  $[n \subset t]$ , the DRS for present tense is compatible with conditions to any of these effects: (i) the eventuality/ies preceding the u.t.; (ii) the eventuality/ies overlapping with the u.t.; (iii) the eventuality/ies being posterior to the u.t.. This section shows that independently motivated principles assumed in bi-directional OT Semantics can correctly supply conditions (ii) once the  $[n \subset t]$  condition is assumed for present tense. Also, the Gricean maxims in the OT framework will permit us to yield the habitual reading as coming from  $[n \subset t]$ : a plural occurrence of eventualities will be presumed to occur in the interval by a principle of informativeness. Since (i) and (iii) correspond to the past and the futurate interpretations we will not take them at issue.

Bi-directional OT Semantics aims at bringing together the tradition of Radical Pragmatics and Optimality Theory. Blutner (2000) argues for an optimality-theoretic framework which captures Gricean maxims and balances informativeness and efficiency in natural language processing. Gricean maxims are formulated as the I-principle, which is the speaker's perspective of comparing different syntactic expressions to convey the meaning intended; and the Q-principle, the hearer's perspective comparing alternative syntactic candidates for a certain meaning. The principles are a metric for optimality and appear as the constraints Avoid Accommodation and Be Strong. Where Be Strong captures the speaker's goal of being informative and strength is based on entailment relations. And Avoid Accommodation is a blocking mechanism as a counterbalance of the demands of the Be Strong. By definition (11 b), the result of optimization under one perspective have influence in structures that compete in the other perspective.

- (11) a. Q-principle: Say as much as you can (given I)  
I-principle: Say no more than you must (given Q)
- b. *bidirectional OT (weak version)*
- (Q) [ $\langle A, \tau \rangle$  satisfies the Q principle iff  $\langle A, \tau \rangle \in \text{Generator}$  and there is no other pair  $\langle A', \tau \rangle$  satisfying the I-principle such that  $\langle A', \tau \rangle$  is less costly than  $\langle A, \tau \rangle$ ;
- (I) [ $\langle A, \tau \rangle$  satisfies the I principle iff  $\langle A, \tau \rangle \in \text{Generator}$  and there is no other pair  $\langle A', \tau \rangle$  satisfying

*the Q principle* such that  $\langle A', \tau \rangle$  is less costly than  $\langle A, \tau \rangle$ ;

$\langle A, \tau \rangle$  is called *super-optimal* iff it satisfies both the Q-principle and the I-principle.

- (12) a. *AvoidAccommodation*: it counts the number of discourse markers that are involved in accommodation.
- b. *BeStrong*: it evaluates pairs of form and context  $\langle A, \tau \rangle$  with stronger outputs  $\tau$  higher than pairs with weaker ones.
- c. Constraint Ranking:  $\text{AvoidA} >> \text{BeStrong}$

#### HOW THE READINGS ARISE WITH OT SEMANTICS

As said in the opening section, the main problem of simple present is to account for the multiple types of situations which it can be used in. So, what cases exactly do we have to give an explanation for such that their solutions take care of all the others?

With the conditions  $[n \subset t; e \subseteq t]$ , the resulting DRS is tantamount to saying that Fred belongs to the set of swimmers for the interval  $t$ . The approach leaves us under-informed with respect to details such as does he belong to the group of swimmers because he swam once? twice? regularly during the interval (say, twice a week for a whole decade)? Did he swim only when it was needed?

Before taking up the issue of how and to which extent such details should be specified, an observation has to be made about evidentiality of simple present in their habitual use. Recall that the reportive view of simple present characterises them as  $[n = t]$ . The '=' is a deictic element in the definition: it anchors the event to the utterance time  $n$  as can be seen from (2 c). That means that the evidence for uttering *Fred swims* with the  $[n = t]$  definition is the deictic identification of the eventuality at the utterance time. As has been underscored, (2 c) renders the sportscaster style of simple present and has to be blocked to render its habitual use. In the sportscaster style then the question of what counts as evidence for the uttering of a simple present sentence is very clear. The same cannot be said about the habitual use. What counts as evidence to say that someone swims (in the habitual sense)?

Let's consider the hypothesis of it being deictic identification of the eventuality at utterance time. This is reasonable for, in unmarked circumstances, if you see Fred swimming right before your eyes you can truthfully and felicitously utter *Fred swims*.<sup>3</sup>

But it is not enough and eventually the following problem will have to be dealt with. The circumstances can easily take one to say *Fred is swimming but he doesn't swim* if it is understood as *Fred is swimming now but he doesn't swim usually*. For example, suppose Fred hates water and he had made bet where if he lost he would have to swim and the sentence is uttered as he is paying the bet. A proposal for simple present has to work around that problem somehow. In the theory proposed here that solution will come when the I and Q principles interact with the conditions introduced by the simple present.

For the moment, the key point is to notice that since the [ $n \subset t$ ] definition has no deictic element, there is no need to say that the evidence for uttering a simple present sentence is deictic identification at utterance time. The [ $n \subset t$ ] suggests that much weaker evidence can licence *Fred swims*. We will standardly assume that it can be any evidence which the utterer accepts as enough. That assumption has an important consequence. The First it that to licence the habitual use of simple present any acceptable piece of evidence will have equal weight to any other, no matter how strong or weak they are in intuitive terms. Consider these three pieces of evidence:

- (13) a. Overhearing Fred say that he owns goggles;
- b. Reading in the paper that Fred is a swimming gold-medalist;
- c. Seeing Fred swim;

Despite the difference in their intuitive strength, they licence the sentence *Fred swims* just the same. So the deictic situation of seeing Fred swim is not stronger than the other more indirect pieces of evidence.

Despite its obviousness, that first consequence invites a second one which is crucial: just as there is no ranking amongst the types of evidence, there is also no ranking amongst where in the interval they occur. In

<sup>3</sup> The fact that it is the same kind of evidence that licences the reportive use need not bother us: choosing between wanting to convey the reportive meaning or the non-reportive one is an aspect of the conversational agent's behaviour that this approach does not aim at capturing.

particular, evidence that occurs concomitant to utterance time has the same weight as evidence that occurs in other points in the interval  $t$ . In languages like English and BP which have a concurrent grammatical form to express progress, it doesn't matter if the evidence is concomitant to utterance time. As will be commented, in languages like German and French which lack those forms it happens differently. But the issue cannot be dealt with here for reasons of space.

So far we have captured one element of the habitual meaning of *Fred swims*: that it allows a number of occurrences of the swimming event to be placed at any point in the relevant interval such that there may or may not be coincidence with the utterance time  $n$ . However, the conditions  $[n \subset t; e \subseteq t]$  do not capture another important element of the habitual reading. There is still the need to account systematically for when there are many occurrences of the event within the interval and when there is only one occurrence.

That involves specifying what licences the readings of simple present as many eventualities within the interval and what licences single eventuality readings. In other words, the task is to set the habitual use as in (4) apart from the sportscaster style use. To do that, we have to account for the three following types of cases:

- Case 1: The conversational agent (call him Agent A) who utters *Fred swims* does so to supply his interlocutor (Agent B) with more information about Fred. This is basically the context of (9) which we considered in the previous section.
- Case 2: Suppose the sentence *Fred swims* is uttered by the sea as a reaction to Fred having jumped in the water one moment earlier. Such that Agent A utters it while Fred is in the water and swimming.
- Case 3: Suppose a context like that of Case 2. Plus suppose that at least one of the Agents had assumed that Fred had never swam in his life (and thus was not able to).

In Case 1, we have to say something about allowing or excluding the possibility of the event happening once only. On the one hand, we want to exclude that possibility: if a person swims once only within a long period of time, we normally will not say *(s)he swims* holds for her/him (this is especially clear with respect to smoking: *(s)he smokes* does not hold for one who tried a cigarette once as a teenager and never touched another ever since then). On the other hand, we – at the risk of inconsistency – want to say also that it is possible for the eventuality to have occurred only once. Suppose

that Fred knows in theory how to swim, but that he had never done it except for one time when he saved someone from drowning. With such (perfectly plausible) backstories *Fred swims* would be undoubtly felicitous despite his having done it only once. So we have reasons both for and against excluding the possibility of the event happening only once. Case 3 will provide the necessary clues to decide how to deal with this problem, showing that it lies in the presuppositions the conversational agents have.

For Case 2, given  $[n \subset t; e \subseteq t]$ , the task is to exclude that what is being referred to is the event being witnessed. For languages like English and BP, which have a grammaticalised *be-ing* forms to convey progressive, sentences such as *Fred swims* are infelicitous to describe the activity Fred is engaged in at utterance time. For contexts like Case 2, present tense sentences will typically be used in the sense of *Fred is in the habit of swimming* or *Fred is able to swim*.

As for Case 3, if seeing Fred swim is enough for the agents to re-evaluate their assumptions and conclude that they had been wrong, then Case 3 becomes just like Case 2: the sentence *Fred swims* would have been uttered without the negative assumption about Fred's swimming abilities. But re-evaluation need not occur. Suppose it doesn't. That is, suppose that despite seeing Fred swim the agents still maintain that he had never swum before nor did he have the ability to until the moment he jumped in the water. The sentence *Fred swims* will still be felicitous in that case. But how can it be felicitous if, due to the assumptions of the conversational agents, there is only one swimming event to be referred to and no super-interval for the swimming to be inserted in? The bare  $[n \subset t; e \subseteq t]$  conditions cannot capture that: they require the agents to believe that the eventuality could have occurred in other moments.

Another ramification of Case 3 brings yet more problems. Suppose Fred's one and only swim happened yesterday and that the agents not only did not change their negative assumptions but also that they believe that Fred will never swim again nor have the ability to. Somewhat surprisingly, this ramification of Case 3 would make *Fred swims* infelicitous (even if reportively since the swim happened previous to the utterance time).

It now has to be shown that the I-principle, the Q-principle and the constraints AvoidAccommodation and BeStrong can account for the habitual readings in those Cases and for the entailment relations between the competing sentences. By looking at Cases 1 and 2 together it is clear that simple present does not accept that the witnessed event be referred to. The problem Case 3 can also accept that solution once it is taken into account that it involves previous assumptions.

## ACCOUNTING FOR THE 3 CASES

For Case 1 we have to say how the present conditions [ $n \subset t; e \subseteq t$ ] arrive at expressing habituality. And show that, to arrive at the marked reportive reading, presuppositions would have to be accommodated making the reportive reading be predicted as more costly.

The speaker's perspective is trivial for this Case. (S)He wants to convey that, in the interval which the utterance time is a part, Fred swam a certain amount of times perhaps with regular frequency. The proposed, non-reportive, conditions for simple present will give him the strongest possible result given what (s)he wants to convey. From the hearer's perspective, upon hearing *Fred swims* and not seeing Fred nor any sign of him swimming at the utterance time (as had been specified for this scenario), (s)he will prefer the habitual interpretation over the reportive or the progressive (the assumption that the speaker is truthful is as good evidence as any). On the other hand, for her/him to hear *Fred swim* and interpret it reportively or as a progressive in this scenario (s)he would have to assume that the event was concomitant to the utterance time (i.e. accommodate presuppositions to that effect) thus those interpretations would also come out more costly.

Now, recall Case 2. At uttering *Fred swims* the speaker A wants to convey the idea that Fred is in the habit of swimming as in Case 1. The event of Fred swimming at utterance time that A is witnessing is enough evidence for the habituality. If speaker A wants to be maximally informative with respect to this context and to her/his communicative intentions, the alternative would be to use the Progressive sentence *Fred is swimming*. However, on any account, it would refer to the swimming event witnessed during utterance time. So to use the *be-ing* in this situation wanting to convey a habituality (s)he would have to undo the presupposition that had been supplied extra-linguistically by the direct witnessing of the event. Thus, given habituality is what (s)he wants to convey and that the swimming is being witnessed, the *be-ing* would be more costly.

Suppose agent B, the hearer, has just heard Agent A utter *Fred swims*. Given that, with [ $n \subset t; e \subseteq t$ ], any evidence of Fred swimming is evidence of swimming for the interval, to interpret that the utterance refers to the event being witnessed you would have to add a presupposition to that effect. That makes the interpretation of the utterance *Fred swims* as a progressive more costly.

To put the two perspectives in terms of OT tableaux:

## (14) Tableau for Case 2

	Avoid Accommodat.	BeStrong	Avoid Accommodat.	BeStrong
<i>Fred swims</i>	→ SF			*
<i>Fred is swimming</i>	*	*	→ SF	
Interpretations	Habitual		Progressive	

The point of view of the speaker starts from an interpretation and finds the expression which is less costly passing through the *BeStrong* square. Optimality is indicated by '→'. The point of view of the hearer starts from the linguistic form and finds an interpretation passing through the *AvoidAccommodation* square. Optimality is indicated by 'SF'. Each view checks that there is no alternative expression that satisfies the other view and ranks higher than it according to Blutner's definition of weak optimality in (11). The asterisks '\*' indicate the more costly option in relation to the other, given the interpretation. So, as an example, the speaker wanting to convey habituality prefers *Fred swims* since it is less costly with respect to *BeStrong* and because the alternative expression is more costly from the hearer's perspective too (upon hearing *Fred is swimming* while witnessing the event he would have to accommodate the presupposition that it is not the witnessed event which is being talked about). The hearer prefers to interpret *Fred swims* as a habitual because although they have the same cost from her/his perspective, (s)he assumes the speaker is making the strongest statement possible relative to the condition introduced in the DRS by the expression, thus progressive would be weaker than habitual.

Now for Case 3, where the Agents have extra assumptions. As in the other Cases, *Fred swims* says that somewhere within an arbitrarily long interval which includes the utterance time there was one piece of evidence of swimming by Fred that serves as support for a generalisation of the behaviour throughout the interval. Suppose speaker A with the assumption that Fred had never swum in his life. By seeing him swim it is verified that Fred has the ability to swim. So for this case the competing sentences are: *Fred swims* and *Fred can/knows how to swim*. The latter sentence will thus come out less costly.

Suppose now the hearer B, who knows that A had assumed until now that Fred could not swim, hears A utter *Fred swims*. To interpret it as a habitual B would have to either: (a) assume – contrary the initial hypothesis for this case – that A had no negative assumptions about Fred's swimming abilities; (b) assume that A held contradictory assumptions about Fred, such as that Fred had and had not swum. Both cases involve accommodating presuppositions to arrive at the interpretation. But at hearing *Fred swims* the habitual interpretation is stronger: it accounts for the fact that the hearer will 'reason' that the speaker revised his assumptions not only about Fred's ability to swim, but changed his mind about Fred not having swum before.

Now suppose B hears A utter *Fred can/knows how to swim*. In that case the fact that they know extra-linguistically (they see) that Fred is swimming is evidence for the ability, so no accommodation is necessary, the presupposition is bound extra-linguistically. On the speaker's perspective the ability reading is also stronger because it describes the explicit context more fully.

(15) Tableau 2

	Avoid Accommod.	BeStrong	Avoid Accommod.	BeStrong
<i>Fred swims</i>	*	*	→ *	
<i>Fred can swim.</i>	→ *		*	*
Interpretations	Fred is able to swim		Fred frequently swims.	

This section has shown how conditions  $[n \subset t; e \subseteq t]$  and the bidirectional OT framework can be made to capture the habitual use of simple present.

## CONCLUSION

This paper argued for a non-reportive approach to present tenses which integrates semantics and pragmatics. By dealing with core cases still in a programmatic\ way, it argues for changes in central assumptions about the semantics of verbs.

**ABSTRACT**

This paper presents a theory of the semantics and pragmatics of present tenses. In DRT, and throughout the literature in the field, simple present tenses are treated reportively: they introduce a condition saying that the time of utterance and the interval for which the eventuality is claimed are identical. That renders the correct interpretation for sentences where the eventualities are states. In sentences where the eventuality is an event, the habitual meaning of present tense has to be captured by adverbial(-like) operators. I will argue for a non-reportive treatment of simple present event sentences, where the utterance time is a proper subpart of the interval the eventuality is claimed for. The habitual and the sportscaster values of present tenses will be rendered in the interaction of the non-reportive condition with Gricean principles within an OT Semantic framework.

**Key-words:** *present tenses; (non)-reportive; semantics-pragmatics interface.*

**RESUMO**

Este artigo apresenta uma teoria para a semântica e pragmática dos presentes simples. A DRT e a literatura em geral vêem os presentes simples como “reportivos”: trazem para a representação uma condição dizendo que o momento de fala e o intervalo ao qual a *eventuality* se sobrepõem são idênticos. Esse tratamento engendra a interpretação correta para sentenças em que a *eventuality* é um estado. Em sentenças em que a *eventuality* é um evento, a habitualidade como valor semântico tem de ser capturada por operadores de natureza adverbial. Eu vou defender uma caracterização das sentenças com presentes simples em que o momento de fala é um subconjunto do intervalo ao qual a *eventuality* se sobrepõe. Valores semânticos “não-reportivos” (i.e., disposicionais) e valores semânticos reportivos (como o “estilo narrador esportivo”) serão ocasionados pela interação da  $[n \subset t]$  introduzida pelo presente simples com princípios griceanos modelados de acordo com a semântica da teoria da optimalidaldade.

**Palavras-chave:** *presente simples; (não)-semelfactivo; interface semântica-pragmática.*

## REFERENCE

- BENNETT, M.; PARTEE, B. *Toward the logic of tense and aspect in English*. Bloomington: Indiana University Linguistics Club, 1978.
- BLUTNER, R. Some aspects of optimality in natural language interpretation. *Journal of Semantics*, v. 17, p. 189-216, 2000.
- DAVIDSON, D. *Essays on actions and events*. Oxford: Oxford University Press, 1980.
- GONÇALVES, C. *Problemas aspectuais da perífrase "estar + gerúndio"*. Assis: Unesp, 2002. M.A. dissertation.
- \_\_\_\_\_. Estar – ndo as a generic. *Revista Letras*, n. 63, Curitiba, p. 139-153, maio/ago. 2004.
- KAMP, Hans; REYLE, U. *From discourse to logic*. Dordrecht: Kluwer Academic Publishers, 1993.
- \_\_\_\_\_.; GENABITH, J. van; REYLE, U. Discourse representation theory. In: GABBAY, D.; GUENTHNER, F. (Eds.). *Handbook of philosophical logic*. Disponível em: <<http://www.ims.uni-stuttgart.de/~hans>> Acesso em: 2005.
- SMITH, C. *The parameter of aspect*. Dordrecht: Kluwer Academic Publishers, 1997.
- STEEDMAN, M; MOENS, M. Temporal ontology in natural language. *Computational Linguistics*, v. 14, p. 15-28, 1987.

# O PARTICÍPIO PRESENTE NO PORTUGUÊS

## *The Present Participle in Portuguese*

Alessandro Boechat de Medeiros\*

### 1 INTRODUÇÃO

Tradicionalmente tomada como adjetivo derivado de verbo, a forma terminada em *-nte* é produtiva em português. Aparentemente, os falantes podem criar novos adjetivos deste tipo simplesmente adicionando um sufixo adjetivador (*-nte*) a uma base verbal. O produto dessa combinação costuma expressar propriedade inerente<sup>1</sup> ou estado inconcluso, e pode ter como paráphrase uma oração adjetiva relativa. Por exemplo, *um filme comovente* é *um filme que comove* (um filme cuja natureza é tal que ele comove a platéia); *um animal agonizante* é *um animal que agoniza, está agonizando* (passando pelo estado de agonia).

Entretanto, corriqueiramente deparamos com inúmeros substantivos, com a mesma terminação, em que o parentesco morfológico com o verbo é transparente (por exemplo, *amante* [amar], *ajudante* [ajudar], *combatente* [combater], *absorvente* [absorver], *militante* [militar], *imigrante* [imigrar] etc.), com adjetivos e substantivos que não derivam de nenhum verbo em português (como *contente*, *inocente*, *gigante*, *paciente*)<sup>2</sup> ou que

\* Doutorado em Lingüística, UFRJ.

<sup>1</sup> Na verdade, essa interpretação pode mudar dependendo do tipo de cópula/auxiliar usado no contexto predicativo. Por exemplo, eu posso dizer que o livro é emocionante ou que o livro (até agora) está emocionante. No primeiro caso, propriedade inerente (estado absoluto), no segundo, propriedade passível de mudança (estado transitório ou inconcluso).

<sup>2</sup> O adjetivo *inocente*, por exemplo, tem sua origem histórica no particípio presente do verbo latino *nocere* (ser prejudicial ou nocivo), que não existe em português. O verbo desapareceu, mas a forma “participial” adjetiva permaneceu. Assumo aqui, portanto, que os verbos *inocentar*, *contentar* etc. são verbos derivados dos adjetivos *inocente*, *contente* etc. (tornar/fazer [alguém] inocente, contente etc.), e não o oposto.

possuem significados longinquaamente (quando muito) aparentados aos significados dos verbos dos quais elas teriam derivado – por exemplo, o substantivo *corrente*,<sup>3</sup> que parece derivar do verbo *correr*, mas cujo significado não parece estar relacionado ao do verbo.

Tomando como base os itens arrolados acima, é possível estabelecer uma simples divisão entre eles, tendo em vista sua classe gramatical e sua base derivacional. Quanto à classe, os itens podem ser substantivos ou adjetivos; quanto à base, podem ser derivados de verbos ou não. Como mostra a Tabela 1 abaixo:<sup>4</sup>

(1)	Verbais	Não-verbais
<b>Substantivos</b>	<i>ajudante, militante etc.</i>	<i>gigante, docente etc.</i>
<b>Adjetivos</b>	<i>comovente, vivente etc.</i>	<i> inocente, paciente etc.</i>

Adotando o modelo teórico da Morfologia Distribuída (HALLE e MARANTZ (1993, 1994), MARANTZ (1997, 2001)), é possível explicar de maneira elegante a composição semântica destes itens, além de como o mesmo material fonológico (a seqüência /nt/ mais a vogal temática /e/) pode aparecer tanto em adjetivos (*atraente, corrente* ou *crescente*) quanto em substantivos (*desinfetante, concorrente* ou *acompanhante*). Basicamente, o que defendo aqui é que o expoente /nt/ realiza, nos itens deverbais da tabela, não morfemas de classe de palavra (adjetivo ou substantivo), mas, como no latim,<sup>5</sup> um nó aspectual (imperfectivo) responsável pela leitura freqüentemente durativa (ou habitual) do evento/estado denotado pela base verbal. Para os itens não-verbais, muitos deles derivados diacronicamente de verbos latinos, proponho que o material fonológico /nt/ não realiza nó funcional algum – é, antes, na maioria dos casos, parte do material fonológico das raízes de itens como *docente* ou *paciente*.

O texto tem a seguinte organização. A seção 2 apresenta um esboço bastante econômico da teoria da Morfologia Distribuída (daqui para diante, MD), além de algumas razões para a escolha deste modelo. A seção 3 e suas subseções apresentam várias estruturas sintáticas que tentam dar conta das muitas diferenças entre os itens da Tabela 1 acima. Na seção 4, trato dos casos não verbais; na seção 5, apresento minhas conclusões.

<sup>3</sup> O objeto que serve para acorrentar, não a corrente elétrica ou a corrente filosófica.

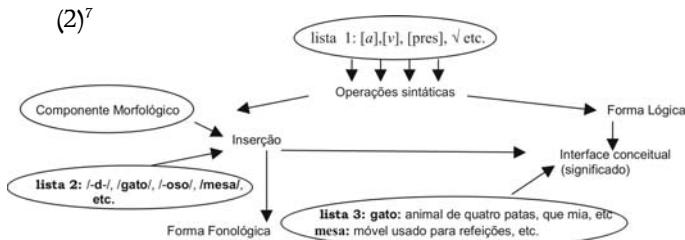
<sup>4</sup> Não incluímos nesse estudo as preposições (?) durante, mediante, consoante etc., nem o advérbio bastante.

<sup>5</sup> Ver Embick (2000).

## 2 A BASE TEÓRICA

### 2.1 ESBOÇO DA TEORIA

Em linhas gerais, a arquitetura separacionista<sup>6</sup> da MD se baseia em três listas – a lista 1, ou *Léxico Estrito*, a lista 2, ou *Vocabulário*, e a lista 3, ou *Encyclopédia* (MARANTZ, 1997) –, e em três propriedades – a subespecificação dos itens do Vocabulário, a inserção tardia (pós-sintática) dos mesmos e uma certa continuidade entre estrutura sintática e estrutura morfológica, com a estrutura sintática definindo os domínios de aplicação de regras puramente morfológicas e fonológicas a seus nós. O esquema 2 a seguir (HARLEY; NOYER, 1999) permite visualizar a interação dos componentes da gramática neste modelo:



Aqui, a Lista 1 fornece as raízes atômicas<sup>8</sup> e os feixes atômicos de traços morfossintáticos<sup>9</sup> com os quais o sistema computacional operará, juntando (*concatenando*) e movendo (*deslocando*). A computação começa com uma *numeração*, uma pré-seleção dos feixes e marcação de posição para raízes (dentro os elementos da lista 1) que serão usados na derivação

<sup>6</sup> Halle e Marantz (1994, p. 2): “a realização fonológica de uma sentença é separada dos princípios que determinam as estruturas básicas dos traços semânticos, sintáticos e morfológicos na sentença”.

<sup>7</sup> No esquema, a e v são morfemas/traços categorizadores (de adjetivo e verbo, respectivamente); √ é um “container” que recebe raiz fonológica na inserção; [pres] é o morfema/traço de tempo presente etc.

<sup>8</sup> Na verdade, se assumimos uma posição forte em relação à inserção tardia, o léxico estrito não fornece raízes, mas containeres para as raízes, que serão inseridas, de fato, após as operações morfológicas (MARANTZ, 1999). Para uma visão contrária, em que as raízes saem da lista 1 com conteúdo fonológico, ver Embick (2000) e Embick e Halle (2004).

<sup>9</sup> Os traços morfossintáticos usados por uma determinada língua constituem um subconjunto do alfabeto de traços disponibilizado pela Gramática Universal. Os feixes de traços são combinações particulares desses traços que as línguas fazem.

sintática. Durante a derivação, a informação contida nos nós resultantes das operações sintáticas é mandada<sup>10</sup> para a Forma Lógica (FL) e para o componente morfológico do sistema computacional (EM – *Estrutura Morfológica*, que faz a interface entre sintaxe e fonologia). No componente morfológico, outro conjunto de operações se aplica sobre os nós sintáticos, criando novos nós, apagando alguns, movendo, copiando traços etc. Os nós que resultam das operações morfológicas sofrem então o *spell-out*: isto é, nesse momento se dá a inserção dos itens do Vocabulário (fragmentos fonológicos contendo informação sintática e semântica necessária a sua inserção) que vão realizar os nós terminais da sintaxe/morfologia. A inserção dos itens do Vocabulário baseia-se em uma competição entre eles (Princípio do Subconjunto, HALLE, 1997), com o item contendo maior número de traços pareáveis com os traços do nó terminal sintático/morfológico ganhando a competição e sendo inserido. Depois da inserção dos itens do Vocabulário, as expressões são enviadas para a interface conceitual, e a informação contida na terceira lista, a *Encyclopédia*, é acionada. É na Encyclopédia que os itens do Vocabulário são relacionados a sentidos, levando em consideração o contexto sintático em que estão.

Para fechar esta breve apresentação, é importante salientar duas coisas que talvez não tenham ficado claras nos parágrafos anteriores. A primeira é que, apesar de haver um nível morfológico específico, a Morfologia Distribuída defende que a formação de palavras não está concentrada em um único componente da gramática; está, antes, “distribuída” (daí seu nome) entre vários componentes distintos: na sintaxe, através de operações que combinam traços sintático-semânticos e raízes, e nos componentes morfológico e fonológico, através de regras bastante particulares e dependentes de contexto. Em segundo lugar, a arquitetura (ver esquema 2) não admite que traços sintático-semânticos sejam introduzidos na derivação após ela ter chegado à Estrutura Morfológica: toda a informação relevante para a computação já tem que ter sido inserida nos nós terminais antes que os seus produtos cheguem a essa interface. Uma versão da *Condição de Inclusividade* adaptada à teoria.

<sup>10</sup> Em ciclos ou fases, na versão da teoria que assumimos aqui. Ver Marantz (2001) e Arad (2002). Adiante explicaremos resumidamente essa proposta.

## 2.2 POR QUE A MD?

Três razões justificam minha opção pela MD em detrimento de modelos lexicalistas como o Minimalismo à Chomsky (1995) ou a teoria GB.

A primeira é um argumento contra a própria Hipótese Lexicalista. Desde o início dos anos 70,<sup>11</sup> as afirmações de que “a sintaxe nem manipula nem tem acesso à forma interna das *palavras*”<sup>12</sup> e de que a *palavra* é o local de variados tipos de idiossincrasia estão na base do pensamento lingüístico dominante. Entretanto, essa posição apresenta uma grande e fundamental dificuldade: como definir teoricamente a noção de *palavra*? Marantz (1997) nos mostra que os domínios de aplicação de “regras fonológicas lexicais”, de significados especiais (idiossincráticos) e de correspondências aparentemente especiais entre estrutura e significado, que deveriam, assumindo a Hipótese Lexicalista, coincidir na *palavra*, não coincidem nela<sup>13</sup> – de fato, nem sequer têm correlação exata um com o outro. O que nos leva a perguntar se essa noção não seria artificial e inadequada para fundamentar uma teoria da gramática.

A segunda razão é a seguinte. Do que vimos acima, o modelo não lexicalista da MD tem a vantagem de não precisar de operações lexicais especiais (do tipo *assemble features*, como em CHOMSKY, 1997), por exemplo diferentes das operações sintáticas de *juntar* e *mover* (CHOMSKY, 1995); nem de princípios que relacionem estrutura morfológica e estrutura sintática, como o princípio do *espelho* (BAKER, 1985); nem de coisas como os *templatos de estrutura de evento* propostos por Levin (1999), que representam o componente estrutural dos significados dos verbos, e fazem uma ligação entre léxico e sintaxe.<sup>14</sup> Não seria, portanto, a MD uma teoria mais econômica que os modelos que fazem uso desses aparatos?<sup>15</sup>

<sup>11</sup> Chomsky (1972)

<sup>12</sup> Anderson (1998).

<sup>13</sup> Fonológica e morfologicamente, as “palavras” muito freqüentemente não coincidem com os itens lexicais, e a estrutura sintática não é idêntica à estrutura prosódica em nenhum nível, inclusive no da “palavra”. Significados especiais, idiossincráticos, muito freqüentemente estão associados a unidades maiores do que a “palavra” (expressões idiomáticas como chutar o balde, por exemplo), e “palavras” complexas têm seus significados comportadamente derivados dos morfemas que as compõem.

<sup>14</sup> Para uma crítica a essa proposta, ver Marantz (2003).

<sup>15</sup> Alguns diriam: mas a MD substitui o léxico por TRÊS listas, e propõe inúmeras operações morfológicas para consertar os desajustes entre as saídas da sintaxe e as formas encontradas na língua! Em primeiro lugar, quanto às três listas, elas nada mais são do que listas de informações que, em sua grande maioria, os itens lexicais de teorias lexicalistas já possuem. A única diferença aqui é que as informações são separadas e acessadas em momentos diferentes da derivação. Quanto às operações morfológicas, boa parte delas, como a cópia e os movimentos de núcleo, já existe, em sua essência, nas teorias lexicalistas. As novidades talvez sejam fusão e fissão, que são soluções mais marginais. Em geral, assume-se que, no caso *default*, há continuidade entre a saída da sintaxe e a da morfologia.

A terceira razão é que a MD permite um excelente tratamento para formas (subespecificadas em termos de traços morfossintáticos) como a terminação *-do* do “particípio passado” no português, que aparece em diversos contextos sintáticos: tempos verbais compostos, voz passiva, adjetivos, substantivos etc. Assumindo que existe um item /d/ que realiza, por ser subespecificado, núcleos flexionais diversos (podendo perder a competição por inserção quando há itens mais especificados que ele), explicamos de maneira elegante sua aparição em contextos tão variados quanto os mencionados acima. Além disso, esse item pode ter vários alomorfes, cuja inserção será definida também pela informação contextual. Por exemplo, certas raízes não aceitam o item *default* /d/ para a realização dos núcleos de aspecto ou de voz passiva (ou de ambos); elas selecionam /t/ ou /s/ nestas situações. Como os casos tratados a seguir se assemelham aos mencionados neste parágrafo, nada mais natural do que trabalhar com a MD neste pequeno estudo.

### 3 ESTRUTURAS SINTÁTICAS

Nas próximas subseções, proponho um conjunto de estruturas que visam a dar conta das diferenças entre os itens deverbais da Tabela 1 da introdução. A subseção 3.1 estuda os adjetivos. A subseção 3.2 estuda os substantivos, e propõe uma análise para casos aparentemente não verbais (*comediante, farsante, feirante*, para os quais não existem verbos: *\*comediatar, \*feirar, \*farsar* etc.), mas que têm interpretações verbais (o *comediante* é aquele que “faz comédia”, como profissão). Neste momento do texto, sugiro regras de inserção para os itens do Vocabulário (a seqüência fonológica /nt/, por exemplo), contemplando todos os casos estudados até então.

#### 3.1 ADJETIVOS DEVERBAIS

Tomemos os exemplos abaixo:

- (3) *agonizante, atraente, atuante, comovente, cortante, alarmante, emocionante, corrente, atordoante, convincente, claudicante, dominante, adejante, acachapante, aliviante, acariciante, aviltante, cativante, instigante, cadente, dormente, vivente, morrente, crescente, movente, vacilante* etc.

Uma breve apresentação de algumas propriedades de adjetivos como os arrolados em (3) pode ser esboçada aqui. Em primeiro lugar, ao contrário das formas adjetivas do particípio passado, passivas por nature-

za, no particípio presente os SDs (sintagmas determinantes) modificados ou descritos por esses adjetivos são sempre interpretados como *sujeitos* dos verbos de que esses adjetivos derivam. Tanto verbos transitivos quanto inacusativos podem servir de base para as formas arroladas acima.

Outra coisa relevante a ser dita sobre as formas adjetivas *-nte* deverbiais é que, mesmo quando derivadas de verbos que expressam eventos ou processos com causação externa, elas normalmente não admitem interpretação agentiva para os SDs descritos ou modificados por elas. Na verdade, preferem, muito freqüentemente, combinar-se com SDs que denotam entidades inanimadas.<sup>16</sup>

Do ponto de vista morfológico, ao contrário de outros adjetivos no português, as formas *-nte* aparentemente não têm marca de concordância de gênero com seus SDs. A única concordância *visível* é de número (por exemplo, *genes dominantes*).

### 3.1.1 Análises

Para explicar o fato de que os SDs ligados a esses adjetivos são quase sempre interpretados como sujeitos dos verbos de base, vou assumir que há, “dentro” dos itens de (3), um sintagma verbal (*Sv*), projetando posições para seus “argumentos”. Esse sintagma é formado pela concatenação (*merge*) de um sintagma raiz com um núcleo *verbalizador* (*o vezinho*) que, entre outras coisas, converte uma raiz categorialmente neutra numa raiz verbal.<sup>17</sup> *O vezinho* é um feixe (ARAD, 1999, EMBICK, 2000) que pode conter traços como o de eventividade/estatividade, agentividade etc.<sup>18</sup> No caso dos itens de (3) baseados em verbos transitivos, por exemplo, *o vezinho* é um feixe que projeta posição de especificador, onde o SD é interpretado. Assumindo a matriz de Embick (2000) (ver nota 18), o *v*, nesse caso, contém, pelo menos, o traço [+Ext], que projeta posição para o “argumento externo” da estrutura verbalizada. Talvez o *verbalizador* envolvido em (3) seja também

<sup>16</sup> Por exemplo, não é possível dizer o \*rapaz corrente (o rapaz que corre), mas não há problema em dizer água corrente. É claro que isso não é sempre assim. A semântica de alguns verbos vai preferir SDs animados, sempre.

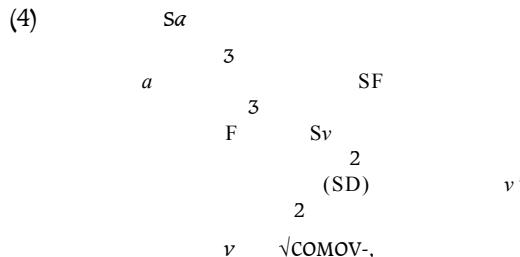
<sup>17</sup> Estamos assumindo, seguindo Marantz (1997), que as raízes são categorialmente neutras. Neste ponto, é importante observar que a concatenação de raiz e *v* não forma um verbo: em português e outras línguas românicas, verbos, morfológicamente, são a combinação de raízes verbais (*raiz + v*) e núcleos flexionais (OLTRA-MASSUET, 1999). Em português, raízes verbais não são sequer pronunciáveis sem suas desinências, ao contrário do inglês, por exemplo.

<sup>18</sup> Por exemplo, Embick (2000) propõe que o *vezinho* seja um feixe de traços que combina [+AG], [-AG], [+Ext] e [-Ext]. Raízes de verbos agentivos/transitivos como construir, por exemplo, seriam licenciadas como complemento do *v* {[+AG], [+Ext]}, que projeta posição de argumento externo e para o qual o SD que ocupa essa posição é interpretado como agente. Raízes associadas a verbos inacusativos, por exemplo, seriam licenciadas no complemento de {[−AG], [−Ext]}.

um feixe [–AG]. Essa escolha de traços explicaria por que, muito raramente, os SDs associados a esses adjetivos são agentes dos eventos denotados por eles. Mesmo quando o verbo aceita, em outros contextos, SDs denotando seres animados e agentes, no contexto desses adjetivos os mesmos SDs não são, geralmente, permitidos.

Vou assumir também (como o fazem IPPOLITO, 1999) para o italiano e MARVIN, 2002) para o esloveno) que, no português, dado um *v* na *Numeração*, pelo menos um núcleo/traço flexional (de aspecto ou tempo) tem que ser dado também.<sup>19</sup>

Sendo assim, a estrutura *sintática* mínima para um adjetivo como *comovente* deve ser:



onde F é um núcleo flexional (aspectual) e *a* é um núcleo sintático adjetivador (MARANTZ, 1999, 2001).

Na estrutura (4) acima, proponho que F albergue um traço de aspecto, [imperfectivo]. Esse traço teria relação com a interpretação durativa (não concluída) ou habitual normalmente associada aos eventos/estados contidos no adjetivo. Podemos pensar que o traço [imperfectivo] faz com que o tempo do evento denotado pela estrutura verbal abaixo dele seja interpretado como *contendo* um tempo de referência não fixo ( $t_r \subseteq t_s$ ). Isso significa que o evento (ou estado) dura (ou repete-se por) um intervalo de tempo que pode conter o tempo da fala (o *speech time*) ou outro tempo/intervalo denotado na frase.

<sup>19</sup> E, de fato, muitos substantivos e adjetivos deverbiais têm marcas aspectuais bem visíveis. Por exemplo, o –d- em (dar uma) batida, (perfectivo, IPPOLITO, 1999), ou em (ficar) sentida (perfectivo/resultante); ou o –t- em administrativo (imperfectivo?) e, também, talvez, em cassação (onde alguma regra fonológica converte /t/ em /s/) e produto (ambos perfectivos). Mesmo alguns substantivos derivados de verbos, mas sem marcas aspectuais tão visíveis quanto essas, têm uma leitura que leva em conta o aspecto. Por exemplo, o substantivo fuga é o evento de fugir visto como um todo (perfectividade). Se simplesmente assumíssemos que os adjetivos deverbiais fossem formados por um sufixo de adjetivo diretamente ligado a um radical verbal, teríamos que supor pelo menos dois tipos de sufixos adjetivadores: um com aspecto perfectivo e passivo, como em emocionado; outro ativo e, como proponho a seguir, imperfectivo, como em emocionante. Isso aumentaria desnecessariamente número de itens da lista 1.

Na estrutura (4) também proponho que um adjetivador sintático, fonologicamente nulo, seja concatenado com o sintagma flexional SF. Sob esse morfema, na EM (HALLE; MARANTZ, 1994), um nó de concordância é inserido, copiando traços de gênero e número do SD modificado pelo adjetivo.

Observe-se que é possível explicar a interpretação normalmente ligada às formas *-nte* de (3) a partir dos elementos de composição acima. Por exemplo, tomemos algumas raízes associadas a verbos psicológicos com causação externa, como *comover*, *emocionar*, *empolgar* etc. A primeira concatenação se dá entre raiz e verbalizador. Depois, um SD<sup>20</sup> é concatenado como especificador do *Sv*. Esse SD é interpretado, normalmente, como causador do evento, dadas a natureza semântica da raiz (*a essa altura, verbal*) envolvida e a posição dele dentro do *Sv*. O sintagma verbal é, então, combinado com o núcleo aspectual (*imperfectivo*), e a estrutura assim formada denota um evento, externamente causado, interpretado *durativa* ou *reiterativamente*. Quando o adjetivador é combinado à estrutura verbal, causar o evento denotado pelo verbo interno durante um intervalo de tempo (ou repetidas vezes) passa a ser interpretado como propriedade do SD, que é, assim, “descrito” pelo adjetivo.

Portanto, nessa visão, a única parcela semanticamente idiossincrática é a que diz respeito ao significado da raiz no contexto verbal mais interno (se é de causação externa ou não e que estado psicológico particular ela denota). Tudo que é combinado à estrutura verbal só contribui *composicionalmente* para o significado total do adjetivo. A análise acima está em consonância com as propostas encontradas em Marantz (2001)<sup>21</sup> para a formação de palavras. No texto, resumindo, Marantz propõe que a derivação de palavras se dê por *fases*,<sup>22</sup> com o *spell-out* acontecendo a cada anexação de morfema categorizador (*n*, *v* ou *α*) a uma estrutura. Na primeira anexação de morfema categorizador, digamos *v*, à raiz, o significado (idiossincrático) dessa raiz e sua pronúncia são especificados; a partir daí, tudo que for concatenado com *v* tem que levar em consideração significado e pronúncia já negociados na fase *Sv* (impenetrabilidade da fase) e só vão contribuir *composicionalmente*. Exatamente o que acontece acima. Em *comovente*, por exemplo, a parte idiossincrática é a que diz respeito ao significado do composto de raiz e *vezinho*; o núcleo aspectual e o adjetivador contribuem sem causar mudança na interpretação do verbo *comover*, mais baixo na árvore.

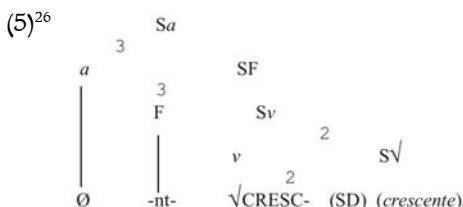
<sup>20</sup> Ou um PRO, posteriormente controlado por um SD, ou uma variável.

<sup>21</sup> Para aplicações e defesa dessas propostas, ver Arad (2002) e Marvin (2002).

<sup>22</sup> Chomsky (1998, 1999 e 2001).

O que nos resta esclarecer agora é a questão da concordância. Vou assumir que o português possui uma regra morfológica<sup>23</sup> que insere um núcleo de concordância nominal<sup>24</sup> sob o morfema adjetivador. Esse nó “busca” no SD modificado pelo adjetivo os traços de gênero e número para copiá-los. Vamos então supor que, após todas as operações morfológicas, os itens do Vocabulário a serem inseridos no nó de concordância dos adjetivos em (3) sejam o Ø para os pares [+feminino, -plural] e [-feminino, -plural] e o /s/ para os feixes com o traço [+plural]. Isso explica a aparente falta de marca de concordância de gênero nesses adjetivos.<sup>25</sup>

Os itens em (3) derivados de verbos inacusativos terão a estrutura (5) abaixo, onde o SD (ou PRO controlado por um SD) associado é interpretado como complemento da raiz. Uma diferença em termos de traços sintáticos envolvidos é o fato de que o feixe *vezinho*, mais uma vez assumindo a matriz de Embick, seria [-Ext], e, portanto, o Sv não projeta posição de especificador para um “argumento externo”. Alguns exemplos tirados de (3) são: *cadente*, *morrente*, *crescente*, *vivente* etc.



Na seção a seguir tratarei dos substantivos *-nte* deverbais. Como se verá, eles, em geral, denotam os sujeitos de seus verbos de base, sejam esses verbos transitivos ou intransitivos.

<sup>23</sup> Halle e Marantz (1994).

<sup>24</sup> Esse nó sempre copia traços de gênero e número, mesmo que algum desses traços não tenha realização fonológica. A alternativa (que é bastante ruim, pois, com ela, se perde uma generalização importante) é supor que a concordância dos adjetivos *-nte* (idiossincraticamente) não copia traço de gênero.

<sup>25</sup> Também assumimos aqui que o item do Vocabulário /e/ em (4) realiza um nó temático inserido (sob *a*) por uma operação da EM (OLTRA-MASSUET, 1999). Vogal temática, nessa visão, não tem conteúdo semântico nem função sintática.

<sup>26</sup> Coloquei alguns itens de Vocabulário (e omiti outros) nesta árvore só para ilustrar onde eles são inseridos. As árvores (4) e (5), de fato, só representam as estruturas sintáticas dos itens de (3). As peças vocabulares são inseridas (ver seção 2.1) somente depois de todas as operações da EM, na fase correspondente da derivação.

### 3.2 SUBSTANTIVOS DEVERBAIS

Sem fazer muito esforço de memória, é possível montar uma lista razoavelmente grande de substantivos deverbais terminados em *-nte*:

- (6) *absorvente, acompanhante, adoçante, ajudante, alvejante, amante, assaltante, assistente, atacante, atendente, cal-mante, concorrente, comandante, combatente, conservante, dependente, depoente, descendente, desinfetante, dirigente, estudante, escrevente, fertilizante, falante, ficante, gerente, governante, imigrante, militante, navegante, obstruinte, oponente, penitente, pisante, presidente, pretendente, regente, repelente, representante, retirante, servente, vigilante, visitante.*

Todos os itens em (6) são substantivos que denotam os sujeitos de seus verbos internos: o *absorvente* é o objeto que *absorve* (utensílio de higiene); o *acompanhante* é alguém que *acompanha* (em uma ocasião social, por exemplo); o *comandante* é a pessoa que *comanda* (militar); o *falante* é a criatura sobre a face da Terra que *fala* (é capaz de falar); o *desinfetante* é o produto químico que *desinfeta* (mata os germes).

Da mesma forma que os adjetivos deverbais *-nte*, os eventos denotados pelas estruturas verbais que compõem esses substantivos são, com freqüência, interpretados reiterativamente. Por exemplo, o *ajudante*, o *assistente*, o *comandante* e o *combatente* são pessoas cujas, digamos, “profissões” são, respectivamente, *ajudar, assistir* (auxiliar administrativamente), *comandar* (dentro da hierarquia militar) e *combater* (enquanto o conflito dura); *absorventes, adoçantes e desinfetantes absorvem, adoçam e desinfetam sempre* que usados; o *amante* é aquele com quem se tem encontros amorosos com certa freqüência.

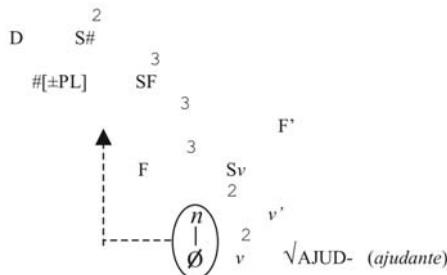
#### 3.2.1 Análises

Tendo em vista a interpretação inconclusa/habitual dos eventos ou estados que compõem a semântica dos itens em (6), proponho que o traço aspectual envolvido na estrutura deles seja o mesmo [imperfectivo] presente nos adjetivos de (3).

Para dar conta do fato de que esses substantivos são sempre interpretados como sujeitos dos verbos que os compõem, seguirei Marvin (2002), que, para nomes agentivos no esloveno, propõe que um núcleo nominalizador (*enezinho*) seja combinado como especificador do sintagma verbal de

que deriva o substantivo. A estrutura verbal assim formada é concatenada com o núcleo aspectual e o sintagma flexional gerado nessa concatenação é combinado com um *sintagma número* (chamemo-lo de S#<sup>27</sup>) cujo núcleo é um traço de número e que, aqui, cumpre também a função de “nominalizar” a estrutura verbal formada abaixo dele.<sup>28</sup> A árvore em (7) explicita a idéia:

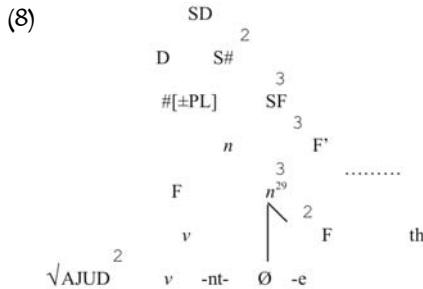
(7) SD



Para que os morfemas sejam linearizados de modo que reflitam o que encontramos na língua, um conjunto de operações se aplica. A primeira delas é o movimento de *n* para a posição de especificador (como no esquema acima) do SF. Isso acontece devido à necessidade de checar/valorar o traço EPP enfeixado a este núcleo, e se dá ainda na sintaxe, antes de a derivação chegar à EM. Na EM, acontecem as concatenações morfológicas (*morphological merger*), que envolvem movimento de núcleo. A primeira concatenação é a que adjunge o complexo raiz+*v* ao núcleo aspectual F; a segunda é a que adjunge raiz+*v*+F a *n*. Com isso, a estrutura morfológica desses nomes é a (8) a seguir:

<sup>27</sup> Embick (2005).

<sup>28</sup> Estruturas verbais com núcleos flexionais são constantemente nominalizadas em português por processo semelhante. Por exemplo, quando dizemos *cantar me faz bem*, aparentemente o que acontece é que um verbo no infinitivo (com o nó flexional [-finito]) entra num contexto em que é interpretado sintaticamente como substantivo. Possivelmente, um '#[±PL]' (ou um D) fonologicamente nulo, c-comandando o SF infinitivo, cria o contexto necessário à interpretação nominal.



e, morfologicamente, temos um substantivo, com *n* dominando a estrutura.<sup>30</sup>

Não estou certo quanto à natureza do verbalizador envolvido nessas construções. Certamente, o feixe é [+Ext]. Quanto ao traço de agentividade, não sei dizer que sinal ele tomaria na matriz. Os exemplos não esclarecem muito quanto a isso, tomando como base uma gama muito variada de verbos, desde verbos mais agentivos como *assaltar* ou *militar*, até os nada agentivos como *descender*. Nesse ponto, a análise precisa ser refinada. Não acredito, entretanto, como se verá a seguir, que os traços do feixe *v* tenham relevância para a inserção do item de Vocabulário /nt/ no nó F da estrutura desses substantivos. E essa é, a meu ver, a principal questão deste pequeno trabalho.

Há ainda um grupo de substantivos *-nte* deverbais que gostaria de discutir aqui. Vejamos os exemplos (9):

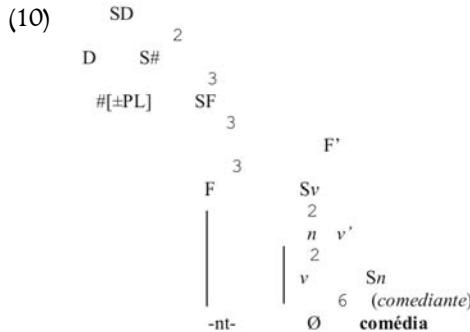
- (9) *comediante, comerciante, farsante, feirante* etc.

Em (9), os substantivos têm interpretação eventiva,<sup>31</sup> com o evento sendo interpretado reiterativamente. O problema é que os verbos correspondentes não existem no português: \**comediar*, \**feirar*, \**farsar* etc. Para dar conta desses casos, proponho a seguinte estrutura:

<sup>29</sup> Na EM, como no caso dos adjetivos, um nó de vogal temática é inserido sob *n*.

<sup>30</sup> Imagino que os substantivos agentivos terminados em -dor tenham uma estrutura parecida com a sugerida para os substantivos -nte deverbais, com -d- realizando um núcleo/traço aspectual e -or realizando o n gerado na posição de especificador de Sv. A diferença que me parece mais clara entre os dois tipos de substantivos é que nos terminados em -dor, que normalmente denotam agentes, o v certamente é [+AG].

<sup>31</sup> O *comediante* é aquele que *faz* comédia; o *comerciante* é aquele que *faz* comércio etc.



Em (12), o *Sv* significa algo como: *n* “fazer” o *Sn* (**comédia**) mais baixo. Quando o traço [imperfectivo] combina-se com o *Sv*, a atividade “fazer o *Sn*” é interpretada como habitual, como uma profissão. Nessa estrutura, o *v* representa o verbo leve *fazer*, que, no contexto, é realizado pelo item do Vocabulário Ø e, na estrutura morfológica, o *Sn* mais baixo é adjungido (concatenado) a ele. As mesmas operações morfológicas representadas em (8) se aplicam aqui para derivar a forma final do substantivo.

Considerando tudo que foi apresentado até o momento, proponho as seguintes regras de inserção para os expoentes fonológicos nos nós sintáticos/morfológicos das estruturas acima.

### 3.2.2 Itens do Vocabulário para o nó flexional F

Regras de inserção dos itens do Vocabulário em F:

- (11) /nt/ ↔ [imperfectivo]/ [gênero]<sup>32</sup> c-comandando (imediatamente) F.

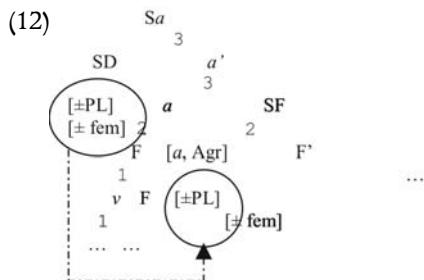
/nd/ ↔ [imperfectivo]<sup>33</sup>

/d/ ↔ [ ]

<sup>32</sup> O traço realmente definidor, a meu ver, é o de gênero, uma vez que o de número aparece também em contexto verbal, onde, suponho, será inserido outro item. Ver continuação da regra 11.

<sup>33</sup> Ainda haveria outros itens do Vocabulário associados ao imperfectivo, como o /v/ em *cantava*, por exemplo. Este item realizaria, na verdade, o feixe que reúne os traços [passado] e [imperfectivo].

Como se vê, /nt/ é, nessa proposta, o item que realizará o aspecto *imperfectivo* nos ambientes nominais, onde há traço de gênero. No caso dos adjetivos, esses traços são copiados de um SD num nó de concordância (um feixe) adjungido ao núcleo  $\alpha$ , como no esquema da estrutura morfológica apresentado abaixo:



Aqui, vemos que o nó de concordância, com traços de gênero e número, c-comanda o núcleo aspectual F. Nesta configuração, de acordo com (11), o item inserido é /nt/. Notar que o contexto sintático da árvore (8) também atende à condição estrutural para inserção de /nt/, uma vez que o irmão de F' é *n*, cujo feixe de traços também é um portador do traço de gênero.

As regras de inserção (11) propõem que /nd/ seja a realização *default* do aspecto imperfectivo (progressivo). Ou seja, é nos ambientes verbais (por exemplo, o traço aspectual c-comandado imediatamente por um núcleo de tempo), e não nos nominais, que ele será inserido. A última regra propõe que /d/ seja o realizador *default* de qualquer traço aspectual (Flexional) no português,<sup>34</sup> nas formas compostas.

#### 4 ADJETIVOS E SUBSTANTIVOS NÃO VERBAIS

Os dois últimos grupos de que trato neste pequeno estudo reúnem substantivos e adjetivos que parecem não ter ligação com verbo algum existente no português ou, quando os verbos existem, parecem não ter conexão semântica com eles. Vejamos os exemplos a seguir:

<sup>34</sup> Ver Ippolito (1999), para o italiano, e Medeiros (2004), para uma proposta semelhante em português.

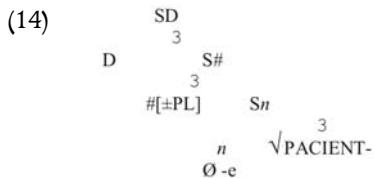
- (12) Substantivos: *gigante, corrente, ambulante, docente, coeficiente, paciente* etc.
- (13) Adjetivos: *competente, coerente, elegante, galante, paciente, clemente, decente, inocente, contente* etc.

*Gigante*, por exemplo, que significado verbal teria? A *corrente* não é algo que, necessariamente, corre ou serve a essa finalidade. O fato de uma pessoa competir não a torna *competente*. Que verbo “faz” alguém ser *decente*? E *clemente*?

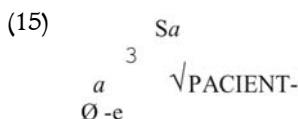
Em vista disso e das análises propostas anteriormente, a pergunta que se coloca é: é possível, como foi feito nas seções acima, separar, nos itens de (12) e (13), raízes (que aparecem em ambientes verbais) de uma seqüência fonológica (/nt/) associada à informação aspectual? Ou será que, nesses casos, a raiz do adjetivo ou substantivo é tal que a seqüência /nt/ é parte dela?

Nos itens de (12), é muito difícil crer que os falantes do português, hoje, isolem de palavras como *clemente* uma raiz  $\sqrt{\text{CLEM}}$ -, a qual se combina o /nt/ realizando um núcleo funcional qualquer. Em que outro contexto essa raiz aparece? O mesmo raciocínio vale para *paciente* (cuja origem Latina é a palavra *patiens -entis*, particípio presente de *patior* [sofrer; ser passivo]), para *competente* (do verbo latino *competo* [buscar simultaneamente]), e assim por diante. No caso de *paciente*, por exemplo, qual seria a raiz?  $\sqrt{\text{PAT}}$ ? Em que outro contexto seria encontrada? Em *patológico* ou *patologia*? Quantos são os falantes do português que conhecem essas palavras? Quais os que veriam alguma relação entre elas e *paciente*? Muito mais provável é que palavras como *paciente* ou *clemente*, originalmente formas participiais de verbos latinos, tenham sido re-analisadas por gerações de falantes. Com o desaparecimento dos verbos latinos correspondentes, os significados verbais originais dos participios perderam-se com eles, ainda que as palavras *-nte* tenham sobrevivido como adjetivos e substantivos. No caso do substantivo *paciente*, por exemplo, o que há, hoje, para provavelmente a grande maioria dos falantes do português moderno, é uma raiz cujo material fonológico é constituído não só pela raiz do verbo latino original, mas também pelo expoente fonológico /nt/ que realizava a flexão de particípio presente.<sup>35</sup> Como em (14) a seguir:

<sup>35</sup> Isso talvez não seja verdade para todos os casos em que o verbo latino se perdeu no tempo. Por exemplo, em *inocente*, a raiz  $\sqrt{\text{NOC}}$ - (do verbo *nocere* latino) aparece em *nocivo* e *inócuo*, adjetivos do português. O falante de cujo léxico essas palavras fazem parte não seria capaz de relacioná-las e descobrir a raiz compartilhada?



Em (14), *n* é fonologicamente nulo. Sob esse nó, na Estrutura Morfológica, um nó de vogal temática (OLTRA-MASSUET, 1999) é inserido, o qual será realizado pela vogal temática *-e* acima. Observe-se que no contexto nominal, a raiz ganha uma especificação de significado: “pessoa sob cuidados médicos; doente”. No contexto adjetivador abaixo, a raiz ganha outra especificação de significado: “resignado, tolerante, passivo, manso”.<sup>56</sup> Ambos os significados estão relacionadas à idéia de passividade, provavelmente a parte correspondente ao conteúdo semântico básico da raiz, que expressa um estado.



Um caso bastante interessante envolve o substantivo *corrente*. Referindo-se à água do mar que *corre* (corrente marinha), por exemplo, a palavra *corrente* tem, na proposta apresentada aqui, a estrutura (7) acima, sendo seu significado derivado do verbo *correr*. Mas não é o caso da *corrente* feita cadeias de metal, usada para, entre outras coisas, trancar portões e amarrar objetos pesados. Qual seria a composição deste significado? A primeira coisa que me ocorre, supondo a visibilidade da raiz do verbo *correr*

<sup>56</sup> Um aspecto interessante de ser discutido a respeito dos adjetivos não-verbais é a formação dos substantivos com a terminação *-(n)cia*: *clemência*, *competência*, *coerência*, *decência*, *inocência*, *paciência* etc. Se assumirmos que as raízes envolvidas são  $\sqrt{\text{CLEMENT-}}$ ,  $\sqrt{\text{COMPETENT-}}$ ,  $\sqrt{\text{COERENT-}}$  etc., duas são as possibilidades de tratamento para os substantivos mencionados: (a) anexação direta do *nominalizador* à raiz; (b) o substantivo ser derivado de adjetivo – ou seja, anexação do *nominalizador* a um adjetivo. Assumindo (a), ficamos com dificuldade em relação a substantivos como *paciente*, que parecem, esses sim, substantivos derivados diretamente da raiz, com idiossincrasia de significado (MARANTZ, 2001). Assumindo (b) evitamos esse problema e explicamos a indiscutível herança de significado em relação ao adjetivo: *xncia* é a propriedade que aquele que é xnte tem. É preciso agora somente postular uma regra fonológica que converta a africada /tʃ/ na fricativa /s/ no contexto sintático proposto.

ainda nesse contexto, é que este significado é o resultado de uma negociação entre esta raiz,  $\sqrt{\text{CORR-}}$ , que denota um modo de movimento, e um nominalizador. O problema é que parece improvável qualquer relação de significado entre a palavra *corrente* (que denota uma entidade) e um modo de movimento. O que pode ter acontecido é que, em estágios pregressos da língua, a palavra *corrente* tivesse a estrutura (7) acima, denotando a coisa que *corre através de cadeias ou em torno de polias*. Perdida a relação com o verbo *correr* por alguma geração de falantes, uma nova negociação semântica foi feita a partir da raiz CORRENT-, que basicamente denota “entidade” e, nominalizada, ganha, na Enciclopédia, o significado de “cadeia de metal”, usada com certas finalidades que só ocasionalmente têm relação com a atividade de correr.

## 5 CONCLUSÕES

No latim as formas terminadas em *-ns*, *-ntis* pertenciam à classe dos adjetivos derivados de verbo. Do ponto de vista sintático-semântico, eram adjetivos que atribuíam às entidades modificadas por eles uma ação no tempo presente ou uma ação contemporânea à ação denotada por outro verbo. Ao contrário do particípio passado, essas formas participiais, rotuladas tradicionalmente de *particípio presente*, estavam associadas à voz ativa dos verbos de que derivavam.

Procurei mostrar neste trabalho, entre outras coisas, que as formas *-nte* do português, historicamente derivadas do particípio presente latino, preservaram muitas de suas características, ainda que, ao longo do tempo, seu “valor” nominal tenha crescido em relação a seu “valor” verbal. Na proposta aqui apresentada, /nt/ é um item que realiza o traço *imperfettivo* (que pode ser interpretado progressiva ou habitualmente, dependendo do contexto) somente nos ambientes nominais (adjetivo e substantivo). O mesmo traço pode ser realizado por /nd/ (marca de gerúndio) em outros ambientes, como o ambiente verbal.

Como era de se esperar, muitas palavras originalmente participiais no latim perderam essa característica, uma vez que seus verbos de base não mais faziam parte do léxico de gerações e gerações de falantes. Re-analisadas, seus significados se distanciaram dos significados (composicionais) originais, e o material fonológico associado à informação aspectual foi absorvido por novas raízes que, nesse processo, surgiram.

## RESUMO

O objetivo deste trabalho é analisar as formas *-nte* do português brasileiro usando o arcabouço teórico da Morfologia Distribuída (MD). Essa arquitetura, creio, é a mais adequada para o tipo de problema morfológico/sintático de que pretendo tratar aqui. Nesse texto, proponho que a peça /nt/ (um item do Vocabulário, nos termos da MD) realiza não morfemas de classe de palavra, mas, como no latim, um morfema aspectual (imperfectivo) dentro da estrutura dessas formas. Este item está presente tanto nos substantivos quanto nos adjetivos, tendo, possivelmente, alomorfes. No final deste artigo, proponho que, para a maioria dos adjetivos sem base verbal, a peça de vocabulário latina /nt/ foi re-analisada como parte da fonologia de novas raízes (derivadas diacronicamente de antigas raízes verbais do latim) que surgiram durante o desenvolvimento histórico do português, não tendo mais, nesses casos, nenhuma relação com morfemas de aspecto ou tempo verbal.

**Palavras-chave:** *particípio presente; Morfologia Distribuída; formas nominais/adjetivas.*

## ABSTRACT

The purpose of this paper is to analyze Brazilian Portuguese *nte*-forms, traditionally called present participles, in the framework of Distributed Morphology (DM). This framework, I believe, is the most proper for the sort of morphological/syntactical issue I address here. In this paper, I propose that the phonological piece /nt/ (a Vocabulary item in DM's terms) spells-out not category morphemes, but, as in Latin, an aspectual morpheme (imperfective) inside the structure of the *nte*-words. This piece is present both in *nte*-nouns and adjectives, having, possibly, allomorphs. In the end of the paper, I propose that, for most *nte*-adjectives and nouns with no verbal basis, the /nt/ Latin Vocabulary item has been absorbed by new roots (derived from ancient Latin "verbal" roots) which have appeared through the historical development of Portuguese, having, thus, in these cases, no connection with aspectual or tense morphemes any more.

**Key-words:** *present participles; Distributed Morphology; nominal/adjectival forms.*

## REFERÊNCIAS

- ANDERSON, Stephen R. Inflection. In: HAMMOND, M.; NOOMAN, M. (Eds.). *Theoretical morphology: approaches in modern linguistics*. San Diego: Academic Press, 1988. p. 20-43.
- ARAD, Maya. On "little v". In: ARREGI, K. et al. (Eds.). *Papers on morphology and syntax, cycle one. MIT Working Papers in Linguistics*, v. 33, Cambridge, p. 1-25, 1999. MITWPL.
- \_\_\_\_\_. *Locality constraints on the interpretations of roots: the case of Hebrew denominal verbs*. Disponível em: <<http://web.mit.edu/~marantz/Public/>> Acesso em: 20 set. 2004. (2002)
- CHOMSKY, Noam. Remarks on nominalization. In: JACOBS, R.; ROSENBAUM, P. (Eds.). *Readings in English transformational grammar*. Waltham MA, Ginn and Co. Reprinted in CHOMSKY, Noam. *Studies on semantics in generative grammar*. The Hague: Mouton, 1972.
- \_\_\_\_\_. *The minimalist program*. Cambridge Mass: MIT Press, 1995.
- \_\_\_\_\_. New perspectives in the study of language. In: NOAM CHOMSKY NA UFRJ. Rio de Janeiro: COPPE/UFRJ, 1997.
- \_\_\_\_\_. *Minimalist inquiries: the framework*. Cambridge, MA: MIT, ms., 1998.
- \_\_\_\_\_. *Derivation by phase*. MIT, 1999. Texto datilografado.
- \_\_\_\_\_. Beyond explanatory adequacy. *MIT Occasional Papers in Linguistics*. Cambridge, MA: MITWPL, 2001. v. 20.
- EMBICK, David. Features, syntax, and categories in the Latin perfect. *Linguistic Inquiry*, v. 31, p. 185-230, 2000.
- \_\_\_\_\_. *Blocking effects and analytic/synthetic alternations*. Disponível em: <[www.ling.upenn.edu/~embick/ab.html](http://www.ling.upenn.edu/~embick/ab.html)> Acesso em 12 maio 2005.
- EMBICK, David; HALLE, Morris. On the status of *stems* in morphological theory. Disponível em: <<http://www.ling.upenn.edu/~embick/stem.pdf>> Acesso em: 13 maio 2004.
- HALLE, Morris. Distributed morphology: impoverishment and fission.. In: BRUENING, Benjamin; KANG, Yoonjung; MCGINNIS, Martha. (Eds.). *MIT Working Papers in Linguistics*, v. 30: Papers at the interface, Cambridge: MITWPL, 1997. p. 425-449.
- HALLE, Morris; MARANTZ, Alec. Distributed morphology and the pieces of inflection. In: HALE, Kenneth; KEYSER, S. Jay. (Eds.). *The view from building 20*. Cambridge: MIT Press, 1993. p. 111-176.
- \_\_\_\_\_. Some key features of distributed morphology. In: CARNIE, Andrew; HARLEY, Heidi (Eds.). *MIT Working Papers in Linguistics*, v. 21: Papers on phonology and morphology. MITWPL, Cambridge, p. 275-288, 1994.
- HARLEY, Heidi; NOYER, Rolf. (1999). State-of-the-article: distributed morphology. Disponível em: <<http://linguistics.arizona.edu/~hharley/PDFs/HarleyNoyerDM1999.pdf>> Acesso em: 12 mar. 2003.
- IPPOLITO, Michela. On the Past Participle Morphology in Italian. Papers on Morphology and Syntax, Cycle One, ARREGI, K. et al. (Eds.). *MIT Working Papers in Linguistics*, v. 33, Cambridge, MA, p. 111-137, 1999.
- LEVIN, B. Objecthood: an event structure perspective. *CLS* 35, v. 1, 1999.

- MARANTZ, Alec. No escape from syntax: don't try morphological analysis in the privacy of your own lexicon. *University of Pennsylvania Working Papers in Linguistics*, DIMITRIADIS, A.; SIEGEL L. et al. (Eds.). v. 4.2, Proceedings of the 21st Annual Penn Linguistics Colloquium, p. 201-225, 1997.
- \_\_\_\_\_. *Morphology as Syntax*: paradigms and the ineffable, (the Incomprehensible and Unconstructable), 1999. Handout.
- \_\_\_\_\_. (2001). *Words*. Disponível em: <<http://web.mit.edu/~marantz/Public/ALI/Handouts>> Acesso em: 20 set. 2004. Handout.
- \_\_\_\_\_. (2003). Subjects and objects. Disponível em: <<http://web.mit.edu/~marantz/Public>>. Acesso em: 17 out. 2004. Handout.
- MARVIN, Tatjana. *Topics in the stress and syntax of words*. Cambridge, 2002. Dissertation (Doctoral) - MIT.
- MEDEIROS, Alessandro. *Sintaxe e semântica do particípio passado*. Rio de Janeiro, 2004. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- OLTRA-MASSUET, Isabel. On the constituent structure of catalan verbs. Papers on Morphology and Syntax, Cycle One, ARREGI, K. et. al. (Eds.). *MIT Working Papers in Linguistics*, v. 33, Cambridge, MA, p. 279-322, 1999.



# LANGUAGE PHYLOGENY AND THE EVOLUTION OF SEMANTIC COMPLEXITY

*Filogenia da Linguagem e a Evolução  
da Complexidade Semântica*

Fernando Orphão de Carvalho\*

## INTRODUCTION

Questions concerning the evolutionary origin of human language are now the focus of a rapidly growing and systematic body of research (e.g., Pinker (1994), Christiansen; Kirby (2003), Hurford, Studdert-Kennedy; Knight (1998), Nowak; Krakauer (1999), Calvin; Bickerton (2000), *inter alia*). Although neuroscientists, philosophers and anthropologists have been interested on the topic for slightly different reasons, from the point of view of modern linguistic theory, the emergence of ‘evolutionary linguistics’ is the ultimate implication of a 50 years old research program that strives to build a coherent picture of the linguistic capacity of *Homo sapiens* within a broader understanding of human cognition and behavior (Chomsky (1965, 2001), Pinker; Bloom (1990), Hauser; Chomsky; Fitch (2002)).

In this work we offer a model on the evolution of a particular piece of natural languages grammars that shows, among other things, how a cooperative effort between evolutionary linguistics and semantic theory may be directly illuminating to the field. This necessary cross-talk between semantic theory and evolutionary linguistics has lagged behind in relation to

\* UnB.

equivalent applications for other sub-disciplines of linguistics, such as phonology and syntax (cf. Hurford; Studdert-Kennedy; Knight (1998)). The work is embedded, in both methodology and substance, within a theoretical framework for Evolutionary Linguistics currently under development (Carvalho (2005), Carvalho (submitted), Carvalho (in prep.)).

## SOME BACKGROUND ON EVOLUTIONARY THEORY

As the central source of theoretical integration for the biological sciences (Dobzhansky et al. (1977)), Evolutionary Theory furnishes a rationale for the pursuit of many kinds of questions: one may be interested on the evolutionary interpretation of the fossil record (Simpson (1944)), on the mechanisms of inheritance and replication (Dawkins (1976), Williams (1975)) or on the emergence and maintenance of complex adaptive structures (Dawkins (1983), Maynard Smith (1969)).

As I argue elsewhere (Carvalho (in prep.)), evolutionary linguistics (and maybe, theories about the evolution of cognition in general) should concentrate on the construction of hypothesis concerning the phylogenetic distribution of cognitive traits involved in linguistic behavior, which implies also hypothesis on putative character-state transitions, their characteristics in ancestral stages as well as a primary role for comparative data and criteria for hypothesis-choice.<sup>1,2</sup> Granting that this is not the correct place for the justification of this position, some remarks are nonetheless necessary.

Within the primarily historical approach to phylogenetic reconstruction (Kemp (1985), Kluge (1999)) two complementary but independent ways to approach the problem are usually described (cf. Lauder (1982), Desutter-Grandcolas et al. (2003), O'Hara (1988)): on one hand, the researcher may focus its study on the chronicle of the character-state transitions that occurred during the process of phylogenetic descent under scrutiny, on the other he may suggest hypothesis on the scenario of evolutionary forces and processes that caused the character transformations to come about and ultimately promoted their fixation or maintenance within particular populations. This division of labor for evolutionary studies has also been success-

<sup>1</sup> Another useful consequence of this program is that the use of phylogenetic reconstruction models forces the language evolution researcher to spell-out clearly its background assumptions on the nature of evolutionary processes (Kemp (1985)), a situation that is obviously at variance with the current standards of inquiry in the field.

<sup>2</sup> This approach differs markedly, but is complementary to, the standard approach within evolutionary psychology (cf. Tooby; Cosmides (1989)).

fully applied to the study of the evolution of hominid and primate social behavior (Foley; Lee (1989)) and has been seen as a topic of major relevance for the social sciences (Boyd et al. (1997)).

The first approach is deeply related to some central topics currently under debate within Evolutionary Theory, such as the nature of the “phenotypic space” of possible characters, the role of constraints and the issue of complexity in evolution (Kauffman (1993), Lauder (1982), McShea (1991)). It is exactly this question that will be addressed by the present work in a more direct fashion. Even though the other, “functional” question, is clearly the central concern of any evolutionary study (Mayr (1961)), it will be discussed without deeper considerations in the final section.

## 1 GRAMMARS AND THEIR (LONG) HISTORY

Along with some recent trends in Linguistic Theory (Chomsky (1995), Kean (2003)) we will accept, as a minimal specification for natural languages grammars, a definite relation  $R(S, P)$  holding between “sound” (here,  $P$ ) and “meaning” (here,  $S$ ). Although obviously simplistic, models of this kind have also been useful in Learnability Theory (Wexler; Culicover (1980)) as well as in Evolutionary Theory (Boyd; Richerson (1985)), when empirical faithfulness may be relaxed if some improvement in comprehension is achieved. Beyond this gross statement, we can further specify our model in the following directions: (1) the set  $P$  stands actually for some non-empty set of “units of implementation”, not necessarily of an acoustic-vocal modality; (2)  $S$  stands for a non-empty set of “information” units coded in the signals used for communication; specifically, it denotes information in a sense closer to “meaning” or “representations” (intentions) and not information in the technical sense of the mathematical theory of information, quantified as “ambiguity” decrease. And finally (3) we define  $R(S, P)$  as a very specific kind of relation, namely a bijective function. This means that  $R(S, P)$  defines a set  $S \times P$  (a cartesian product), such that  $S \times P = \{<x_i, y_i> / x_i \in S, y_i \in P\}$ . This much said, our preliminary relation  $R(S, P)$  may stand for an arbitrary set of signals employed for communication.

Before moving ahead, a comment is needed. One may wonder what does it mean to say that a sound-meaning pairing relation is the “minimal specification” for a grammar or an intentional communication device of a different sort. I will assume the position, accepted among generative linguists since the demise of the Derivational Theory of Complexity, that linguists are working at a level of analysis similar to the level proposed by

David Marr (1982) to the task of describing cognitive agents as information-processing mechanisms where the function or problem to be computed is specified (cf. Berwick; Weinberg (1984)). Then, to say that some particular object or property is part of this “minimal” specification might mean that any of the possible algorithmic (“low-level”) approaches to the computational problem will need to instantiate or represent it. In the case of natural language, the existence of apparently misplaced elements heading chains derived through movement is a strong candidate for the status of one such “minimal” element (Pesetsky (1997)).

As it stands, it is obvious that in order for the definition of our putative pre-grammatical system of communication to work, we need the domain set,  $S$ , to be “equinumerous” to the range set  $P$ . That is, it should be the case that  $|S| = |P|$ . Assuming however that  $S$  grows too large, there is a way to bring order to our system. In terms of a set of signals used for communication, “order” could mean what Optimality-Theoretic systems for syntax call ‘interpretability’ (Pesetsky (1997)): all the semantic signals (members of  $S$ ) should find some way to be coded into the “interface” code of the implementing system (members of  $P$ ). The way whereby this kind of interpretation demand may be fulfilled is through the action of a simple combinatorial principle called “the Pigeonhole Principle”: in intuitive terms it states that whenever you have  $n+1$  pigeons trying to match into  $n$  pigeonholes then it is the case that some pigeonhole will house more than one pigeon. In more formal terms, it means that formal objects like  $\langle x_1, x_i \dots x_n; y_i \rangle$ , for  $x_i \in S$  and  $y_i \in P$  are now allowed within the set of objects defined by our function  $R(S, P)$ . As it turns out, this kind of object, allowing for many-to-one mappings of meaning units into implementing units, is exactly the sort of object that results from the application of morphological principles forcing (lexically) distinct bundle of features to cluster (e.g., Harley; Noyer (1999), Embick; Noyer (2001)). As a final note, the application of the Pigeonhole Principle is theoretically coherent with our assumption, made explicit in the previous paragraph, about which level of analysis we are working at, given that the principle in itself *does not* provides an algorithm to find the complex objects that it allows for, it only states that such objects exist (cf. Brualdi (1998)).

I would like to insist in the point, denied by some commentators of earlier drafts of this paper, that the above mentioned (cf. Abstract) convergence of results does not trivialize the model here presented. Indeed, not only Game Theoretic models of language evolution, but also some studies on the ontogeny of language, seem to suggest a “critical mass” scenario (e.g. Marchman; Bates (1994)), where an enlargement in the number of inde-

pendent signals ("words") may lead to dramatic reorganizations of our system, maybe converging on the appearance of grammar-like patterns, such as clustering or concatenation. Nevertheless, to say that there are "trivializing" implications between these results really ignores all the fun about these hypotheses. The present work was founded upon the analysis of possible chains of "character states" whereby a small part of the human language faculty may have passed during its evolution. It is mainly a talk about phenotypes and the relevant phenotypic space to represent different character states or taxa in a phylogenetic analysis. This result was held to be significant for the continuity/discontinuity debate because most of the alternative accounts of language evolution that argued for discontinuity did so on the basis that they could not conceive of a gradual transition from whatever you may consider an "ancestral communication system" to language, through a series of functional states (e.g. Bickerton (1990)). This kind of result, significantly modest from the perspective of an ideal and exhaustive account of the phylogenetic origins of language, cannot tell under which conditions this "grammar like" device of communication would be an "unbeatable strategy" for a population of speakers, whether there are many different such strategies or whether there is none. This is the task of Evolutionary Game Theory. In a classic text of the field, John Maynard Smith (1982) notes how these two approaches have been largely independently carried by researchers:

... In practice, too much effort is put into seeking an optimum and not enough into defining the phenotype set. In the Hawk-Dove Game, for example, considerable sophistication has been devoted in analysing the game, but the strategy set is ridiculously naïve. (...) My reply to this complaint would be that it wrongly identifies the purpose of the Hawk-Dove Game, which is not to represent any specific animal example, but to reveal the logical possibilities (for example, the likelihood of mixed strategies) inherent in all contest situations. *When confronted with specific cases, much more care must be taken in establishing the strategy set.* (p. 5-6, Italics mine).

The quotation above demonstrates not only the complementary roles played by evolutionary game theory and by the creation of hypothesis concerning character states and their interrelations, but also shows how the latter can inform the former. In special, the present work is about not being "ridiculously naïve" about the relevant phenotypes.

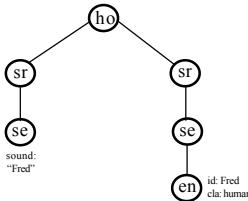
## 2 MEANING MEETS THE NATURAL WORLD

We can now present some hypothesis, available in the literature on language evolution, that may possibly account for this enrichment of semantic representations, that in turn, following our scenario above described, might have lead to some crucial reorganizations in some putative ancestral communication device.

First of all, it is interesting to observe how the approach described in this paper seems to be reasonable from the point of view of phylogenetic analysis. As we try to account for some of the descriptions of the communication repertoires of non-human primates, we can see that the application of the Pigeonhole Principle is subject to functional constraints ("communicative functions") and isn't in any sense a necessary outcome of an increase in semantic complexity. Some well-described primate species, such as the Gelada (*Cercopithecus aethiops*) or some species of baboons (*Papio cynocephalus ursinus*) show a striking asymmetry: on the one hand they show amazingly complex cognitive capacities to represent and manipulate information concerning features of their social world (e.g., third-party relations; kinship/status ranking of different individuals) but nonetheless, not even a small fraction of this complex knowledge network is actualized in their (rich) system of vocal communication (cf. Cheney; Seyfarth (1990), Seyfarth; Cheney; Bergman (2005)). The burden of the research could then be focused on the specification of the adaptive problems and selective pressures that, in our lineage, effected that contingent transition and caused the spread and improvement of communication devices with semi-grammatical routines at the expense of simpler one that consisted in little more than sets of independent signals, as presented in the previous section.

From this perspective we can start from the observation that many researchers have pursued the idea that many of the unique intellectual and behavioral capacities of primates, as well as their high levels of encephalization, may be due to strong adaptive pressures for cognitive processes related to "social navigation" (Humphrey (1976)). The different incarnations of this proposal have been diversely labeled, such as "the social brain hypothesis" (Dunbar (2003)) or the "Machiavellian intelligence hypothesis" (Byrne; Whiten (1988)) but the rationale behind them is the same. Relative to the representational capacities underlying language, Robert Worden (1998) proposed that the hierarchical organization of syntactic-semantic knowledge in natural languages furnishes a direct testimonial to the representational basis of social knowledge from which it was co-opted during evolution. Worden uses a single formal apparatus to describe the primate-typical social

knowledge database and to represent small pieces of natural language semantics (fig.1). This kind of “script” representation is extremely popular in AI knowledge engineering:



## F

Fig.1. A script in Robert Worden's notation for representing primate social knowledge networks and (possibly) syntactic-semantic knowledge too.

One of the striking implications of work under the aegis of the “social brain hypothesis” is that it also calls for an integration of semantic theories with non-linguistic domains of representation. Under this perspective, psycholinguistic work such as those developed by Ray Jackendoff, Leonard Talmy and Steven Pinker are really welcomed in this integrative effort (e.g., Jackendoff (1983)). Together with the growing interest in ‘cognitive ethology’ approaches to the study of animal behavior (Griffin (1992)) this promising line of research is suggesting that many of the cognitive underpinnings for linguistic behavior are actually quite ancestral traits, and not the result of unique events and contingencies of our recent hominid history (cf. Marcus (2004)).

Alex Martin’s work on visual imagery and higher level visual processing as representations co-opted to language during evolution offers another promising line of research on the role of semantics in understanding language evolution (e.g., Martin (1998)). The idea relies on the existence of uniquely primate temporal lobe regions (Sanides (1975)) that support the processing of object-related features as well as their matching with previous experienced stimuli. The relation with language is established by the huge amount of evidence (cf. Damasio (1990), Usui et al. (2003), Hickok; Poeppel (2004)) pointing to the fact that the temporal lobe homologues in humans act in the storage of semantic representations and play some role too in their conversion into phonological information.

This last section of our presentation sketches some lines of research that are, in our opinion, highly promising to the task of unraveling the adaptive nature of language and its phylogenetic status. The so-called “social brain hypothesis” furnishes a powerful research program and theoretical integrative force for a range of disciplines, from primatology and paleo-

anthropology to evolutionary psychology and neuroscience. Studies on the representation of knowledge in primate brains lends support to the hypothesis that higher-level visual areas (mainly those concerned with object recognition in posterior temporal areas) and higher level sensory cortices related to socially significant tasks such as individual recognition, could have been co-opted as storage sites for semantic features assembled to form lexical items (Martin (1998), Pulvermüller (2003)) As we argue elsewhere, (Carvalho (in prep.)) the other approaches that emphasize both comparative as well as neuroscientific data should be taken seriously as a way to constrain the densely populated space of hypothesis that abound in the field of 'evolutionary linguistics'.

### 3 SUMMARY AND CONCLUSION

In this work we presented some work in progress concerning a specific hypothesis, as well as a particular research program that legitimates it, within the rapidly growing field of approaches to the evolutionary characterization of our language faculty. The hypothesis is acknowledged as being still in an undesirable form relative to an ideal framing (i.e., neuroscientific or neurocomputational) that, in our view, maximizes the fruitfulness of traditional phylogenetic approaches. In particular, the framing of the functional hypothesis here sketched in terms of a full-fledged processing theory (e.g., Anderson's ACT-R (Anderson et al. (2004))) should make possible the establishment of a number of processing constraints (e.g., working-memory loads, list- and frequency-effects on particular lexical items) that, taken as background assumptions on the system's efficiency, could (or not) select for the reorganization that we propose in this paper (i.e., the use of the Pigeonhole Principle) as an optimal solution for the system that deviates from simple bijectivity between signal and meaning units. If our proposed strategy in no way follows from independently motivated constraints under some criteria of optimality, then the hypothesis may be doubted. In this way, and contrary to some comments of referees on drafts of this paper, the hypothesis is actually testable, but only with some utterly necessary auxiliary hypothesis. These qualifications are in harmony with our observations on the allocation of the present work within Marr's research strategy for the analysis of cognitive agents (cf. section 1), as questions of efficiency, resource allocation and so on are posed at a lower level of algorithmic specification.

Some of the most significant aspects of our hypothesis deal with the role that semantic theory, among all subfields of linguistics, might play in a coherent and exhaustive evolutionary linguistics. Although our semi-formal model focuses on a rather simplistic notion of semantic complexity, assessed by the size of set  $S$ , it may, nevertheless, prompt the hypothesis to some low-level description in computational terms. These aspects are highlighted by pointing out the relevance of independently motivated hypothesis and approaches in bringing about this absolutely demanding and rich theoretical contact, as exemplified by the putative relations between the semantic substrate of language and general cognitive and perceptual adaptations of the primate order.

## ABSTRACT

This paper addresses one specific hypothesis on the phylogeny of the human language faculty where semantic theory might play a central role. It is shown how an increase in semantic complexity within a hypothesized communication device may lead, through the action of a single combinatorial principle, to the emergence of a set of well-known grammatical representations afforded by UG, namely, a mapping relation including morphological subroutines. Comparative data from non-human primate cognition is taken into account and a sketch of the possible functional forces behind the transition from morphology-less grammars is examined. The hypothesis presented converges with independent work on language ontogeny (e.g., MARCHMAN; BATES (1994), PLUNKETT; MARCHMAN (1993)) as well as with results from game-theoretic approaches to language evolution (NOWAK; KRAKAUER (1999), NOWAK; PLOTKIN; JANSEN (2000)). Besides this striking result, a strong connection with Linguistic Theory and the rest of Cognitive Science is enforced, a state of affairs not easily found in the general literature on the evolution of language.

**Key-words:** *language evolution; semantic theory; grammar-cognition interfaces.*

## RESUMO

O presente trabalho examina uma hipótese particular acerca da caracterização evolucionária da faculdade humana de linguagem em que a teoria semântica pode ter um papel crucial.

Mostra-se, em particular, como o aumento na complexidade de um mecanismo hipotético de comunicação pode levar, através da ação de um princípio combinatório simples, a emergência de um conjunto específico de representações fornecido pela GU, permitindo a presença de mapeamentos capazes de definir rotinas morfológicas. Dados comparativos relativos à cognição de primatas não-humanos são levados em consideração, assim como algumas hipóteses acerca das forças funcionais por trás das transições a partir de mecanismos nos quais as representações morfológicas estejam ausentes, são examinados. A hipótese articulada converge com uma série de trabalhos sobre a ontogênese da linguagem (e.g., MARCHMAN; BATES (1994), PLUNKETT; MARCHMAN (1993)) e com resultados advindos da Teoria dos Jogos (NOWAK; KRAKAUER (1999), NOWAK; PLOTKIN; JANSEN (2000)). Além desse resultado significativo (que insistimos como não sendo de modo algum trivial) uma ligação forte com a Teoria Lingüística e com as Ciências Cognitivas é reforçada, uma situação que nem sempre é contemplada na literatura sobre a evolução filogenética da linguagem.

**Palavras-chave:** *evolução da linguagem; teoria semântica; interfaces cognição-gramática.*

## REFERENCES

- ANDERSON, J. et al. An integrated theory of mind. *Psychological Review*, v. 111, n. 4, 2004.
- BERWICK, R.; WEINBERG, A. *The grammatical basis of linguistic performance*, 1984. MIT Press.
- BOYD, R.; RICHERSON, P. *Culture and the evolutionary process*. Chicago: University of Chicago Press, 1985.
- \_\_\_\_\_. et al. Are cultural phylogenies possible? In: WEINGART, P. et al. (Eds.). *Human by Nature, Between Biology and the Social Sciences*. Lawrence Erlbaum Associates, 1997.
- BRUALDI, R. *Introductory combinatorics*. [S.l.]: Prentice Hall, 1998.
- BYRNE, R.; WHITEN, A. *Machiavellian Intelligence*. Oxford: Oxford University Press, 1988.
- CALVIN, W.; BICKERTON, D. *Lingua Ex Machina*. 2000. MIT Press.
- CARVALHO, F. O. *A morfologia como parte de FLN (Faculty of Language Narrow)*. Trabalho apresentado no 4. Congresso Internacional da Associação Brasileira de Lingüística - Abralin, 2005.
- \_\_\_\_\_. *Why 5% of grammar is good enough*. Submitted.
- \_\_\_\_\_. *Princípios de evolução da linguagem: fundamentos biológicos da teoria lingüística*. Monograph (Undergraduate) - Universidade de Brasília (UnB). No prelo.
- CHENEY, D.; SEYFARTH, R. *How monkeys see the world*. Chicago: University of Chicago Press, 1990.

- CHOMSKY, N. *Aspects of the theory of syntax*. Cambridge: MIT Press, 1965.
- \_\_\_\_\_. *The minimalist program*. Cambridge: MIT Press, 1995.
- \_\_\_\_\_. Beyond Explanatory Adequacy. Cambridge, Massachusetts, 2001. *MIT Occasional Papers in Linguistics* 20.
- CHRISTIANSEN, M.; KIRBY, S. Language evolution: consensus and controversies. *Trends in Cognitive Sciences*, v. 7, n. 7, 2003.
- DAMASIO, A. Category-related recognition defects as a clue to the neural substrates of knowledge. *Trends in Neurosciences*, v. 13, 1990.
- DAWKINS, R. *The selfish gene*. Oxford: Oxford University Press, 1976.
- \_\_\_\_\_. Universal darwinism. In: BENDALL, D. (Ed.). *Evolution from molecules to men*. Cambridge: Cambridge University Press, 1983.
- DESUTTER-GRANDCOLAS, L.; D'HAESE, C.; ROBILLARD, T. The problem of characters suscetible to parallel evolution: with emphasis on cave-life phenotypic evolution. *Cladistics*, v. 19, 2003.
- DOBZHANSKY, T. et. al. *Evolution*. New York: W.H. Freeman & Co., 1977.
- DUNBAR, R. The social brain: mind, language and society in evolutionary perspective. *Annual Review of Anthropology*, v. 32, 2003.
- EMBICK, D.; NOYER, R. Movement operations after syntax *Linguistic Inquiry*, v. 32, 2001.
- FOLEY, R.; LEE, P. Finite social space, evolutionary pathways and reconstructing hominid behaviour. *Science*, v. 243, 1989.
- GRIFFIN, D. *Animal minds*. Chicago: University of Chicago Press, 1992.
- HARLEY, H.; NOYER, R. Distributed morphology. *Glot International*, v. 4, 1999.
- HAUSER, M.; CHOMSKY, N.; FITCH, T. The faculty of language: what is it, who has it and how did it evolve? *Science*, v. 298, 2002.
- HICKOK, G.; POEPPEL, D. Dorsal and ventral streams: a framework for understanding aspects of the functional organization of language. *Cognition*, v. 92, 2004.
- HURFORD, J.; STUDDERT-KENNEDY, M.; KNIGHT, C. (Eds.). *Approaches to the evolution of language*. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.
- JACKENDOFF, R. *Semantics and cognition*. 1983. MIT Press.
- KAUFFMAN, S. *The origins of order: self-organization and selection in evolution*. Oxford: Oxford University Press, 1993.
- KEAN, M.-L. Syntactic deficits in aphasia: was Wernicke right after all? *Brain and Language*, v. 87, 2003.
- KEMP, T. Models of diversity and phylogenetic reconstruction. In: DAWKINS, R.; RIDLEY, M. (Eds.). *Oxford surveys in evolutionary biology*. Oxford University Press, 1985. v. 2.
- KLUGE, A. The science of phylogenetic systematics: explanation, prediction and test. *Cladistics*, v. 15, 1999.
- LAUDER, G. Historical biology and the problem of design. *Journal of Theoretical Biology*, v. 97, 1982.
- MARCHMAN, V.; BATES, E. Continuity in lexical and morphological development: a test for the critical mass hypothesis. *Journal of Child Language*, v. 21, 1994.

- MARCUS, G. Before the word. *Nature*, v. 431, 2004.
- MARR, D. *Vision*. New York: W.H. Freeman. 1982.
- MARTIN, A. Organization of semantic knowledge and the origin of words in the brain. In: JABLONSKI, N.; AIELLO, L. (Eds.). *The origin and diversification of language*. Memoirs of the California Academy of Sciences 24. 1998.
- MAYNARD SMITH, J. The status of neo-darwinism. In: WADDINGTON, C. (Ed.). *Towards a theoretical biology*. Edinburgh: Edinburgh University Press, 1969.
- MAYR, E. Cause and effect in biology. *Science*, v. 134, 1961.
- MCSHEA, D. Complexity and evolution: what everybody knows. *Biology and Philosophy*, v. 6, 1991.
- NOWAK, M.; KRAKAUER, D. The evolution of language. *Proc. Natl. Acad. Sci. USA* 96. 1999.
- NOWAK, M.; PLOTKIN, J.; JANSEN, V. The evolution of syntactic communication. *Nature*, v. 404, 2000.
- O'HARA, R. Homage to clio, or, Toward a historical philosophy for evolutionary biology. *Syst. Zool.* v. 37, 1988.
- PESETSKY, D. Optimality theory and syntax: movement and pronunciation. In: ARCHANGELI, D.; LANGENDOEN, T. (Eds.). *Optimality theory: an overview*. [S.l.]: Blackwell, 1997.
- PINKER, S. *The language instinct*. New York: Harper Collins, 1994.
- \_\_\_\_\_; BLOOM, P. Natural language and natural selection. *Behavioral and Brain Sciences*, v. 13, n. 4, 1990.
- PLUNKETT, K.; MARCHMAN, V. From rote learning to system building: acquiring verb morphology in children and connectionist nets. *Cognition*, v. 48, 1993.
- PULVERMULLER, F. *The neuroscience of language*: brain circuits of words and serial order. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.
- SANIDES, F. Comparative neurology of the temporal lobe in primates including man with reference to speech. *Brain and Language*, v. 2, 1975.
- SEYFARTH, R.; CHENEY, D.; BERGMAN, T. Primate Social cognition and the origins of language. *Trends in Cognitive Science*, v. 9, n. 6, 2005.
- SIMPSON, G. *Tempo and mode in evolution*. New York: Columbia University Press, 1944.
- TOOBY, J.; COSMIDES, L. Adaptation versus Phylogeny: The role of animal psychology in the study of human behavior. *International Journal of Comparative Psychology*, v. 2, 1989.
- USUI, K. et al. Conversion of semantic information into phonological representation: a function in left posterior basal temporal area. *Brain*, v. 126, 2003.
- WEXLER, K.; CULICOVER, P. *Formal principles of language acquisition*. Cambridge: MIT Press, 1980.
- WILLIAMS, G. *Sex and evolution*. Princeton: Princeton University Press, 1975.
- WORDEN, R. The evolution of language from social intelligence. In: HURFORD, J.; STUDDERT-KENNEDY, M.; KNIGHT, C. (Eds.). *Approaches to the evolution of language*. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.

# OS TRAÇOS TEMPORAIS E AS SENTENÇAS DE ALTERNÂNCIA ERGATIVA DO PORTUGUÊS BRASILEIRO\*

*Temporal traces in Ergative Alternation  
Sentences in Brazilian Portuguese*

Indaiá de Santana Bassani\*\*

Ana Paula Scher\*\*\*

## 1 INTRODUÇÃO

As Sentenças de Alternância Ergativa (SAEs) são bastante produtivas em português brasileiro (doravante PB). Tal fato tem sido notado por vários pesquisadores, entre eles Whitaker-Franchi (1989) e Moreira (2003), que atentam para uma expansão no uso de tais sentenças pelos falantes de PB. As SAEs se formam com verbos que permitem uma alternância entre seu uso transitivo e intransitivo (inacusativo),<sup>1</sup> como se vê a seguir:

\* Nossos agradecimentos aos pareceristas que comentaram este trabalho. As observações feitas por eles que não puderam ser incorporadas a este texto constituem material fundamental para a continuidade da pesquisa.

\*\* Universidade de São Paulo. bassani@usp.br

\*\*\* Universidade de São Paulo. anascher@usp.br

<sup>1</sup> Essa classe de verbos transitivos que se realizam como intransitivos recebe denominações variadas na literatura; no PB, Whitaker-Franchi (1989) as chama de “Verbos de Alternância Ergativa”, enquanto que Souza (1999) prefere chamá-las de “Verbos de Alternância Causativa”. Neste trabalho seguiremos Whitaker-Franchi.

- (1) Transitiva: A Maria quebrou o copo.
- (2) Intransitiva: O copo quebrou. / Quebrou o copo.
- (3) Transitiva: O menino furou a bexiga.
- (4) Intransitiva: A bexiga furou. / Furou a bexiga.

Embora a alternância ergativa exista e seja produtiva em PB, nem todos os verbos transitivos podem se realizar como intransitivos, como vemos nos exemplos de (5) a (8).

- (5) O João ama a Maria.
- (6) \*A Maria ama.
- (7) O Pedro jogou futebol.
- (8) \*Futebol jogou.

Sabe-se que as propriedades temáticas do objeto interferem na formação de SAEs. Objetos afetados e pacientes<sup>2</sup> permitem tal alternância enquanto que outros papéis temáticos, como beneficiário, experienciador, objetivo, valor, locativo ou resultativo, não permitem.<sup>3</sup> A literatura já mostrou tais restrições (WHITAKER-FRANCHI, 1989; SOUZA, 1999), mas acreditamos que há outras restrições semânticas para a produtividade desse tipo de sentença. Partimos da hipótese de que nem todos os tipos de eventualidades<sup>4</sup> se expressam por SAEs. Em outros termos, pensamos que o tipo de eventualidade denotada pela sentença parece constituir um fator restritivo à produção de SAEs.

<sup>2</sup> A definição de objeto afetado é bastante complexa. Aqui estamos usando a noção mais ampla de objeto que sofre uma determinada mudança em seu estado, como em *quebrar o vaso* ou *derreter o gelo*.

<sup>3</sup> Para um dos pareceristas deste artigo, a combinação de um verbo causativo com argumento externo causa e com argumento interno afetado é a responsável pela possibilidade de ocorrência de SAEs. Uma sentença como *A Ana abriu a porta*, no entanto, admite a alternante ergativa, *A porta abriu*, mesmo sem a presença de um argumento interno afetado. O mesmo ocorre com o par *João girou o cata-vento*/O *cata-vento girou*. Se admitirmos que os argumentos internos *a porta* ou *o cata-vento* nas sentenças acima são afetados, teremos de admitir que os argumentos internos *o meu cabelo* e *as casas de madeira* em, respectivamente, *Esse dente quebrado do meu pente puxou o meu cabelo* e *O vento arrastou as casas de madeira* também são afetados. Se fizermos isso ficaremos sem explicação para a impossibilidade das alternantes ergativas *\*Meu cabelo puxou* e *\*As casas de madeira arrastaram*.

<sup>4</sup> Seguindo Bach (1986, p. 6), usaremos o termo *eventualidade* para designar a referência das três categorias principais de sentenças, nomeadamente, Estados, Atividades e Eventos.

Neste trabalho, tentaremos, portanto, sistematizar mais algumas restrições de natureza semântica ao processo de formação das SAEs, apontando o importante papel que a natureza aspectual do predicado que as deriva desempenha nesse processo.

O presente trabalho se organiza da seguinte maneira: na seção 2, descreveremos a forma e interpretação que as SAEs podem assumir no PB. Em seguida, na seção 3, verificaremos os tipos de eventualidades e a formação de SAEs, para, na seção 4, discutirmos questões originadas durante a análise. Finalmente, a seção 5 conclui o trabalho.

## 2 SAEs: CONSIDERAÇÕES QUANTO À SUA FORMA E INTERPRETAÇÃO

As SAEs são pares de sentenças que alternam entre, por um lado, uma sentença em que há dois participantes – o argumento externo e o argumento interno do verbo – e, por outro lado, uma sentença em que há apenas um participante – o argumento interno do verbo.<sup>5</sup> Esse fenômeno ocorre em línguas nominativas, como o Português e o Inglês; porém o termo *ergativo* vem de uma analogia um pouco forçada com as línguas ergativas, como o Basco, em que ao complemento verbal de uma sentença transitiva e ao sujeito de uma sentença intransitiva é atribuído o mesmo tipo de Caso. Esse Caso, por sua vez, difere do que se atribui ao sujeito de uma sentença transitiva.<sup>6</sup> As sentenças abaixo são exemplos de SAEs no PB. Nos pares (9)/(10) e (11)/(12), o papel temático do argumento interno das sentenças transitivas (*blusa* e *navio*) é o mesmo do único argumento das sentenças intransitivas.

- (9) Transitiva: O João rasgou a blusa.
- (10) Inacusativa: A blusa rasgou.

<sup>5</sup> Ramchand (2003, p. 3) define os ergativos como uma classe de verbos que ocorrem tanto em uma versão intransitiva, com um argumento interno, quanto em uma versão transitiva, com argumento externo e interno.

<sup>6</sup> Souza (1999, p. 18) diz que a apropriação do termo *ergativo* é “um grande engano terminológico”. Manteremos esse termo neste trabalho, seguindo Burzio (1986) e Whitaker-Franchi (1989). A analogia existente entre as línguas ergativas e o termo *ergativo* deve ser feita com ressalvas, porque o fenômeno que ocorre nas línguas ergativas é diferente do fenômeno de ergatividade em línguas nominativas. O uso desse termo deve ser considerado, portanto, como uma simples apropriação terminológica, e não exatamente como uma identidade lingüística.

- (11) Transitiva: O exército afundou o navio.
- (12) Inacusativa: O navio afundou.

O tema da alternância foi largamente discutido pelos estudiosos e dessas discussões resultaram propostas às vezes semelhantes e às vezes distintas. Whitaker-Franchi (1989, p. 25) define assim os verbos de alternância ergativa:

...esses verbos podem construir-se como intransitivos ou transitivos, ou, se se quiser evitar esses termos, com um ou com dois argumentos nominais nucleares que especificam a significação do verbo e recebem dele funções temáticas inerentes (no sentido da teoria gerativa).

Keyser e Roeper (1984), por sua vez, trabalham com a semelhança entre sentenças de alternância média e ergativa do inglês. Nos dois tipos de sentenças, um objeto é representado na posição de sujeito. Os autores defendem que tais construções diferem pelo fato de as primeiras serem derivadas na sintaxe e as últimas, no léxico. Sugerem, então, uma regra lexical que explicaria a relação entre as sentenças ergativas intransitivas e suas correspondentes transitivo-causativas, ou seja, as sentenças ergativas transitivas.

Há ainda o trabalho de Burzio (1981) que sugere que a relação entre as SAEs transitivas e as intransitivas revela uma transformação sintática em que o verbo deixa de atribuir papel temático ao seu argumento em posição de sujeito, detematizando-o. Esse mesmo verbo não atribuirá Caso ao seu objeto direto, que se move para a posição de sujeito, onde recebe Caso e torna-se visível para a interpretação: é essa a “Generalização de Burzio”.

Em resumo, sintaticamente, as SAEs podem ter as formas AVB<sup>7</sup> ou BV. A forma VB também está disponível para sentenças em que o argumento interno permanece *in situ*. Quanto à semântica dessas sentenças, podemos dizer que o argumento que ocupa a posição de sujeito nas sentenças BV ou VB continua a desempenhar as funções de objeto, mantendo inclusive o papel temático atribuído ao argumento interno na sentença com a forma AVB.

<sup>7</sup> Para descrever a ordem das sentenças, usaremos “A”, para argumento externo, e “B”, para argumento interno, com a finalidade de marcar a manutenção do papel temático dos argumentos independentemente da ordem em que se realizam superficialmente.

(13) O menino rasgou a pipa.

(14) A pipa rasgou.

Embora ocorra em diferentes posições sintáticas, o sintagma nominal *a pipa* recebe o mesmo papel temático de objeto afetado pela eventualidade denotada por *rasgar* nas duas sentenças.

Vemos que, em geral, nas SAEs, o argumento interno, afetado pelo verbo, passa por uma mudança de estado como em *quebrar o copo* ou *derreter o gelo*: o copo passa de um objeto inteiro a um objeto quebrado e, da mesma forma, o gelo passa de um objeto sólido a um objeto líquido ou modificado. Assim, as SAEs denotam uma mudança de estado, apresentando uma estrutura interna que revela um acontecimento, no termo mais geral.

No que concerne à interpretação atribuída pelos falantes às SAEs, percebe-se que a alternante mono-argumental privilegia a eventualidade denotada pelo verbo, em detrimento do papel desempenhado pelo agente ou instrumento. Viotti (2004) chama tais sentenças de *Sentenças de Foco Apresentacional*, um tipo que privilegia a eventualidade (denotada pelo composto verbo-objeto). Assim, verbos transitivos que podem ocorrer em sentenças sem o argumento externo (agentivo ou instrumental), apresentando a eventualidade apenas, podem constituir SAEs.

### 3 TIPOS DE EVENTUALIDADES E A FORMAÇÃO DE SAEs

Esta seção apresentará uma descrição do comportamento das SAEs, com especial atenção para a relação que talvez possa ser estabelecida entre elas e as categorias aspectuais a que pertencem os verbos que as formam. Utilizando a classificação de Smith (1991), que assume Aristóteles (1984)<sup>8</sup> e Vendler (1967), é possível identificarmos a que categorias aspectuais, entre Estados, Atividades, *Accomplishments*, *Achievements* e Semelfactivos, pertencem os verbos que permitem a formação de SAEs. Em linhas gerais, a proposta de Smith prevê a existência das cinco categorias aspectuais mencionadas acima, definidas pela oposição entre os membros dos seguintes pares de traços temporais: estativo/dinâmico, durativo/instantâneo, télico/até-

<sup>8</sup> Essa referência remete a uma tradução recente do texto original.

lico.<sup>9</sup> As sentenças de (16) a (20) denotam, respectivamente, as eventualidades descritas pelas sentenças em (15)a-e:

(15)

- |                               |                                  |
|-------------------------------|----------------------------------|
| a. Estado                     | [estativo, durativo, atélico]    |
| b. Atividade                  | [dinâmico, durativo, atélico]    |
| c. <i>Accomplishment</i>      | [dinâmico, durativo, télico]     |
| d. <i>Achievement</i>         | [dinâmico, instantâneo, télico]  |
| e. Semelfactivo <sup>10</sup> | [dinâmico, instantâneo, atélico] |

(16) O João ama a Maria.

(17) O João escreveu algumas cartas.

(18) O João escreveu aquela carta.

(19) O João terminou a lição de casa.

(20) O João tossiu muito ontem.

É importante esclarecer que não classificaremos todas as SAEs, de um determinado *corpus*, por exemplo, em tipos de eventualidades; queremos investigar que traços temporais, componentes desses tipos de eventualidades, podem ser tomados como responsáveis pela formação de SAEs. Em outros termos, procuraremos identificar quais dos traços temporais utilizados por Smith (1991) são compatíveis com as características das SAEs. Embora as abordagens sejam parecidas, há uma diferença sutil. Por exemplo, sabemos que o fato de uma sentença que denota determinado tipo de eventualidade permitir a alternância ergativa não implica que todas as sentenças que denotam este tipo de eventualidade permitam a alternância. Assim, por exemplo, as sentenças de (21) a (24) denotam *accomplishments*. No entanto, somente o par de sentenças em (23) e (24) permite a alternância ergativa:

(21) A construtora construiu a casa amarela

(22) \*A casa amarela construiu.

(23) O calor derreteu o gelo.

(24) O gelo derreteu.

<sup>9</sup> Para uma descrição detalhada da proposta de Smith veja Scher (2005).

<sup>10</sup> O termo *semelfactivo* vem do latim *semel* (uma vez) e é usado na lingüística das línguas eslavas para remeter a um sufixo que indica uma eventualidade singular.

Isso nos aponta para a necessidade de uma descrição das SAEs que vai além da identificação da categoria aspectual a que pertence o verbo da sentença: uma descrição que leve em conta os traços temporais que constituem os membros dessa categoria. Faremos isso em seguida, ao discutirmos a formação de SAEs frente às eventualidades propostas por Smith (1991).<sup>11</sup>

### 3.1 ESTADOS

Os Estados compõem-se dos traços estaticidade, duratividade e atelicidade. São eventualidades que se mantêm por um intervalo de tempo, sendo, portanto, estáticas e durativas. Alguns exemplos são *estar em Campinas, acreditar em Deus, ser comum, pensar (acreditar) que é feliz*, entre outros. Como denotam uma eventualidade que ocorre em um período único, indiferenciado, os Estados não têm estrutura interna,<sup>12</sup> e não apresentam, assim, limites iniciais ou finais. Na verdade, se for possível identificar o momento em que um Estado passa a ser verdadeiro, como em *Ele passou a acreditar em Deus*, esse momento, um limite inicial, não fará parte desse Estado, mas de uma outra eventualidade que tenha esse Estado como resultado. O mesmo pode ser dito do limite final ou do momento em que um Estado deixa de existir, como em *Ele parou de acreditar em Deus*. Os Estados são, por assim dizer, atéticos.

Como já observado, a mudança de estado presente nas SAEs imprime ao predicado uma estrutura interna. A ausência dessa estrutura interna parece inviabilizar a tentativa de se formarem SAEs a partir de predicados que denotam eventualidades do tipo Estado:

- (25) O João ama sua namorada.
- (26) \*Sua namorada ama.
- (27) Cães são fiéis amigos.
- (28) \*Fiéis amigos são.
- (29) Castores constroem barragens.
- (30) \*Barragens constroem.

<sup>11</sup> As sentenças utilizadas neste trabalho são todas baseadas na intuição de falantes de PB das autoras, sendo algumas delas anotações de conversas cotidianas.

<sup>12</sup> Estados são eventualidades para as quais é impossível identificar uma seqüência de estágios sucessivos que ocorrem em momentos diferentes.

As eventualidades denotadas pelas sentenças em (25), (27) e (29)<sup>13</sup> são especificadas como estáticas, durativas e atéticas e, por conta de uma ou mais dessas especificações, não permitem a alternância ergativa. Até o momento, qualquer uma dessas especificações pode se revelar restritiva à formação de SAEs, ou seja, qualquer uma delas pode ser a responsável pela má formação de (26), (28) e (30). Adiante, verificaremos, comparativamente, qual ou quais dessas especificações dos traços temporais que constituem um Estado podem restringir a formação de SAEs.<sup>14</sup>

### 3.2 ATIVIDADES

Vimos acima que é impossível a formação de SAEs com eventualidades que denotam Estados. Nesta seção, ampliaremos a discussão, tentando estabelecer uma relação entre a formação das SAEs e as especificações dos traços temporais de uma eventualidade do tipo de Atividade.

As Atividades apresentam as especificações *dinâmico*, *durativo* e *atético* para os traços temporais e se realizam lingüisticamente por expressões como *empurrar o carrinho*, *pensar sobre a vida*, *dormir*, *rir*, entre outras. Diferentemente de Estados, Atividades têm uma estrutura interna: não se constituem de um período único, indiferenciado. São processos que envolvem atividade física ou mental e só podem ter um limite final arbitrário, independente de sua estrutura: as Atividades podem ser interrompidas, mas não se completam, justamente por não terem um limite final natural. Os exemplos (31)/(32) mostram uma tentativa frustrada de se formar uma SAE intransitiva de um predicado denotador de Atividade. Outros verbos denotadores de Atividade (*comer*, *ler um livro*) também não permitem a formação de SAEs.

- (31) Eu dirigi meu carro com prazer.

- (32) \*Meu carro dirigi com prazer.

<sup>13</sup> (29) denota um Estado derivado nos termos de Smith (1991).

<sup>14</sup> É interessante notar que verbos de Estados permitem uma alternância, muito próxima à ergativa, nomeadamente, a alternância Média, como em *O João vende carros populares*/ *Carros populares vendem facilmente*. As sentenças de alternância média também exibem as formas AVB/BV, mas há outras propriedades que as diferem das SAEs. Por exemplo, é curioso observar que, ao contrário das SAEs, as sentenças de alternância média não exibem a forma VB (\**Vendem carros populares facilmente*). Além disso, as sentenças médias geralmente ocorrem no presente do indicativo com um advérbio ou uma expressão adverbial, o que lhes imprime uma interpretação genérica ou estatística, diferentemente das SAEs que têm, necessariamente, uma leitura de evento, nos termos de Aristóteles. Neste trabalho não nos deteremos em tais diferenças. Para um estudo sobre as sentenças médias do PB, veja Rodrigues (1998), além de Pacheco (em preparação).

A estrutura da eventualidade descrita em (31) não apresenta um ponto final: é uma eventualidade atélica e durativa, como os Estados. Todavia, diferentemente dos Estados especificados como *estativos*, a estrutura presente na eventualidade expressa em (31) a caracteriza como *dinâmica*. Assim, os Estados só se opõem às Atividades pelas especificações *estativo* e *dinâmico* do traço estaticidade/dinamicidade, respectivamente. Se os dois tipos de eventualidades restringem a formação de SAEs, então, será necessário buscar a causa dessa restrição entre as especificações comuns dos outros traços temporais dessas eventualidades: as especificações possíveis para o traço estaticidade/dinamicidade não inibem a formação de SAEs. Nenhuma delas parece interferir nesse processo, já que, tanto os Estados, que são *estativos*, quanto as Atividades, que são *dinâmicas*, o restringem.

Os efeitos da especificação dos outros traços temporais (duratividade/instantaneidade e telicidade/atelicidade) ficarão mais claros ao abordarmos as eventualidades do tipo *Accomplishment*, *Achievement* e *Semelfactivo*. Com a observação dos *Accomplishments* levantaremos uma hipótese sobre o efeito das especificações *télico* ou *atélico* do traço telicidade/atelicidade na formação das SAEs, que poderá ou não ser confirmada com a observação posterior dos *Achievements* e *Semelfactivos*. De modo paralelo, esses últimos nos permitirão levantar uma hipótese sobre os efeitos das especificações *durativo* ou *instantâneo* para o traço duratividade/instantaneidade na formação de SAEs, que será ou não confirmada, voltando-se às propriedades das eventualidades que já tiverem sido descritas.

### 3.3 ACCOMPLISHMENTS

*Accomplishments* são descritos como eventualidades com as especificações *dinâmico*, *durativo* e *télico*. Constituem-se de um processo (por isso são dinâmicas e durativas) com resultado ou mudança de estado (por isso são télicas). A especificação *télico* pode ser esclarecida pela definição de *evento télico*, presente em Smith (1991, p. 19): “Telic events have a change of state which constitutes the outcome, or goal, of the event. When the goal is reached, a change of state occurs and the event is complete”.<sup>15</sup>

Alguns exemplos são *beber um copo de água*, *construir uma casa* ou *preparar um prato*. São eventualidades que apresentam um limite final intrínseco e cuja mudança de estado, que caracteriza a telicidade, ocorre de

<sup>15</sup> “Eventos télicos contém uma mudança de estado que constitui o resultado ou alvo desse evento. Quando o alvo é alcançado, uma mudança de estado acontece e a eventualidade está completa.” (tradução nossa)

formas variadas. Alguns dos resultados mais comuns dessas mudanças se realizam em objetos afetados (*dobrar uma camisa*), construídos (*escrever uma carta*) ou consumidos (*destruir uma casa*), em experienciadores afetados (*distrair a Maria*) ou na relação caminho-alvo (*caminhar para a escola*).

A sentença em (33) denota uma eventualidade com as especificações *dinâmico*, *durativo* e *télico* para os traços temporais, sendo, portanto, um *Accomplishment*. A tentativa de se formar uma SAE a partir do mesmo predicado (em (34)) revela-se bem sucedida.

(33) A Maria encheu o galão de água.

(34) O galão de água encheu.

Já dissemos que as SAEs denotam uma mudança de estado percebida em sua estrutura.<sup>16</sup> Tal mudança pode ser resultativa, como (33)/(34), em que o resultado do processo de *encher o galão* é o galão estar cheio. Podemos, ainda, ter apenas uma mudança de estado instantânea como em *furar a bola*.<sup>17</sup> Nos dois casos, as eventualidades são télicas.

A comparação das especificações para os traços temporais das eventualidades denotadas pelo par bem formado de sentenças em (33)/(34) com aquelas das eventualidades denotadas pelas sentenças bem formadas dos pares em (25)/(26) ou (31)/(32) traz informações importantes sobre a natureza dos traços que restringem ou favorecem a formação de SAEs. As sentenças em (33)/(34) denotam eventualidades que devem conter pelo menos uma especificação distinta para os traços temporais, se comparada à especificação dos traços temporais das eventualidades denotadas por (25) e (31). Essa distinção se caracteriza por favorecer a formação de SAEs. De fato, o traço telicidade/atelicidade tem a especificação *télico* em (33)/(34) e *atélico* em (25) e (31). A especificação do traço estaticidade/dinamicidade já havia sido descartada anteriormente para explicar a impossibilidade de Estados e Atividades formarem SAEs. A hipótese de que a especificação do traço duratividade/instantaneidade não é relevante para a formação das SAEs começa a se justificar, agora, pelo fato de que tal traço é especificado *durativo* tanto em predicados que admitem (*Accomplishments*), quanto em predicados que não admitem a formação desse tipo de sentença (Estados e Atividades). Ao discutirmos os *Achievements* e os Semelfactivos, adiante,

<sup>16</sup> Ver seção 2.

<sup>17</sup> Retomaremos esse exemplo na próxima seção.

completaremos nossa justificativa, com a especificação *instantâneo* para o traço duratividade/instantaneidade nesses casos.

Os resultados parciais de nossa análise sobre a relação entre a formação de SAEs e os traços temporais propostos por Smith (1991) para caracterizar as categorias aspectuais podem ser observados na tabela abaixo, onde o sinal “?” representa um traço não relevante: as SAEs são compatíveis com telicidade e incompatíveis com atelicidade. A especificações possíveis para o traço estaticidade/dinamicidade (*estático/dinâmico*) e a especificação *durativo* para o traço duratividade/instantaneidade não interferem na formação de SAEs.

	estativo	dinâmico	durativo	Instantâneo	télico	atélico
* ESTADOS	?		?			*
* ATIVIDADES		?	?			*
✓ ACCOMPLISHMENTS		?	?		✓	

### 3.4 ACHIEVEMENTS

Os *Achievements* são eventualidades dinâmicas, instantâneas e télicas (com mudança de estado). Alguns exemplos são *reconhecer o amigo*, *chegar ao topo*, *ganhar a corrida*, entre outros. Tipicamente, os *Achievements* são eventualidades de um único estágio, dissociadas de qualquer processo.<sup>18</sup> Uma sentença de *Achievement* será verdadeira apenas para o momento em que a eventualidade se realiza. Assim como no caso dos *Accomplishments*, a mudança de estado nos *Achievements* ocorrerá de formas variadas e os resultados mais comuns dessas mudanças se realizarão em objetos afetados (*perder um papel*), construídos (*imaginar uma cidade*) ou consumidos (*explodir uma bomba*), em experienciadores afetados (*ver um cometa*) ou na relação caminho-alvo (*chegar a São Paulo*). Como se vê em (35)/(36), verbos de *Achievements* admitem SAEs. A análise desse tipo de sentença nos permitirá iniciar nossa verificação dos efeitos da especificação do traço duratividade/instantaneidade como *instantâneo* para a formação dessas sentenças.

<sup>18</sup> Alguns *Achievements* contêm processos preliminares a eles associados (*alcançar o topo*). Tais processos, entretanto, não compõem a eventualidade específica do tipo *Achievement*. Assim, o processo de *subir a montanha* não compõe a eventualidade específica de *alcançar o topo*. É, talvez, uma condição para a realização dessa eventualidade, mas não faz parte dela, já que é possível *chegar ao topo* de helicóptero, por exemplo.

(35) A Maria furou a bola.

(36) A bola furou.

Como já vimos que a especificação *durativo* não é relevante para a formação de SAEs. Poderíamos, precipitadamente, justificar a boa formação de (35)/(36) pela especificação *instantâneo* do traço duratividade/instantaneidade nessas eventualidades. No entanto, as eventualidades em (35)/(36) são télicas, como as de (33)/(34), e, na verdade, essa pode ser a razão da boa formação das SAEs. De fato, os dados de *Achievement* parecem confirmar nossa hipótese de que o traço duratividade/instantaneidade não é relevante para o processo em questão, já que as SAEs se formam tanto de predicados durativos (*Accomplishments*), como de predicados instantâneos (*Achievements*). Na próxima seção, mostraremos que a especificação *instantâneo* aparece tanto em predicados que admitem (*Achievements*), como em predicados que não admitem SAEs (*Semelfactivos*), confirmando, assim, a irrelevância do traço duratividade/instantaneidade para a formação de SAEs.

Nosso quadro de checagem fica da seguinte forma após a observação das eventualidades do tipo *Achievement*:

	estativo	dinâmico	durativo	instantâneo	télico	atélico
* ESTADOS	?		?			*
* ATIVIDADES		?	?			*
✓ ACCOMPLISHMENTS		?	?		✓	
✓ ACHIEVEMENTS		?		?	✓	

### 3.5 SEMELFACTIVOS

Os Semelfactivos são uma classe interessante, pois são dinâmicos, instantâneos e atélicos, denotando eventualidades momentâneas, como os *Achievements*, e atélicas (por não apresentarem resultado), como os Estados e as Atividades. Em princípio, seus exemplares prototípicos são eventualidades corporais como *piscar*, *soluçar*, *tossir*, entre outros, eventualidades internas como *falar*, e ações como *chutar*, *coçar*, *levantar a bandeira*, *puxar a corda*, etc.

Eventualidades corporais, como *piscar*, *coçar* ou *tremer*, podem ser expressas na forma BV quando são ações involuntárias, como nas sentenças em (37)/(38). No entanto, não seria correto dizer que as sentenças abaixo são parte de um par AVB/BV, como mostra a estranheza de (39)/(40).

- (37) O meu olho está piscando sozinho.
- (38) A minha perna tremeu sozinha.
- (39) #Eu estou piscando meu olho.
- (40) #Eu estou tremendo minha perna.

Embora (39) e (40) não sejam mal formadas, os pares (37)/(39) e (38)/(40) não são pares de SAEs, pois não parecem denotar a mesma eventualidade. Outras eventualidades semelfactivas não permitem a alternância ergativa: algumas, por não se expressarem por sentenças transitivas (com verbos como *tossir*, *soluçar*, entre outros): se não tivermos uma sentença transitiva, não será possível falar em alternância; outras, por se expressarem por sentenças com complementos preposicionais, como *bater na porta*: mesmo tendo um tipo de transitividade, não permitem a alternância.

- (41) O João bateu na porta.
- (42) \*Na porta bateu.

Vê-se então que eventualidades Semelfactivas não admitem SAEs, confirmando, assim, que o traço durativo/instantâneo não se mostra relevante para a formação de SAEs. Finalmente, temos a seguinte sistematização:

	estativo	dinâmico	durativo	instantâneo	télico	Atélico
* ESTADOS	?		?			*
* ATIVIDADES		?	?			*
✓ ACCOMPLISHMENTS		?	?		✓	
✓ ACHIEVEMENTS		?		?	✓	
* SEMELFACTIVOS		?		?		*

## 4 DISCUSSÃO E QUESTÕES REMANESCENTES

Nesta seção discutiremos questões originadas ao longo do trabalho, principalmente, aquelas que se apresentaram durante nossa tentativa de verificação das hipóteses formuladas para os efeitos dos traços temporais no processo de formação de SAEs.

Em particular, verificamos que não há um comportamento homogêneo dos predicados pertencentes a uma determinada classe aspectual no que concerne à formação de SAEs. Assim, por exemplo, encontramos predicados de *Accomplishment* e *Achievement* que não admitem a formação de SAEs, ao contrário do esperado pela hipótese que formulamos. Será necessário, portanto, na continuação dessa pesquisa, determinar as causas desse comportamento heterogêneo. No momento, entretanto, apresentaremos algumas situações em que as previsões da hipótese que formulamos não se confirmam.

### 4.1 COMPORTAMENTO NÃO UNIFORME DE *ACCOMPLISHMENTS* E *ACHIEVEMENTS*

Se trabalhos pioneiros como os de Aristóteles, Ryle (1949) ou Bach (1986) assumiam o verbo como o objeto da classificação, outros mais recentes, como Verkuyl (1972, 1993), Dowty (1979, 1991) ou Tenny (1994), mostraram que as propriedades dos objetos, adjuntos e outros elementos da oração contribuem para determinar o tipo de eventualidade descrito pela sentença como um todo. Observa-se, por exemplo, que a ocorrência de um determinante no objeto de uma sentença de Atividade, como (43), altera as propriedades do predicado, produzindo uma sentença com traços de telicidade, que se caracteriza, portanto, como um *Accomplishment* derivado, como o que se tem em (44):

- (43) Bruno leu gibis.
- (44) Bruno leu os gibis.

O fato é que, mesmo sendo um *Accomplishment*, (44) não admite ser expressa por uma SAE, como se vê em (45). As sentenças em (46)/(47) mostram que outras sentenças de *Accomplishments*, por exemplo, aquelas como com o verbo *construir*, também não admitem SAEs. Fato semelhante acontece entre os *Achievements*, já que algumas sentenças que denotam

eventualidades desse tipo também não admitem SAEs, como mostram (48)/(49) e (50)(51).

- (45) \*Gibis leram de meio-dia às seis.
- (46) A construtora X construiu aquelas casas.
- (47) \*Aquelas casas construíram.
- (48) O Pedro ganhou a corrida.
- (49) \*A corrida ganhou.
- (50) O alpinista alcançou o topo.
- (51) \*O topo alcançou.

Essa falta de uniformidade internamente às categorias de *Accomplishments* e *Achievements* é, seguramente, uma questão interessante. Neste trabalho, não nos deteremos, no entanto, nas razões para a inexistência de SAES para denotarem tais eventualidades, apesar de possuírem os mesmos traços que sentenças com verbos como *encher*, por um lado, e *quebrar* ou *furar*, por outro. Parece que, nestes casos, outras propriedades da sentença estão em jogo, tais como propriedades do argumento agentivo ou do tipo de objeto. O aprofundamento desta questão, certamente, faz parte da continuação dessa pesquisa.

#### 4.2 CASOS AMBÍGUOS

No decorrer do trabalho não pudemos deixar de pensar em questões sobre a natureza precisa de eventualidades descritas por verbos como *alargar*, *diminuir* ou *aumentar*, que, na maioria dos casos, permitem a alternância ergativa: devem tais eventualidades realmente ser tomadas como Atividades ou podem elas ser consideradas como eventualidades do tipo *Accomplishment*, já que, na eventualidade descrita por *alargar*, por exemplo, pode-se considerar que há um processo de alargar que pode culminar em uma mudança para “largo”? A questão fundamental será, portanto, se a eventualidade descrita por tais predicados tem ou não a especificação *télico* para o traço telicidade/atelicidade. Como mostram os exemplos de (52) a (55), as SAEs podem se formar nesses casos.

- (52) Os funcionários da prefeitura alargaram a rodovia.
- (53) A rodovia alargou.

- (54) O João girou o cata-vento.
- (55) O cata-vento girou.

Nossa hipótese sobre a formação de SAES e sua relação com os traços temporais, portanto, nos leva a tomá-las como télicas, ou seja, como *Accomplishments*. O problema é que as sentenças acima não apresentam um ponto final. Apesar de estarem no passado, não sabemos por quanto tempo o cata-vento esteve em movimento ou se a rodovia está larga após a eventualidade de alargar. Nelas, o objeto também não delimita a eventualidade, como ocorre em *comer a maçã*, em que a ação de comer só dura enquanto durar o objeto consumido (maçã). Nem mesmo podemos falar de culminância de um ponto final do tipo resultado ou alvo como em *construir a casa* ou *andar para a escola*.

Para tentar solucionar essa questão, recorremos a Parsons (1994), que revisa alguns dos testes apresentados por Vendler para que se possa reconhecer de que tipo é uma dada eventualidade, apontando suas eventuais limitações. Entre eles, há um teste que diferencia Atividades, por um lado, de Eventos (*Accomplishments* e *Achievements*), por outro. Estas categorias têm diferentes estruturas. Para as Atividades, por exemplo, pode-se dizer que *A está sendo Xado apenas se A foi Xado*; para os Eventos, por outro lado, será possível dizer que *A está sendo Xado apenas se A não foi Xado*.

- (56) A rodovia está sendo alargada, somente se a rodovia foi alargada.
- (57) \*A rodovia está sendo alargada, somente se a rodovia não foi alargada.
- (58) \*João está construindo a casa, somente se João construiu a casa.
- (59) João está construindo a casa, somente se João não construiu a casa.

Por meio desse teste, vemos que *alargar* é realmente uma eventualidade do tipo Atividade, assim como *girar*. Em (56) temos que a parte da Atividade de *alargar* é da mesma natureza que o todo, enquanto que em (58) a natureza da parte da eventualidade de *construir* não é da mesma natureza que o todo. Concluímos então, que algumas Atividades, como as do tipo

*alargar, diminuir, aumentar, amarelar*, entre outras, permitem a formação de SAEs, e esse processo é bastante produtivo.

Uma outra questão tem nos instigado bastante. Trata-se da natureza da eventualidade descrita por *encher*: devemos tratá-la como *Accomplishment* ou como *Achievement*? *Accomplishments* opõem-se aos *Achievements* somente pela distinção durativo/instantâneo. A leitura de uma SAE como uma sentença cujo objeto é atingido pela eventualidade por ela denotada se verifica tanto para sentenças que apresentam em sua constituição temporal um traço de duratividade, como em (33)/(34), repetidas, abaixo, em (60)/(61), quanto em sentenças que apresentam o traço de instantaneidade, como em (62)/(63).

- (60) A Maria encheu o galão de água.
- (61) O galão de água encheu.
- (62) O rapaz, nervoso, estourou a bola de repente.
- (63) A bola estourou de repente.

A diferença entre essas sentenças consiste em que, nas primeiras, o objeto é afetado pela eventualidade durativa de *encher*, que se estende *por algum tempo*, enquanto que, na segunda, o objeto é afetado pela eventualidade instantânea de *furar* que acontece *de repente*, em um único momento.

Existe, entretanto, uma questão interessante relativa ao verbo *encher* presente em (60)/(61). Consideramos que esse verbo, nessas sentenças, denota um *Accomplishment*, por causa da especificação *durativo* mencionada acima. No entanto, em sentenças como (64) abaixo, o verbo *encher* parece denotar um *Achievement*, pois marca o momento exato (especificação *instantâneo*) em que um recipiente está cheio:

- (64) Feche a torneira, o balde encheu.

Podemos dizer que, em (60), o verbo *encher* denota um processo e, em (64), temos um resultado. Parece-nos mais interessante dizer que *encher* denota um *Accomplishment*, pois o instante em que um dado recipiente está cheio pressupõe um processo de encher, do qual ele não pode se dissociar. O problema surge quando temos uma sentença em que se dá o processo de *encher*, mas não necessariamente se dá o ponto de culminância, como (65):

- (65) Eu estava enchendo o balde quando a água acabou.

Levando em conta fatos como este e os anteriormente apresentados, Smith (1991) diz que predicados que apresentam graus podem denotar Atividades, como *alargar a rodovia*, *estreitar a passagem*, *lassear a calça*, entre outros discutidos acima. Neste sentido, *encher* poderia ser considerado uma Atividade gradativa, assim como *alargar* ou *girar*. No caso de *encher*, será importante o tipo de objeto existente na sentença, como em (66). Nesse caso, é possível saber que a eventualidade é télica, pois o ponto de culminância será alcançado no momento em que o objeto, *balde*, estiver cheio: há um limite nesta sentença.

- (66) O garoto está enchendo o balde.

Contudo, se aplicarmos o teste de Parsons (1994), veremos que eventualidades do tipo *encher* e, da mesma forma, *derreter* parecem realmente denotar *Accomplishments*:

- (67) \*João está enchendo o balde, somente se João encheu o balde.  
(68) João está enchendo o balde, somente se João não encheu o balde.  
(69) \*O gelo está derretendo, somente se o gelo derreteu.  
(70) O gelo está derretendo, somente o gelo não derreteu.

Os dados nos mostram que as classes aspectuais não podem representar “prisões” para os predicados que as compõem. Freqüentemente, verificamos que predicados de uma classe migram para outra por entrarem em um novo esquema composicional. Finalizaremos esta seção de discussão apresentando um último caso em que isso se verifica: os Semelfactivos. Nesta classe, também há, pelo menos, um exemplo que parece contrariar nossa hipótese inicial de que a especificação télico para o traço telicidade/atelicidade determina a formação de SAEs. Por essa hipótese, por serem atéticos, Semelfactivos não formariam SAEs. No entanto, o par de sentenças em (71)/(72) é gramatical em PB.

(71) A Maria levantou a bandeira.

(72) A bandeira levantou.

O predicado *levantar a bandeira* pode ser considerado uma eventualidade do tipo Semelfactivo, pois não há um ponto final para este evento. A bandeira pode ser levantada eternamente, em sucessivas eventualidades momentâneas. Por outro lado, pragmaticamente, os falantes reconhecem que a bandeira não pode ser levantada eternamente e, nessa leitura, percebe-se que o falante atribui a especificação *télico* à eventualidade, considerando-a como um *Achievement*. Esse pode ser o motivo pelo qual um Semelfactivo como *levantar a bandeira* pode ocorrer em SAEs.

## 5 CONCLUSÃO

Feita a análise das cinco classes aspectuais frente aos dados de sentenças de alternância ergativa do português brasileiro, pudemos concluir que apenas o par distintivo telicidade/atelicidade parece ser relevante para a formação de SAEs:

ESTATICIDADE	
DINAMICIDADE	
DURATIVIDADE	
INSTANTANEIDADE	
TELICIDADE	✓
ATELICIDADE	*

Eventualidades télicas favorecem a formação de SAEs, enquanto que eventualidades atéticas desfavorecem sua formação. Fica claro que outras propriedades semânticas importantes podem interferir na formação de SAEs, contudo estas propriedades não serão abordadas neste trabalho, mas em um trabalho futuro.

## RESUMO

As sentenças de alternância ergativa (SAEs) são aquelas que se formam, alternativamente, a partir dos usos transitivo e intransitivo (inacusativo) de um mesmo verbo. Como muitas outras línguas, o PB exibe tal fenômeno em sentenças como *O menino quebrou o copo*, *O copo quebrou ou Quebrou o copo*. A

literatura especializada já apontou que as propriedades temáticas do objeto são essenciais para a formação de SAEs: objetos afetados e pacientes permitem essa alternância, enquanto outros papéis temáticos, como beneficiário, experienciador, objetivo, valor, ou locativo, não. Apesar das evidências, acreditamos que há ainda outras restrições semânticas que podem reduzir a produtividade do processo de formação de SAEs. Investigamos, aqui, a hipótese de que nem todos os tipos de eventualidades admitem a alternância ergativa, sugerindo que o tipo de eventualidade denotada pela sentença parece ser um outro fator restritivo para a formação de SAEs. Assumimos Smith (1991) e tentamos esclarecer a natureza das restrições semânticas que se impõem à formação de SAEs, apontando para o importante papel que a natureza aspectual do predicado desempenha nesse processo. As restrições semânticas à formação de SAEs podem, na realidade, ser uma combinação da natureza aspectual do predicado com as propriedades temáticas de seu complemento.

Palavras-chave: *aspecto; transitividade; alternância ergativa*.

## ABSTRACT

Ergative Alternation Sentences (EAS) are those which alternate from the transitive to the intransitive (unaccusative) uses of the same verb. As many other languages, Brazilian Portuguese exhibits this phenomenon in sentences such as *O menino quebrou o copo* (The boy broke the glass), *O copo quebrou* (The glass broke) or *Quebrou o copo* (There broke the glass). It is well established by the specialized literature that the thematic properties of the object are essential for the formation of EASs: affected objects and patients allow for this alternation, while other theta roles, like beneficiary, experiencer, objective, value or locative, do not. In spite of the evidence, we believe that there are still other semantic restrictions which may affect the formation process of EASs. We pursue here the hypothesis that not all kinds of eventualities allow for the ergative alternation, suggesting that the kind of eventuality denoted by the sentence seems to be another restrictive factor for the production of EASs. We assume Smith (1991) and try to make clear the nature of the semantic restrictions imposed to the formation of EASs, pointing out the important role that the aspectual nature of their predicate plays in this process. The exact nature of the semantic restriction on the formation of EASs seems to be a combination of the aspectual nature of the predicate with the thematic properties of its complement.

Key-words: *aspect; transitivity; ergative alternation*.

## REFERÊNCIAS

- ARISTOTLE. *Metaphysics*. The complete works of Aristotle: the revised Oxford Translation. Tradução de: J. Barnes. Princeton, N. J.: Princeton University Press, 1984. v. 2.
- BACH, Emmon W. The algebra of events. *Linguistics and Philosophy*, v. 9, p. 5-16, 1986.
- BURZIO, Luigi. *Intransitive verbs and Italian auxiliaries*. Cambridge, Massachusetts, 1981. Tese (Doutorado). MIT.
- DOWTY, David. *Word meaning and Montague grammar*. The semantics of verbs and times in generative semantics and in Montague's PTQ. Boston: D. Reidel, 1979.
- \_\_\_\_\_. Thematic proto-roles and argument selection. *Language*, v. 67, p. 547-619, 1991.
- KEYSER, Samuel Jay; ROEPPER, Thomas. On the middle and ergative constructions in english. *Linguistic Inquiry*, v. 15, n. 3, p. 300-318, 1984.
- MOREIRA, Renata Lúcia. *Um estudo sobre a expansão das construções ergativas no português do Brasil*. São Paulo, 2003. Relatório final de Iniciação Científica - Bolsa de Iniciação Científica FAPESP.
- PACHECO, Juliana da Costa. *A sintaxe das construções médias no português brasileiro*. São Paulo. Dissertação (Mestrado) - Departamento de Lingüística, USP. No prelo.
- PARSONS, Terence. *Events in the semantics of English*: a study in subatomic semantics. Cambridge, MA: The MIT Press, 1994.
- RAMCHAND, Gilliam Catriona. *First phase syntax*. University of Oxford, 2003. Manuscrito.
- RODRIGUES, Cilene. *Aspectos sintáticos e semânticos das estruturas médias no português do Brasil*: um estudo comparativo. Brasília, 1998. Dissertação (Mestrado) -UnB.
- RYLE, Gilbert. Systematically misleading expressions. *Proceedings of the Aristotelian Society*, p. 1931-1932, 1949.
- SCHER, Ana Paula. As categorias aspectuais e a formação de construções com o verbo leve Dar. *Revista do GEL*, n. 2, p. 9-37, 2005.
- SMITH, Carlota S. *The parameter of aspect*. 2. ed. Dordrecht: Kluwer Academic Publishers, 1991.
- SOUZA, Paulo Chagas. *A alternância causativa no português do Brasil*: defaults num léxico gerativo. São Paulo, 1999. Tese (Doutorado) - Departamento de Lingüística, USP.
- TENNY, Carol. *Aspectual roles and the syntax-semantics interface*. Dordrecht: Kluwer Academic Publishers, 1994.
- VENDLER, Zeno. *Linguistics in Philosophy*. Ithaca/London: Cornell University Press, 1967.
- VERKUYL, Henk J. *On the compositional nature of the aspects*. Dordrecht: D. Reidel, 1972.
- \_\_\_\_\_. *A theory of aspectuality*. Cambridge: CUP, 1993.
- VIOTTI, Evani. *Revisitando a ordem VS do português brasileiro*: questionando a existência de expletivos nulos. Departamento de Lingüística-USP, 2004. Manuscrito.
- WHITAKER-FRANCHI, Regina Celi. *As sentenças ergativas*. Um estudo semântico e sintático. São Paulo, 1989. Dissertação (Mestrado) - IEL-UNICAMP.



# **REFERÊNCIA-I PARA LÍNGUA-I: O PROGRAMA NATURALISTA NA LINGÜÍSTICA**

---

*I-Reference to I-Language:  
the natural program in Linguistics*

Ronald Taveira da Cruz\*

## **INTRODUÇÃO**

Este artigo discute a possibilidade de conciliar uma semântica referencial de cunho fregueana e o modelo de Chomsky. Uma das compreensões fundadoras da semântica contemporânea é que o significado é composto de sentido e referência, iniciada em Frege (1892). Então, a referência, e não só o sentido, passa a ser uma relação semântica necessária para o significado. Partindo dessa constatação, o objetivo é discutir detalhadamente uma proposta semântica que concilie uma teoria da referência nos moldes de Frege e o modelo de Chomsky, com a possibilidade de ela não ser nem convencional e nem apenas um construto teórico do semanticista. Isto é, ao propor uma semântica referencial para a Língua-I, busca-se uma noção de referência inerente ao mundo biológico do falante. Sendo assim, este artigo apresenta uma possível noção de referência - a Referência-I -, como parte do estudo naturalista na lingüística.

\* Universidade Federal de Santa Catarina.

## LÍNGUA-I, SEMs E O PROBLEMA DA REFERÊNCIA

Este artigo leva a sério teorias que trabalham com a hipótese de que há vários módulos na mente-cérebro, cada um funciona de uma forma, tem suas características peculiares. Segundo Newmeyer (1983, p. 3): “uma abordagem baseada na hipótese de que não só a gramática formal, mas todos os sistemas humanos são módulos autônomos, cada um governado por seu conjunto particular de princípios gerais”.<sup>1</sup> Ou nas palavras de Chomsky (1996c, p. 30): “parece que a mente é modular, para usar um termo técnico, consistindo de sistemas separados com suas propriedades próprias. É claro, eles se interagem”.<sup>2</sup> Sendo um órgão mental, a faculdade da linguagem interage com outros órgãos na mente-cérebro. Visto assim, é preciso ficar claro o desenho da faculdade da linguagem, tendo como base a hipótese levantada pelo Programa Minimalista (1995): há um léxico, um sistema computacional (S-C), duas interfaces FON (de interface fonológica) e SEM (de interface semântica) e uma operação *Spell-Out* que alimenta as interfaces.

Há dois sistemas de performance: o Articulatório-Perceptual (A-P) e o Conceitual-Intencional (C-I) que entram em contato com a faculdade da linguagem nas interfaces FON e SEM, respectivamente. Os sistemas de performance impõem condições de legibilidade para que a faculdade da linguagem forneça expressões legíveis a eles. Nesse sentido, a faculdade da linguagem é perfeita: por um lado, as condições para a faculdade da linguagem operar vêm de fora, ela é perfeita na resposta a tais condições, por outro vêm de dentro, no sentido de que a faculdade da linguagem só pode gerar aquilo que as interfaces podem interpretar.

A Língua-I é uma instanciação do órgão da linguagem, parte de nosso dote genético. Ela é individual porque “as propriedades do sistema podem ser especificadas completamente independente do ambiente que o agente está encaixado”<sup>3</sup> (LUDLOW, 2003, p. 143). É interna, porque está na mente-cérebro, é parte da biologia humana. A Língua-E, pelo contrário, é externa à mente-cérebro e não-individual. A Língua-E é uma linguagem

<sup>1</sup> Todas as traduções são minhas. No original: “an approach based on the hypothesis that not just formal grammar, but all human systems (or at least all those at work in language) are autonomous “modules”, each governed by its particular set of general principles”.

<sup>2</sup> No original: “It seems that the mind is modular, to use a technical term, consisting of separate systems with their own properties. Of course, the systems interact.”.

<sup>3</sup> No original: “the properties of the system can be specified completely independently of the environment that the agent is embedded in”.

pública, é um objeto social estabelecido por convenção e dependente do ambiente ou da comunidade. Chomsky questiona a própria existência da Língua-E, principalmente, como uma entidade teórico-científica, crítica perceptível quando Ludlow (2003, p. 143) afirma que

Eu vou ao encontro à visão de Chomsky de que tais objetos (Língua-E) deveriam ser de pouco interesse científico se eles existem, mas que em qualquer caso tais objetos não existem... Línguas-I são as únicas candidatas como objetos de investigação científica.<sup>4</sup>

#### **SEMs COMO PERSPECTIVAS EM POTENCIALIDADE PARA CONCEBER MUNDO(S)**

SEMs são as perspectivas fornecidas pela faculdade da linguagem que servem como *inputs* para o módulo conceitual-intencional, segundo (CHOMSKY, 2000, p. 180):

SEM é uma informação que é usada pelos sistemas conceitual-intencional para engajar o mundo em diferentes modos como o usuário da linguagem pensa e fala em termos de perspectivas disponíveis pelos recursos da mente<sup>5</sup>

O que queremos saber, portanto, é como isso acontece, como o falante (o usuário da língua) usa essas perspectivas. Segundo McGilvray (1999, p. 169):

Eu uso uma recente terminologia de Chomsky e falo de SEMs como perspectivas ou conceitos, como entidades mentais que as pessoas empregam em suas relações cognitivas com o mundo... como itens mentais que nós usamos para conceitualizar experiências e coisas, que são usados pelas pessoas para lidar com o mundo não acarreta

<sup>4</sup> No original: "I gather that on Chomsky's views such objects (Língua-E) would be of little scientific interest if they did exist, but that in any case such objects don't exist... I-languages are the only serious candidates for the objects of linguistic inquiry".

<sup>5</sup> "SEM is an information that is used by conceptual-intentional systems to engage the world in different ways as the language user thinks and talks in terms of the perspective made available by the resources of the mind".

que são definidos em termos de coisas do mundo... são produtos de capacidades inatas<sup>6</sup>

De acordo com o argumento McGilvray, SEMs são entidades mentais, portanto, levam consigo uma tese metafísica. Através de SEMs, os seres humanos estão aptos a se relacionarem com o mundo, expressarem seus pensamentos, agirem sobre cada circunstância, de forma criativa, porque SEMs são perspectivas disponíveis pela mente-cérebro para os humanos se (des)envolverem com o mundo. Elas são capacidades de, não são os atos em si. SEMs, assim, são oriundas de capacidades inatas, em potencialidade. Há diferenças entre as perspectivas SEMs e as perspectivas usadas na pragmática. SEMs são as perspectivas sem intenções, ao passo que a perspectiva pragmática envolve intenções. Acreditamos que a pragmática emprega SEMs juntamente com a intenção, logo, não há a perspectiva pragmática propriamente dita. Há as perspectivas SEMs que podem ser usadas pelos falantes mediante suas intenções, resultando na pragmática.

Chomsky tenta apresentar uma abordagem (não uma teoria) sobre interpretação, porque uma teoria requer ainda as intenções do falante, os momentos do proferimento, o contexto.... Se SEMs fazem parte da faculdade da linguagem e se ela é restrita pelas condições de interface com os sistemas de performance (só pode gerar aquilo que as interfaces – os níveis de representação – lêem/interpretam), então, não parece muito descabido afirmar, como McGilvray faz, que SEMs são a um só tempo as perspectivas propriamente que nós usamos, como espécie, para lidar com o mundo E definidas pela faculdade da linguagem (um produto dela).<sup>7</sup>

McGilvray (1999, p. 165) avança:

<sup>6</sup> “I use Chomsky's recent terminology and speak of SEMs as perspectives or concepts, as mental entities that people employ in their cognitive dealings with the world. This construes perspectives as tools of reference and categorization, among other things – as mental items that we use to (it is difficult to come up with another word) conceptualize experience and things, that they are used by people to deal with the world does not entail that they be defined in terms of the things of the world, derived from them or captured in terms of how they relate to them. The aim, of course, is to clarify Cudworth or Chomsky's proposal that the perspectives used by people to make claims and think about things and themselves are products of innate capacities that provide humans...”

<sup>7</sup> Nas palavras de McGilvray (1999, p. 174): “The biological rationalist has, then, an account – not a theory – of interpretation if the idea or SEM provided by the mind is also the concept used in interpretation. So there is reason to think that SEMs are at the same time the concepts we use to deal with the world in experience and products of, and defined within, the language faculty.”

Se Chomsky está certo que expressões lingüísticas são pares (FON, SEM) e se estes SEMs são usados pelas pessoas para lidar com o mundo – isto é, se são perspectivas que nos proporciona meios para conceber as coisas – há pouca razão para refutar tal modo terapêutico de evitar um confusão filosófica: SEMs tornam-se conceitos/perspectivas<sup>8</sup>

De acordo com McGilvray (1999, p. 168): “Como Goodman, Chomsky sugere que ao usar a linguagem, humanos criam mundos que refletem as capacidades cognitivas usadas para lidar com eles”.<sup>9</sup> Isso é comum aos racionalistas: “o mundo como conhecido é o mundo das idéias”<sup>10</sup> (YOLTON, apud CHOMSKY, 2000, p. 182).

Dessa maneira, nos convém perguntar se o conhecimento semântico não seria o mesmo que SEMs, já que ambos são condições para haver interpretação. Eles são recursos da mente-cérebro, logo, têm características comuns. SEMs são *inputs* para o módulo conceitual-intencional e são as perspectivas que engendram o conhecimento de mundo. Na citação acima, o mundo conhecido é o mundo das idéias, no sentido de que o mundo conhecido é o mundo que as perspectivas SEMs permitem conhecer/conceber. As perspectivas instauradas por SEM, portanto, são conhecimento semântico (que, na verdade, envolvem outras coisas, como estrutura argumental) e esse conhecimento semântico inicial (a GU) deve ser igual a todos os humanos.

#### AS PERSPECTIVAS USADAS PELOS AGENTES LINGÜÍSTICOS SOBRE AS COISAS

O título acima foi retirado de Akeel Bilgrami (1992). Segundo este autor, com o qual Chomsky concorda, não há uma relação linguagem-mundo sem o uso de tais perspectivas pelos agentes lingüísticos, não há coisas sem algum “conteúdo intencional” dos falantes, sem alguma crença do falante. Daqui decorre a noção de que a Referência-E “depende” de como as perspectivas são usadas pelas pessoas.

Chomsky, seguindo Bilgrami com a noção de “perspectiva dos agentes lingüísticos sobre as coisas”, afirma que as pessoas usam as pa-

<sup>8</sup> No original: “If Chomsky is right that linguistic expressions are (PHON, SEM) pairs and if it is these SEMs that are used by people to deal with the world – that is, if they are perspectives that afford us ways to conceive of things – there is little reason to refuse such a therapeutic way to avoid philosophical confusion: SEMs become concepts/perspectives.”

<sup>9</sup> No original, “Like Goodman, Chomsky suggests that by using language humans ‘create’ worlds that reflect the cognitive capacities used to deal with them”.

<sup>10</sup> No original: “the world as known is the world of ideas”.

vras para falar sobre o mundo em determinadas circunstâncias, focalizando aspectos e interesses particulares, graças às perspectivas oferecidas pelos recursos lingüísticos. Se uma “privada” pode ser um assento sanitário ou uma cadeira ou uma peça de museu ou arte ou ainda um vaso de flores vai depender das intenções desses agentes lingüísticos, em certas circunstâncias, em momentos particulares; portanto, não há uma relação sistemática e direta entre palavras e coisas, porque ela depende do que o falante quer fazer com ela, melhor, depende de como as perspectivas são usadas pelos falantes, de acordo com suas intenções.

É nesta parte que Chomsky se alia, em parte, ao Wittgenstein das *Investigações Filosóficas* (1979). Este escreve que

com suas palavras “quando ouvi a palavra, ela significou para mim...” ele se refere a um dado momento e a uma espécie de emprego da palavra... e a expressão “eu queria, naquela ocasião, dizer...” refere-se a um dado momento e a uma ação (1979, p. 174).

Neste trecho é possível observar que o significado de uma palavra depende do momento em que ela foi dita, como foi decorrida a ação do falante, isto é, depende das circunstâncias de seu proferimento. De acordo com Chomsky (2000, p. 42, 128 e 137):

o objeto na minha frente não é essencialmente uma escrivaninha ou mesa; que todo objeto deveria ser um número qualquer de diferentes coisas, como interesses, funções, intenções do inventor, etc, variam... se alguma coisa é água depende dos interesses e entendimentos especiais humanos ... o que é uma coisa e que coisa ela é, depende das configurações específicas dos interesses, objetivos e ações humanas.<sup>11</sup>

Chomsky demonstra que a intencionalidade é peça fundamental para se decidir se uma coisa é mesa ou escrivaninha, logo, as circunstâncias nas quais foram exigidas as intenções dos falantes também têm de ser

<sup>11</sup> No original: “the object in front of me is not essentially a desk or a table; that very object could be any number of different things, as interests, functions, intentions of the inventor, etc, vary”... “whether something is water depends on special human interests and concerns”... “what is a thing, and if so what thing it is, depends on specific configurations of human interests, goals, and actions.”

levadas em conta. A mesa pode ser qualquer coisa e ainda coisa nenhuma e isto vai depender do uso das perspectivas através das intenções dos falantes. Se as circunstâncias variam, a referência também pode variar, seu uso, porque as perspectivas podem ser empregadas de modos peculiares. Essa relação que envolve intenções, como a que Bilgrami discute, é o que estamos chamando de Referência-E. É uma relação pragmática, porque os falantes através de suas intenções fazem uso das perspectivas fornecidas em potencialidade pelos recursos mentais para falar sobre as coisas. Essa Referência-E está fora, portanto, de uma abordagem naturalista porque é definida por intenção e faz parte de uma teoria externalista e convencional da linguagem.

#### DOMÍNIO D E RELAÇÃO R

O movimento feito por Chomsky da Língua-E para a Língua-I pode ser constatado também para a referência. Defendemos a hipótese de que em Chomsky há mais uma dicotomia entre a relação R' (o que estamos chamando de Referência-E) e a relação R (a nossa Referência-I) estabelecida por SEM. A relação R' pode ser entendida como uma relação causal entre linguagem e mundo externo ou ainda uma relação intervinda pelos agentes lingüísticos. Chomsky é radicalmente contra qualquer teoria semântica que concebe o significado como uma relação linguagem e mundo externo. Porém, em certos momentos, Chomsky começa a admitir uma relação R com algum Domínio D ou modelo mental, mas tal relação tem de ser interna. Assim, relação R pode ser permitida na abordagem chomskyana, também, sob uma perspectiva internalista e individual, diferentemente da relação R'.

Parece ser, pois, necessário admitir uma relação de referência interna, pertencente ao estudo internalista. Essa relação independe dos falantes; é a derivação sintática convergida em SEM que refere a uma representação (que não é uma representação de algo). Chomsky (2000, p. 129) acrescenta:

Nós deveríamos assumir que expressões pinçam coisas, intrinsecamente? Mais geralmente, deveriam as “assunções mais fracas” sobre as relações de interface e o modo que elas entram no pensamento e ação ser suplementadas a incluir relações que se mantêm entre certas expressões e o mundo externo? Isto é comumente assumido, embora tenhamos de tomar cuidado para distinguir duas variantes: (1) coisas no mundo (2) coisas em alguma espécie

de modelo mental, representação discursiva. Se o último, então, o estudo é novamente internalista, uma forma de sintaxe.<sup>12</sup>

A primeira variante em (1) é a relação R' (ou Referência-E), a segunda, em (2), a relação R (ou Referência-I). A relação R é sintaxe, então, o sistema refere a uma representação interna, melhor, a um domínio D. É verdade que podemos usar as palavras para referir a qualquer coisa, mas já é relação R', que depende das circunstâncias e do uso das perspectivas pelos agentes lingüísticos. Neste sentido, a relação R é uma condição necessária para a relação R'.

Sendo uma relação entre linguagem com o mundo externo, a relação R' acontece pela intencionalidade, pois, novamente, são as pessoas que utilizam as palavras para falar sobre as coisas. São as perspectivas oriundas pela faculdade da linguagem juntamente com as intenções dos falantes que permitem que as palavras tenham alguma relação com o mundo. Se a noção de relação R, desta forma, for admitida, ela estabelece relações com representações internas ou Domínio D. Esperar alguma relação com o mundo externo não traz ganhos às adequações descritiva e explicativa. Pelo contrário, é possível que as expressões lingüísticas se relacionem com um domínio mental, de acordo com Chomsky (2002, p. 38-39):

Dentro da semântica internalista, há teorias explicatórias de considerável interesse que são desenvolvidas em termos de uma relação R (ler “referir”) que é postulada se mantiver entre expressões lingüísticas e alguma coisa, entidades tiradas de algum domínio D estipulado (talvez valores semânticos).<sup>13</sup>

Essa relação interna já aparece em Chomsky (1994, p. 62):

Pode-se falar de “referência” e de “co-referência” com alguma inteligibilidade se se postular um domínio de objetos mentais

<sup>12</sup> No original: “Should we assume that expressions pick out things, intrinsically? More generally, should the “weakest assumptions” about the interface relations and the way they enter into thought and action be supplemented to include relations that hold between certain expressions and external things? That is commonly assumed, though we have to take care to distinguish two variants: (1) things in the world, or (2) things in some kind of mental model, discourse representation, and the like. If the latter, then the study is again internalist, a form of syntax.”

<sup>13</sup> No original: “Within internalist semantics, there are explanatory theories of considerable interest that are developed in terms of a relation R (read “refer”) that is postulated to hold between linguistic expressions and something else, entities drawn from some stipulated domain D (perhaps semantic values”).

associados a entidades formais da língua por meio de uma relação com muitas das propriedades da referência. Mas tudo isto é interno à teoria das representações mentais; é uma forma de sintaxe. Não parece haver nenhum sentido óbvio no povoamento do mundo extra-mental com entidades correspondentes, nem se consegue nenhuma consequência empírica ou aumento do poder explicativo ao fazê-lo. Assumindo que assim é, o estudo da relação entre estruturas sintáticas e modelos, imagens ou algo semelhante, deve ser encarado como pura sintaxe, devendo o estudo das várias representações mentais ser complementado por uma teoria da relação que estes objetos mentais mantêm com o mundo tal como nós o concebemos ou acreditamos que é. A postulação de tais argumentos não é inócuia, mas deve ser justificada por argumentos empíricos, tal como no caso de representações fonológicas e de outras representações sintáticas. Portanto, a mudança em direção a uma teoria computacional na mente contém também uma parte substancial daquilo a que se tem chamado semântica, conclusão que só é fortalecida se considerarmos abordagens manifestamente mais conceptualista destes tópicos (1994, p. 62).

A relação R' está além de um estudo naturalista e se o significado também for admitido como tendo tal relação R', ele possivelmente pertencerá às humanidades. Mas, se estamos interessados em um estudo naturalista, relação R tem de fazer parte da biologia humana. Assim, o significado de uma palavra não pode apresentar – nas ciências naturais – como referência o mundo externo. Ela pode apresentar uma relação R com algum domínio mental, com D especificamente. Tomemos o paradoxo de Londres discutido também em Chomsky (2000). Não é a referência Londres que determina o significado de *Londres*. Londres poderia ser completamente destruída e reconstruída a quilômetros de distância e ainda assim ser *Londres*. Poderiam também destruir seus monumentos, estradas e ela ainda poderia ser *Londres*. A uma palavra é possível atribuir propriedades inusitadas, mas, novamente, R' depende das intenções e do uso das perspectivas estabelecidas pelos recursos da faculdade da linguagem. Assim, à parte das humanidades, Significado-I, relação R e D podem ser concebidos como propriedades da mente-cérebro, logo, como sintaxe.

R e D também podem possuir alguma plausibilidade psicológica, porque fazem parte da interface semântica. Assim, além do ponto de vista metodológico, R e D também podem ter amparos psicológicos, isto é, um ponto de vista ontológico. Visto assim, não é descabido pensar que R e D fazem parte da estrutura biológica dos seres humanos. É com base nesse ponto de vista ontológico que buscamos sustentar a possibilidade biológica do que estamos chamando de Referência-I.

## EM BUSCA DE UMA SEMÂNTICA REFERENCIAL PARA AS LÍNGUAS NATURAIS

Uma forma de compreender a semântica (das línguas naturais) é aquela cujo mentor principal é Frege e está presente também na tradição anglo-saxônica: o significado comporta uma remissão ao mundo. No entanto, se o projeto é naturalista aos moldes do desenhado por Chomsky, almeja-se uma noção de referência que não seja nem baseada em convenção nem uma relação ao mundo externo. Não se trata também de uma referência pragmática, que está presente quando os falantes usam as palavras para referirem ao mundo externo, mas de uma referência semântica, de modo fregueana, pois, segundo Soares (2001, p. 195), “a referência, em Frege, é uma noção semântica”; esta referência semântica é o que estamos chamando de Referência-I, com diferenças em relação ao modelo de Frege.

### AS CONTRIBUIÇÕES DE RYLE E A IDÉIA DE REFERÊNCIA-E

As contribuições de Ryle para a filosofia do século XX são indiscutíveis e de grande alcance. Ele também dedicou parte de suas reflexões aos estudos semânticos. Nestes, Ryle (re)estilizou o Wittgenstein das *Investigações filosóficas*: o significado das sentenças ou das palavras vai depender do uso que fazemos delas, com o que podemos ou não fazer com elas. É essa a nossa base para a Referência-E.

Em *Theory of meaning*, publicado em 1957, Ryle faz uma distinção interessante entre **nomear** e **dizer**. De acordo com Ryle, “o lógico está falando *acerca de* significações, ao passo que, no exercício desse ofício, ele está simplesmente trabalhando *sobre* elas” (1980, p. 54). Um dos a trabalhar nesse ofício foi o lógico Stuart Mill, erroneamente nas palavras de Ryle. Errado, primeiro, porque para Mill as significações estavam nas palavras isoladamente, como átomos. Segundo, Mill afirmava que as palavras são nomes, isto é, correspondem às coisas no mundo externo, o que Ryle chama de **nomear**.

Essa fase **nomear** foi se desfazendo à partir de Russell, de acordo com Ryle (1980): com Russell, começou o contraste entre o que pode ser dito com significado com aquilo que pode ser dito como verdadeiro ou falso. “A noção de significação foi finalmente desvinculada, em parte, da noção de nomear, e revinculada à noção de dizer” (RYLE, 1980, p. 63). Daí a teoria da lógica, porque significação começou a repousar em um ambiente da lógica. Passou, então, a ser entendida também como regras, pois, segundo Ryle (1980, p. 63-64), “saber o que uma expressão significa envolve saber o que pode

(logicamente) ser dito com ela e o que não pode (logicamente) ser dito com ela... é conhecer as regras de emprego da expressão em questão". Novamente, Wittgenstein é visto como pai dessa nova fase: a fase **dizer**. Começamos esta parte com Wittgenstein e vamos terminá-la com ele também, porque ele foi, nas constatações de Ryle, o primeiro a abandonar completamente a fase *nomear*, principalmente, à partir de as *Investigações filosóficas*.

"Não pergunte pela significação, pergunte pela utilização" (1979) é uma das frases mais importantes de Wittgenstein para a semântica contemporânea. Se sabemos quando usar ou não uma palavra ou sentença em uma determinada situação, é porque sabemos o seu significado, como afirma Ryle (1980, p. 64): "a utilização de uma expressão ou o conceito que ela exprime é a função (rôle) para cuja execução ela é empregada, e não uma coisa, pessoa ou acontecimento qualquer que ela supostamente apresenta (*stands for*)". Em vez de **nomear** como retentora da significação, é no uso, no que podemos ou não **dizer** com uma expressão que está enclausurada a significação. Essa significação se assemelha a jogar xadrez, porque

não poderíamos aprender a jogar corretamente com o cavalo sem ter aprendido a jogar com as outras peças, assim, como não podemos aprender a jogar com uma palavra sozinha, mas somente em combinação com outras palavras e frases (RYLE, 1980, p. 65).

Quando o falante sabe fazer uso de uma expressão, é porque a expressão tem significação. Assim, ao abandonar a fase **nomear**, inicia-se a fase **dizer**, sendo Wittgenstein o pensador mais importante dessa "nova" fase.

É essa fase **dizer** que precisaremos como característica básica para compreendermos a visão de Chomsky acerca da referência (do uso da linguagem em geral): a referência é um uso das perspectivas pelos falantes, através do módulo concepto-intencional. Neste sentido, a referência faz parte da pragmática. É essa referência pragmática, da fase **dizer**, que é a relação R' de Chomsky, mais precisamente, o que entendemos por Referência-E. A Referência-E é importante, portanto, quando o falante faz uso da língua.

Ryle quer destruir a fase **nomear** porque parte da visão de que a linguagem é uma atividade humana. Se assim, é claro que as palavras não denotam objetos no mundo externo, porque são os falantes que fazem uso delas. Mas para que falantes possam referir a objetos no mundo, é preciso que antes eles tenham capacidade (competência) para isso. A noção de Referência-I, a ser apresentada no último tópico desse capítulo, explora exatamente a necessidade de uma referência biológica, que não seja essa imbricada no uso e, portanto, alvo de discussão de Ryle.

## A SEMÂNTICA REFERENCIAL DE LUDLOW PARA A LÍNGUA-I?

Ludlow destaca pelo menos três teorias da referência – R0, R1 e R2 – que podem ser usadas na semântica das línguas naturais. A R0 envolve uma relação da linguagem com um modelo mental ou representação mental ou também pode “envolver ‘referência’ a elementos do Domínio D de Chomsky (LGB: 1981) ou a algum tipo de estrutura de dado ou representação na mente”<sup>14</sup> (2003, p. 141). Essa relação interna pode ser entendida tanto na visão de Katz e Fodor (1963, apud LUDLOW, 2003), pois uma expressão da língua natural tem como referência uma representação ou símbolo na linguagem do pensamento quanto no modelo de Jackendoff (2002), cuja relação de referência se dá entre a linguagem e um conceito mental. R0 também pode ser entendida na semântica de modelos, pois a semântica é entendida como uma referência das expressões lingüísticas a objetos em um modelo (estrutura de mundo(s)). Porém, seja como for, R0 falha, para Ludlow, porque não é uma relação com o mundo externo ao agente lingüístico, então, ele a descarta: “o que nós esperamos de uma teoria semântica é uma caracterização do conhecimento do falante sobre a conexão entre linguagem e mundo”<sup>15</sup> (LUDLOW, 2003, p. 141). R0 não é, desta forma, uma teoria referencial desejável para a Língua-I, na visão de Ludlow.

R1 é uma relação direta da linguagem com o mundo, parecida com a referência nas linguagens formais, pois a linguagem mesma refere. Esta pode ser entendida como em Kripke, cuja referência é uma relação causal e direta da linguagem e mundo, portanto o significado, diferentemente de Chomsky e Frege, não pode possuir o sentido (Frege) ou a Forma Lógica (Chomsky), porque é a própria coisa no mundo. Como a linguagem não refere por si mesma, pois são os falantes que referem, Ludlow também abandona R1. A R2 é mais complexa, pois é uma relação tetrádica envolvendo o falante, a expressão, o contexto e os aspectos do mundo: um falante utiliza uma expressão para referir aos aspectos do mundo em determinados contextos. Uma diferença entre R1 e R2, é que R2 não refere por si mesma, mas é o falante que faz uso da linguagem para tal empreendimento. Ludlow vai trabalhar com R2 como tentativa de providenciar uma semântica referencial para a Língua-I.

Uma questão se coloca: “é possível ter uma semântica referencial (R2) para a Língua-I?”<sup>16</sup> (LUDLOW, 2003, p. 144). Apesar de aparentemente

<sup>14</sup> No original: “this might involve ‘reference’ to elements of the “Domain D” of Chomsky (LGB: 1981), or to some sort of data structure or representation in the mind”.

<sup>15</sup> No original: “what we expect a semantic theory to deliver is a characterization of the speaker’s knowledge about the connection between language and the world”.

<sup>16</sup> No original: “is it possible to have a referential (R2) semantics for an I-language?”.

negativa a resposta, pois a Língua-I é individual enquanto a referência parece ser uma relação linguagem-mundo, Ludlow mostra ser possível, se aceitarmos a idéia de que “nossa conhecimento do ambiente pode informar sobre nosso conhecimento da Língua-I”<sup>17</sup> (2003, p. 145). A questão toda de Ludlow envolve a suposição de que a referência não pode se dar por um falante isoladamente, isto é, a relação linguagem-mundo não pode ser individual. Ludlow (2003, p. 144) afirma:

Uma Língua-I, antes de tudo, é suposta ser parte da psicologia do agente e parte da biologia do agente. As propriedades da Língua-I são desta forma (na visão de Chomsky) individualista - elas são propriedades que se mantêm do agente em isolamento. As propriedades da semântica referencial, por outro lado, parecem ser qualquer coisa, menos individualista. Elas não são propriedades que um agente pode ter em isolamento, já que elas expressam relações entre representações lingüísticas e, entre outras coisas, aspectos do mundo externo do agente.<sup>18</sup>

Observamos também, nesta citação acima, que a referência é uma relação interno-externo, no caso de R2, uma relação intervinda pelos agentes lingüísticos a partir de determinadas situações. Ora, essa é a referência pragmática, aquela cuja base é Wittgenstein. O problema está aqui: como é possível unir uma noção de Língua-I que é biológica, interna e individual com uma noção de referência (a R2 de Ludlow) que é externa, não-individual? Acreditamos na impossibilidade desta união ao ponto de oferecer uma noção de referência que seja interna, individual e parte da biologia humana: a Referência-I.

#### A NOÇÃO BIOLÓGICA DE REFERÊNCIA: REFERÊNCIA-I

Começaremos mostrando o que não é Referência-I (R-I). Ela não é uma referência pragmática, pois não é uso. Também não é R2, pois R2 é

<sup>17</sup> No original: “our knowledge of the environment can inform our knowledge of I-language”.

<sup>18</sup> No original: “An I-language, after all, is supposed to be part of an agent’s psychology, and ultimately part of the agent’s biology. The properties of an I-language are therefore (on Chomsky’s view) individualistic – as noted above, they are properties that hold of the agent in isolation (like having particular genetic make-up). The properties of a referential semantics, on the other hand, appear to be anything but individualistic. They are not properties that an agent can have in isolation, since they express relations between linguistic representation and, among other things, aspects of the world external to the agent.”

uma relação tetrádica linguagem-falante-objeto-circunstância. A não ser que ocultemos o mundo, é claro que esta relação acontece, mas é uma relação pragmática e está longe de uma abordagem naturalista. Portanto, se entendermos “uso” da mesma forma que Wittgenstein e Ryle, de que não devemos perguntar pelo significado, mas sim pelo uso, não é isso que envolve a noção de R-I. Antes, R-I é uma condição para esta referência pragmática que envolve as intenções do falante e circunstâncias do proferimento ocorrer. Nos termos gerativistas, poder-se-ia afirmar que R-I é **competência** e não **performance**.

R-I também não envolve convenção, portanto, os argumentos de Chomsky contra às teorias referenciais, à la Putnam e Kripke, se tornam triviais acerca de R-I. As críticas àquelas teorias referenciais ao modo wittgensteiniano, como a R2 de Ludlow, também não têm peso perante a R-I, porque essas críticas se direcionam ao que chamamos de R-E. Nem mesmo as críticas de Ryle à noção clássica de referência, em que as palavras remetem a objetos no mundo externo, afetam a nossa R-I, porque, como veremos, ela é uma relação interna à mente-cérebro do falante, ainda que permaneça essa noção de que palavras têm relação com objetos, talvez, objetos intuitivos.

Investimos na R-I, principalmente, a partir das considerações de Chomsky sobre a relação R: de um lado, o movimento de Chomsky é metodológico, pois é um construto teórico do semanticista; de outro, tem um grande peso ontológico, ao afirmar que R pode ser algum recurso semântico na mente-cérebro do falante. É o que pensamos ser a R-I, porque R-I tanto tem um caráter metodológico, pois, é função semântica e ao mesmo tempo possui um respaldo ontológico, ao fazer parte da estrutura biológica do ser humano, regida por princípios lingüísticos. Então, uma referência no modelo de Chomsky torna-se possível, desde que não seja do tipo R-E. R-I também está próxima da R0 de Ludlow, porque, “o ponto chave é que a semântica de modelos pode muito bem ser uma teoria que emprega a noção de referência R0”<sup>19</sup> (LUDLOW, 2003, p. 142). Como a R-I e a relação R de Chomsky, R0 também é uma relação da linguagem com um modelo mental.

R-I tem duas bases iniciais, ambas de Frege. A primeira é a sua concepção de que significado é sentido e referência. E a segunda, a idéia de composicionalidade, que Dummett (1992) afirma ser uma das descobertas mais grandiosas do pensamento contemporâneo.

<sup>19</sup> No original: “the key point is that model-theoretic semantics may well be a theory which employs the R0 notion of reference”.

Em Frege, a referência de uma descrição definida é um indivíduo e de uma sentença, seu valor de verdade (vv). Os indivíduos e os valores-de-verdade são elementos de D. Além dos indivíduos e vv, temos *funções* entre eles. Função é uma relação entre um domínio (chamá-lo de A) e um contradomínio (B), cujo elemento do primeiro tem um e somente um correspondente no segundo. Formalmente, para todo  $x \in A$ , existe  $y \in B$  tal que  $y = f(x)$  e para todo  $x \in A$ , existe um único  $y$  tal que  $y = f(x)$ .

As derivações sintáticas são *inputs* para a interpretação semântica. R-I pode ser compreendida como uma função<sup>20</sup> no sentido de Heim e Kratzer (1998, p. 15):

para qualquer expressão  $\alpha$ , então,  $[[\alpha]]$  é a denotação de  $\alpha$ . Nós podemos pensar de  $[[\cdot]]$  como uma função (a função interpretação) que atribui denotações apropriadas para expressões lingüísticas... as denotações das expressões são extensões.<sup>21</sup>

Referência-I é entendida exatamente como uma operação que pega as expressões sintáticas e estabelece vínculos com objetos em D; R-I, finalmente, corresponde a uma função de D em vv.

O sistema computacional faz estruturas sintáticas e a interface SEM tem de deixá-las interpretativas. Mas, para isso, é preciso de R-I, para fornecer estruturas em D. A sintaxe também tem de fornecer todas as informações que são relevantes para a interface semântica. É de se esperar que SEM precise do sistema computacional da mesma forma que este precisa do léxico para funcionar. Começaremos aceitando que o *input* para a interpretação semântica é a estrutura frasal derivada do sistema computacional. R-I no decorrer do processamento na interface SEM pega a estruturas frasais e lhes fornece referências apropriadas, as torna significativas. Em SEM, ainda ocorre resolução de escopo, anáfora, expletivos... Observe a seguinte sentença:

<sup>20</sup> Obviamente, isto é uma especulação. Referência-I pode ser compreendida pela análise de eventos de Davidson. Neste sentido, Referência-I não é uma função, mas concatenação de predicados. Assim, Referência-I pode ser uma concepção conjuntivista de como o componente sintático contribui para o significado. Se sim, sentenças não têm condições de verdades, antes tornam-se perspectivas para conceber o mundo. Para maiores detalhes, ver Pietroski (1994, 2002, 2003 e 2005).

<sup>21</sup> No original: “for any expression  $\alpha$ , then,  $[[\alpha]]$  is the denotation of  $\alpha$ . We can think of  $[[\cdot]]$  as a function (the interpretation function) that assigns appropriate denotations to linguistic expressions... the denotations of expressions are extensions”.

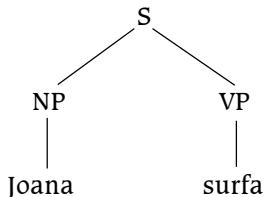
(1) Joana surfa.

Nesta sentença, as entradas lexicais compreendem:<sup>22</sup>

1' [[Joana]] = Joana

1" [[Surfa]] =  $\lambda x \in D . x \text{ surfa}$

A estrutura frasal é, grosseiramente:



SEM precisa dessa estrutura frasal, especificamente, dos nós NP e VP, no caso da sentença (1), para gatilhar a interpretação. O que R-I faz, portanto, é pegar o VP e atribuir-lhe uma referência apropriada em D, isto é, R-I pega o VP e o refere a um conjunto, ao conjunto dos que surfam. O VP é uma função, logo é insaturado de acordo com Frege. R-I também pega o NP *Joana* e o refere ao indivíduo Joana em D. Finalmente, R-I fornece condições para dizer se Joana pertence ou não a esse conjunto dos que surfam por meio de Função Aplicação (FA). Através de FA, há aplicação de predicados a indivíduos, neste caso, o predicado *surfar* é aplicado ao indivíduo Joana, resultando em verdadeira ou falsa.

A convergência maior entre Frege e a R-I se inicia aqui. O princípio da composicionalidade de Frege fornece meios para que R-I seja efetivada. Esse princípio nos diz que o significado do todo depende do significado das partes ou que o significado da sentença depende dos significados dos itens lexicais. Por exemplo, o significado da sentença (1) vai depender dos significados das partes, isto é, vai depender do significado do argumento *Joana* e do predicado *surfar* e de como são combinados por FA.

#### A (POSSÍVEL) ARQUITETURA DA LINGUAGEM

Os desdobramentos deste artigo permitem que suas reflexões sejam utilizadas na compreensão do papel da semântica no modelo de Chomsky

<sup>22</sup> Estamos sendo o mínimo comprometedor, deixando de fora o tempo, aspecto, modalidade...

e a possibilidade de uma semântica referencial, pois o significado envolve uma relação entre linguagem e mundo, especificamente, uma relação entre árvores sintáticas e D. Chomsky não é hostil à semântica referencial *per se*, mas ao modo como a compreendermos. Se ela for entendida como uma relação isomórfica entre linguagem e mundo externo, ela não pode ser alvo de estudo para a abordagem que Chomsky quer dar às línguas naturais. Se, por outro ângulo, ela for entendida como uma relação das derivações sintáticas com um domínio mental, então, tal estudo torna-se necessário.

A Referência-E está longe da abordagem que Chomsky quer dar às línguas naturais. Referência-I não pode ser excluída do estudo naturalista, exatamente porque as estruturas sintáticas (as palavras!) não referem e, portanto, precisamos de uma referência interna que faça essa referência, que intermedie estruturas arbóreas e domínio D. A Referência-I, portanto, é feita pelo próprio sistema lingüístico, por isso, inclusive, ela deve já vir como potencialidade.

Na língua há significado e o significado envolve uma noção de referência, consequentemente, a Referência-I é essencial para se ter uma língua. Logo, o que Ian Robinson (1975, p. 130) escreve não se aplica à Referência-I:<sup>23</sup>

O que eu recuso não é a referência como um uso importante da linguagem, mas a crença de que ela é algo mais confiável do que outros usos, e freqüentemente a concomitante crença de que a existência de coisas por alguma razão garante o sentido na língua que refere a elas. A existência do sal faz possível o significado ordinário de "Passe o sal, por favor" mas não é uma condição necessária, nem suficiente, para o sentido.

A principal diferença entre este artigo e as considerações de Robinson, é que quando Robinson emprega referência, ele a emprega como R-E, equivalente a referir a coisas no mundo externo. A R-E com certeza "não é uma condição necessária, nem suficiente, para o sentido", contudo, a R-I é. Outra diferença é que a referência neste trabalho é uma função e, portanto, não faz sentido afirmar que ela é mais ou menos confiável do que outros usos, até porque ela não é um uso.

Há uma outra convergência entre Chomsky e Frege: em Chomsky, SEMs são perspectivas para conceber o mundo (ou os objetos no mundo), intermediadas pelo módulo conceitual-intencional. Em Frege, os sentidos

<sup>23</sup> Tradução minha.

são os modos de apresentação dos objetos, intermediados pelos conceitos, pois os sentidos são os conceitos articulados. Neste rumo, poder-se-ia pensar que, em Chomsky, SEMs seriam as perspectivas mentais estruturadas (articuladas) que, através das intenções dos falantes, apresentam (têm relação com) objetos no mundo.

Em Frege, há uma relação entre conceito e sentido: todo sentido é uma articulação de conceitos capaz de identificar um objeto. Por exemplo, X diz para Y: o livro sobre a mesa é amarelo; Y pode entender toda a frase menos a expressão livro. Se Y pergunta pelo sentido dessa expressão, X lhe responde usando uma série de conceitos articulados: artefato humano, reunião de folhas impressas, com um número mínimo de páginas. Veja que esta descrição não precisaria estar articulada, bastando que X fornecesse uma série de conceitos e dissesse: qualquer objeto que satisfaça esta série de conceitos é um livro. Uma palavra expressa um sentido e refere a um objeto. Mas, apenas se há um objeto desde que seja identificado por pelo menos um sentido expresso, isto é, um objeto que caia sob os conceitos articulados no sentido, pois pode ser que nada seja identificado. Em Chomsky, poder-se-ia apostar em uma relação parecida entre SEM, Módulo Conceitual-Intencional e objetos no mundo: um objeto no mundo só aparece mediante os significados mentais estruturados por SEM, pois SEM “se preocupa exclusivamente com semântica estrutural” (RIEMSDIJK; WILLIAMS, 1991, p. 151). Em outros termos, SEMs são os significados estruturados/articulados que, em forma de perspectivas e através do módulo conceito-intencional, têm relação com os objetos no mundo.

Finalmente, chegou o momento de mostrar a arquitetura da faculdade da linguagem (ou o que se espera dela). Findo o processamento sintático, há a checagem de traços interpretáveis em SEM como escopo, anáfora... Após a checagem, temos uma estrutura arbórea pronta para que a Referência-I possa denotar apropriadamente os nós em D. Neste momento, estamos na interface com o módulo conceitual-intencional. A interpretação se dá nesse momento, podendo acessar informações de outros módulos, por exemplo, o módulo discursivo (que guarda informações discursivas), o módulo intencional, o módulo visual, o módulo que guarda o conhecimento de mundo do falante e assim por diante. Então, SEM atribui uma interpretação mínima para as sentenças com base nessas informações, melhor, SEM atribui uma perspectivação mínima. Não há módulo semântico nos moldes de Heim e Kratzer (1998), nem módulo conceitual como em Jackendoff (2002), nem módulo discursivo como na semântica discursiva, nem mentalês de Fodor, apenas, há processamento na interface. SEM pode acionar informações sobre o conhecimento de mundo do falante, por exemplo, e fornecer uma perspectivação mínima. É essa forma semântica mínima que

vai servir para o processamento pragmático, para processar as implicaturas, ou seja, ela é uma condição para que ocorra as implicaturas, a Referência-E, a pragmática. Observe um exemplo:

(2) Pedro chutou o balde.

Forma Semântica, informalmente: determinado indivíduo Pedro (intuitivamente delimitado) cai na extensão de chutou o balde.

Implicatura: Se x diz isso como resposta a uma pergunta de y sobre se Pedro ainda continua na empresa que trabalha, y pode inferir que...

Os traços já vêm do léxico. Grosseiramente, em (2), o léxico Pedro tem traços informando que, por exemplo, *Pedro* é nome, singular e tem Caso nominativo; *balde*, por outro lado, tem o Caso Acusativo; os traços de *chutar* têm de informar que *chutar* é um verbo transitivo (pede dois argumentos), é perfectivo... Esses traços são checados no decorrer da derivação. Não é este o caso, mas poderia também haver traços informando que determinado léxico é operador, exige a resolução de escopo, entre outras coisas. Em um determinado momento da derivação, após a checagem desses traços e de outros provavelmente, há uma estrutura arbórea pronta para receber interpretação. R-I, portanto, vai fazer as denotações apropriadas em D, peggando os nós específicos na estrutura arbórea e referindo em D; R-I tem de fazer isso composicionalmente, de forma sistemática e objetiva, sem perder informações relevantes para a interpretação; este verbo informa ainda que, quando o predicado for aplicado ao objeto, R-I vai utilizar FA (*Functional Application*); tudo isso ocorre na interface SEM, no limite com o módulo conceitual-intencional. Após as denotações, a aplicação de FA, uma perspectivação mínima (como parte do processamento semântico) é projetada que servirá de *input* para o módulo conceitual-intencional, a pragmática.

Numa visão monista, as perspectivas SEMs, advindas em potencialidade pela estrutura da mente-cérebro, devem ser as mesmas da pragmática, a diferença é que esta última traz consigo a intenção e o falante pode fazer uso dessas perspectivas para falar sobre o mundo também. Numa visão dualista: há duas perspectivas: uma semântica e outra pragmática. Então, nesta visão dualista, há duas noções de perspectivas: uma que está presente em SEMs, outra pragmática, que não é disposta em potencialidade, mas, pelo contrário, deve possuir outros mecanismos para se constituir. Esse ensaio sustenta a tese monista, pois SEM dá uma perspectivação sem

intencionalidade; depois há uma perspectivação com intenção, mas é fundamentalmente a mesma perspectivação; a diferença é que agora, na pragmática, entra a intenção nas perspectivas oferecidas por SEM.

Chomsky fala em perspectivas disponíveis por recursos mentais que são usadas pelo módulo conceitual-intencional. Dessa forma, SEMs são perspectivas semânticas e os falantes a usam de acordo com suas intenções (já é pragmática). Se se pensar assim, não há perspectiva pragmática, o que se tem é uma perspectiva semântica + intenção = pragmática, usada pelos agentes lingüísticos. Como componente importante para essa perspectivação semântica, R-I possui determinações biológicas; ela faz parte do estudo naturalista na lingüística e, portanto, pode servir como uma referência apropriada para a Língua-I.

## RESUMO

Uma das bases da semântica moderna tem origem em Frege, com a divisão do significado em sentido e referência. Então, referência, e não apenas sentido, é uma relação semântica necessária para explicar o significado. O objetivo deste artigo é elaborar uma proposta semântica detalhada que compatibiliza a necessidade de uma teoria da referência no modelo de Chomsky com a possibilidade de não ser nem convencional nem meramente um construto teórico. Ou seja, o propósito é conciliar uma semântica referencial de cunho biológico com a Língua-I. Chomsky (2000) propõe a relação R com algum domínio D ou modelo mental, que fundamenta nosso objetivo inicial: a compatibilidade entre Referência-I e Língua-I. Este artigo tem outra base, além de Chomsky: o texto *Referential semantics for I-languages?* (LUDLOW, 2003). É também com Ludlow que a semântica referencial para a Língua-I é modelada e tem um suporte teórico e epistemológico. Ainda com ele, este artigo ganha sua significância nos avanços da semântica no modelo de Chomsky e nos fundamentos da Referência-I com a Língua-I.

Palavras-chave: *semântica; referência; Língua-I.*

## ABSTRACT

One of the leading insights of modern semantics is Frege's division of meaning into sense and reference. Thus, reference, and not only sense, is a necessary semantic relation to explain meaning. The objective of this paper is to elaborate a detailed

semantic proposal that argues for the necessity of a theory of reference in Chomsky's model with the possibility of it being neither conventional and not merely a theoretical construct. In other words, the aim is to reconcile referential biological semantics and I-Language. Chomsky (2000) proposes a relation R with some domain D or mental model, which underlines our initial objective: the compatibility with I-reference and I-Language. This paper also relies on another groundwork other than Chomsky: the paper *Referential semantics for I-languages?* (LUDLOW, 2003). It is with Ludlow that referential semantics for I-Language is sharpened and given theoretical and epistemological support. It is also with Ludlow that this paper gets its relevance in advancing semantics in Chomsky's model and for the grounding of I-reference and I-language.

**Key-words:** *semantics; reference; I-languages.*

## REFERÊNCIAS

- BILGRAMI, Akeel. *Belief and meaning*. Cambridge: Blackwell, 1992.
- BORGES, José. Semântica de modelos. In: MÜLLER, A. L.; NEGRÃO, E. E.; FOLTRAN, M. J. *Semântica formal*. (Org.). São Paulo: Contexto, 2003.
- CHOMSKY, N. *O programa minimalista*. Tradução de: Eduardo Raposo. Lisboa: Caminho, 1995.
- \_\_\_\_\_. *Powers and prospects*. Boston: South End Press, 1996.
- \_\_\_\_\_. *New Horizons in the study of language and mind*. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.
- \_\_\_\_\_. Replies. In: HORNSTEIN; Antony. (Org.). *Chomsky and his critics*. Cambridge: Blackwell, 2003.
- FREGE, Gottlob. *Lógica e filosofia da linguagem*. São Paulo: Cultrix, 1978.
- HEIM, I.; KRATZER, A. *Semantics in generative grammar*. Cambridge: Blackwell, 1998.
- JACKENDOFF, R. Why a conceptualist view of reference? A reply to Abbott. Netherlands. *Linguistic and philosophy*, v. 21, p. 211-219, 1998.
- LUDLOW, P. Referential semantics for I-languages? In: HORNSTEIN; Antony. (Org.). *Chomsky and his critics*. Cambridge: Blackwell, 2003.
- MCGILVRAY, James. *Chomsky: language, mind, and politics*. Cambridge: Polity Press, 1999.
- NEWMEYER, Frederick. *Grammatical theory: its limits and its possibilities*. Chicago/ Londres: The University of Chicago Press/ The University of London Press, 1983.
- PIETROSKI, P. A defence of derangement. *Canadian Journal of Philosophy*, v. 24, p. 95-118, 1994.
- \_\_\_\_\_. Function and concatenation. In: PREYER, G. (Ed.). *Logical form*. Oxford: Oxford University Press, 2002.

- \_\_\_\_\_. The character of natural language semantics. In: BARBER, A. (Ed.). *Epistemology of language*. Oxford: Oxford University Press, 2003.
- \_\_\_\_\_. *Events and semantic architecture*. Oxford: Oxford University Press, 2005.
- RIEMSDIJK, Henk Van; WILLIAMS, Edwin. *Introdução à teoria da gramática*. São Paulo: Martins Fontes, 1991.
- ROBINSON, Ian. *The new grammarians' funeral: a critique of Noam Chomsky's linguistics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1975.
- RUSSELL, B. *Significado e verdade*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- RYLE, G. *Teoria da significação*. São Paulo: Abril Cultural, 1980. (Os Pensadores)
- SOARES, Maria Luísa Couto. *Conceito e sentido em Frege*. Porto: Campo das Letras, 2001.
- WITTGENSTEIN, L. *Investigações filosóficas*. São Paulo: Abril Cultural, 1979.

# ARBITRARIEDADE SAUSSUREANA EM FOCO

*Saussurean arbitrariness in focus*

Aniela Improta França\*  
Miriam Lemle\*\*

## 1 INTRODUÇÃO

Qualquer teoria lingüística precisa elaborar uma explicação para a polissemia de palavras ou de construções sintáticas com mais de duas palavras. Por exemplo, *corredor* - (¹) aquele que faz deslocamento rápido; (²) passagem estreita e longa para ligar dois ou mais compartimentos; *chutar o balde* (¹) dar um pontapé no balde; (²) abandonar um alvo.

Modelos lexicalistas propõem uma arquitetura da gramática com duas computações separadas: uma que monta traços que formam palavras constituindo o léxico do indivíduo, e outra que combina palavras umas com outras na computação sintática. Nestes modelos, a montagem de palavras precede as operações da sintaxe. Por exemplo, no modelo lexicalista do Programa Minimalista (Chomsky, 1995) palavras já completamente constituídas são extraídas do léxico para um espaço de trabalho transitório chamado Numeração, constituído do conjunto de palavras a serem concatenadas (*merge*) na fase em curso. A operação *Selecionar* escolhe uma palavra da Numeração e a introduz na computação para ser concatenada a uma outra palavra ou sintagma, possivelmente sujeitos, depois, a deslocamento. Portanto, nos modelos lexicalistas, a sintaxe lida com palavras pré-formadas, aplicando a elas as operações de concatenar e mover.

Outra solução arquitetônica possível é assumir que as unidades básicas que entram na computação sintática não são palavras, mas sim

\* Departamento de Lingüística, UFRJ.

\*\* Departamento de Lingüística, UFRJ.

apenas os seus traços abstratos, destituídos de conteúdo fonológico. Neste caso, o modelo é não lexicalista. Por exemplo, na Teoria da Morfologia Distribuída (Marantz; Halle, 1993; Marantz, 1997), unidades morfológicas, com forma fônica, menores do que a palavra, só são inseridas no fim da computação sintática, a qual se aplica a traços. Por isso diz-se que este modelo é também separacionista, o que quer dizer que a computação sintática é bem separada da implementação fonológica. Conforme mostra a Figura 1, nesta teoria, as palavras com seus traços sintáticos, traços morfofonológicos e propriedades semânticas não são pré-montadas, mas sim formadas dinamicamente a partir da distribuição de tarefas entre três diferentes listas que participam em três diferentes estágios na derivação da estrutura sintática e sua interpretação:

### Morfologia Distribuída

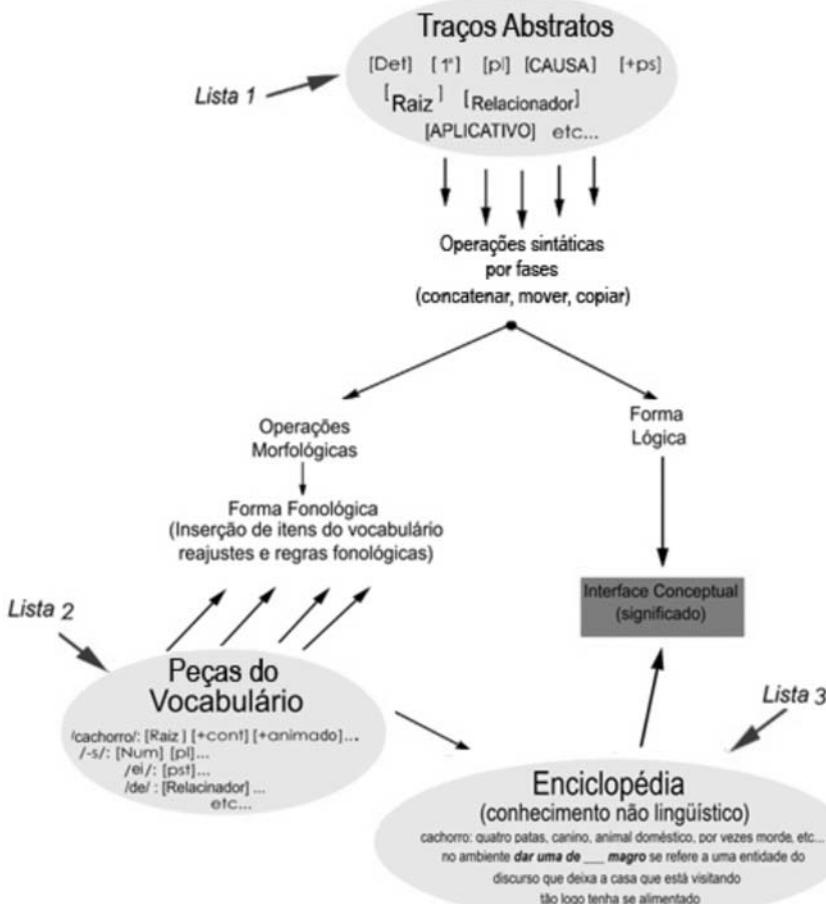


Figura 1- Esquema da Morfologia Distribuída

A partir da Lista 1, a operação Selecionar introduz na Sintaxe propriamente dita traços abstratos sem substância fônica. O estado atual desta teoria ainda não permite uma enumeração completa destes traços da Lista 1. Por enquanto, o que costuma ser atribuído a esta lista são traços tais como verbalizador, determinante, relacionador, pessoa, número, tempo, complementizador, agentivizador, aplicativo, e também posições vagas (*place-holders*) reservadas para a inserção de raízes. Em cada fase, depois de os traços abstratos terem sido juntados e movidos, chega-se ao Spell-Out. Neste ponto, a computação é remetida por um lado à forma lógica, que lê somente traços, e por outro lado para o componente morfonofonológico. É deste lado que está a Lista 2, constituída de Peças de Vocabulário. Estas peças são inseridas no output da sintaxe, contanto que sejam compatíveis com a estrutura de traços gerada ali. Assim, é do lado da morfonofonologia, no componente morfologia, que acontece a inserção de Peças do Vocabulário, formando uma representação fonológica subjacente, que é o *input* da fonologia, com todas as suas regras.

As peças de vocabulário são de dois tipos: funcionais ou raízes. Os nós terminais com traços funcionais que chegam da sintaxe (cf. Figura 2) vão ser preenchidos por peças com forma fonológica e traços de natureza idêntica à dos traços abstratos da Lista 1. Os nós terminais reservados para as raízes vão ser preenchidos por peças lexicais, raízes, possuidoras de substância fonológica.

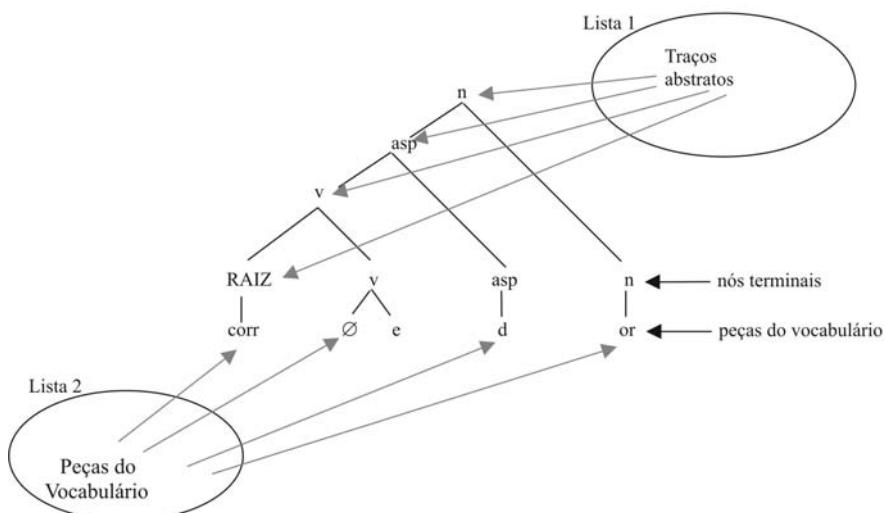


Figura 2 - Atuação do componente morfonofonológico conectando a Lista 1 à Lista 2

A inserção lexical tardia obedece ao princípio do subconjunto: uma peça só pode ser inserida em um nó se sua especificação for igual ou um subconjunto das especificações dos traços provenientes da computação sintática. Por esta razão, há Peças de Vocabulário sub-especificadas em relação aos traços fornecidos pela sintaxe. Por exemplo, considerem a conjugação do verbo *ter*. Notem que de maneira geral há formas distintas para plural e singular de terceira pessoa (*tinha, tinhham; teve, tiveram; tenha, tenham, tivesse, tivessem; teria, teriam*, etc), porém no tempo presente do indicativo a forma serve tanto para singular como para plural. No entanto, na computação sintática, a especificação dos traços acontece: {ter, presente, 3p. sg} e {ter, presente, 3p., pl}. Diremos, então, que a peça de vocabulário possui o feixe de traços {ter, pres, 3p} e portanto, sendo sub-especificada para número, pode ser inserida nos dois casos, singular ou plural.

Em cada fase, feita a inserção de vocabulário, o bloco é enviado por um lado para o componente fonológico onde sofrerá reajustes que culminam na representação fonética, e, por outro, para a Enciclopédia, Lista 3, que é o componente interpretativo que fornece a parte idiossincrática da leitura semântica, ou seja, este é o local onde se dá a negociação da *arbitrariiedade saussureana* (arbitrariedade na relação entre forma e significado no sentido de Saussure), quando, logo na primeira fase, uma raiz é concatenada a um morfema categorizador. Se houver outras camadas sintáticas, elas serão concatenadas fase a fase e na Forma Lógica receberão as leituras composticionais dos traços abstratos, leituras estas que serão integradas com a leitura idiossincrática dada na Enciclopédia.

Neste trabalho vamos usar a teoria acima explicitada para entender em que ponto da derivação de uma palavra acontece a negociação da parte arbitrária do significado e como este significado se mantém durante a história derivacional de compostos com várias camadas. Consideraremos exemplos no domínio interno às palavras fonológicas e no domínio externo a elas, uma vez que, nesta teoria, ambos os domínios são sintaticamente derivados.

Na seção 2, analisaremos os pontos de negociação internos à palavra nos casos de palavras formadas pelas mesmas raízes, mas com camadas funcionais diferentes. Na terceira seção, oferecemos exemplos de sintaxe interna a palavras formadas por raízes diferentes, mas que têm os mesmos sufixos em suas camadas mais externas, estudando alguns casos de sufixos nominalizadores e adjetivadores ressaltando a sua contribuição para a semântica da palavra relativamente ao ponto de concatenação, e efeitos da mudança diacrônica. Na seção 4 analisaremos idiomatizações em expressões com mais de uma palavra. Em 5.0 apresentamos nossas conclusões sobre o curso das derivações estudadas.

## 2 PONTO DE ARBITRARIEDADE SAUSSUREANA NA DERIVAÇÃO DE UMA PALAVRA

A Figura 3 mostra a derivação da palavra *corredor* (<sup>1</sup>) - *aquele que se desloca com rapidez*, em três fases sucessivas, logo após a inserção lexical de cada fase, na passagem entre as Listas 2 e 3.

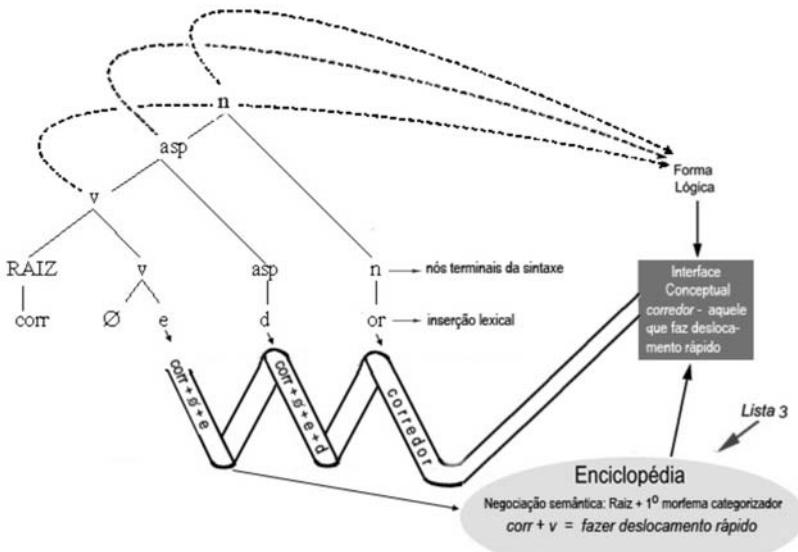


Figura 3 - Contribuições da Forma Lógica e da Encyclopédia

Vemos na Figura 3 que na primeira fase, depois do merge da *Raiz* com *v*, forma-se o verbo {{corr}er} inserindo a raiz e a peça vocabular verbalizador agentivo. Nesta fase, com o envio deste composto para a Encyclopédia, acontece a negociação semântica do sentido de *fazer deslocamento rápido*, um verbo de ação. Além disso, a fonologia recebe a informação da vogal temática e os traços fonológicos de {{corr}er}.

Mais um ciclo derivacional e temos a concatenação de um traço aspectual *perfectum*, denominado particípio passado, que é implementado pela peça vocabular *d*. Mas note que este ciclo, que tem semântica compo-sicional aproveitando o que já foi negociado na fase do vezinho, não tem saída para a fonologia da palavra, porque não se agregaram ao *perfectum* traços de pessoa e número (AGR), traços estes demarcadores de fronteira da palavra fonológica.

Finalmente, na última fase, entra o traço *nominalizador agentivo*, que é implementado pelo morfema *-or*, e a ele são agregados traços de AGR (gênero e número). A palavra tem saída para a fonologia e, pela conexão entre Encyclopédia e Forma Lógica, recebe a interpretação de "aquele que se

desloca rapidamente". Derivações similares são as das palavras *morador*, *empreendedor*, *salvador*, *vendedor*, *indicador* e outras. Em todas estas, a concatenação de verbalizador agentivo precede a de nominalizador. Por sinal, a palavra *verbalizador* também tem esta mesma história derivacional, mas antes da fase da verbalização, implementada pelo verbalizador *-izar* há outras camadas, a saber, a nominalização da raiz VERB, implementada pelo nominalizador *ø*, formando o nome *verbo* - a sede da negociação semântica arbitrária - e a adjetivação, implementada pelo adjetivador *-al*, formando *verbal*. Depois então, *verbalizar* e *verbalizador*.

Para o significado *corredor* (2), *passagem estreita e longa para ligar dois ou mais compartimentos*, esta teoria possibilita uma outra história derivacional. Logo na primeira fase, sem receber vezinho, a raiz é concatenada ao traço aspectual *perfectum* enfeixado com o traço categorizador n (enezinho) de nome agentivo, que recebe AGR. Neste contexto sintático, as peças vocabulares [corr [ed + or]] são inseridas e o significado do todo é negociado na Enciclopédia como instrumento (lugar que serve para transitar de aposento a aposento). Derivações similares, em que a nominalização não passa pelo verbalizador agentivo, são as das palavras *mordedor* (objeto que serve para dar mordida), *andador* (armação de metal com rodas que serve ao uso de andar), *interruptor* (mecanismo destinado à interrupção de corrente elétrica).

### 3 IDIOMATIZAÇÃO INTRALEXICAL

#### 3.1 PALAVRAS EM *-URA*

Predomina no português, vinda do Latim, uma relação de c-commando entre o sufixo *-ura* e o particípio passado. Isto é o que vemos, por exemplo, em *ligadura*, cuja estrutura é (((lig) a d) ura), composta pelas peças vocabulares **LIG**, raiz; **-a**, vogal temática do verbalizador; **-d**, particípio passado; e **-ura**, sufixo nominalizador. No português moderno, existem cinco peças de vocabulário que podem ser inseridas no nó terminal de particípio passado:

- a. [d] - está perdido, está cansado, está preocupado, é vindo
- b. [t] - está aberto, está coberto, está morto, está feito, está solto, está posto, está frito

- c. [z] - está aceso, está incluso, está preso
- d. [s] - está impresso, está possesso, está apenso
- e. [ø] - está ganho, está pago, está gasto e as variantes recentes  
está chego, está trago, tinha salto

Como vemos na Figura 4, em palavras do tipo *floricultura*, o particípio passado de um vP está contido dentro de uma nominalização formada por **-ura**. É no ponto de concatenação do v, formando o vP, que se instaura a interpretação semântica arbitrária, quando a Raiz se concatena com o primeiro traço categorizador vizinho. O particípio passado e a nominalização feita pelo sufixo **-ura** recebem interpretação composicional proveniente da Forma Lógica, bem como a nominalização (*flor+i*), que se adjunge a este composto e recebe a interpretação de “coisa cultivada”.

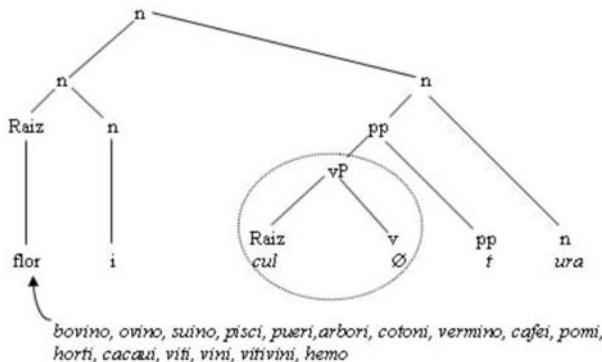


Figura 4 - Diagrama em árvore de *floricultura*

Outros exemplos com esta mesma estrutura sintática no interior da palavra são: *laringofissura, rinofissura, palatofissura, labiofissura*, que usam a peça de vocabulário [s] para particípio passado; *xilogravura, heliogravura, cromogravura, eletrogravura, linoleogravura*, que selecionam [ø] como particípio passado, e *arranhadura, picadura, semeadura, mordedura, varredura, embocadura, abotoadura*, em que o particípio passado se implementa como [d].

Casos interessantes são também aqueles em que os participios em [t] se concatenam com um alomorfe da raiz: *abertura, cobertura, escritura, postura, feitura, desenvoltura, escultura, leitura, ruptura*.

Ainda um outro conjunto de palavras em **-ura** provém etimologicamente de formas participiais latinas, porém os verbos em suas formas finitas caíram em desuso. Este é o caso de *tintura* que vem do verbo *tingo*

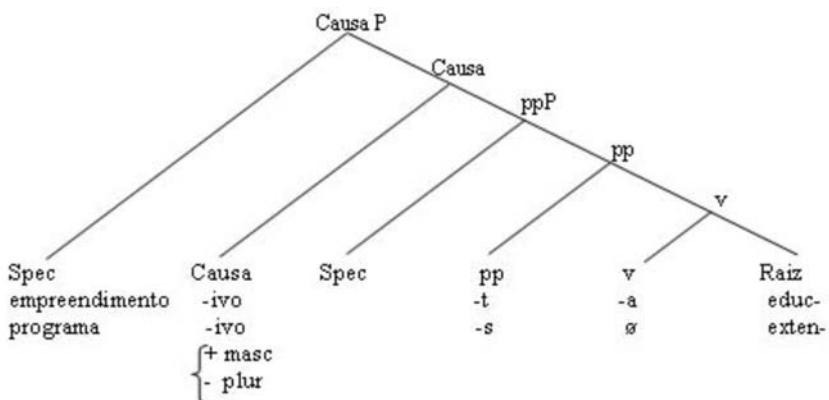
em latim, cuja Raiz de partíprio passado era *tinctum*. A concatenação com **-ura** – *tinctura* – era uma nominalização que chegou ao português. Porém, como a Raiz de *tingo* caiu em desuso, o segmento /tint/ foi reinterpretado como Raiz pura, sem vezinho, e consequentemente, o sufixo **-ura** ficou com sua distribuição alterada, uma vez que passou a ocorrer também concatenado direto à Raiz. Alguns exemplos desta reanálise são mostrados a seguir, sendo que a primeira das formas dadas é a do particípio passado, que sobreviveu, e a segunda é a do presente do indicativo, que caiu em desuso junto com todas as formas do conjunto denominado *infectum*: *tintura* (partíprio passado *tinctum* que sobreviveu, e *infectum tingo*, que desapareceu), *pintura* (*pictum, pingo*), *sutura* (*sumum, suo*), *rasura* (*rasum, rado*), *puntura* (*punctum, pungo*), *clausura* (*clausum, clando*), *ventura* (*ventum, venio*), *estrutura* (*structum, struo*), *fissura* (*fissum, fendo*), *cintura* (*cinctum, cingo*)

Esta mudança gramatical fornece ao sufixo **-ura** um novo contexto, ampliando o seu uso para derivações que não passam por participios, como *diabrura, altura, largura, brancura, docura, ternura, lisura, grossura, frescura, feiúra, quentura, chatura, verdura, gostosura, formosura*.

O esvaimento da relação com o verbo fica fortemente comprovado quando vemos novos verbos formados a partir de uma raiz em que o segmento **-ura** está irremediavelmente digerido, como nos verbos terminados fonologicamente em /urar/: *costurar* (*consuo*), *suturar* (*suo*), *aventurar* (*venio*), *caricaturar* (*carico*); *censurar* (*censeo*), *conjecturar* (*jacio*), *estruturar* (*struo*), *fissurar* (*fingo*), *misturar* (*miscere*), *rasurar* (*radeo*), *tinturar* (*tingo*). É como se esquecêssemos que o verbo *acabar* existe e formássemos, a partir do particípio passado *acabado*, um novo verbo, *acabadar* e um novo particípio passado *acabadado*.

### 3.2 PALAVRAS EM **-IVO**

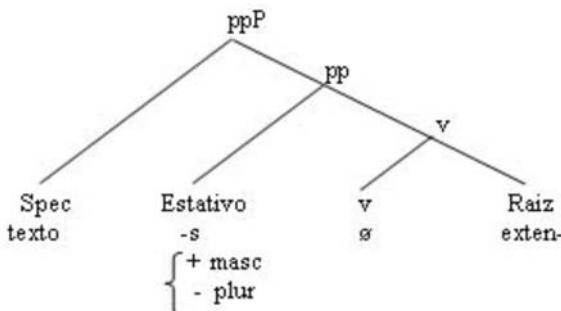
Na estrutura sintática predominante nas palavras em **-ivo** temos sucessivamente a concatenação de uma Raiz e um vezinho, seguida da concatenação do traço particípio passado interpretado como estativo e da concatenação do adjetivador **-ivo** que introduz a noção de causa, criando um espaço para agente no seu Spec. A interpretação de *educativo* é: causador do estado (pp- *educado*) denotado pelo verbo (v - *educar*).

Figura 5 - Diagrama em árvore de *empreendimento educativo* e *programa extensivo*

Outros exemplos desta mesma estrutura ilustrada na Figura 5 são: *comunicativo*, *pensativo*, *comemorativo*, *decorativo*, *demarcativo*, *rotativo*, *deliberativo*, *pejorativo*, *aplicativo*, *enjoativo*, *exclamativo*, *aumentativo*, *agressivo*, *assertivo*, *auditivo*, *cognitivo*, *construtivo*, *conectivo*, *dedutivo*, *descritivo*, *opressivo*, *decisivo*, *eletivo*, *invasivo*, *digestivo*, *erosivo*, *expansivo*, *egressivo*, *distintivo*, *expressivo*, *occlusivo*, *regressivo*.

Como sempre, a negociação semântica em que a arbitrariedade do signo se implementa acontece na concatenação do primeiro morfema categorizador, neste caso vezinho, com a raiz. Daí em diante, o significado do adjetivo (ou nome) como um todo é derivado composicionalmente do verbo, de maneira inteiramente regular.

Um subconjunto destes verbos autoriza a derivação de duas versões de adjetivos. A primeira foi mostrada na Figura 5 e é a versão ativa com um DP inserido na posição de Spec do nó Causa, interpretado como agente. A outra versão, mostrada na Figura 6, deriva um adjetivo estativo, sem a introdução de agente: extenso, egresso, distinto, expresso, ocluso, regresso (?).

Figura 6 - Diagrama em árvore de *texto extenso*

Há casos em que a relação com os verbos fica cortada. Por exemplo, em *laxativo*, a raiz *lax* presente nos verbos *laxar* e *relaxar* se torna irreconhecível uma vez que o adjetivo passou a designar especificamente *medicamento purgante*. Temos também casos como *fugitivo* em que a percepção do relacionamento com o verbo varia de indivíduo a indivíduo. É que, para muitas pessoas, em *fugitivo*, junto com a introdução de *-ivo* entram novas especificações semânticas: o traço [+ humano] e a propriedade *marginal*. Podemos então admitir que algumas pessoas estejam analisando a palavra *fugitivo* com a estrutura sintática [[*fugitiv*] + [o]].

Há também a obsolescência de verbos nos contextos outros que não o do sufixo. Isto acaba deixando um conjunto de palavras sobreviventes em que a raiz só aparece no contexto *-ivo*: *ablativo*, *adjetivo*, *fricativo*, *missivo*, *relativo*, *nocivo*, *positivo*, *ativo*, *paliativo*. Nestes casos os falantes das novas gerações – nós – analisamos estas palavras de modo que tudo, até chegar ao v é raiz. Prova disto é o verbo *ativar* que é derivado a partir da raiz *ativ-*.

Esta nova contextualização do sufixo *-ivo* autoriza novas formações que não existiriam na gramática antiga: *esportivo*, *cultivo*, *massivo*, *discursivo*. E, assim como temos verbos em *-urar* com o sufixo incorporado à Raiz, temos outros terminados em *-ivizar* e *-ivar.*, em que o segmento fonológico *-ivo* é, para nós hoje, um mero segmento fonológico da raiz: *coletivizar*, *coletividade*, *positivar*, *rotativizar*, *transitivizar*, *relativizar*.

### 3.3 PALAVRAS EM *-OR*

O sufixo *-or* (instrumental ou agentivo), seleciona particípio passado, o qual, por sua vez, seleciona verbalizador. A Figura 7 ilustra as realizações morfologicamente mais transparentes dessa estrutura, onde o vezinho se implementa como *-iz*, *-fic* ou *Ø*, o *-a* é a vogal temática do verbalizador e o particípio passado se implementa como *-d*. Alguns exemplos são: *clarificador*, *canonizador*, *dignificador*, *cristianizador*, *acelerador*, *borrificador*.

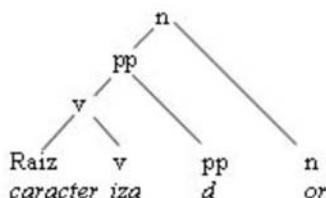


Figura 7 - Diagrama em árvore de *caracterizador*

Outros casos são menos transparentes morfologicamente, quando a marca de particípio passado é um –t ou um –s, e a Raiz tem dois alomorfos: *agredir - agressor; transgredir - transgressor; anteceder - antecessor; converter - conversor; receber - receptor; imprimir - impressora; redimir - redentor; estender - extensor; ofender - ofensor; transmitir - transmissor; e emitir - emissor*. Porém, a estrutura sintática é igual à ilustrada pela Figura 7.

Como *-or* freqüentemente dá lugar à interpretação de instrumento ou agente, é comum a formação de um nome que vem a ter tamanha especificidade que nos faz perder a noção do seu relacionamento com o verbo. Nestes casos em que entram novas especificações semânticas é possível que algumas pessoas estejam reanalisando a Raiz + pp como uma nova Raiz diferente da que dá origem ao verbo, ou seja, o nome se forma sem camada verbal e a idiossincrasia é na camada nominal: *cobrir* -ação geral de envolver algo através de anteparo colocado por cima- cobrir a panela, o rosto, o livro, o corpo; *cobertor* - pedaço de tecido grosso usado especificamente para se cobrir o corpo na cama. Outros exemplos de instrumento em que o significado do verbo indica um evento muito mais genérico do que o do nome em *-or* são: *compressor, inversor, interruptor, interceptor, reitor, agrimensor, reator, rotor, batedor, professor, sucessor, subversor, retrovisor e coletor*. Propomos na nossa análise que nestes casos os verbos etimologicamente relacionados, *comprimir, inverter, interromper* e etc não participam da derivação sintática dos nomes em *-or*.

Evidência forte para este processo de perda de conexão entre o nome em *-or* e o verbo é que existem muitos verbos cuja marca de infinitivo e formas flexionadas estão adjungidas ao que em latim era uma peça participial. Por exemplo, o infinitivo do verbo *coletar* foi criado a partir do segmento /colet/, particípio de *collere*. O nome *coletor* vem diaconicamente deste particípio, mas sincronicamente contém a raiz do verbo *coletar*. Estas duas palavras necessariamente foram formadas por uma geração que já não mais tomava o /-t/ como uma peça de particípio e sim como um fonema componente da raiz. O mesmo ocorre com *visar* (originado do particípio de *videre*), *versar* (do particípio de *vertere*), *findar* (*finire*), *expressar* (*exprimere*), *regressar* (*regradior*), *pintar* (*pingere*), *rasar* (*radere*), *aventar* (*advenire*) ou seja a reanálise da palavra resultou em uma inversão da ordem linear das peças em relação à derivação original: [[raiz+v] particípio] nominalizador]. Porém, com a mudança gramatical, nos deparamos com um ex-particípio passado precedendo o vizinho. Ou seja, houve um processo de desgramaticalização do particípio passado, e consequentemente, a formação de uma nova raiz. Esta raiz nova tem todas as prerrogativas de qualquer raiz.

Por isso podemos ter palavras como *conversador*, etimologicamente derivada do particípio em -s, *conversus*, de *convertere*. O que aconteceu foi que a natureza de particípio de *convertere* da palavra *conversus* foi esquecida, e *convers-* virou uma nova raiz, dotada de todas as prerrogativas de qualquer raiz, inclusive a de formar um verbo - *conversar*, o seu particípio, *conversado*, e o adjetivo agentivo em -or, *conversador*. O nome *coletor* tem hoje o sufixo -or juntado diretamente à raiz *colet-*. Esta raiz, juntada ao vezinho, resulta no verbo *coletar*. No entanto, o / t / que temos hoje dentro desta raiz foi outrora uma peça participial, que se juntava ao verbo *colligo*, dando *collectum*. Por sua vez, o sufixo -or se juntava a *collect* dando *collector*. Desse modo, algumas palavras fonologicamente idênticas em latim e em português podem ser bem diferentes na sua estrutura interna, e, consequentemente, na semântica. Casos como estes pesam a favor de uma teoria em que, em vez de assumirmos que palavras funcionam como átomos indivisíveis para a sintaxe, temos um mecanismo que distribui a computação em: (i) gerar, por fases, na sintaxe, compostos de traços; (ii) inserir na morfologia peças de vocabulário e (iii) interpretar na Enciclopédia o significado.

#### 4 IDIOMATIZAÇÃO EM EXPRESSÕES COM MAIS DE UMA PALAVRA

Nesta seção do trabalho discutiremos o ponto em que incide a leitura idiossincrática que a Enciclopédia faz de construções sintáticas. Um fato fácil de ver no nosso dia-a-dia de falantes é que expressões idiomáticas novas são incessantemente criadas e rapidamente aceitas por adultos, jovens e crianças. É, portanto, desejável que a teoria da gramática dê conta de toda essa criatividade de ressignificação, colocando-a dentro do que fluiria normalmente da própria arquitetura da gramática como um dado previsível. A nossa pergunta, aqui, é: em que domínio sintático se aplica a leitura encyclopédica de uma expressão composta com mais de uma palavra fonológica? A resposta a esta pergunta será vista nos diagramas da estrutura sintática de expressões idiomáticas, apresentados a seguir (de 4.1 a 4.7).

##### 4.1 VERBO + DP

*chutar o balde, comer mosca, engolir sapo, quebrar um galho, lavar a égua, bater as botas, picar a mula, perder as estribeiras, enfeitar o pavão, comer o pão que o diabo amassou, forçar a barra, cortar um dobrado, rodar a baiana, entregar os pontos, quebrar a cara, pintar o sete, dar uma mão, dar pé, encher o saco, ver estrelas, catar coquinho, plantar batata, lamber*

*sabão, plantar bananeira, tomar chá de cadeira, esticar as canelas, fechar o tempo*

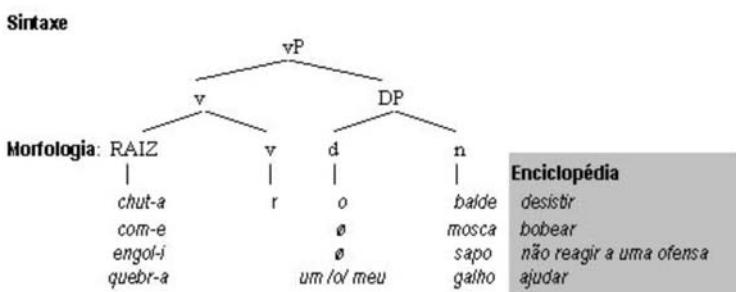


Figura 8

Temos aqui uma estrutura constituída por um v (vezinho) e seu complemento em que o verbo é o núcleo. Estamos assumindo que o processamento é feito através da derivação gramatical, fase a fase, e por isto não podemos prescindir do significado composicional das expressões, pois a derivação culmina fatalmente nele. Portanto, chegar ao significado literal não é uma tarefa opcional, mas sim uma ação que precede necessariamente a de chegar ao significado idiomático. Partindo então do significado literal, a idiomatização se estabelece como uma relação metáforica entre as duas leituras. Por exemplo, na expressão *bater as botas* teríamos primeiro a leitura literal, e em seguida, por coerção contextual viria a leitura *morrer*, que vem atrelada à literal através de um mecanismo de *folk semantics* (EGAN, 2005). Porém, esta independência semântica não atinge a sintaxe: vemos que os traços aspectuais do verbo na leitura composicional são preservados na leitura idiomática (MCGINNIS, 2002). Por exemplo, apesar de *bater as botas* significar *morrer*, podemos usar *morrer* no contexto aspectual durativo *ele vem morrendo devagar*, mas não podemos usar *bater as botas*, no contexto *ele vem batendo as botas devagar*, com o significado de *ele está morrendo*. Esta restrição se deve ao fato de que o aspecto pontual intrínseco do verbo *bater* não permite progressão ao longo do tempo. Se tentarmos aplicar este aspecto durativo em *bater* teremos a reiteração da ação, o que não condiz com o significado *morrer*, já que é impossível morrer várias vezes.

Uma outra restrição fundamental na interpretação de expressões idiomáticas é que o âmbito da idiomatização tem como limite o evento interno. Isto equivale a dizer que em *chutar o balde* a idiomatização não pode ser estendida ao agente da ação. A semântica do agente sempre se combina composicionalmente com o vP idiomático (MARANTZ, 1997). Esta restrição pode ser bem compreendida no âmbito da Morfologia Distribuída:

quando o agente é introduzido em Spec de vezinho, o evento interno já foi interpretado, regular ou idiomáticamente conforme o contexto. No Spec do vezinho aparece o agente em uma configuração que dá a interpretação de evento causador externo cuja semântica não afeta a idiomatização já estabelecida.

#### 4.2 NOME + ADJETIVO

*pão duro, pé frio, dedo duro, pinta braba, olho gordo, bom partido, mão boba, pé sujo, boca suja*

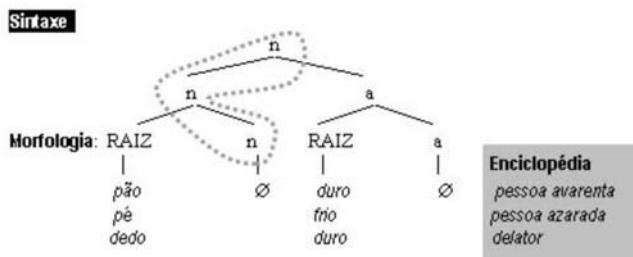


Figura 9

A estrutura sintática de qualquer construção em que o adjetivo é modificador de um nome é de adjunção: o categorizador nominal se projeta por ser o núcleo da construção, e o núcleo adjetival se concatena como irmão do **n** núcleo. Para a sintaxe, a raiz é indiferente e somente os traços funcionais são levados em conta. Por isso, em qualquer caso, idiomatizado ou não, esta é a estrutura sintática que vai para a Forma Lógica e para a Enciclopédia. Estas expressões terão duas leituras possíveis: uma, em que o nome e o adjetivo preservam cada um a sua leitura encyclopédica *default*, e o significado do sintagma todo é calculado da maneira *default*, em **n**, pela associação composicional dos significados *default* das palavras componentes; e outra, a idiomática, em que a leitura composicional é substituída pela idiomática e o sintagma é lido como um todo no nó **n** projetado.

#### 4.3 NOME + SINTAGMA PREPOSICIONAL

*cara de pau, testa de ferro, ovo de colombo, saco de pancada, peixe fora d'água, pé de chinelo, pé de moleque, papo de anjo, cabelinho de anjo, copo de leite, bico de papagaio*

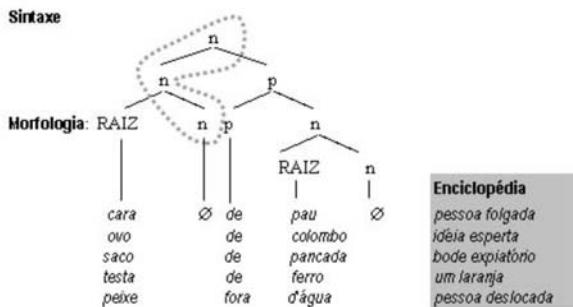


Figura 10

Como no caso de [nome + adjetivo], a construção sintática que é remetida à Enciclopédia neste caso é [n + sintagma preposicional]. Depois da formação da *leitura* composicional *default*, aquela que se baseia na composicionalidade, o composto pode receber uma leitura idiomática em presença de um contexto propício que nocauteie as leituras *default* dos componentes.

#### 4.4 SINTAGMA PREPOSICIONAL

*pra cachorro, pra burro, pra caramba, às pampas, da pá virada, de lua, de montão, na moita, na moral, na real*



Figura 11

O que há de curioso em algumas destas expressões é que fica difícil imaginar um contexto de uso em que uma interpretação composicional das peças possa ser empregada com propriedade sem ser idiomática. Neste caso, se colocássemos a questão de como se dá o processamento, seríamos tentados a dizer que a leitura *default* do composto é aquela que não leva em conta a leitura *default* do nome descontextualizado. Por exem-

plo, *trabalhar para cachorro* dificilmente poderia ser entendido como diferente de *trabalhar muito*, mas ainda assim, poderíamos achar algum contexto em que *para* funcione como benefactivo, como em *João trabalha para cachorro* entendendo-se que João trabalha em benefício de um canil.

Note que não incluímos na lista de expressões idiomáticas alguns PPs formados com nomes que só são usados em um único contexto, como *araque*, *de chofre*, ou *de arromba*. Nestes casos, apesar da falta de acesso ao significado do DP, o significado da expressão é literal via estarmos atribuindo ao DP um significado que julgamos ser básico: atribuímos a *araque* o significado de *desordem*; a *chofre* o de *impeto*; e a *arromba* o de *transgressão*. E aí a contribuição semântica da preposição é composicional, assim como nas seguintes expressões literais: *gol de penalti*, *soco de direita*, *andar de bicicleta*, *foi à festa de gravata*, *está de cabelo curto*.

#### 4.5 VERBO + PP

##### TIPO A

*botar os pingos nos i, dar a cara a tapa, dar a mão à palmatória, botar o dedo na ferida*

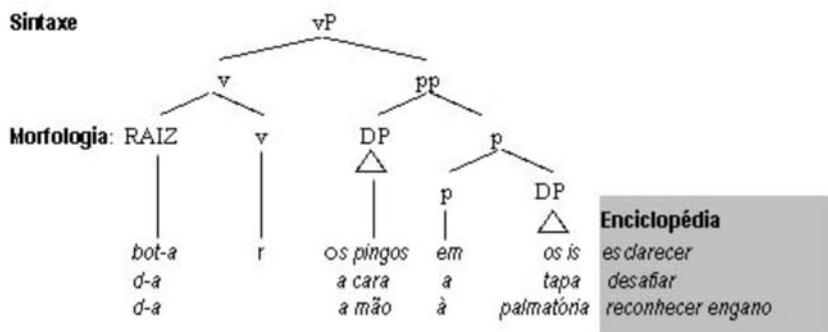


Figura 12

##### TIPO B

*pisar em ovos, entrar pelo cano, morrer na praia, bater com o martelo, dar no pé, dar em cacho.*

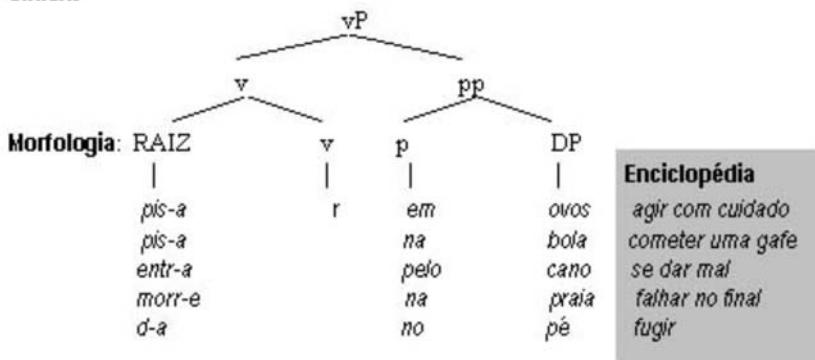
**Sintaxe**

Figura 13

Como no caso de 3.4, também nestas duas estruturas se pode notar uma subversão de naturalidade em termos da leitura contextualizada dos dois membros do vP: a leitura idiomática parece mais básica do que a que toma o PP interpretado a partir das leituras compostionais de seus DPs. No entanto, a ilusão de que podemos prescindir da leitura composicional se dá simplesmente pelo fator freqüência.

**4.6 VERBO + ADVP**

*dar mole, dar duro, cair fora, mandar bem, mandar mal, comer quieto, pegar leve, falar mal*

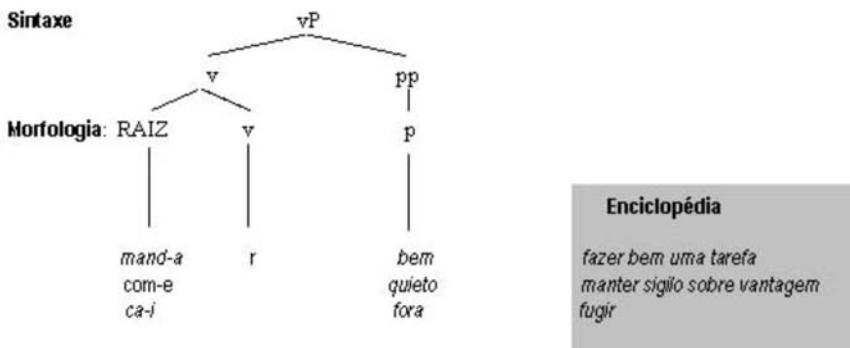
**Sintaxe**

Figura 14

Estas expressões têm a mesma estrutura sintática de expressões de uso freqüente em que a interpretação é composicional, como *andar rápido, falar baixo, bater forte, cantar suave*.

## 5 CONCLUSÃO

É possível ver o que há de comum entre idiomatização no interior de palavras e idiomatizações em domínio sintático maior do que a palavra fonológica.

Em uma palavra fonológica a primeira peça do vocabulário categorizadora juntada à raiz é aquela que autoriza, na Enciclopédia, a negociação semântica idiossincrática determinando um significado básico. Daí em diante, os traços categorizadores adicionados fase a fase dão sua contribuição semântica de maneira composicional e regular.

A interpretação semântica depende de os morfemas funcionais poderem ser lidos pela Forma Lógica. Se a identificação destes morfemas fica perdida em decorrência da obsolescência de bases cognatas, a forma é reanalisada por novos falantes, que instauram uma nova raiz, que por sua vez permite a criação de novos derivados e novos significados.

Em uma estrutura maior do que uma palavra fonológica o núcleo sintático autoriza a leitura idiomática, com preservação de propriedades aspectuais. Durante a leitura composicional da expressão há operações de estabelecimento de leitura idiomática toda vez que uma raiz se junta a uma primeira peça de vocabulário categorizadora. Depois destes pontos há operações de concatenação e interpretação composicional que atuam da mesma forma dentro da palavra e em expressões de mais de uma palavra. O final destas leituras é a interpretação composicional da expressão. Portanto, a leitura composicional do composto é inevitável em uma derivação que se dá fase a fase.

Se o contexto indica que a leitura composicional não é apropriada acontece uma operação que acopla à leitura composicional uma leitura idiomática do todo. O processo de acoplamento depende de uma espécie de faz-de-conta (*pretense* ou *folk semantics*) convencionado no momento da aquisição da expressão idiomática em questão. Por exemplo, uma criança que ouviu pela primeira vez *quebrar o galho* e entendeu o significado pelo contexto, tem diante de si a tarefa de correlacionar a ação de quebrar o galho à expressão que significa ajudar alguém. Ela pode imaginar a situação de alguém que estava com as mãos ocupadas e tinha que passar pelo meio do mato e ao se deparar com galhos bloqueando o caminho pede a algum amigo que os quebre para ela. Esta seria uma situação de faz-de-conta, um truque mnemônico, que ajuda o registro na mente da parte da expressão delimitada por vezinho. Esta parte é preservada como um todo.

O processo que acontece com as expressões é similar ao processo de negociação semântica que se dá na Enciclopédia quando a primeira peça

categorizadora do vocabulário é juntada à raiz. A diferença é que com as expressões o processo é mais motivado e portanto a arbitrariedade saussureana não é assim tão arbitrária.

## RESUMO

O Modelo da Morfologia Distribuída nos permite distinguir o significado decorrente da pura estrutura sintática do significado decorrente também de convenção arbitrária. Trata-se de duas leituras feitas sobre diferentes etapas de uma derivação sintática. A leitura idiosincrática recai sobre o segmento composto de Raiz + a primeira peça categorizadora. E a parte regular da leitura provém das concatenações posteriores à primeira marcação categorial. Com esta arquitetura da gramática podemos não somente distinguir o que há de idiosincrático do que há de regular na leitura das palavras e expressões idiomáticas, mas também podemos tecer plausíveis conjecturas sobre o curso da mudança lingüística. Neste artigo, estudamos a sintaxe e a semântica de variados tipos de verbos, adjetivos e nomes complexos e também expressões idiomáticas com suas diversas estruturas sintáticas.

**Palavras-chave:** *morfologia distribuída; arbitrariedade saussureana; significado composicional e arbitrário.*

## ABSTRACT

Distributed Morphology allows us to discriminate between meaning derived from purely syntactic structure from that derived from arbitrary convention. These two readings are formed during different derivational phases. The idiosyncratic part of the meaning is assigned to the merge between the root and the first categorizing vocabulary item. The compositional reading stems from the merges that follow this first one. This architecture of grammar allows us not only to distinguish between idiosyncratic content and compositional content, but also conjecture about the course of language change. In this article, we study the syntax and semantics of several types of verbs, adjectives and nouns and also examine idioms with various syntactic structures.

**Key-words:** *distributed morphology; saussurean arbitrariness; compositional and arbitrary meanings.*

## REFERÊNCIAS

- CHOMSKY, Noam. Derivation by phase. *Working Papers in Linguistics*, Cambridge, MIT, v. 18, 1999.
- EGAN, Andy. *Pretense for the complete idiom*. Disponível em: <<http://www.sitemaker.umich.edu/egana/files/idiom.2005.10.06.pdf>> Acesso em: 2005.
- FERNANDES, Millor. *The cow went to the swamp - A vaca foi pro brejo*. Resenha de: LEMLE, M. *Delta*, v. 6, n. 1, p. 117-124, 1990.
- HARLEY, Heidi; NOYER, Rolf. Licensing in the non-lexicalist lexicon: nominalizations, vocabulary items and the Encyclopedia. *MIT Working Papers in Linguistics*, v. 32, p. 119-137, 1998.
- HARRIS, James. Nasal depalatalization no, morphological well-formedness sí: the structure of Spanish word. *MIT Working Papers in Linguistics*, v. 33, p. 47-32, 1999.
- IPPOLITO, Michela M. On the past participle morphology in Italian. *MIT Working Papers in Linguistics*, v. 33, p. 111-137, 1999.
- MARANTZ, Alec. No escape from syntax: don't try morphological analysis in the privacy of your own lexicon. In: DIMITRIADIS, A. et. al. (Eds.). *Proceedings of the 21st Annual Penn Linguistic Colloquium, U Penn Working Papers in Linguistics*, 4.2, Philadelphia: Penn Linguistics Club, 1997. p. 201-225.
- \_\_\_\_\_. *Morphology as syntax: paradigms and the ineffable, the incomprehensible and the unconstructable*. Talk given at the University of Postdam, 1999.
- \_\_\_\_\_. *Words*. Cambridge: MIT, 2001.
- MARVIN, Tatjana. *Topics in the stress and syntax of words*. Cambridge, 2002. Thesis (PhD) – MIT, 2002.
- MC.GINNIS, Martha. On the systematic aspect of idioms. *Linguistic Inquiry*, v. 33, Issue 4, p. 665-672, 2002.

**REVISTA LETRAS**  
NORMAS PARA ENCAMINHAMENTO DE TRABALHOS

*I*

1. A *Revista Letras* aceita artigos originais, notas de leitura e resenhas bibliográficas. A colaboração deverá ser matéria de pesquisa específica na área de Letras ou afins e ser inédita. Poderá ser redigida numa das seguintes línguas: português, espanhol, francês, italiano, inglês ou alemão e ter o formato de ensaio teórico, reflexão epistemológica ou relato de pesquisa aplicada. Não serão apreciados os trabalhos que não estiverem de acordo com as normas a seguir especificadas.
2. No caso de artigo, apresentar, ao final, antes das referências bibliográficas, um resumo de, no máximo 250 palavras, em português e em inglês, obrigatoriamente.
3. Deve-se indicar, ao final do trabalho e após ambos os resumos, 03 (três) palavras-chave, em português e em inglês, que descrevam a essência do assunto tratado, visando à indexação.
4. O trabalho deve ter a extensão máxima de 20 (vinte) (cerca de 7.000 palavras) e mínima de 10 (dez) páginas (cerca de 3.400 palavras) e entrelinha com espaço um e meio.
5. As indicações bibliográficas das citações deverão ser colocadas em notas de rodapé, de acordo com as normas de referenciamento bibliográfica, ou indicadas no corpo do artigo como sugerido: sobrenome do autor e, entre parênteses, data identificadora da edição da obra seguida de vírgula e número da página, se for o caso.
6. A bibliografia deverá constar ao final do texto, apresentar apenas as referências de obras mencionadas no trabalho e seguir as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas, ABNT.
  - 6.a. Para livros, deverá ter o seguinte formato: SOBRENOME DO AUTOR, nome do autor. *Título do livro*. Local de publicação: nome da editora, data da publicação (incluir, entre o título do livro e o local de publicação, o número da edição, quando não for a primeira, usando para tanto o formato: número da edição em algarismo arábico. ed.). Exemplo: FIGUEIREDO, Fidelino de. *A luta pela expressão: prolegômenos para uma filosofia da literatura*. 3. ed. São Paulo: Cultrix, 1973.
  - 6.b. Para artigos publicados em periódicos, deverá ter o seguinte formato:  
**SOBRENOME DO AUTOR**, nome do autor. *Título do artigo*. *Nome do periódico*, série do periódico, local de publicação, v. (volume do periódico), p. (intervalo de páginas em que está contido o artigo), data. Exemplo: PESSOA, Fernando. A nova poesia portuguesa sociologicamente considerada. *A Águia*, 2.ª série, Porto, v. 1, n. 4, p. 101-107, abr. 1912.
  - 6.c. Para eventos científicos ou trabalhos apresentados em eventos (congressos, seminários, simpósios, reuniões, encontros etc.), deverá ter os seguintes formatos: NOME DO EVENTO, número do evento., ano de realização, local. *Título*. Local: nome da editora, ano de publicação. Número de páginas ou volume. Exemplo: SEMINÁRIO DO CENTRO DE ESTUDOS LINGÜÍSTICOS E LITERÁRIOS DO PARANÁ (CELLIP), 10., 1996, Londrina. *Anais...* Londrina: Unioeste, 1996. v. 1, 250 p. SOBRENOME DO AUTOR, nome do autor. *Título do trabalho*. In: NOME DO EVENTO, número do evento., ano de realização, local. *Título*. Local: nome da editora, ano de publicação. p. (página inicial-final). Exemplo: SCLIAR-CABRAL, Leonor. O conceito de letramento: uma questão

polêmica. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPOLL, 9., 1994, João Pessoa. *Anais...*  
João Pessoa: UFPB, 1995. v. 2, p. 1276-1282.

7. Se o trabalho contiver ilustrações com legendas ou gráficos, usar arquivos com extensão .tiff ou .jpg, com resolução de 200dpi para impressão em preto e branco e 350dpi para impressão colorida, e assinalar no texto o local onde deverão ser intercaladas.
8. O trabalho deverá ser gravado em disquete de computador, no programa Word para Windows, *sem* o formato da revista e devidamente identificado com uma etiqueta indicando o(s) autor(es), cujo(s) sobrenome(s) deve(m) nomear o arquivo.
9. O texto gravado em disquete deverá trazer a identificação do título do trabalho, nome do(s) autor(es) e instituição de origem ou a que os autores estão vinculados.
10. Fazer acompanhar o envio do disquete por 02 (duas) vias do trabalho, impressas, numeradas e sem a identificação do autor, uma vez que os trabalhos serão encaminhados a pareceristas.
11. As cópias impressas e o disquete devem ser enviados à Revista Letras, acompanhados de uma folha contendo o nome do autor, a entidade a que está vinculado, o título do texto, o endereço, o e-mail, quando houver, e o número do telefone para contato.
12. A seção “Notas de Leitura” publicará trabalhos que não se constituem propriamente em artigo de pesquisa (estrutura e extensão) e que extrapolam as características de resenha (estrutura, extensão e data de publicação da obra em pauta); neste caso, dispensam-se os resumos, mantendo-se as demais exigências.
13. As resenhas devem ter como objeto obras recentes (publicadas nos dois últimos anos) e devem apresentar como título a referência bibliográfica da obra resenhada, mencionando-se inclusive o número de páginas. O texto crítico deve manter-se no limite máximo de 3 (três) páginas.
14. O Conselho Editorial reserva-se o direito de recusar os trabalhos que não atendam rigorosamente às normas explicitadas acima.

## *II*

Os critérios norteadores para aceitação dos trabalhos pelo Conselho da *Revista Letras* são, fundamentalmente, a relevância científica, a originalidade e a clareza dos textos apresentados.

## *III*

O Conselho Editorial comunicará ao autor se o trabalho foi aceito sem restrições, aceito com sugestões de alteração parcial ou mesmo recusado.

## *IV*

Os autores receberão 10 (dez) separatas e 01 (um) exemplar do número da revista que trouxer sua colaboração.

## *V*

Os originais não publicados não serão devolvidos.

## STANDARDS FOR SUBMITTED WORKS

1. *Revista Letras* accepts original papers, reading notes or bibliographic reviews. Contributions must be a result of unpublished research in Letters and correlated areas. They must be formatted as theoretical essays, epistemological reflections or reports of some applied research. Works will be accepted in any of the following languages: Portuguese, Spanish, French, Italian, English or German.
2. In case of papers, it is mandatory to include, at the end of the paper and before the bibliographic references, a 250-word (maximum) abstract written in Portuguese and in English.
3. For indexing purposes include after the end of both abstracts 03 (three) keywords to describe the essence of the subject that is being discussed, both in Portuguese and in English.
4. Works must be at least 10 (ten) pages long (around 3,400 words) and at most 20 (twenty) pages long (around 7,000 words), written with 1,5 spacing.
5. Bibliographical indications must be placed in footnotes and comply with the standards for bibliographical reference, or be placed within the body of the text, as suggested: between parentheses, the author's surname, the edition date followed by colon and page number(s), if this is the case.  
Example: (CANDIDO, 1971: p. 34).
6. Bibliographical references must be placed at the end of the text. They must follow Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) standards:
  - 6.a. For books, format must be as follows: AUTHOR'S SURNAME, author's name. *Book title*. Place of publication: Publisher's name, publication date. (When the edition is not the first, include the edition's number between the Book title and the Place of publication using the following format: edition number in Arabic figures. ed.  
Examples: WHITMORE, Reed. *Whole lives. Shapers of modern biography*. Baltimore: The John Hopkins University Press, 1989.  
FIGUEIREDO, Fidelino de. *A luta pela expressão: prolegômenos para uma filosofia da literatura*. 3. ed. São Paulo: Cultrix, 1973.
  - 6.b. For articles published in periodicals, format must be as follows: AUTHOR'S SURNAME, author's name. Article title. *Periodical name*, periodical series, Place of publication, v. periodical volume, p. pages in which the article is, date.  
Example: PESSOA, Fernando. *A nova poesia portuguesa sociologicamente considerada*. *A Águia*, 2.ª série, Porto, v. 1, n. 4, p.101-107, Apr. 1912.
7. If the work has pictures with banners or graphics, indicate the place in the text where they should be inserted.
8. The work must be recorded on a computer diskette (3 ½), preferably in Word for Windows format, properly identified by a label with the author's name(s), whose surname shall name the corresponding file(s).
9. The text recorded on diskette must bear the work title, author's name(s) and institution to which the author(s) is (are) connected or institution of origin.
10. The diskette must be accompanied by 02 (two) printed and numbered copies of the work, without author identification, once the submitted works will be sent to peers.
11. Printed copies and the diskette must be sent to *Revista Letras* together with a sheet of paper, with the author's name(s), institution to which he or she is connected, title of the text, address, email, if any, and a telephone number for further contact.

12. The section “Notas de Leitura” (Reading Notes) publishes works that are not exactly research articles (in structure or length) and that exceed the characteristics of a review (structure, length and the publication date of the work that is discussed); in this case, abstracts are not necessary. However, all other requirements are kept.
13. Reviews must have recent works as their object (published during the last two years) and their title must be the bibliographical reference of the work that is being reviewed and mention the number of pages. A critical text must be limited to a maximum of 3 (three) pages.
14. The Editorial Board reserves the right to refuse works that not strictly comply with the standards mentioned herein before.

*II*

The criteria the magazine board uses to accept works are basically the work's scientific relevance, originality and intelligibility of the submitted texts.

*III*

The Editorial Board will communicate the authors whether their works were accepted without restrictions, with suggestions for partial changes, or even refused.

*IV*

Authors will receive 10 (ten) off prints and 01 (one) issue of the magazine in which their work is published.

*V*

Non-published originals will not be returned.

REVISTA LETRAS  
Universidade Federal do Paraná  
Rua Gal. Carneiro, 460, 11º andar – Ed. D. Pedro I  
80.060-150 – Curitiba – Paraná – Brasil  
[revlet@ufpr.br](mailto:revlet@ufpr.br)



A Universidade Federal do Paraná instituiu o Sistema Eletrônico de Revistas (**SER**), através do qual abre um importante canal de interação entre usuários e a comunidade científica em geral. Neste espaço estão listadas as Revistas Técnico-Científicas publicadas com recursos próprios ou com recursos do programa de apoio à publicação instituído pela UFPR.

O **SER** utiliza-se do Open Journal System, que é um software livre e com protocolo internacional, permitindo a submissão de artigos e o acesso às revistas de qualquer parte do mundo. Nesse sistema estão cadastradas 25 revistas da UFPR, abrangendo diversas áreas de conhecimento. O **DEPARTAMENTO DE INFORMÁTICA** da UFPR está encarregado da implantação e gerenciamento do Sistema.

O Sistema pode ser acessado por **AUTORES**, para a submissão de trabalhos, **CONSULTORES**, para a avaliação dos trabalhos, **EDITORES**, para o gerenciamento do processo editorial e **USUÁRIOS** em geral, interessados em acessar e obter **CÓPIAS** de artigos já publicados nas revistas.

A **SUBMISSÃO** de artigos é feita por meio eletrônico e o autor poderá fazer o **ACOMPANHAMENTO**, passo a passo, do processo de **AVALIAÇÃO** por parte dos consultores, até a editoração final do artigo. As **NORMAS** de publicação e demais instruções aos autores, bem como os endereços dos editores são encontrados nas páginas de cada revista.

O trabalho de editoração é feito pela **EDITORIA DA UFPR**, que conta com corpo especializado de revisores das línguas inglesa e portuguesa, além de técnicos que se ocupam da formatação da versão final das revistas, dentro de padrões rígidos estabelecidos pela Editora. Findo o processo de revisão, uma cópia em pdf dos originais dos artigos é disponibilizada em meio digital para o **SER**, enquanto outra segue para impressão em gráficas de Curitiba.

Agora que você já conhece um pouco mais sobre o Sistema Eletrônico de Revistas da Universidade Federal do Paraná, que tal submeter um trabalho? Então clique em **Revistas Técnico-Científicas**, na página [www.prppg.ufpr.br](http://www.prppg.ufpr.br), vá até o periódico de seu interesse, clique na capa da revista e em seguida em **ACESSO**. Lembre-se de que para submeter um trabalho você só precisa se **cadastrar** e pronto!!! Mas se você apenas deseja consultar trabalhos já publicados, acesse **BUSCAR** e obtenha o artigo desejado.

No entanto, se você pretende expandir sua busca a sites internacionais, utilize o **Public Knowledge Project**. O PKP é uma ferramenta de pesquisa sediada na Universidade de Columbia Britânica, em Vancouver, Canadá com o objetivo de divulgar e melhorar a qualidade da pesquisa acadêmica através de ambientes on-

line, com acessibilidade global. Desde 2001 o PKP vem oferecendo programas livres para o gerenciamento e publicações de revistas científicas e conferências, sendo usados em várias partes do mundo como forma de reduzir custos de publicações, ampliar a indexação e aumentar o acesso aos diversos temas de interesse da comunidade científica ou do público em geral, numa escala global.

Experimente fazer uma busca por um tema qualquer de seu interesse utilizando essa ferramenta. Vá em **BUSCAR**, digite uma palavra-chave em Busca nos arquivos, clique em **Busca no índice do PKP System** e finalmente em **Buscar**, ao lado direito da barra inferior. Com isso, você acessará artigos sobre o tema de seu interesse, publicados em diversas partes do mundo.

Universidade Federal do Paraná  
Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação  
R. Dr. Faivre, 405 - Ed.D.Pedro II, 1ºAndar, Curitiba, Paraná, BrasilCEP-80060-140 -  
Telefone: (41) 3360-5331 / 3360-5332, FAX: (41) 3360-5330 - prppg@ufpr.br





sta♦obra♦foi♦impressa♦na♦Gráfica  
Ajir♦Curitiba♦PR♦Brasil♦em  
♦dezembro♦de♦2007♦para♦a♦Editora♦  
da♦Universidade♦Federal♦do♦Paraná♦